

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEDRO CARVALHO OLIVEIRA

**TERRA SECA, GUERRA FRIA: AS FORÇAS POLÍTICAS NORDESTINAS
SOB A ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)**

MARINGÁ
2020

PEDRO CARVALHO OLIVEIRA

**TERRA SECA, GUERRA FRIA: AS FORÇAS POLÍTICAS NORDESTINAS
SOB A ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)**

Tese apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, orientada pelo Prof. Dr. Sidnei José Munhoz e financiada pela CAPES/Fundação Araucária.

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

O48t

Oliveira, Pedro Carvalho

Terra seca, guerra fria : as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964) / Pedro Carvalho Oliveira. – Maringá, PR, 2020.
322 f.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei José Munhoz.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Guerra fria. 2. Relações Brasil-Estados Unidos. 3. Nordeste brasileiro. 4. Aliança para o progresso - Programa de investimentos. 5. Ligas camponesas - Movimentos sociais. I. Munhoz, Sidnei José, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 320.53

PEDRO CARVALHO OLIVEIRA

TERRA SECA, GUERRA FRIA: AS FORÇAS POLÍTICAS NORDESTINAS SOB A
ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Estadual de Maringá, como
requisito para a obtenção do título de Doutor em
História.

BANCA EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente
Sidnei José Munhoz
CPF: 033.328.12314-0980
CPF: 033.328.12314-0980

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch
Membro Convidado (Unifesp)

Prof. Dr. James Naylor Green
Membro Convidado (Brown University)



Documento assinado digitalmente
Márcio Roberto Voigt
CPF: 033.328.12314-0980
CPF: 033.328.12314-0980

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
Membro Convidado (UFSC)

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Membro Interno (UEM)

Maringá
2020

*Ao amigo e orientador Sidnei José Munhoz,
por toda a confiança e cumplicidade de sempre.*

*À minha companheira de todas as horas,
Beatriz Machado Lima, pelo colo sempre necessário.*

AGRADECIMENTOS

O processo de desenvolvimento de um trabalho como este atravessa vários percursos. Um deles, é o mais óbvio: criar alicerces para construir uma tese nova, que possa contribuir para a produção do conhecimento histórico. Até alcançarmos esse objetivo, passamos por uma infinidade de conflitos, problemas, vai e vens. Por vezes, nos deparamos com muros difíceis de serem contornados. E encontrarmos uma forma de fazer isso é um dos momentos mais gostosos de uma pesquisa. Com todas estas dificuldades, fui privilegiado por fatores facilitadores em uma pesquisa completamente nova para mim, cujo objeto estava anos luz de distância do qual pesquisei por quase uma década.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa integral, por meio da qual foi possível me dedicar exclusivamente ao trabalho cujos resultados seguem nas próximas páginas. Agradeço também à Fundação Araucária do estado do Paraná, responsável pela administração do investimento e que tão cuidadosamente o mediou. Deixo aqui também meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, ambiente de excelência e facilitador de grandes experiências, sempre conectado com seus estudantes. Agradeço imensamente também aos membros da banca: Prof. Dr. Clifford A. Welch, Prof. Dr. James N. Green, Prof. Dr. Márcio Voigt e Prof. Dr. Reginaldo Dias. Foi uma honra ter a colaboração de nomes tão importantes para o trabalho por mim desenvolvido nas páginas que seguem.

Além do suporte estrutural e técnico, foi fundamental o suporte humano que recebi dos que me acompanharam até aqui. Sidnei José Munhoz, meu amigo e orientador desde o mestrado, acreditou em mim mesmo quando, diante de uma mudança brusca de tema, eu mal tinha um projeto de doutorado em mãos. Seu acompanhamento, sua orientação, sua sabedoria e sobretudo sua amizade foram fundamentais para que este trabalho fosse executado. Em realidade, foram essenciais para que começasse, visto que, pouco antes do processo seletivo, me encontrava em difícil situação nos mais diversos âmbitos da minha vida. Seu suporte me ajudou a não desistir, a me manter firme e esperançoso. Desejo que este trabalho honre a sua confiança e a amizade que, espero, se mantenha firme.

Minha companheira, Beatriz Machado, foi outra pessoa imprescindível para que este trabalho fosse inicializado e concluído. Esteve sempre comigo nos melhores e piores momentos de uma fase sem bolsa e sem emprego, me ajudando a persistir na luta. Sem

ela e sem seu amor, com certeza toda essa caminhada seria mais penosa. É impressionante ver como nesses quatro anos, os melhores momentos da nossa vida juntos foram permeados pelo trabalho que desenvolvi nestas linhas, impregnado de nossas conversas diárias, nosso cotidiano, nossa própria história. Nela está cada pedacinho da força que precisei para encarar este desafio. Por isso e por tudo, sou infinitamente grato.

Agradeço também aos meus pais, Mônica, Dudu e Gabriel, meus irmãos Amanda e Gabriel, e meus amigos que, perto ou longe, me ajudaram de todas as formas possíveis: Arie Rodrigues, Rayane Maranhão, Ébano Nunes, Roberto Rocha, Felipe Rocha, Laís Guelis, Rafael Bissi, Milena Fernandes, Vitor Zamboti, Natália Besagio, Manoel Kischener, todos vocês foram parte disso. Ao meu sogro, Francisco Muglia, minhas cunhadas Mariana e Ana Carolina, tia Lalada e Tio Murilo, entre outros por me receberem em suas famílias como se eu fosse parte delas há tempos. Por fim, agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos do Tempo Presente pelo companheirismo e pelas trocas tão benéficas para o desenvolvimento dessa e de outras pesquisas. Faço um agradecimento especial a José Victor de Lara, um quase co-orientador nesta empreitada, com quem dividi momentos de indagações e fascinação pelo objeto de pesquisa em comum. Certamente está no caminho de se tornar referência no tema sobre o qual nos debruçamos.

Vale também um agradecimento especial ao *Opening The Archives Project*, coordenado pelos professores Sidnei Munhoz e James Green (*Brown University*), pois sem o projeto este trabalho seria muito mais difícil. O esforço em conjunto para a execução deste projeto destrói qualquer visão rasa sobre o nosso trabalho ser fácil, desnecessário ou pequeno.

O Norte se lembra.
(Ditado da Casa Stark, *Game of Thrones*)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar como a Aliança Para o Progresso, programa de investimento estadunidense para o desenvolvimento da América Latina, atuou no sentido de fornecer às forças políticas do Nordeste subsídios para o combate a movimentos sociais do campo, sobretudo as Ligas Camponesas, e adversários políticos considerados ameaças aos interesses estadunidenses na região. Após a Revolução Cubana de 1959 e o subsequente alinhamento do país com a União Soviética, a chegada do socialismo ao hemisfério ocidental provocou um abalo sísmico na proeminência do bloco capitalista no contexto da Guerra Fria. A pobreza estrutural e a forte desigualdade, sobretudo no campo, teriam, junto ao nacionalismo castrista, sido os motivos que levaram os revolucionários a agir. Tendo isso em vista, a Aliança Para o Progresso foi criada pelo governo de John F. Kennedy em 1961 para desenvolver os países latino-americanos, atrelá-los à dinâmica do capitalismo mundial e, com isso, reduzir o abismo entre pobres e ricos por meio de reformas pontuais distantes de radicalismos. Sendo o Nordeste um bolsão de pobreza na região, a atenção do projeto se voltou sobremaneira a este território brasileiro cujas especificidades históricas geraram forças políticas peculiares. A hipótese norteadora deste trabalho foi a de que a dinâmica resultante disso gerou uma mudança na relação paternalista entre o Estado brasileiro e estas forças, transferindo-o para os EUA que, neste sentido, encontrava barreiras ao seu projeto “americanista” localizadas nas estruturas sociais atrasadas que persistiam sobretudo no interior. Por meio da análise de documentos diplomáticos remetidos ao *Department of State* por cônsules e embaixadores situados no Brasil, adquiridos por meio do *Opening The Archives Project*, foi possível observar as nuances deste processo.

Palavras-chave: Aliança Para o Progresso; Nordeste; Guerra Fria; Ligas Camponesas; Relações Brasil-Estados Unidos.

ABSTRACT

The present work aims to examine how the Alliance for Progress, an American investment program for the development of Latin America, worked to provide the political forces of the Northeast with subsidies to combat social movements in the countryside, especially the Peasant Leagues, and other political opponents considered leftists. After the Cuban Revolution of 1959 and that country's alignment with the Soviet Union soon after, the arrival of socialism in the Western Hemisphere disturbed the predominance of social models favorable to the interests of the United States and tainted its influence, causing a constriction in the prominence of its sphere of influence in the Cold War context. According to Alliance for Progress logic, structural poverty and strong inequality, especially in the countryside, along with Castro's interventionism, would have been adequate to provoke revolutionary acts. With this in mind, the Alliance for Progress created missions to aid Latin American economic development, increasing the region's links to the dynamics of world capitalism, believing this would help reduce the chasm between rich and poor through ad hoc reforms that side-stepped radical extremism. As a pockets of poverty in the region, the Alliance's attention turned sharply toward the Brazilian Northeast region, whose historical specificities generated peculiar political forces? The present thesis argues that the resulting dynamics generated a change in the paternalistic relationship between the Brazilian State and these forces, transferring the paternalist role to the United States, which found barriers to its "Americanist" project located in social structures that persisted mainly in the region's vast interior. Through the analysis of diplomatic documents sent to the Department of State by consuls and ambassadors located in Brazil, available for analysis through the Opening: the Archives Project, it was possible to observe the nuances of this process.

Key words: Alliance for Progress; Northeast; Cold War; Peasant Leagues; Brazil-USA Relations.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo examinar cómo la Alianza para el Progreso, programa de inversión estadounidense para el desarrollo de América Latina, actuó en el sentido de proporcionar a las fuerzas políticas del Nordeste subsidios para el combate a movimientos sociales del campo, sobre todo las Ligas Campesinas, y adversarios políticos considerados de izquierda. Después de la Revolución Cubana de 1959 y la alineación del país con la Unión Soviética enseguida, la llegada del socialismo al hemisferio occidental perturbó la predominancia de modelos sociales favorables a los intereses de Estados Unidos y maculó su influencia, provocando una sacudida císmica en la prominencia su bloque en el contexto de la Guerra Fría. La pobreza estructural y la fuerte desigualdad, sobre todo en el campo, tendrían, junto al nacionalismo castrista, los motivos que llevaron a los revolucionarios a actuar. Teniendo esto en cuenta, la Alianza para el Progreso fue creada para desarrollar los países latinoamericanos, atarlos a la dinámica del capitalismo mundial y, con ello, reducir el abismo entre pobres y ricos por medio de reformas puntuales distantes de radicalismos. Siendo el Nordeste un bolsón de pobreza en la región, la atención del proyecto se volvió sobremanera a la región brasileña, cuyas especificidades históricas generaron fuerzas políticas peculiares. La hipótesis orientadora de este trabajo fue la de que la dinámica resultante de ello generó un cambio en la relación paternalista entre el Estado brasileño y estas fuerzas, transfiriéndolo a los Estados Unidos que, en este sentido, encontraba barreras a su proyecto "americanista" localizadas en las estructuras sociales retrasadas que persistían sobre todo en el interior. Por medio del análisis de documentos diplomáticos remitidos al Departamento de Estado por cónsules y embajadores situados en Brasil, adquiridos por medio del Opening The Archives Project, fue posible observar los matices de este proceso.

Palabras clave: Alianza para el Progreso; Nordeste; Guerra Fría; Ligas Campesinas; Relaciones Brasil-EUA.

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas	12
Introdução	13
Capítulo 1 – Terra seca: as Ligas Camponesas frente à cristalização histórica da pobreza regional do Nordeste.....	26
1.1. Nordeste: um personagem histórico	31
1.2. O interior do Nordeste entre permanências e rupturas com o passado colonial.....	48
1.3. Regionalismo, paternalismo e clientelismo: elementos de uma estrutura política fragmentada	57
1.4. Coronelismo e mandonismo em metamorfose no Nordeste	65
1.5. Ligas Camponesas: entre a busca por direitos e a revolução camponesa.....	76
1.6. Pernambuco como estado-chave para a “questão Nordeste”.....	102
Capítulo 2 – Guerra Fria: o surgimento da Aliança Para o Progresso diante do desejo de independência internacional brasileiro	114
2.1. A gênese da Aliança Para o Progresso: “americanismo”, desenvolvimentismo e anticomunismo	121
2.2. Os embriões da APP e o contexto de uma corrida acelerada pela América Latina	138
2.3. A PEI e o inconformismo estadunidense com a autonomia terceiromundista	152
2.4. A crise política brasileira a partir de 1961: João Goulart entre o presidencialismo, o parlamentarismo e a vigilância estadunidense.....	161
2.5. O Brasil vai à Guerra Fria: como o país estava inserido nos planos estadunidenses para a manutenção de seu bloco	173
Capítulo 3 – A ajuda externa estadunidense como mecanismo de manutenção das forças políticas tradicionais nordestinas.....	197
3.1 As forças políticas tradicionais do Nordeste e a corrida governamental de 1962 ...	201
3.2. O panorama político nordestino no início dos anos 1960: o que a APP encontrou?.....	215
3.3. Desequilibrando o pêndulo: a transferência da dinâmica paternalistas para as relações entre as forças políticas tradicionais nordestinas e os EUA	223
3.4. A força gravitacional de Pernambuco entre a permanência e a mudança na transição do governo estadual.....	237
3.5. Um novo paternalismo: a APP como propulsora da aproximação entre as forças políticas tradicionais nordestinas e o papel tutelar do governo estadunidense.....	247
3.6. A persistente negociação: tornando o fluxo de capital da APP uma corrente sinuosa	259

Considerações finais	278
Referências bibliográficas	286
Documentos	295
Anexos	311

Lista de siglas e abreviaturas

APP – Aliança Para o Progresso

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

JFK – John Fitzgerald Kennedy

MCP – Movimento de Cultura Popular

NARA – National Archives and Record Administration

OPA – Operação Pan-Americana

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PEI – Política Externa Independente

PR – Partido Republicano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

USAID – United States Agency for International Development

USIS – United States Information Service

IOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

Introdução

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois se desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. A frase é de Guimarães Rosa, em seu clássico romance modernista *Grande sertão: veredas*, publicado pela primeira vez em 1956. Este vasto relato sobre a vida no sertão nordestino é permeado por trechos memoráveis, porém este que por nós foi escolhido resume com bastante precisão a rotina do trabalhador rural daquela época. À deriva em um gigantesco terreno cercado pela morte, o sertanejo via suas possibilidades minguaem do início ao fim da breve vida, cujas expectativas não chegavam aos trinta anos. Durante tempo demais, isso aconteceu sem que ele sequer soubesse o quão maior era o mundo fora dali. Alguns, até hoje desconhecem a vastidão do planeta.

Quando a vida no semiárido apertava, arriscava tudo em direção à zona canavieira, aquela estreita faixa verde onde, aparentemente, conseguiria sentir a vida em fim sossegar. Quando Rosa publicou seu livro, os camponeses brasileiros que viviam nesta região se abrigavam em pequenos lotes de fazendas para trabalhar na colheita da cana, geralmente em situação de abandono e pobreza extrema. O que ganhavam mal dava para comer qualquer coisa que não fosse uma mistura de farinha de mandioca, água e pedaços de palma. Longe de parecer estar mais sossegada, a vida aparentava sempre sombreada pela escuridão, apesar de todo o sol. A vida lhes obrigava a entender que enfrentá-la sem coragem não era uma opção.

De outra maneira, o trecho inicial por nós evocado também alude ao mundo dentro do qual o sertão, o semiárido, a zona da mata e o Nordeste como um todo, eram apenas pequenos grãos. O mundo no qual uma guerra de muitas guerras, mesmo que a mais aguardada delas não tenha se concretizado, para o regozijo da humanidade, acontecia à revelia de sertanejos famintos. A Guerra Fria também impunha coragem aos envolvidos, fosse para tomar decisões a fim de evitar uma hecatombe nuclear, fosse para expandir seus mundos sobre o mapa como num jogo de tabuleiro. Em meio a isso, a população terrestre assistia com apreensão o calor e o frio de um conflito instável e duradouro, o afrouxar e o apertar de seus desdobramentos, o sossego e a inquietação das potências em disputa. Se tudo tivesse sido diferente e as duas grandes principais potências em disputa fossem às vias de fato, o mundo poderia desaparecer sem que o camponês nordestino soubesse porquê.

Se havia uma distância tão grande entre os camponeses e seu mundo, o Nordeste, daquele outro onde a Guerra Fria ganhava contornos tensos, por qual motivo esta região brasileira e estes camponeses passaram a ser fortemente vigiados pelos Estados Unidos, ao ponto de serem classificados pelos diplomatas estadunidenses como elementos cruciais dentro daquele contexto? O início dos anos 1960 definitivamente marcou o momento no qual o Nordeste foi empurrado ao conflito, se tornando foco de processos políticos cujas nuances nos revelam mais do que sabemos sobre o interesse dos EUA em promover alianças com países historicamente alinhados.

Soma-se a este panorama um fato importante, peculiar à constituição política do Brasil. Os políticos do Nordeste tem, historicamente, se esforçado em estabelecer um bloco de poder que, por um lado, acaba por reiterar a identidade regional, as noções sobre os estados do Nordeste como uma coisa só, homogeneizado por sua cultura e seus problemas; por outro, se edifica frequentemente em contraposição ao governo federal quando este não atende aos programas políticos unificados dos homens de Estado nordestinos, quando estes conseguem manter uma linha unívoca de exigências. Vez ou outra, os políticos nordestinos e os grupos sociais que os margeiam e por eles são representados se reconhecem como parte de um todo que precisa unir forças, especialmente para lutar contra um mal secular: a pobreza e o esgotamento de recursos da região. Não há, contudo, a permanência de características ideológicas de maneira estagnada. Elas oscilam conforme o bloco se move mais à esquerda ou à direita do espectro político tradicional. Para os fins desta pesquisa, é fundamental que isto fique claro.

Também é essencial destacarmos que nossa intenção é analisar como a mentalidade diplomática compreendia, analisava e narrava a região Nordeste do Brasil. Ao usarmos com intensidade os documentos, queremos expor a narrativa estadunidense sobre os processos em questão pois entendemos que ela é imprescindível para examinarmos como os EUA e as forças políticas tradicionais nordestinas se relacionaram, mantendo diálogos próximos que resultaram nos desdobramentos por nós destacados. É por meio deste procedimento que percebemos, por exemplo, como os diplomatas estadunidenses darão status de centralidade ao Nordeste em determinado momento, assimilando a ideia de que lá estava o maior foco “subversivo” do Brasil, talvez de América Latina. Evidentemente, não é nossa intenção deixar os documentos falarem sozinhos. Além de irresponsável, fazer isso seria arruinar nossas possibilidades de estabelecer uma análise acurada.

No início dos anos 1960, momento em que os diplomatas estadunidenses reconhecem o Nordeste como região central para a manutenção de sua influência na América Latina, este bloco político foi capitaneado por uma maioria de orientação tradicionalista ou inclinada ao liberalismo econômico próprio à época no Brasil, que não aceitava que estruturas sociais se flexibilizassem excessivamente em nome de mudanças consistentes e transformadoras, ao menos não profundas demais. Os governadores eleitos para os nove estados do Nordeste eram majoritariamente filiados à União Democrática Nacional (UDN), assim como seria a maior parte dos eleitos e reeleitos em 1962. Segundo Iná Elias de Castro (1992), uma boa quantidade de parlamentares nordestinos no Congresso e no Senado também seguia a mesma linha, além de serem profissionais liberais, empresários do setor privado e, quase em sua totalidade, oligarcas ativos na indústria fundiária.

Antes disso, quando graves períodos de estiagem atingiram o Nordeste no início do século XX, os representantes da região, muitos deles fortemente adeptos da resistente cultura das sociedades patriarcais dos antigos engenhos, se organizaram em um bloco político que se autoprotclamava distinto, sobretudo pela identidade que circunscovia a região. Para eles, o problema das secas, além de ter origem em uma ordem puramente natural, definia a personalidade nordestina; a pobreza intensa dos sertanejos e trabalhadores rurais decorria disso, algo agudizado por uma preferência por parte do governo federal em relação aos estados industrializados do Centro-Sul – hoje Sudeste – enquanto a sociedade tradicional, matriz do Brasil, estava sendo esquecida.

A formação deste bloco correspondeu a uma forma de buscar junto ao poder central recursos financeiros que acabavam muito mais mantendo o poder destas forças políticas, pouco sendo eficazes para resolver o problema da pobreza e das secas, devido ao seu caráter imediatista, de aplicação a curto prazo. É isto que chamamos de forças políticas tradicionais: aqueles políticos engajados em defender interesses alicerçados em sistemas fundiários resistentes, cedendo ao capitalismo, mas muito pouco ao espírito liberal. Basicamente, retirando dos sistemas capitalistas tudo aquilo que não prejudicasse as tradições políticas agrárias, permeadas pelo paternalismo, pelo mandonismo e por resquícios do coronelismo. Além do mais, as verbas remetidas pelo poder central pouco eram revertidas em projetos de saneamento da crise hídrica, sinalizando para o pouco apreço daqueles representantes com a situação. Ou seja, as estruturas que mantinham a pobreza endêmica da região se mantinham inalteradas para que os recursos financeiros continuassem sendo fornecidos pelo governo central.

A reforma agrária, a redução das discrepâncias socioeconômicas e a transformação do sistema político em uma região profundamente agrária, ações de longo prazo mais efetivas que poderiam resolver o problema da pobreza, não eram palavras de ordem para estas forças políticas. Ao contrário: soavam como comunismo e, por isso, deveriam ser restringidas ao máximo. Em sua maioria, eram herdeiros da sociedade latifundiária, quando não parte dela. Eram em muito apoiado por poderes privados como os chamados “coronéis”, que agiam por interesses particulares e barganhavam com o poder estadual a manutenção de sua influência, em troca de apoio. Esses “coronéis” eram os verdadeiros donos do campo, região de grande amplitude e importância nas eleições nordestinas, sendo estes líderes fortemente influentes sobre seus camponeses. Embora o coronelismo se restrinja ao período da Primeira República, muitas de suas características se mantiveram presentes na região, inclusive o patrimonialismo que ajudaram a perpetuar.

Não podemos generalizar. Nem todos os políticos nordestinos defendiam os interesses do latifúndio. Contudo, devemos compreender que no início dos anos 1960, entre os representantes de uma narrativa ideológica mais tradicional, havia forte influência desta categoria sobretudo por muitos governadores serem, eles mesmos, herdeiros daquele sistema. O Nordeste era uma zona predominantemente rural e a política regional era em muito pautada por esse fato. Ali haviam ecos demasiadamente audíveis de uma sociedade cuja dinâmica e forma de produzir estavam sendo superadas, qual sejam, as dos engenhos patriarcais e clientelistas, onde o patrimonialismo era largo em seu alcance. A industrialização do Centro-Sul significava para estas forças políticas a derrocada de sua hegemonia nacional, que o berço do país estava sendo preterido, que caíam as referências ainda resistentes ali.

O que chamamos aqui e no decorrer do nosso trabalho de forças políticas tradicionais do Nordeste, nada mais são do que o conjunto dos personagens e de sua capacidade de influenciar o poder estadual, conjugado a interesses latifundiários, privados, clientelistas e tradicionalistas de sua própria agenda. Trata-se da soma dos grupos que mais se interessavam em exercer uma política estadual - incluindo os próprios governadores - voltada à manutenção das estruturas que possibilitavam a permanência da dinâmica social e política da região, fazendo breves concessões à modernização para a afluência de capital. Isto, no entanto, não poderia modificar profundamente a tradicional sociedade ali existente. Não poderia transformar a forma como há séculos, de forma mais ou menos permanente, a região era organizada. Estes fatores eram, além da cultura

regionalista nordestina, o elo político entre os estados do Nordeste para a organização de seu bloco.

Trata-se de um grupo complexo e repleto de contradições. Como dizemos, por exemplo, que estas forças políticas eram homogêneas? Não é possível fazermos isso. Contudo, organizadas em um bloco político a partir de 1958, estas forças se conjugaram, a partir de grande parte dos seus representantes, em defender os interesses das elites regionais e de suas tradições simbólicas, como veremos no primeiro capítulo, em luta constante com um poder central em transformação. Esta transformação resultaria no cenário existente entre 1961 e 1964, onde esta luta se acirraria e ampliaria o engajamento dos políticos nordestinos organizados em bloco.

Quando as Ligas Camponesas deram os primeiros sinais de que os trabalhadores do campo estavam também organizados, mas para requererem seus direitos, bem como as mudanças nas relações quase servis existentes na zona rural de Pernambuco e, mais tarde, do Nordeste inteiro, os representantes políticos e todos aqueles que os orbitavam defenderam a defesa das grandes propriedades de terra e buscaram sufocar o movimento tanto quanto pudessem. Para muitos, como Cid Sampaio, governador de Pernambuco – cujo nome é um dos mais mencionados neste texto –, as Ligas eram uma célula do movimento revolucionário cubano que em 1959 derrubou o governo e instituiu um novo regime em seu país. O alinhamento dos revolucionários cubanos à União Soviética – precedido pela tentativa de invasão dos EUA a Cuba e consequência direta deste fato – agravou a situação internacional e ampliou a desconfiança no movimento camponês.

A Revolução Cubana abalou a forte e histórica influência dos Estados Unidos na América Latina. O ocorrido representava para muitos formadores de opinião o possível início da derrocada capitalista na região, além de ser um fator de risco à segurança dos EUA e de seus aliados na Guerra Fria. Fidel Castro e seu movimento nacionalista foram motorizados pela rejeição ao forte apoio dado pelos estadunidenses ao regime ditatorial de Fulgêncio Batista, no qual o país deixou de lado sua autonomia e reforçou seu papel de apêndice colonial. Isto fez com que a via revolucionária fosse exposta de forma visível na América Latina, podendo se tornar um exemplo entre países que vivam uma forte onda antiestadunidense. Ao que parecia, a pobreza endêmica, as amplas desigualdades sociais, o domínio latifundiário, o governo opressor e o atraso econômico da ilha caribenha haviam sido fatores decisivos para a ocorrência da revolução. Toda a região se encontrava, de forma mais ou menos parecida, naquela situação.

Havia uma outra questão em jogo: não foi somente a posterior adesão dos revolucionários cubanos ao socialismo que causou receio ao governo dos EUA. Movimentos nacionalistas já afetavam o imaginário coletivo dos EUA durante a Guerra Fria antes mesmos de 1959. Quando organizações políticas com este caráter ganhavam força, a desconfiança em torno delas crescia conforme aumentava também o receio quanto à perda de espaço destinado ao capital estrangeiro em um determinado país. Geralmente, os regimes nacionalistas eram comparáveis com governos de transição no caminho do socialismo, tese, por mais problemática que seja, que o caso cubano ajudou a perpetuar.

Para os EUA, intervir na região e evitar a repetição do modelo revolucionário cubano era indelével questão de segurança nacional. Fazer isso era assegurar a sua força na região e controlar a administração de seu poder. Contudo, como fazer isso se, por um lado, haviam apoiado alguns dos ditadores que levaram os países à situação que se encontravam e, por outro, não poderiam mais apoiar este tipo de regime diante do rechaço ao autoritarismo soviético? A solução veio de um exemplo brasileiro, criado pelo presidente Juscelino Kubitschek, a Operação Pan-Americana (OPA): aplicar robustos montantes de ajuda financeira nos países latino-americanos, tendo em vista transformações a longo prazo para levá-los ao desenvolvimento num contexto em que a URSS ampliava seu raio de busca por novas regiões de influência. Os EUA já possuíam certo *know how* para isso, pois o Ponto IV ensaiou nos anos 1950 aquilo que seria mais incisivamente praticado na década seguinte. O resultado foi a Aliança Para o Progresso (APP).

A APP foi um programa lançado pelo governo John F. Kennedy (JFK) para colocar os países da América Latina na rota do capitalismo global, forçando seu desenvolvimento e estruturando-os para conter movimentos de alinhamento comunista ou com alguma tendência à esquerda, descontentes com a sua situação interna. Durante dez anos, a APP forneceria ajuda para projetos submetidos pelos governos dos estados, junto ao governo federal, que contemplassem transformações socioeconômicas relevantes para a redução das diferenças sociais, do analfabetismo, da pouca distribuição de renda, entre outras coisas como reformas agrárias pontuais para resolver os conflitos no campo. Tratava-se de um projeto de cooperação, com o qual os líderes políticos deveriam se envolver inclusive garantindo sua participação por meio de investimentos, incentivando o crescimento de empresas privadas – muitas delas estadunidenses. Desenvolver mão de obra técnica especializada era também um dos objetivos da APP.

Nesse contexto, o Nordeste aparece como região protagonista. Tratava-se, na análise da força-tarefa que colocou o projeto em prática, de um local especialmente pobre e desigual, onde resistiam práticas alicerçadas no mandonismo, no servilismo e no depauperamento dos recursos naturais e humanos. Fazer os recursos destinados ao desenvolvimento no Nordeste penetrar aquela redoma não parecia difícil. Contudo, fazer com que este dinheiro fosse utilizado para mudar a forma como aquela sociedade predominantemente rural se organizava parecia um desafio muito maior. Mas, aos olhos dos EUA e especialmente de seu embaixador, Lincoln Gordon, garantir a efetividade desta entrada de recursos no Nordeste era essencial, pois lá estava o epicentro da convulsão social e da organização comunista, hipoteticamente incorporada pelas Ligas Camponesas. Aquela poderia ser a porta de entrada para o socialismo adotado por Cuba, país com o qual alguns líderes do movimento camponês eram acusados de terem fortes relações.

Esta situação se agravou com a renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil, poucos meses após sua posse, em 1961. A conturbada ascensão de seu vice, João Goulart, ao governo gerou estrondoso impacto interno e externo. No Brasil, Jango era acusado, mesmo sem qualquer base material, de ter filiações comunistas, uma proximidade maior do que era necessária com o seu cunhado “radical”, Leonel Brizola – que como governador do Rio Grande do Sul nacionalizava empresas estrangeiras -, e ser herdeiro do populismo trabalhista de Getúlio Vargas, o qual vinha sendo combatido desde os anos 1950. Nos EUA, estas impressões causavam arrepios, pois um homem como ele ter caído incidentalmente na cadeira presidencial poderia acelerar a radicalização socialista no país. Além disso, o impedimento de sua posse por forças políticas críticas a ele, bem como por uma considerável ala do exército, que o relegaram ao posto de Chefe de Estado no período Parlamentarista, demonstrava a agudização da crise política brasileira.

Somava-se a isso o fato de a Política Externa Independente (PEI) nortear as relações internacionais do Brasil sem definir qualquer aliança exclusiva, inclusive mantendo-se atenta aos interesses soviéticos. A PEI, desenvolvida ainda no mandato de Quadros, previa explorar mercados e alianças externas sem tomar parte no conflito dito polarizado da Guerra Fria. Para os EUA, tratava-se de mais uma barreira à influência de seu bloco, embora o Brasil estivesse culturalmente alinhado ao perfil político e cultural estadunidense. Ao mesmo tempo, soava como uma possibilidade de maior presença soviética em um momento no qual isto era compreendido como risco aos interesses estadunidenses no hemisfério.

Esses fatores fizeram com que a ação da APP fosse bastante específica no Brasil, sobretudo no Nordeste. Naquele momento, era necessário fazer com que os projetos para a captação de recursos fossem elaborados pelos governadores dos estados. Estes entendiam haver um problema na triangulação entre APP, governo federal – representado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – e governos dos estados nordestinos. Segundo os governadores, havia um desinteresse histórico por parte do poder central em investir na região, algo supostamente constatado nas décadas de apelo dos governos e demais forças aliadas aos presidentes da república, buscando sanar o problema das secas. Além disso, essas forças políticas tradicionais acreditavam, em consonância com os EUA, que a implementação da PEI e, depois, outras diretrizes impressas por Jango desde a renúncia de Jânio Quadros, eram inimigos da ideologia predominante no bloco político nordestino formado a partir de 1958, qual seja, aquela voltada a princípios patrimonialistas e ao mesmo tempo liberais. Assim, desse ponto de vista enviesado, mecanismos institucionais burocráticos como a Sudene favoreceriam mais ao socialismo do que ao capitalismo, diziam. Esta foi a narrativa que as forças políticas tradicionais do Nordeste mais utilizaram para requerer ajuda externa estadunidense.

Sendo a APP um programa que previa distanciar a América Latina do socialismo por meio do desenvolvimento financeiro e estrutural – instigado por uma luta contra a desigualdade que jamais se concretizou -, ela chamou a atenção dessas forças políticas que diziam estarem cercadas pela força das Ligas Camponesas, por seus líderes supostamente comunistas e ameaçadas pela possível ascensão de políticos de esquerda ao governo de estados-chave na região, como Miguel Arraes em Pernambuco. Conforme a crise política brasileira ganhava contornos mais dramáticos, a APP modificava seu trajeto ora pelo interesse estadunidense em fortalecer políticos simpáticos ao seu bloco nos estados do Nordeste, ora pelo interesse dessas forças regionais na manutenção do seu poder e na fermentação de uma proclamada autonomia nacional.

A dita radicalização de Jango frente à sua falta de apoio parlamentar (que pode ser resumida em uma ousada, mas não realmente radical, insistência retórica em prometer uma maior participação popular no governo) modificou um cenário já instável. Inimigas do presidente - pois seu discurso em torno das reformas de base, que incluía a agrária, se fortalecia -, as forças políticas tradicionais do Nordeste foram fundamentais para minar o poder central e ganhar respaldo estadunidense com isso. Logo, o fluxo de dinheiro decorrente da APP se tornava mais e mais sinuoso para contornar o governo federal e,

abandonando suas premissas ancoradas no desenvolvimento, fortalecer políticos preferíveis aos que flertavam com a esquerda num momento de crescimento vertiginoso das Ligas Camponesas e da violência no meio rural. Mais uma vez, a exemplo do que ocorrera com o Ponto IV, outro plano de ajuda econômica se converteria mais explicitamente em instrumento de política externa.

Diante desse contexto, defendemos a tese de que as forças políticas tradicionais do Nordeste transformaram a APP em canal para uma renovada relação paternalista, que deixava de ter como ponto referencial o governo federal, supostamente tomado por forças antagônicas, para substituí-lo pela tutela estadunidense. A busca insistente destas forças tradicionais, organizadas em bloco regional (circunscrito por uma identidade própria) pelos recursos da APP para, em tese, barrar o socialismo, substituiu, em parte, o histórico discurso de luta contra as secas. As exigências eram feitas para resolver problemas pontuais de curto prazo, não mudar as estruturas que preservavam o *status quo* de tais forças – ao contrário do que desejava a APP -, sob a justificativa da luta anticomunista. Olhando cautelosamente, a dinâmica que se estabeleceu a partir disso em muito se assemelha à antiga dinâmica entre poder regional e federal na busca por recursos contra as secas que, de certa forma, recebia zelo insuficiente por parte do governo central e, ao mesmo tempo, zelo insuficiente por parte dos poderes regionais.

É necessário reforçarmos que nossa investigação tem foco na região rural do Nordeste, a que acabou por se afirmar no imaginário coletivo nacional como ponto de precariedade e penúria mais agudo do Brasil. Este foco também se justifica pelo fato de o foco de maior preocupação dos EUA em relação ao Nordeste ter sido a zona rural, onde as lutas camponesas avançavam e ganhavam atenção de líderes políticos de esquerda. Por esta razão, daremos pouco espaço ao desenlace de processos políticos distantes dos conflitos concentrados no campo, área mais ampla da região. Era de lá que se irradiava boa parte das forças políticas às quais nos referiremos.

Para defendermos nossa tese, primeiro analisaremos o Nordeste como região que se diferencia por uma identidade histórica construída a partir da ascensão do Centro-Sul como polo industrial e econômico brasileiro, além de centro político predominante. O regionalismo nordestino nos remete aos anos 1920 quando por meio das artes, do pensamento intelectual e mesmo da política, a imagem da pobreza e da penúria natural do Nordeste foi estabelecida para anteceder qualquer outra. Sua razão de ser está muito ligada ao declínio do Norte como berço e referência maior da sociedade brasileira, ao seu esquecimento em consequência da emergência sulista e à necessidade de chamar a

atenção do poder central. Mostraremos como esta relação entre região e governo vem sendo parte de um processo oriundo de nossa colonização, onde o paternalismo teve papel essencial. Este paternalismo foi crucial para definir como as forças políticas tradicionais do Nordeste se comportariam diante da APP.

Contudo, neste primeiro passo foi necessário fazermos algumas digressões fundamentais à defesa de nossa hipótese. Para ilustrarmos como se constituiu a relação das forças locais com o poder central – inicialmente com Portugal, depois com as autoridades republicanas brasileiras -, optamos por oferecer um panorama sobre a formação das estruturas que permitiram a existência de tal dinâmica, cuja origem está no processo colonizador brasileiro e em seus desdobramentos.

Em seguida, discutiremos mais detalhadamente como surgiu a APP no contexto dos embates da Guerra Fria. Neste momento, mostraremos com afinco os propósitos do programa e as teorias científicas que motivaram e respaldaram sua gestação, prevendo um combate ao socialismo por meio da propagação efusiva do capitalismo e do desenvolvimento. Ao contrário do que ocorreu com a Europa do pós-Segunda Guerra Mundial, recuperada com ajuda dos EUA pelo Plano Marshall, a América Latina e o Nordeste especificamente não possuíam as condições estruturais e o mesmo desenvolvimento capitalista para facilitar o emprego dos recursos destinados à região. O desenvolvimento almejado se tornou mais penoso em decorrência disto. Além do mais, o Brasil passava por uma crise política interna que gerava uma instabilidade capaz de comprometer os intentos estadunidenses. A PEI, como vimos e dissertaremos com mais amplitude, foi outro fator que impôs à APP dificuldades específicas em meio ao cada vez mais concreto estabelecimento do regime em Cuba.

Por fim, examinaremos como as forças políticas tradicionais nordestinas, diante deste cenário, lapidaram a relação paternalista que se desenvolveu por parte dos EUA em relação à região. Assim, mostraremos de que forma a relação paternalista que existia entre governo federal e forças políticas tradicionais nordestinas, pautada pela secular busca por recursos para conter as secas e a pobreza, ganhou novo direcionamento no sentido do que os EUA propunham. Desejavam investir na região e o discurso dos poderes locais de que o combate ao socialismo era fundamental, sobretudo em uma região efervescente em termos políticos, substituiu o discurso apelativo para combater a seca. Ao mesmo tempo, estas forças políticas fragilizavam João Goulart e minavam seu poder negociando diretamente com os EUA os recursos da APP, sem a triangulação necessária com a Sudene.

Nossa pesquisa abrange os anos de 1961 a 1964. Trata-se do período que vai do lançamento da APP ao momento em que uma das mais traumáticas rupturas políticas ocorrem no país: a deposição forçada de João Goulart por um movimento militar. Entendemos que a razão pela qual as forças políticas tradicionais nordestinas se aproximaram tanto dos EUA para requerer recursos, foi a suposta ameaça comunista na região, buscando a APP para contraírem recursos e manterem seu poder, não necessariamente por meio do combate ao comunismo. Ao mesmo tempo, tendo a APP sido criada em 1961, dentre outras coisas, mas principalmente, para frear o avanço comunista, ela perde sua força no Brasil a partir da ruptura política que ocorre em 1964. Sabemos que o programa teve continuidade no país mesmo após 1964, porém o fervor da busca de forças políticas nordestinas por ele arrefece ao passo em que o motivo para isso se torna vigiado pelo Estado.

É necessário elucidarmos que o objeto central da nossa pesquisa são as forças políticas tradicionais nordestinas e seu comportamento político em relação à APP. O programa estadunidense divide protagonismo com o referido objeto porque, sem ele, não poderíamos realizar a análise que se conclui neste trabalho. Por vezes, o leitor pode confundir o objeto central da pesquisa com as Ligas Camponesas. Claro, trata-se de uma organização crucial para nossa pesquisa, pois sem elas as forças políticas nordestinas não teriam encontrado um motivo tão denso para se aproximar da APP e de seus recursos econômicos. Porém, apesar desta importância, e de intercalarmos exames sobre as Ligas e as forças políticas tradicionais, é sobre estas últimas e o uso utilitário que fizeram da APP que nos deteremos de forma mais atenta.

Este exame propõe uma crítica à ideia bastante consolidada de que os centros políticos reconhecidos como potências, como os EUA, estabeleciam uma relação plenamente vertical com os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil. Essa ideia costuma descrever a relação das potências com as periferias mundiais como mero resultado dos desejos das primeiras em relação ao que as segundas tem a oferecer (GUIMARÃES, 2000). Com isso, as potências centrais colocariam os Estados em subalternização irremediável. Embora saibamos que este tipo de relação existe e se tornou regra em diferentes ocasiões, a pressão e a barganha das forças políticas tradicionais do Nordeste acabaram por reduzir, mesmo em parte, a proeminência das tomadas de decisão estadunidense. No caso por nós estudado, é notável o desejo dessas forças políticas em influenciar a ação da APP no Nordeste, com o governo federal e o Brasil como um todo.

Para realizarmos essa análise, fizemos o mapeamento e o exame de documentos – telegramas, relatórios, cartas, memorandos, entre outros – emitidos ao *Department of State* por consulados e pela embaixada dos EUA no Brasil. Os documentos por nós selecionados relatam o cotidiano político do Brasil e mais especificamente do Nordeste e registram as relações dos políticos brasileiros com os oficiais estadunidenses pois guiavam o olhar dos EUA sobre a situação política do Brasil no contexto da Guerra Fria. Neles estão contidos o substrato de nossa investigação, um vasto conteúdo que exprime o olhar particular dos EUA sobre a política brasileira, nordestina e as relações entre as forças políticas nacionais e o interesse da APP pelo desenvolvimento capitalista. Pela leitura e acurada análise do conteúdo presente neste acervo documental, construímos nossa narrativa histórica que fornece, ao mesmo tempo, subsídios para melhor conhecer a história do Brasil e de suas relações com os EUA durante parte da Guerra Fria.

Toda a documentação por nós analisada foi disponibilizada pelo projeto *Opening the Archives*, uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá e a *Brown University* (EUA). Durante alguns anos, os coordenadores do projeto conseguiram adquirir milhares de documentos em microfilme, mais tarde digitalizados e publicizados na internet¹. São mais de trezentas mil páginas de documentos que registram as relações entre Brasil e EUA desde o início do século XX. Todo o material foi digitalizado por bolsistas estadunidenses e brasileiros, em um esforço conjunto que resultou, para a UEM, no título de instituição com o maior acervo documental deste tipo no Brasil.

Parte deste material foi recolhido no repositório do projeto hospedado no provedor da *Brown University*. A maioria, contudo, foi acessada por intermédio do repositório do projeto hospedado na Central de Documentação da Universidade Estadual de Maringá. Em razão de cada um destes canais disponibilizarem o acervo de forma diferente, foi necessário elaborarmos formas distintas de referência dos documentos. Ao referenciar os documentos procedentes do primeiro canal, fornecemos a página de acesso ao registro como compensação à ausência de mais informações fornecidas nos próprios documentos, algo que foge ao controle da equipe encarregada de disponibilizar o material. Quando referenciamos documentos da *Central Intelligence Agency* (CIA), optamos por seguir a ordem dos elementos disponibilizados pela própria agência em seu portal virtual.

¹ *Opening the Archives: U.S.-Brazil relations* – Disponível em <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>.

Ao todo, examinamos quase trinta mil páginas de documentos diplomáticos em 21 rolos de microfilme, além de outros documentos digitalizados. Para este trabalho, mapeamos e analisamos um total de 168 documentos que passaram pela triagem anterior, totalizando quase seiscentas páginas. A variedade dos registros é enorme e, em alguns casos, somente foi possível encontrar conteúdo pertinente à nossa pesquisa em fragmentos de alguns deles. Nos anexos deste texto é possível encontrar a reprodução de uma pequena parte destes documentos, dando aos leitores a oportunidade de ter contato com o material que utilizamos. O resultado deste longo exame se encontra nas páginas a seguir.

CAPÍTULO 1 – TERRA SECA: AS LIGAS CAMPONESAS FRENTE À CRISTALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA REGIONAL DO NORDESTE

*Quem quiser que venha ver meus causos
Que eu conto com satisfação
Pra clarear as cabeças de bom pensar
Sobre o acontecido em Cajazeira
Lá onde um coronel diz que é bom que só Deus
Porque dá metade pra quem planta e cuida do seu gado
Quem quiser que venha ver se está tudo certo ou errado
No meu causo acontecido
Se gostar que faça uso e bom proveito
Se não gostar continue deixando tudo esquecido*

Sérgio Ricardo & Alceu Valença - A Noite do Espantalho (1973)

A imagem que se cristalizou e assim permaneceu durante muito tempo na memória nacional sobre o Nordeste brasileiro é a do sertão seco e pobre, do semiárido cheio de “causos”, misticismo e abandono, onde a realidade se confunde com o fantástico e personagens próprios de seu universo se projetam para além dele. Trata-se, em verdade, de uma região diversa demais para se encerrar no cenário da miséria atribuído a ela desde tempos vetustos. É marcada pela presença de uma vegetação atlântica no litoral, a Zona da Mata; pelo estreito agreste, onde ocorre uma transição para o sertão, predominado pela caatinga e a secura, além do Meio Norte onde o semiárido dá espaço ao clima amazônico. Esta região inteira, primeira a ser ocupada pelos colonizadores, palco de um esquecimento fundamental ao funcionamento de uma ordem social particular, constitui-se em personagem histórico resultante de processos humanos responsáveis pela sua caracterização, sejam estes processos exógenos ou não. Apesar de sua pluralidade, o Nordeste foi fincado na história do Brasil como região homogênea e de atributos estanques.

O cenário muitas vezes é permeado pelas imagens das grandes propriedades de plantações de algodão ou canavieiras, em torno das quais aquela sociedade em muito se organizou. Por volta de 1600, o Brasil já produzia cerca de oito a nove mil toneladas de açúcar por ano e ao menos duzentas moendas de açúcar existiam no território onde surgiria o que com o tempo passou a ser denominado Nordeste, se tornando peças fundamentais na acelerada exportação desse produto para a Europa. Até o final do século XVI, os engenhos brasileiros já produziam mais do que os das ilhas do Atlântico, pertencentes a Portugal, possibilitando a reprodução desse sistema de forma exaustiva

(KLEIN; LUNA, 2010). Apesar de parecer sempre esquecido, o Nordeste não só esteve frequentemente protagonizando a história do Brasil, mas na mira de desdobramentos políticos globais.

Isto fica evidente quando pensamos em como as transformações provenientes dos chamados “anos dourados” dos países ocidentais de capitalismo avançado, iniciadas nos anos 1950, atingiram o chamado “Terceiro Mundo” de forma relativamente tardia, mas não pouco significativa. Por mais que os efetivos da recomposição industrial do pós-guerra, do rápido quadro de crescimento econômico dos países ao Oeste do mundo soviético e da preocupação dos Estados Unidos com o crescimento da União Soviética (URSS) tenham sido, a princípio, localizados distantemente das antigas colônias africanas e asiáticas e da América Latina, a modernização intrínseca a estes processos já vinha se fazendo presente nestes países mais pobres. Mesmo as regiões mais isoladas sentiam o respingar da maximização de uma economia global, da acelerada produção de bens de consumo duráveis e da burocracia, mesmo que tal sentimento fosse mais perceptível a uns do que a outros.

A América Latina sentia timidamente as mudanças econômicas globais nos anos 1960, apesar de territorialmente estar tão próxima aos EUA, mas, até ao menos 1959, tão distante de seus planos de desenvolvimento econômico, como outras regiões pobres do mundo que haviam sido colonizadas pelos europeus, estes sim, recuperados pelo Plano Marshall. Chegavam ainda sob a forma de utensílios domésticos, medicamentos, bens de consumo duráveis e “repartições do governo cheias de papelada, mas que tendiam a dividir a humanidade, em tais áreas, entre os que operavam dentro e através do mundo da escrita e das repartições e o resto”. Na maior parte do “Terceiro Mundo”, e mais especificamente no Brasil, onde a colonização se iniciou pela costa, esta distinção foi emulada “entre ‘litoral’ e ‘interior’, ou cidade e sertão”. Porém, é importante realçarmos que “como modernidade e governo andavam juntos, o ‘interior’ era governado pelo ‘litoral’, o sertão pela cidade, o analfabeto pelo educado” (HOBBSAWM, 1995, p. 345). Esta dinâmica, impressa nas relações políticas e econômicas internacionais entre metrópoles e colônias e, mais tarde, centros de decisão e suas periferias, foi representada também em nível nacional no Brasil.

Este país, vale lembrar, pertence há muito a uma categoria de países que autores como Samuel Pinheiro Guimarães (2001, p. 15) chamam de “grandes Estados periféricos”, ou seja, aqueles que se defrontam “com um cenário internacional que resulta de um processo histórico e que se organiza em torno de ‘estruturas hegemônicas de

poder’, as quais tem em seu núcleo os ‘Estados centrais’”, aqueles que emanam condições de relevância para todos os outros localizados à periferia da política internacional. É justamente em razão disso que o Brasil caminhou tardiamente em direção ao seu desenvolvimento, durante muito tempo servindo de aporte para o desenvolvimento do centro político global, fosse da Europa num passado mais remoto, fosse de outros núcleos de poder num passado mais recente.

A “periferização”² do Brasil no plano internacional se tornou espelho das relações entre litoral e interior do Brasil, bem como entre o centro das decisões políticas nacionais e as outras regiões da federação, prática esta existente desde a colonização. O litoral nordestino, por exemplo, em muito se distanciava, em termos econômicos e sociais, do longínquo sertão, embora essa distinção não seja feita com frequência pelos que compreendem o Nordeste por meio das imagens petrificadas de sua pobreza, algo sobre o que trataremos com mais detalhes adiante. Importa agora dizer que o Nordeste se distanciava, nos mesmos termos, do industrializado Centro-Sul das décadas de 1920-30, estaleiro da modernização que desembarcava diretamente da Europa. Fica evidente a multiplicidade de locais de poder e de hierarquias definidas a partir da relevância de cada um deles para outros locais, seja nacional ou internacionalmente, política ou economicamente, num período em que o novo sistema político republicano ainda era visto como uma novidade.

Vejamos, por exemplo, o entusiasmo dos EUA com os países ao sul na década de 1920, configurando uma diretriz da política externa estadunidense para a América Latina ao se posicionar contra a retomada das colônias espanholas por sua metrópole e defendendo o direito de autodeterminação dos países latino-americanos. Trata-se claramente de um posicionamento do país, em sua escalada rumo ao status de potência global, diante do papel que deveria exercer internacionalmente sobretudo na região que

² Precisamos elaborar aqui uma breve crítica ao conceito de *Estados periféricos* como proposto por Pinheiro (2001). Concordamos em parte com sua análise que compreende a existência de nações que se pretendem centrais, difusoras de influência e controle político, o que acaba por forçar a “periferização” de outras nações. No entanto, esta visão das relações internacionais em muito abandona a força que os chamados *países periféricos* exercem sobre os centrais. A postura dos países centrais em termos de política externa em muito depende da postura dos países periféricos e dos desafios que eles impõem. Por exemplo, a Aliança Para o Progresso, nosso objeto de pesquisa, jamais seria necessária se o Brasil, entre outros países alvos do projeto, correspondesse totalmente às expectativas do centro como um país acessório. Os EUA se viram às voltas com a Política Externa Independente brasileira, forçando meios de contorná-la. O que vimos em ambos os casos por parte dos EUA foram políticas elaboradas no centro, mas comprometidas com esforços de reduzir o tensionamento de poder e as demandas definidas pela periferia. Entendemos que os centros de poder possuem maior autonomia decorrente de seu desenvolvimento alocado em uma dinâmica global econômica e política por eles guiada, mas eles estão longe de tomarem decisões ignorando a importância das “margens internacionais”.

ia do México ao fim do Cone Sul (JUNQUEIRA, 2001). Porém, desde o século XIX os EUA investiam na colaboração com movimentos emancipatórios existentes na América Latina, como os que enfrentaram a guerra pela Independência Cubana entre 1885 e 1898, para depois torná-los seus protetorados (VILLAÇA, 2011).

O interesse das forças políticas tradicionais brasileiras por estas aproximações dos EUA se evidencia em diferentes ocasiões. Na década de 1870, um verdadeiro fervor imperial tomou os EUA com a visita de Pedro II, que se tornaria o estrangeiro mais popular a visitar o país no século XIX. A partir daí, não por coincidência, a política externa brasileira deslocou sua prioridade em direção aos EUA em detrimento da Europa, sobretudo para reforçar o processo independentista. Com a queda do Império e a Proclamação da República, os efeitos dessa priorização se mostraram no sistema republicano adotado pelo Brasil, mesmo que sua configuração nacional, fragmentada em regiões relativamente autônomas, destoasse do exemplo federativo estadunidense. Entre 1902 e 1912 ocorrerá o momento de estreitamento das relações entre os dois países (McCANN, 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial ficou claro que o conflito uniu mais os estadunidenses e os brasileiros “de diversas maneiras do que em qualquer outro momento da história. O intercâmbio de cultura, tecnologia e produtos foi profundo, mas principalmente no lado brasileiro” (McCANN, 2011, p. 50) que abria as portas para a entrada maciça da produção estadunidense³. Isso se tornou ainda mais flagrante durante o governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, quando houve considerável aceitação quanto à presença dos EUA no desenvolvimento material promovido pelo presidente em seu plano de fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”. Os exemplos de aproximações entre os dois países, como podemos ver, são variados e antigos.

A aproximação que mais nos interessa aqui ocorreu em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960. Ou, como dito por Josué de Castro (1967), quando os EUA descobriram o Nordeste brasileiro e compreenderam a existência de um potencial que ultrapassava suas características estratégicas militares, como perceberam na Segunda Guerra Mundial. Foi quando descobriram a pobreza estrutural da região e suas supostas semelhanças com

³ É importante lembrarmos que Getúlio Vargas manteve, durante bastante tempo, uma postura política mais alinhada aos países do Eixo do que aos Aliados desde antes de os dois blocos antagonistas assim se definirem. Até o início dos anos 1940, o Brasil achava que uma aproximação com os EUA era mais perigosa do que uma aproximação com a Alemanha nazista. O interesse dos EUA em ajudar no desenvolvimento da Companhia Siderúrgica Nacional e o bombardeio de navios mercantes brasileiros por um submarino nazista em 1942, modificou este panorama. Seja como for, a penetração de recursos estadunidenses no Brasil foi significativa.

Cuba: a presença significativa de uma indústria canavieira, a miséria das regiões sertanejas, a ausência de reformas pontuais que reduzissem a pobreza e a penetração de agentes políticos alinhados ao comunismo entre os movimentos camponeses. Para a CIA e para os consulados estadunidenses localizados no Brasil, o Nordeste era um barril de pólvora pronto para explodir e desencadear no país uma revolução violenta. Como disse um jornalista da corte portuguesa, parecia uma região cheia de um “vapor maligno” que emergia de Pernambuco e contaminava todo o perímetro (GARCIA, 1984), sintetizando a visão tradicional dos conservadores em relação ao perfil político revolucionário.

Ao visitar a Universidade de Manaus em 1962, onde pretendia discutir com a comunidade acadêmica local a importância da APP, o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, ouviu questionamentos importantes dos estudantes ali presentes, todos eles interessados em conhecer melhor os interesses estadunidenses por trás da APP. O embaixador se deteve a um discurso economicista tentando demonstrar porque o termo "imperialista", empregado por muitos brasileiros para definir o projeto, não se encaixava diante de uma história de cooperação e amizade entre Brasil e EUA, história por ele evocada inclusive para justificar sua presença ali. Tratou como injustas as acusações de que as empresas estrangeiras sangravam a economia do Brasil, pois, em sua visão, talvez existissem “alguns abusos”, mas, segundo ele, o balanço geral mostrava que a frase “sangramento econômico” não era mais do que “demagogia⁴ despreocupada com os fatos”⁵.

Um dos estudantes que tiveram a oportunidade de questionar o embaixador (seus assessores fizeram uma triagem entre os presentes, embora tenham se frustrado após ouvirem as perguntas) questionou: “por que a Aliança Para o Progresso surgiu apenas quando o problema cubano se tornou mais grave para os EUA?”⁶, sugerindo que o embaixador mascarava as intenções do projeto. O documento que relata isso não apresenta a resposta de Gordon, mas é evidente, como atestaremos, que a existência do programa possuía dois objetivos específicos: desenvolver os países latino-americanos para colocá-los em sintonia com as transformações econômicas ocidentais, oriundas dos

⁴ Com flagrante frequência, os analistas estadunidenses tratavam os movimentos políticos de esquerda como demagógicos, de modo que, neste trabalho, geralmente é a isso que se referem os trechos nos quais os formuladores destacam este viés.

⁵ BRUBECK, William H. Ambassador Gordon defends US against misconceptions in meeting with university students in Brazil's Amazon, memorando de 05 de outubro de 1962, p. 02. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>>.

⁶ Idem.

“anos de ouro” do capitalismo moderno, e, com isso, afastar estes países da URSS e evitar que Cuba se tornasse um exemplo viável.

O interesse dos EUA em investir no Nordeste por meio da APP descansa em diferenciados fatores que ultrapassam a miséria alarmante de sua região rural, fosse nas zonas açucareiras, fosse nas zonas algodoeiras, mas principalmente onde a subnutrição dos nordestinos chegava a limitar a expectativa de vida a vinte e cinco anos. Reside nas possibilidades de penetração do projeto na região atentando para suas peculiaridades econômicas, mas também políticas. Por isso, a formação histórica do Nordeste, a existência do regionalismo, de uma sociedade paternalista e clientelista resistente às transformações históricas durante algum tempo, a presença de movimentos populares rurais como as Ligas Camponesas e a explosão da Revolução Cubana em 1959 são importantíssimos para pensar o envolvimento da APP no Nordeste.

1.1. Nordeste: um personagem histórico

Após uma visita que durou quatro dias e meio, o correspondente do *The New York Times* Tad Szulc, geralmente enviado para cobrir acontecimentos de relevância internacional ocorridos na América do Sul, deixou Pernambuco com sua esposa e retornou aos Estados Unidos em outubro de 1960. Sua estadia em Recife resultou da necessidade de escrever uma série de matérias para o diário, nas quais relataria sua visita ao Engenho Galileia – bastião das conquistas dos trabalhadores rurais locais - e seu contato com as Ligas Camponesas, a influência das lideranças “subversivas” no Nordeste, a ação da Sudene e de seu diretor, Celso Furtado, sua entrevista com o governador Cid Sampaio, entre outras coisas.

Os relatos de Szulc, além de apelarem ao exotismo tradicional a narrativas sobre o Nordeste brasileiro àquela época, especialmente quando o foco eram as regiões rurais e sertanejas, provocaram em seus leitores um medo profundo por suas descrições emocionadas. Seu público, os estadunidenses envoltos pelas sombras da Guerra Fria, descobriram a pobreza do Nordeste brasileiro, particularidades que destacavam a região, como aquele pauperismo irrigava movimentos populares e como ali estava o palco de uma provável repetição dos episódios há pouco ocorridos em Cuba, quando a revolução liderada por Fidel Castro destituiu Fulgencio Batista e começava a dar indícios de caminhar em direção a um alinhamento com a URSS, o que de fato ocorrera pouco tempo depois. Para o jornalista, era evidente que o interior do Nordeste brasileiro, convalescendo

de tanta pobreza, de um sistema produtivo superado, mas ainda corrente, e de uma dinâmica sócio-política ultrapassada, porém resistente, era, mais do que qualquer outra, uma zona propícia à eclosão de levantes capazes de motorizar o “perigo vermelho” no hemisfério⁷.

As matérias de Szulc levaram luz a um problema já detectado pela inteligência estadunidense, como relata um documento recentemente desclassificado pela CIA⁸. Elas foram fundamentais para traduzir a um público mais amplo a linguagem técnica das investigações feitas tanto pela CIA quanto pelos consulados e embaixadas estadunidenses espalhados pelo Brasil. Ao mesmo tempo, fornecia aos diplomatas e cônsules lotados no Brasil impressões detalhadas sobre a efervescência política que vinha sendo embrionada na região, dando-lhes condições de pensarem estratégias e possibilidades para a contenção de revoltas cujos desdobramentos poderiam prejudicar os interesses estadunidenses no país. Surgia entre estes agentes políticos a hipótese de que o Nordeste poderia ser a porta de entrada a ser escancarada para o comunismo.

A ênfase de Szulc recaiu sobre “as perspectivas de uma situação revolucionária” que, de acordo com ele, “estavam aumentando naquela área do Nordeste brasileiro, sob a pressão do pauperismo generalizado e agravado pela calamidade das secas periódicas” (CASTRO, 1967, p. 150). A soma entre pobreza generalizada e estrutural e revolta social parecia a ele resultar apenas em um produto já conhecido: a revolução nacionalista cubana que, pouco tempo mais tarde, tornaria o país socialista. Sublinhando os atrasos e as precárias condições de vida no campo, sobretudo no sertão, o jornalista salientou como isto estava sendo usado por forças políticas “demagógicas” para inflamar a população e direcioná-la à luta política.

Szulc não foi o único a aportar no Nordeste e operar nesse sentido. O correspondente do jornal *Associated Press*, William Ryan, esteve em Recife em janeiro de 1961, pouco antes da Conferência de Punta del Este onde a APP seria oficializada, para analisar a situação política corrente às vésperas das eleições governamentais, segundo telegrama destinado ao *Department of State* emitido naquele mês. Ryan esteve com importantes dirigentes locais, como o governador do estado Cid Sampaio, o prefeito de Recife, Miguel Arraes, o deputado federal João Cleofas, entre outros. Além de

⁷ SZULC, Tad. Northeast Brazil poverty breeds threat of a revolt. *The New York Times*, 31 out. 1960.

⁸ CENTRAL Intelligence Agency. *The economic-military strengthening of Brazil, a factor of main importance for the security of the U.S.A. and of the democratic world (1959)*. Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT.

constatar os gritantes contrastes entre o litoral recifense e o sertão pernambucano, sobretudo no que tangia às condições de vida das populações e a pobreza calamitosa, alertou para o fato de que movimentos como as Ligas Camponesas, que já preocupavam Szulc, apesar de possuírem intenções nobres, estavam tomados por políticos comunistas que, inclusive, figuravam de forma saliente nas instituições estaduais⁹. A própria imprensa brasileira relatava com frequência como a miséria sertaneja do Nordeste semeava a força de organizações e políticos “castristas”, quando não simpáticos ao modelo político estabelecido em Moscou.

A revista *O Cruzeiro* se tornou uma das mais importantes e influentes do século XX no Brasil. De 1928 a 1975, publicou semanalmente edições que ilustravam acontecimentos e tendências culturais, esportivas, cinematográficas, entre outras coisas. Foi um dos primeiros meios de comunicação impresso a contribuir para a difusão do fotojornalismo, filão que ajudou a disseminar pelo país. Se empenhava em definir um novo padrão de comunicação, abusando da estética moderna e da linguagem imagética europeísta. A variedade dos assuntos abordados na revista editada pelos Diários Associados, do megaempresário das comunicações Assis Chateaubriand, abria espaço para um sem número de possibilidades, inclusive a política.

Quando Lincoln Gordon lançou seu livro *O progresso pela Aliança* em 1962, com a proposta de impulsionar a simpatia dos brasileiros quanto ao projeto ainda timidamente aceito, o cearense Glauco Carneiro era um dos jornalistas da revista. Foi ele o autor da matéria “Nordeste: sinal vermelho”¹⁰, publicada em julho daquele mesmo ano, num momento em que os esforços da APP para conseguir legitimidade e apoio no Brasil, mais ainda no Nordeste, eram vorazes e encontravam entraves variados. O título da matéria usava o termo “vermelho” para dar duplo sentido à frase: se referia à simbologia da cor nos semáforos e ao comunismo. Dizia, de forma explícita, que o Nordeste estava estático diante da sedução soviética.

Na outra capa, podemos ler: “Pernambuco: democracia em pânico”. Este subtítulo sugeria o estado como foco da análise de Carneiro e da existência de uma ameaça à democracia provocada pela “subversão”. Logo abaixo dele, lemos um resumo do que virá nas próximas páginas:

⁹ WALTERS, Edward T. *Visit of Associated Press analyst to Recife*, telegrama de 20 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 21, 932.30/3-162-932.84/4-1962, record group 59, slide 511. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁰ CARNEIRO, Glauco. “Nordeste: sinal vermelho”. *O Cruzeiro*, 07 jul. 1962, p. 35.

Por força da miséria do meio, propícia à difusão das ideias marxistas-leninistas, Pernambuco sempre teve uma extrema-esquerda atuante, que, acolhida, professada e discutida em tôdas as rodas, nunca encontrou grandes embaraços à sua ação, embora o comunismo estivesse na ilegalidade. A 7 de outubro, o PC, provavelmente, encerrará a luta de 40 anos contra a democracia: Miguel Arraes deverá se tornar governador do estado, passando aos vermelhos o controle do bastião mais importante da defesa do Atlântico Sul e cubanizando o Nordeste¹¹.

Atentemos para duas declarações expressas na citação mais acima. Primeiro, a de que Miguel Arraes provavelmente seria eleito governador no pleito de 1962 e passaria o comando do importante estado aos “vermelhos”. Segundo, a de que promoveria com isso a “cubanização” do Nordeste. A relação de causa e consequência de uma situação hipotética em relação à outra resultaria na conversão do Nordeste em uma nova Cuba, reforçando a imagem diplomática de que este era realmente um perigo iminente e de que existiam forças políticas profundamente dedicadas a fazerem isto acontecer. A argumentação da matéria se abraça à alegação diplomática e às premissas da “teoria da modernização”, da administração de JFK e da APP, sobre as quais falaremos em breve.

Por ora, ficamos com o relato de Teodoro Moscoso, um dos principais nomes da força-tarefa que colocou a APP em execução, a respeito de como os EUA deveriam fornecer subsídios para o desenvolvimento do Brasil e evitar o que previa a reportagem de Carneiro. Nas palavras dele:

Nossa postura diante do Brasil é complicada devido à situação especial na qual se encontra o Nordeste, a maior área de extrema pobreza na América Latina (23 milhões de pessoas, renda per-capta abaixo de 100 dólares). Reconhecendo esse problema e a instabilidade social dessa área, o governo dos EUA se comprometeu em fornecer 131 milhões de dólares em assistência passando de dois para cinco anos o programa de desenvolvimento para a área¹².

Para Moscoso, era necessário investir maciçamente no Brasil para que estes recursos alcançassem o Nordeste e, conseqüentemente, auxiliassem no empreendimento das estruturas que levariam a região ao desenvolvimento e à melhoria das condições de

¹¹ Idem. Mantivemos a acentuação e a formulação gramatical encontrada no documento. Mantivemos também nas próximas transcrições deste mesmo documento.

¹² MOSCOSO, Teodoro. *Agenda for Brazil Strategy Review Session*, memorando de 06 de fevereiro de 1963, p. 09. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>>.

vida das numerosas populações pobres, afastando-as da “tentação comunista” por arremessá-las em uma “era de ouro” tardia¹³. Notemos como Moscoso associa o problema da pobreza ao da instabilidade social, creditando a um a existência do outro. Esta associação é um dos alicerces da APP e do empenho dedicado pela sua comissão a executá-la. A sua recorrência é, além de um retrato da realidade da época, reforçada pela cristalização da imagem do Nordeste não apenas no Brasil, mas, a partir dos anos 1960, em boa parte do mundo como uma região quase que naturalmente pobre, mas cuja penúria era agravada por estruturas sociais superadas que vinham sendo questionadas pela esquerda. Se a mudança não ocorresse, era entendido que “os pobres da América Latina” – e, com eles, os do Nordeste do Brasil, um bolsão de miséria no hemisfério – “se voltariam para o comunismo em busca de ajuda” (SCHOULTTZ, 2000, p. 394). Com tantos pobres, o perigo parecia evidente.

Um relato de E. T. Walters, vice-cônsul estadunidense, feito em setembro de 1960 foi um dos primeiros a serem emitidos ao *Department of State* como esforço para o desenvolvimento da APP. Ele dizia que:

Condições econômicas particulares fazem do Nordeste brasileiro um esplêndido jardim com sementes para o cultivo do comunismo. Superpopulosa devido aos seus recursos econômicos presentes, a área é afetada por periódicas secas que desertificam o interior e forçam a população em direção a um estreito arco verde, onde situam-se os latifúndios canavieiros. (...) Recife, como exemplo principal dos problemas sócio-políticos e econômicos da região, é povoado por cerca de 300/400 mil cidadãos marginalizados de um total de 800 mil; este suntuoso número corresponde a pessoas que sequer sabem se conseguirão sobreviver de um dia ao outro. (...) Neste clima, os comunistas tem se movido rápido para capitalizar a abundância de miséria humana. Entre suas muitas ferramentas, a mais sinistra de todas são as Ligas Camponesas, cuja missão mais eloquente é a reforma agrária¹⁴.

Desde antes do surgimento da APP, os EUA reconheciam a necessidade de investir no Nordeste do Brasil para que as Ligas Camponesas, “organização comunista-castrista”, fossem barradas. O sertão e o cinturão canavieiro eram prioridades. Tratava-se

¹³ A profundidade da sociedade nordestina, sobretudo sua penetração no sertão, evidencia, com essa necessidade de implementar uma “era de ouro” tardia, o que Hobsbawm (1995) definiu, conforme apontamos no início desse capítulo, como a distinção entre litoral e interior.

¹⁴ WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 013, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

de uma questão a ser resolvida o quanto antes, sem que esforços fossem medidos. Por volta de junho de 1961, sumários e análises relativamente amplos emergiam entre os oficiais estadunidenses, assustando-os e alertando-os: a pobreza no Nordeste havia esgotado verdadeiras possibilidades de desenvolvimento, sendo fundamental agir para fazer o que fosse possível no sentido de tornar a penúria menos gritante¹⁵.

Desde fins dos anos 1950, Celso Furtado alertava para este fato que guiou a Operação Nordeste levada a cabo pela administração de Juscelino Kubitschek, resultando na criação da Sudene em 1960. Furtado e sua equipe salientavam como o Nordeste era uma zona tão extensa quanto pobre, a mais populosa do país e com níveis baixíssimos de desenvolvimento, o menor de toda a América Latina. Este atraso, segundo Furtado, existia, pois, “a monocultura favoreceu o latifúndio que ocupando as terras de melhor qualidade, inibiu o desenvolvimento de quaisquer culturas adicionais, concentrando enormemente a renda e impedindo a formação de um mercado interno” (RANGEL, 2000, p. 50).

Em 1961, o canal estadunidense ABC autorizava a produção do documentário *Brazil – The troubled land* – que propunha uma visão menos economicista que a de Furtado -, dirigido por Helen Jean Rogers, exibido em 1963 e dedicado a mostrar como as Ligas Camponesas ganhavam impulso no Nordeste brasileiro, fortalecidas pelo ideário comunista e ameaçando a hegemonia estadunidense no hemisfério mais uma vez. O documentário destaca a fome como fator primordial para a existência de movimentos sociais organizados e de como os camponeses, geralmente desprovidos de condições mínimas para sobreviver, se deslocavam até as capitais e à Zona da Mata para conseguir dinheiro; quando não, eram seduzidos por organizações políticas alinhadas ao comunismo.

O documentário parece fazer parte de um esforço publicitário do governo dos EUA para criminalizar movimentos camponeses e sua luta por terra. A narração constantemente traduz falas de Francisco Julião, advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), de forma distorcida, como se ele estivesse instigando uma rebelião que transformaria o Nordeste em uma nova Cuba, ou exaltando líderes

¹⁵ WILSON, J. W. *Your request for information on our assistance to Northeast Brazil*, relatório de 13 de junho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 615. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

revolucionários como Mao Tsé-Tung¹⁶. Além do mais, trata as Ligas como prole da Revolução Cubana, versão brasileira de seu movimento revolucionário, como se a história desta organização não antecederesse este contexto. Trata-se, portanto, de uma película contagiada pela visão estadunidense da Guerra Fria e de um esforço pouco efetivo em ler o Nordeste adequadamente, pois o faz à distância. As matérias escritas por Tad Szulc e William Ryan sofrem do mesmo problema.

Havemos de pensar no impacto da Revolução Cubana não somente nos EUA, mas também na América Latina. Havia um clima de anti-imperialismo que atacava sobremaneira o governo estadunidense, apelando a um abandono de suas possíveis intervenções na região. No contexto internacional, o nacionalismo, principal combustível do processo revolucionário cubano, se alastrava de forma a surgir como opção entre os países colonizados, ou mantidos em condição de submissão quanto a potências históricas. O episódio transcorrido em 1959 dava a movimentos nacionalistas o entendimento de que podiam promover transições à radicalização, inclusive através de um alinhamento aos ideais soviéticos. Isto se delineou no imaginário coletivo latino-americano à época.

É interessante sublinharmos como Rogers, a diretora do documentário, utiliza bem os mecanismos cinematográficos para afinar o discurso que quer reforçar com aquele delineado pela APP. Um discurso proveniente da ideia de que o desenvolvimento controlado pelas vias democráticas e liberais é a solução mais adequada para o Nordeste, onde está evidente uma dicotomia entre o campo “atrasado” e as cidades verticalizadas, repletas de prédios luxuosos. Um universo completamente oposto ao dos camponeses. Sua entrevista com Celso Furtado cristaliniza o referido discurso, embora suscite um problema verificado pelos diplomatas estadunidenses.

Quando questionado sobre o que os EUA poderiam fazer pelo Brasil, Furtado é categórico ao responder que aqueles são problemas brasileiros, que somente depois de serem resolvidos pelos seus compatriotas os EUA poderiam ajudar. Furtado não era unanimemente aceito entre os estadunidenses como uma boa referência à frente da Sudene. Sua fala foi devidamente inserida para reforçar suspeitas quanto ao seu papel na superintendência, algo que as forças políticas tradicionais brasileiras utilizariam à

¹⁶ Oficiais estadunidenses garantem que uma cópia do livro de bolso *Tactics of Guerrilla Fighters*, versão de uma publicação atribuída a Mao Tsé-Tung, foi distribuída entre as Ligas Camponesas nordestinas. Os oficiais, embora não apresentem imagens do livro, fazem um resumo consistente de seu conteúdo que é compatível com versões atuais. Ver: RABIDA, Albert A. *Excerpts from Mao Tsé-Tung's "Tactics of Guerrilla Fighters"*, relatório de 09 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 21, 932.30/3-162-932.84/4-1962, slide 415. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

exaustão para justificar o fim da mediação da Sudene no repasse de verbas estrangeiras para a região. O que Furtado não sabia, pois dificilmente haveria como, era que Rogers era uma reincidente interessada na situação política do Brasil, não apenas uma mera cineasta engajada em produzir uma película.

Segundo foi registrado por Arthur Poerner (1979), Helen Rogers esteve no Brasil no início dos anos 1950 a mando da inteligência estadunidense para auxiliar alas específicas do movimento estudantil a desestabilizar a campanha O Petróleo é Nosso. Ela, que vinha como estudante, era na verdade uma assessora com forte aceitação na Casa Branca, engajada em defender os interesses de seu país em solo brasileiro. A trama parece a de um autêntico filme de espionagem dos tempos de Guerra Fria, mas uma breve busca pelo nome da cineasta nos leva para além do que o referido autor nos mostra, comprovando sua efetiva presença nos quadros da inteligência dos EUA.

Seguindo por outro caminho, uma robusta produção literária, poética e cinematográfica –representada de forma exemplar pelo chamado Cinema Novo, do qual Glauber Rocha foi pioneiro –, buscou representar o Nordeste de forma que desafiasse a norma, aquela que prezava pelo reforço à miséria local. Buscaram reafirmar novas formas de se olhar para a região, atentando para a necessidade de um olhar crítico sobre os argumentos a respeito da situação natural da calamidade nordestina e sua pobreza, avançando em debates sobre as intervenções humanas neste processo. O trabalho de Sarah Sarszynski (2018) discorre com cuidado a respeito dessa produção que acabou sendo menos lembrada do que outras como as já mencionadas até aqui.

Entre 1960 e 1963, como vimos, diversas descrições sobre o Nordeste, tanto partindo da narrativa jornalística quanto da diplomática, priorizaram a pobreza como imagem regional predominante, a difícil vida dos sertanejos como síntese do cotidiano regional, a sombra da morte entre os camponeses famintos como retrato do desespero e a aproximação de organizações comunistas barganhando a participação destes indivíduos em suas frentes como consequência disso. Apesar de seus contrastes, a lembrança que nos chega do Nordeste é exatamente esta, como a de um personagem histórico. Comum a todos os relatos estava não só o fato de como uma potência do porte dos EUA, abalada pela instituição de um regime socialista em um país latino-americano e preocupada com seu avanço, deveria se portar diante da ameaçadora pobreza do Nordeste, mas também como esta situação localizada representava um quadro peculiar em meio às disputas por territórios de influência durante a Guerra Fria. Seria o Nordeste, mesmo com tantas deficiências e em um território tão mais amplo do que Cuba, uma ameaça real?

A narrativa jornalística e o acompanhamento do *Department of State* sobre o Nordeste, em muitos casos, também reduzia a região ao perímetro de Pernambuco e ignorava outros estados, conferindo a todo o Nordeste o potencial daquele estado e de sua capital. Isto se deu, obviamente, pelo fato de Pernambuco ser o centro de origem de movimentos como o das Ligas Camponesas, por seu grande contingente populacional, por sua importância geográfica, econômica e política não apenas para a região. Na maioria dos casos – sobremaneira nas reportagens de Szulc e Ryan, no filme de Rogers, entre outros exemplos -, Pernambuco era um modelo quando o assunto era o Nordeste e a sua imagem.

É notável que estas narrativas, como tantas outras, comunicavam os problemas políticos e as lutas sociais do Nordeste nos anos 1950-60 tomando emprestado do passado temas históricos, simbologias associadas à região desde o início do século XX. Trata-se de uma narrativa que acabou sendo apropriada por aqueles contra e a favor de transformações consistentes naquele cenário desolador, sendo, ao mesmo tempo, utilitária para a manutenção de um *status quo* ou para os que desejavam encerrá-lo (SARZYNSKI, 2018).

A fixação da imagem do Nordeste como região miserável, entregue à própria sorte e atrasada em múltiplos âmbitos (social, econômica, industrial, político), se deu em parte devido ao regionalismo e seus discursos – forjados por intelectuais, artistas e mesmo forças políticas tradicionais -, impulsionados por uma reação à pujante industrialização do então chamado Centro-Sul, este acabando por se tornar seio das decisões políticas nacionais em detrimento do antigo Norte. A partir daí, o Centro-Sul passou a experimentar grande modernização, “enquanto o Nordeste mantinha sua estrutura rural arcaica e sua industrialização limitava-se praticamente às grandes centrais açucareiras”, além de uma pequena indústria voltada à tecelagem. “Esse contraste passou então a gerar um quadro cada vez maior de desigualdade econômica entre as duas regiões” (GARCIA, 1984, p. 31).

O Centro-Sul, já naquele período, experimentava um cenário político no qual o coronelismo e seus resquícios estavam enfraquecidos, os sindicatos urbanos possuíam força e os níveis de analfabetismo eram mais reduzidos. Isso propiciava uma dinâmica fluida para a política local, ao contrário da maioria das regiões brasileiras, como o Norte-Nordeste (WELCH, 2010). Isso favorecia e era favorecido pela injeção econômica que alastrava sua substância pela região, resultante da mudança industrial ocorrida paulatinamente desde fins do século XIX.

Porém, devemos ressaltar que assim como na região Nordeste, o Centro-Sul também possuía arcaísmos e a permanência de relações socioeconômicas consideradas atrasadas pelos modelos de desenvolvimento do capitalismo mundial. No complexo cafeeiro isso estava muito presente, demarcando a existência de comportamentos semelhantes em diversas regiões do país. O que precisamos observar, no caso aqui abordado, é como os processos históricos elevaram o Centro-Sul a região privilegiada no decurso do desenvolvimento econômico brasileiro, traçando rumos considerados mais modernizadores. A unificação dos representantes políticos conservadores do Nordeste em bloco somente se articulou em decorrência desse fato.

Quando abordamos o desenvolvimento do Centro-Sul, nos referimos, nos termos da economia – fundamental para a discussão que propomos –, à maior penetração do capitalismo e do desenvolvimento técnico-científico destinado ao setor rural em uma região. Esta penetração acabou por desenvolver a produção rural e transformar relações de trabalho no campo, inclusive reduzindo a quantidade de trabalhadores rurais com o tempo. Foi o caso de São Paulo que, entre 1948 e 1969, viu declinar seu contingente camponês e até mesmo parte considerável do setor agrário, sinalizando para o crescimento de outros, como o setor industrial urbano. Em estados como o Piauí, um dos que mais demoraram a sentir este desenvolvimento, ocorria um movimento contrário (CARVALHO, 1978). O que se verificou no meio rural nordestino, de maneira bastante geral, foi uma produção assentada predominantemente em relações de produção pré-capitalista. Havia, contudo, articulação subordinada entre estas relações e o modo de produção capitalista.

Na região de São Paulo havia também, ao menos a princípio, uma ideia comum aos grandes proprietários de terra: a vocação do Brasil era a agricultura, não a indústria urbana, devendo a primeira ter primazia em relação à segunda. A grande diferença em relação aos latifundiários nordestinos, contudo, era que em São Paulo o desafio de desenvolver estrutural e economicamente a indústria agrária foi menos entravado do que a situação ocorrida no antigo mundo canavieiro. Além disso, vieram daquela região os embriões do movimento camponês em busca de seus direitos e do embate aos mecanismos que protegiam latifundiários e atacavam trabalhadores rurais (WELCH, 2010). Aquele mundo, o canavieiro, não deixou de existir, mas perdeu espaço – também no mercado internacional – e a cana deixou de ser o principal produto de exportação nacional. É a esta ausência de desenvolvimento que nos referimos.

Os anos 1920 foram de intensa crise para o setor açucareiro, carro-chefe da economia do Norte até então, ao passo em que foi um momento de grande crescimento do contingente de trabalhadores na agricultura do Centro-Sul. O mercado externo havia se limitado em muito à produção antilhana, bem como às ofertas de outros países insulares tropicais. A produção do açúcar de beterraba na Europa e o mercado estadunidense se somavam aos problemas enfrentados pela indústria canavieira do Brasil. Com isso, o mercado interno, antes controlado pela região hoje conhecida como Nordeste, “passou a ser seriamente disputado pelas usinas de Campões, estado do Rio de Janeiro e São Paulo, que levavam grande vantagem por se encontrarem mais próximas do mercado consumidor” (ANDRADE, 1994, p. 107), além do poder de pressão do qual desfrutavam junto ao governo central. Enquanto isso, a indústria cafeeira decolava no Centro-Sul.

O nacionalismo que se intensificou no Brasil a partir dos anos 1920, sobretudo como efeito da Primeira Guerra Mundial e da reorganização espacial internacional, buscou as possibilidades de uma homogeneização territorial que rompesse com os regionalismos e diminuísse as distâncias entre estas regiões. Porém, é importante destacar: mesmo esse processo de nacionalização do Brasil possuía uma orientação política própria, tendo como consequência a hegemonia de alguns espaços regionais sobre outros. À mesma época, o regionalismo nordestino intensificava a criação de uma imagem que se perpetuou ao longo dos anos.

Por esta razão é necessário evidenciarmos que ao passo em que o Centro-Sul, capitaneado mormente por São Paulo, se consolidava como região central da economia nacional por seu movimento industrialista e modernizador nos anos 1920-30, a região que mais tarde se configuraria como Nordeste (ainda parte do Norte) via seus antigos sistemas econômico e de trabalho entrarem em rápido declínio junto ao seu modelo de sociedade, ainda ancorado no patriarcalismo e nas relações de poder que orbitavam os antigos engenhos de açúcar. Enquanto isso, no Centro-Sul se vivia o auge da modernização como norte social, consequência das conquistas econômicas do café, perpassando todos os níveis das relações humanas em sintonia com as tendências europeias da mesma época. Ali emergia a centelha da burguesia nacional, modelo que serviria ao mote nacionalista a se disseminar pelo país, enquanto o Norte observava o colapso da pirâmide social dos “coronéis”.

As relações de trabalho no complexo cafeeiro montado no Centro-Sul também possuíam vestígios denominados por especialistas como pré-capitalistas. Mesmo onde havia modernidade, persistiam contradições entre a nova forma de se produzir e o

arcaísmo que ainda fincava suas raízes onde fosse possível. Embora não possamos negar esta afirmação, é flagrante como a maior utilização do capital e o conseqüente desenvolvimento pecuário no Centro-Sul foi determinante para alterar relações não apenas de produção, mas também sociais. Tal ocorrência se deu pelo fato de ter ocorrido uma leve reestruturação modernizadora, acompanhada não apenas de novos mecanismos de produção, mas novas formas de pensar a propriedade rural, por vezes cedendo a práticas exteriores as quais outras regiões do país não acolheriam tão facilmente. Este processo, embora não completamente, acabou por modificar parte da mentalidade rural da região Centro-Sul, não encerrando relações pré-capitalistas, mas aceitando com relativa facilidade elementos modernizadores da burguesia industrial (CARVALHO, 1978), especialmente se compararmos com o que havia na região Norte.

Estas distinções sociais foram consideravelmente utilizadas por intelectuais paulistas da época, nomeadamente figuras como Oliveira Vianna, para ressaltar os motivos pelos quais um lado do país se encontrava no crepúsculo de sua longevidade, e o outro ascendia direcionado pelas luzes da *belle époque*. Para nomes como ele, entre tantos outros, as populações do Norte eram resultado do cruzamento entre raças inferiores, que predominavam na região, e um habitat natural desfavorável. Estes povos, diziam eles, não poderiam mais ser vistos como a base da nação brasileira.

Os paulistas, por sua vez, eram moldados como naturalmente superiores por serem herdeiros de alguma ancestralidade e de uma cultura europeias. Em artigos escritos por pseudointelectuais locais, São Paulo é mostrada como símbolo da evolução dos processos iniciados em uma região vazia, nunca antes habitada por negros e índios, na qual se instalaram os europeus e promoveram uma verdadeira colônia de povoamento. Se declaravam herdeiros de uma raça exuberante e fisicamente eugênicos, devendo servir de norma para o Brasil (ALBUQUERQUE JR., 1999). Este pensamento preconceituoso e racista chegou a nortear diretrizes eugenistas da educação brasileira na Era Vargas.

Durval Muniz de Albuquerque Jr. (1999) afirma acertadamente que discursos deste tipo, partindo dos paulistas em relação ao Norte, eram fragmentos de um “regionalismo de superioridade” – ao contrário do corrente no Nordeste, onde prevalecia uma imagem negativa – que acabou por ser assimilado pelo varguismo nos anos 1930. Por meio dele, reforçava-se a ideia de São Paulo como centro difusor da indústria para o restante do país, máquina do progresso, em detrimento de um Norte pobre e calamitoso, quase um eco medieval de natureza decadente, como diz o autor. Embora sejamos críticos à sua ideia, defendida em outra parte de seu texto, sobre a responsabilidade quase

unilateral dos nordestinos na construção da imagem negativa do Nordeste como um monolito pobre e miserável – desconsiderando as condições materiais existentes no Centro-Sul para seu avanço como “locomotiva nacional” -, concordamos que este regionalismo existente no Centro-Sul objetivava a sua consolidação como centro nacional e a “periferização” do Norte.

Antes de averiguarmos mais atentamente elementos que propiciaram a cristalização da imagem do Nordeste como território de miséria estanca, é pertinente fazermos considerações a respeito de sua formação. Por mais que não desejemos aprofundar digressões, é essencial discutirmos isso pois esta região possui singularidades históricas caras à sua existência, sem as quais uma compreensão mais adequada do nosso exame seria perdida. Trata-se de uma região na qual reconhecidamente o Brasil nasceu, cresceu e se expandiu. Quando seu status de poder nacional foi derrubado, a reação de suas forças políticas tradicionais levou à criação do Nordeste como personagem geográfico e histórico no desenrolar dos conflitos políticos do país.

É fundamental delimitarmos isso, por mais óbvio que possa soar a alguns: o Nordeste é uma construção histórica. Por conseguinte, é uma construção política, cultural e social, resultante de disputas por poder. Estes fatores ultrapassam os limites territoriais de sua existência, constituídos pela zona na qual estão fincados os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Este Nordeste, como o conhecemos ou julgamos conhecer hoje, não existe desde sempre. Faz-se necessário entender que:

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (...). Longe de nos aproximar de uma visão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 36).

Embora afirme isto corretamente, Albuquerque Jr. (1999) esquece de fazer algo fundamental a este tipo de exame em seu livro: deixa de lado o Estado e as definições políticas resultantes dos embates espaciais aos quais ele mesmo se refere. Foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que definiu oficialmente a região, com as limitações que conhecemos hoje, em 1969. Apesar disso, o Nordeste já existia e assim se reconhecia há mais tempo, embora o número de estados e o tamanho de seu território

tenha variado desde a época em que era conhecida como Norte Setentrional. Em alguns momentos, até mesmo Minas Gerais chegou a fazer parte do arco da região. Todos estes processos parecem despossuir valor para o referido autor, que acaba, ele mesmo, por fazer o que mais critica nos personagens atuantes em seu objeto: trata o Nordeste como algo desprovido das ações políticas para além de seu próprio entorno. Assim, ele aborda a questão de forma estática, quando o conceito de Nordeste mudou de época a época.

O Nordeste brasileiro é um espaço geográfico (por sua composição natural), território social (pelas transformações estruturais produzidas pelos embates humanos) e político (definido por estas estruturas) cuja formação histórica é íntima da produção material nele forjada, diante das possibilidades existentes previamente ali a partir de suas limitações estabelecidas nas relações de poder. A materialidade do espaço e de seu sistema de produção histórico em muito pode defini-lo. Podemos pensar no princípio da colonização, da exploração da terra e da produção para a exportação do açúcar, cerne da economia do território onde o Nordeste surgiria. O que materialmente possibilitou isso? Como a sociedade local se comportou em torno disso? Quais foram suas consequências? A sociabilidade resultante destas dinâmicas também é importante para pensarmos o espaço. Por isso:

Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças (CASTRO, 1992, p. 32).

As regiões são definidas politicamente, quando cercadas por delimitações políticas e administrativas, e pelo regionalismo quando circunscritas por vivências e identidades específicas. Esta identidade é derivada, dentre outras coisas, dos processos de produção resistentes em cada espaço. Se no Centro-Sul se formava uma sociedade cada vez mais atrelada aos exemplos burgueses europeístas coerentes à industrialização, no Norte e no coração da região, bem onde o Nordeste surgiria, havia ainda uma sociedade atrelada aos resquícios vívidos da Casa Grande, dos mandos dos senhores de engenho e do patriarcalismo, elementos que ali estiveram presentes durante séculos, impregnando a sociabilização desenvolvida na região e predominando sobre qualquer outra. Sua organização política nas regiões mais afastadas retumbava um servilismo tosco herdado

do regime feudal português ou do que quer que tenha aportado naquelas terras com os colonizadores portugueses.

Não procuramos, com tal exame, fazer qualquer juízo de valor. Não defendemos a perspectiva de que o desenvolvimento econômico do Centro-Sul gerou ali uma sociedade mais avançada e, por isso, melhor. Sabemos que esta região, como todo o país, era também profundamente racista e elitista, além de patrimonialista. Não acreditamos que os elementos arcaicos que permaneceram de maneira mais longeva no Nordeste foram resultado de fatores naturais, mas sim históricos, econômicos, políticos. Tampouco acreditamos se tratar de uma característica particular a esta região. Parte deles, resultantes dos próprios interesses das forças políticas tradicionais do Nordeste. Ao mesmo tempo, também era consequência das disputas com outras regiões que, naquele momento, eram estruturalmente favorecidas.

A imagem da resistente identidade destas forças políticas foi muito bem descrita por Manuel Correia de Andrade (1963, p. 75) quando ele diz que:

Cada engenho era uma unidade econômica que reunia grande número de pessoas. Geralmente, além do senhor de engenho, viviam, no mesmo, brancos: o capelão, o mestre de açúcar, o banqueiro, o mestre purgador, o escumador, o feitor e os lavadores. É verdade que, com o tempo, os mulatos e negros foram ascendendo a estes postos e houve até escravos que chegaram a ser mestre de açúcar.

São fulgurantes as semelhanças entre a sociedade dos engenhos com a organização da sociedade feudal e as suas indulgências (inclusive a possibilidade de ascensão de alguns poucos indivíduos distantes do topo da pirâmide social), onde a população orbitava o senhor feudal e em seu entorno produzia, se relacionava e se submetia ao detentor da obrigação de defendê-la, mesmo que a explorasse em larga medida. Este tipo de organização social, que permaneceu estruturada por séculos na região Nordeste – evidentemente que rompendo com alguns elementos ao passar do tempo - não desaparece com facilidade e, até que seu perfil se desfaça por completo (quando isso acontece), passa por inúmeras transformações e adequações. No Nordeste, sua força se manteve intensa e, inclusive, acabou sendo reivindicada por forças políticas tradicionais em reação à modernização industrialista. A distância entre as regiões influenciou a disputa entre ambas no cabo de guerra pelo reconhecimento nacional prioritário.

Memórias dos integrantes das Ligas Camponesas da Paraíba acabaram por fornecer uma imagem das relações no interior do Nordeste, onde:

Os moradores eram obrigados a comprar as mercadorias que não produziam, como querosene, fósforo e outras no barracão [espécie de quitanda existente nas fazendas], o que, muitas vezes, configurava uma servidão por dívida, pois eles sempre estavam devendo ao patrão, não podendo sair da propriedade enquanto permanecesse o endividamento (TAGINO *et al.*, 2011, p. 89).

Essa prática não era particular às regiões rurais do Nordeste. Em São Paulo, bem como em outras regiões do país, ela também estava presente. Ressaltamos a sua existência no Nordeste, primeiro, para ilustrarmos os motivos pelos quais as Ligas Camponesas ganharam ímpeto e, segundo, para ressaltarmos a presença destas relações na região, sua origem histórica e como, em larga medida, sua permanência foi relativamente maior no espaço que recortamos para nosso exame. Porém, vale sublinharmos que não defendemos a tese de que havia no Nordeste relações feudais, mas sim relações capitalistas com resquícios deste outro sistema, gerando um tipo específico de estrutura econômica.

O modelo herdado do feudalismo português no processo de implementação das Capitânicas Hereditárias, mesmo a Europa já vivendo o Renascimento Cultural e Científico no século XVI, tem origem no isolamento geográfico de Portugal e em sua incessante preocupação em combater o Islã. Este secular retardamento histórico fez com que a colonização ibérica do Novo Mundo “se constituísse como uma empresa de tipo medieval, como uma sobrevivência das Cruzadas, impregnada de um espírito ao mesmo tempo religioso e guerreiro, místico e de desenfreada cobiça” (CASTRO, 1967, p. 30).

Por estas razões havia no Nordeste tão poucas possibilidades de subsistência durante muito tempo, sobretudo em sua região interiorana, mais distante do litoral. Isso se deu em decorrência da monocultura açucareira, cujo projeto extrapolou os limites naturais da fauna e da flora, inviabilizando outras formas de plantio. O sistema de produção para o exterior também desfavoreceu os contingentes populacionais menos privilegiados, sufocando a agricultura familiar e reduzindo-a à necessidade de subsistência. Por fim, a abundância de posses de terras concentradas entre os herdeiros da colonização definiu o panorama social da região.

A política portuguesa de distribuição de grandes extensões de terras foi direcionada especialmente para nobres e homens de posse. Assim, “a exploração dessas propriedades passou a ser então da competência desses homens – a exemplo do processo

de exploração do sistema feudal”. Logo, a terra “não possuía valor comercial. Ou seja, monetário, era doada” (CARVALHO, 1978, p. 53), embora a produção estivesse voltada a um comércio internacional no qual Portugal estava inserido. Era uma sociedade com características feudais e elementos de outros modos de produção, como o escravista e o capitalista.

No século XVIII, enquanto as revoluções burguesas tomavam a Europa de assalto, o Brasil vivia, no mesmo período, um esforço intenso para a manutenção de um sistema social em vias de ser superado. Enquanto o Velho Mundo dava passos largos na direção contrária ao feudalismo, no Brasil parecia haver uma aproximação maior com este sistema, claro, mantendo diferenças provocadas pelas especificidades brasileiras. Embora no Brasil houvessem indivíduos e organizações engajados na defesa de um movimento burguês, embasado nas premissas iluministas que serviam de força para as revoluções burguesas, não havia aqui um terreno pronto para tal transformação. Esta relação estranha com o capitalismo, mantendo e se desfazendo de algumas de suas características, ditou com frequência o ritmo das relações nas zonas agrárias do Nordeste brasileiro até meados do século XX.

Até este período, o sistema agrário brasileiro e suas estruturas viu crescer, se desenvolver e iniciar um colapso vagaroso três de suas características mais marcantes: a grande propriedade – esta cuja natureza mencionamos no parágrafo anterior -, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. O colonizador vinha ao campo com a voraz intenção de dirigir negócios tendo em seu horizonte grandes extensões de terra, que acabavam sendo doadas e vinculadas a este único indivíduo (CARVALHO, 1978). Não se tratava de uma propriedade que viria a se tornar engajada na subsistência, mas no empreendimento mercantilista.

A grande área produtora de cana de açúcar no Brasil, que assumiu essas características, se formou majoritariamente no litoral e na mata de Pernambuco e no Recôncavo Baiano. Isso nos mostra como o universo dos engenhos e, mais tarde, das usinas – surgidas com maior vigor nos anos pós-1889 -, regia de forma bastante intensa as relações no campo. As transformações modernizadoras geralmente encontravam resistência dos latifundiários, cuja visão sobre aquele mundo ainda era regida por lógicas empoeiradas, distantes das que pressupunham uma modernização mais intensa (ANDRADE, 1994). Aceitar novas normas de trabalho, inclusive, era outro problema bastante sério.

Havemos de lembrar que a abolição da escravatura foi motivada pelo “estrito interesse econômico dos grandes proprietários de terra, em face do encarecimento do trabalho escravo em relação a formas alternativas de trabalho livre”, abrindo caminho a estas, mas “não necessariamente para a modernidade do trabalho assalariado” (MARTINS, 2004, p. 12). Portanto, manteve-se um atraso nas relações de trabalho no campo brasileiro, maior ainda do que o abismo que existia entre o operariado brasileiro e o Europeu. No espaço rural brasileiro, as transformações necessárias para a melhoria das condições dos trabalhadores ainda são discutidas.

1.2. – O interior do Nordeste entre permanências e rupturas com o passado colonial

A evolução histórica do nosso processo de colonização é marcada pela presença forte do Estado, ocorrida de maneira crescente, se manifestando por meio do autoritarismo e do paternalismo, estrutura herdada do Estado português do século XV, assumindo diferentes formas ao progredir da colonização e mantendo alguns de seus aspectos mesmo após a independência. O poder dos senhores de terra no Brasil (os donatários) durante a colônia foi tão grande que sujeitou consideravelmente o poder da coroa a uma fiscalização enfraquecida, sendo necessário a ela buscar recuperar seu comando frequentemente.

O controle da metrópole sobre a colônia se omitiu em relação ao poder local em sucessivas ocasiões. Aí está a raiz do coronelismo, por exemplo: uma espécie de versão brasileira do feudalismo europeu, com traços ainda presentes entre os portugueses, mas mesclados com um capitalismo próprio. Os capitães cuidavam das regiões com vasta autonomia, dedicando-se a proteger os bens do Estado. Em troca dessa omissão, o poder central poderia contar sempre com o poder local para a manutenção da ordem e o progresso da colonização (BURSZTYN, 1984). Dessa forma, os poderes locais se manteriam vivos à medida em que o poder central reconhecesse sua influência e autonomia, mesmo sujeitando-os ao fiscalismo autoritário. Contudo, este não era suficientemente forte para quebrar as estruturas permissivas à existência e ao fortalecimento da autoridade local.

Este fiscalismo pode ser vislumbrado na análise de Victor Nunes Leal (2012, p. 44), quando menciona a necessidade de a corte portuguesa instalar as Câmaras Municipais no Brasil. Segundo ele, assim reagia o rei de Portugal “para afirmar a autoridade pública do Estado contra a autoridade pessoal do *pater familias*, que era ao mesmo tempo senhor

de escravos, dono de ‘plantação’ e general do exército privado”, portanto dotado de significativo poder interno. Apesar disso, como também ressalta o autor, as Câmaras Municipais, inseridas em um terreno sócio-político específico e demasiadamente distante do centro do poder, não deixavam de sofrer a influência do poder local e acabar por servi-lhe preterindo a autoridade metropolitana.

É importante salientarmos que, como resultado disso, encontramos ao longo da história política do Brasil “o Estado centralizador e os ‘caciques’ locais. O primeiro sempre foi marcado por seu caráter autoritário-paternalista; o segundo, que repete ao nível local o mesmo duplo caráter do Estado, assume a forma de patriarcalismo” (BURSZTYN, 1984, p. 20) mesmo sem necessariamente se ocupar da mesma ideologia, dos mesmos projetos políticos ou visões de mundo evocados pelo poder central – no caso do processo colonizador, a metrópole; mais tarde, a capital republicana. A relação entre ambos se mostra historicamente marcada pela busca por legitimidade, mas sempre pela via que mantém o poder central em posição privilegiada. Esta relação atravessou o Brasil colonial, o Império e todo o século que sucedeu a Proclamação da República, mesmo que tenha se transformado.

Exemplo da continuidade desta relação está na promulgação da Lei de Terras em 1850. Tratava-se de uma forma de assegurar, pelas vias legais, a extinção do direito à terra pela posse ou por qualquer outro meio que não a compra, elevar o valor das terras para dificultar a aquisição das mesmas e determinar o produto da venda de terras à importação de colonos (GUIMARÃES, 1968). Este fato favoreceu sobremaneira o poder regional dos latifundiários nordestinos e garantiu a manutenção de suas posses, além de definir a exclusão do pequeno trabalhador rural do campo das possibilidades para a aquisição de terras. Os efeitos disso repercutiriam por décadas. Na prática, a Lei de Terras pouco significou: em termos de mudanças concretas, não passou de uma promessa aos olhos dos que esperavam mais dela (TEIXEIRA DA SILVA, 1999).

O regionalismo nordestino, como qualquer outro, herda dessa relação seus componentes agregadores a partir do momento em que alianças são definidas em torno de elementos comuns, sejam eles políticos ou culturais. Além do mais, herda do sistema social e econômico passado marcas para seu presente, ao menos no corte temporal aqui estabelecido. Apesar disso, nos confrontamos também com uma região multifacetada na qual litoral e sertão se distinguem fortemente. Por isso, de fato, a região Nordeste não é firme, acabada, homogênea. Muito menos o é quando colocamos sob o microscópio as relações entre as diferentes forças políticas do país. Acreditamos que, frente à perda de

importância econômica do Nordeste, estas forças, aliadas a outras (intelectuais, científicas, artísticas), tenham aceitado a difusão de uma cultura por meio da qual pôde ser identificada a miséria da região e, assim, a necessidade de maior atenção como consequência de uma preterição.

Uma das razões disso é o fato de que:

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 37).

Por que esta luta contra forças de outros espaços regionais permitiu o surgimento do Nordeste como o conhecemos? Até o final do período colonial, ao contrário do que pensavam muitos observadores estrangeiros, o Brasil não era um Estado unitário, mas “uma coleção de regiões localmente controladas que faziam não muito mais que prestar as obrigações regulamentares a Lisboa ou ao Rio de Janeiro” (McCANN, 2011, p. 36). Nos anos 1930, o nacionalismo varguista imposto pelo Estado Novo e sua nova Constituição buscavam uma homogeneização nacional para definir o país culturalmente de forma agregada, como já mencionamos. Mas, se a luta à qual nos referimos se dá entre distintas relações de poder, é natural que estas forças duelem pela sua perpetuação, culminando no esquecimento da outra para triunfar nacionalmente. Neste sentido, o regionalismo nordestino dos anos 1930 buscou lutar para que o modelo de homogeneização nacional não fosse aquele no qual o poder central estava fincado: o do Centro-Sul em processo de rápida industrialização. Ou, caso fosse derrotado, buscaria por meio deste regionalismo disputar espaço com qualquer projeto nacional estabelecido.

Para isso, foi necessário antes de mais nada tentar homogeneizar o Nordeste, torná-lo, enfim, uma região dotada de identidade própria, agregadora, cuja existência dependia de esforços políticos, econômicos, culturais, intelectuais, dentre muitos outros para competir contra o Centro-Sul. Era necessário definir o que era o Nordeste e como esta região era primordial para a existência do Brasil, como ele era determinante para a cultura nacional e de que forma tudo isso vinha sendo fortemente prejudicado pela modernização, segundo a retórica regionalista. Mais ainda: era necessário reforçar o quanto a região perderia estruturalmente se fosse ultrapassada, definindo que a história do próprio país definiria. O que distinguia o Nordeste das outras regiões? O regionalismo nordestino parido por sua elite pensante, congruente com suas forças

políticas e econômicas tradicionais, era uma reação intensa às transformações sociais que sepultavam os antigos paradigmas de sociedade, aqueles nos quais o Nordeste se sustentava sobretudo em suas zonas rurais ou devastadas pela seca. Assim, o discurso regionalista geralmente sucede a busca pelo nacionalismo.

O discurso regionalista não mascara a realidade e as características da região, ele as institui com objetivos específicos a depender de quem se engaja neste processo. Nesse sentido, as características iluminadas pelos produtores de saberes nordestinos sobre o Nordeste seriam formas de instituir a imagem de pobreza e miséria da região, buscando assim a atenção do poder central. É notável que “uma nova consciência do espaço surge, principalmente, entre intelectuais que se sentem cada vez mais distantes do centro de decisão, do poder, seja no campo político, seja no da cultura e da economia”, permitindo com que façam “da denúncia dessa distância, dessa carência de poder, dessa vitimização, o motivo do seu discurso” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 63). Não é equívoco dizer que isso ocorreu acentuadamente entre os regionalistas nordestinos, mas o autor aqui referenciado por nós parece esquecer que os processos históricos se dão, repetidas vezes, em decorrência de embates.

Não participaram do mesmo embate os intelectuais do antigo Centro-Sul ao rechaçarem o nordestino? Nos parece que o autor recusa a possibilidade de tal produção ser demarcada por uma reação a preceitos estabelecidos fora de tal ou qual região. Neste caso, parece não considerar o fato de que os regionalismos, cada um à sua maneira, empregavam uma estratégia semelhante de autoconstrução sócio-política no interior da qual instituíam seus valores, criticando os valores de uma ou outra região à qual faziam oposição em termos de relevância nacional na busca por preservação diante de ataques. O que concluímos ao ler seu texto é que este embate tem pouca importância, prevalecendo a “culpa” do Nordeste por sua imagem petrificada.

Em parte, concordamos com Albuquerque Jr. (1999) quando ele diz que o regionalismo dos anos 1920-30 foi elemento de uma disputa estabelecida entre as diferentes regiões, da exaltação de suas características, de sua cultura e de suas tradições, a fim de irradiá-las como modelo nacional a ser seguido, mas não como mero concurso. Tratou-se de uma disputa pelo controle hegemônico, ou pela generalização de sua hegemonia. Ao mesmo tempo, o regional para o intelectual regionalista “era um desfile de elementos culturais raros, pinçados como relíquias em via de extinção diante do progresso. Uma narrativa antiquário que resgatava o que estava prestes a ser passado” (1999, p. 65). Em certa medida, pode ser localizado aí o desejo de preservar a dinâmica

social da região. Alguns intelectuais regionalistas buscavam tratar o Nordeste, o interior do Brasil, como o “verdadeiro Brasil”. Evidentemente, a população mais pobre e que vivia a pobreza cotidiana, a fome no sertão, a exploração nos canaviais e o terror da estiagem, estava de fora desse processo de construção. Quando foi possível, continuaram a denunciar a miséria e reverteram o discurso em arma de luta.

Um significativo representante desse movimento elitista foi Gilberto Freyre. Sincronicamente a muitos outros intelectuais de sua época, Freyre estimulou a formulação da imagem das relações sociais arcaicas, modeladas pela Casa Grande, pelos engenhos açucareiros e pelo olhar idílico do mundo rural, como a que irradiara as estruturas da sociedade vigente na região para todo o país. Seu olhar sobre o Nordeste era marcado ora pela nostalgia de um passado muitas vezes idealizado, ora pela exaltação da natureza regional, de seus recursos distintamente atrativos e da importância de se voltar à natureza como fonte de renovação da humanidade, não à vida urbana, como na obra *Nordeste* (2010). Compreendia que esta natureza vinha sofrendo com a ingerência humana e, por essa razão, o Nordeste merecia atenção particular. Afinal, o exaurimento de seus recursos deu-se com a colonização, com o fortalecimento de uma sociedade que naquele momento era relegada ao esquecimento.

No início do século XX, o poder Republicano era revezado pelas oligarquias de estados majoritariamente do Centro-Sul, mas também de outras regiões. Não é de se impressionar que, por isso, muitos dos recursos financeiros do país tenham se concentrado nessa região durante boa parte do período, especialmente durante a febre do café. Também não é de se admirar que, em termos políticos, o Norte tenha investido em meios para modificar este cenário. O impacto da seca de 1877 foi, segundo alguns autores, decisivo para isso e, em torno dele, a produção cultural regionalista edificou suas características mais tarde, adentrando a República já promovendo uma identidade regional marcada pela penúria da seca.

Cada uma das forças regionais possui interesses determinados pelos territórios a partir dos quais entram em uma disputa política nacional no Brasil. Dessa forma, dispõem dos meios de acelerar ou reduzir os processos de mudança social, pois possuem o poder de decisão a nível regional e, em certa medida, a nível nacional. No entanto, não formam um corpo independente dentro do panorama nacional, embora sejam regionalmente amparadas por seus componentes particulares. O Nordeste da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IOCS, mais tarde Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS), definido pelo órgão em 1919, se destacando como espaço peculiar do Norte

por ser ferozmente agredido pela estiagem, embora considerado por muitos uma “impostura, não é uma ficção, mas, pelo contrário, é a institucionalização dos interesses comuns das lideranças desses espaços, já historicamente projetados através das imagens de Nordeste” (CASTRO, 1992, p. 36).

As imagens que se projetavam para o restante do Brasil eram majoritariamente inspiradas na vida rural, no sertão, reverberava a caatinga. Já nos anos 1960, os fazendeiros ainda pagavam os vaqueiros, responsáveis pela condução das vacas e pelos cuidados com a propriedade na ausência do latifundiário, a quartição: uma parte ínfima do valor dos bezerros e bois nascidos na propriedade (ANDRADE, 1963). Vejamos como este meio de pagamento ainda era bastante rudimentar já em meados do século XX. A relação entre latifundiários e agricultores no Nordeste naquela década em muito se assemelhava também com a relação entre a coroa portuguesa e os capitães donatários brasileiros. Negociavam com eles pagamentos pelo uso da terra, para que esta fosse colonizada.

Além disso, o problema das secas se configurou como moeda de troca entre as forças políticas tradicionais nordestinas e o poder central durante todo o século XX, como atesta Iná Elias de Castro em seu livro *O mito da desigualdade: discurso e prática do regionalismo nordestino* (1992). Como a autora bem diz, em se tratando da Região Nordeste, o primeiro elemento a ser identificado e analisado “é a seca, que historicamente tem se revelado como o melhor pano de fundo para o jogo de cena das suas articulações políticas” (1992, p. 195). Embora a autora não se esquive de um posicionamento regionalista próprio, sua afirmação de que a chamada “indústria da seca” foi favorável à obtenção de recursos financeiros que mais reforçavam o poder das forças políticas tradicionais do que sanavam a devastação da seca, é bastante profícua. Apesar disso, não há em seu livro a necessária consideração sobre a possibilidade de uma disputa de forças na qual, obviamente, o centro se encontrava em vantagem a partir de determinado momento.

Não podemos deixar de destacar que:

No fim da década de 50, o problema [regional] foi percebido como um alargamento das disparidades principalmente entre a região Sudeste – chamada Centro-Sul nos termos de então – e o Nordeste, motivado, de um lado, pelo crescimento industrial do Sudeste e, de outro, pela perda de capacidade de competição das atividades eminentemente exportadoras do Nordeste, havendo, no entanto, uma curiosa

alimentação do crescimento do Sudeste pelos excedentes gerados no Nordeste (OLIVEIRA, 1984, p. 41).

Assim, pensamos que essa expansão industrial e um afastamento regionalista, de ambos os lados, “se fizeram e fazem, porém, em condições de trocas desiguais e conseqüente desequilíbrio inter-regional, sem ter havido política para evitar esse efeito espontâneo” (ALMEIDA, 1985, p. 11). Não é possível pensarmos no avanço industrial do Centro-Sul sem sua sobreposição ao antigo sistema de produção existente no Nordeste, da mesma forma que não podemos pensar no mesmo processo sem compreendermos que no Nordeste houve uma reação impactante quanto à industrialização, reação essa que motorizou o regionalismo local a ponto de empreender discursos que elevavam seu sistema social à condição de modelo primordial para o Brasil. Ao mesmo tempo, não é possível ignorarmos o fato de que o discurso da seca foi usado incansavelmente pelas forças políticas tradicionais nordestinas para a obtenção de recursos, sem que estes fossem devidamente revertidos para encerrar a longo prazo os problemas estruturais da região.

Ocorria que, como bem demonstrado por Antonio Callado (1960, p. 18), no Nordeste agravava-se ao máximo o que ele chamou de “Brazilian Way of Life: quem tem influência tem tudo e os pés-rapados, em meio à maior ignorância e desamparo, vivem da mais cristalina teimosia” para encontrar formas de manterem-se vivos. Para o autor, o fato de parlamentares cearenses se colocarem contrários às leis de irrigação propostas pela administração JK era sintoma de que os grupos representados por eles, sobretudo os dos latifundiários, tinham medo de qualquer coisa que mexesse no “bem-bom”, termo usado pelo próprio autor. Ele discute de forma bastante incisiva como a recusa dos grandes proprietários à Lei de Irrigação submetida ao Congresso em 1958, significava o interesse pela permanência da situação calamitosa da qual eles tiravam proveito, recebendo verbas federais. Esta dinâmica em muito resume aquela forçada pelos representantes nordestinos de então.

Vejamos o exemplo fornecido por Joseph Page (1972, p. 21) ao falar sobre como os latifundiários da zona rural nordestina se comportavam em relação à região e o que isso nos diz:

Os usineiros desenvolveram uma tradição de não investir muito de seus lucros em suas operações açucareiras. Preferiam, ao invés disso, utilizá-los em um consumismo ostensivo – viagens para o exterior, caros apartamentos na cidade, etc. – e investi-los em outras empresas, algumas das quais nem estavam alocadas no Nordeste. Demonstrando

uma visível capacidade de iniciativa empresarial, recusavam-se a modernizar seus moinhos de açúcar¹⁷.

Havia, como demonstraremos com maior afinco em nosso terceiro capítulo, a penetração de uma lógica capitalista no meio rural sem que, contudo, ela pudesse ultrapassar limites e vencer o arcaísmo das relações na região, algo propiciado pelas próprias elites locais. A rejeição à Lei de Irrigação exemplifica bem isto. Enquanto buscavam recursos com o poder central, as forças políticas tradicionais do Nordeste não tinham isso em vista, mas sim pequenos investimentos que pouco resolviam problemas e muito alimentavam seu poder. Com isso, mantinha-se a imagem de pobreza da região, a precariedade dos instrumentos de trabalho, a necessidade de sempre recorrer a outro ponto de poder para barganhar auxílio. Assim, a pobreza histórica do Nordeste – ou dos trabalhadores nordestinos – persistia. Com o surgimento da APP, este outro ponto de poder passaria a ser os EUA.

Essa prática não era exclusiva às forças políticas tradicionais do Nordeste, embora a chamada “indústria da seca” tenha sido parte das muitas marcas deste bloco político. Desde o Centro-Sul havia também uma noção difundida sobre os problemas de a sociedade rural serem únicos, não cabendo a eles modelos de solução como os destinados à sociedade industrial e comercial (WELCH, 2010). Os latifundiários desta região também forçavam a ideia de que era necessário um cuidado maior do poder central quanto aos problemas rurais, com a diferença de que, por volta dos anos 1920, este cuidado ou investimento acabou gerando um desenvolvimento estrutural sólido na região. Em contrapartida, o Norte do país testemunhava a ruptura de suas antigas tradições econômicas.

No centro disso, havia o compartilhamento de características que pareciam próprias aos donos de grandes terras em todo o país. Do Norte ao Sul, a ideia de que os políticos advogados da reforma no interior eram demagogos que subvertiam perigosamente a produtividade agrícola. Luís Amaral, que em fins dos anos 1940 era delegado da Sociedade Rural Brasileira, declarou que “A terra é como uma mulher. A oferecida não tem valor: há de ser conquistada pelo esforço”. Não bastando o machismo de seu comentário, ele se referia aos méritos daquele que, esforçadamente, conquistara a terra. Porém, se o esforço fosse a medida, certamente os trabalhadores rurais não viveriam em tal situação. De todo modo, já nessa época há indícios de uma mudança nessa

¹⁷ Tradução nossa.

valorização sobre a fixação na terra, com a venda de alguns espaços por fazendeiros em São Paulo. Contudo, no Nordeste, “uma antiga classe de fazendeiros, que datava da era colonial, recusava-se a vender a terra para seus inferiores sociais” (WELCH, 2010, p. 154).

O brasileiro possui uma imagem bem definida do Nordeste, tendendo para formulações negativas a seu respeito e estas formulações sofreram influência, por um lado, do regionalismo das forças políticas tradicionais nordestinas como estas que mencionamos acima e, por outro, das investidas de uma nova sociedade crescente no Centro-Sul. Sobretudo politicamente, o Nordeste é visto como dominado por oligarquias do passado que insistem em permanecer, o que em parte é bem verdade e sabemos que nos anos 1960, foco de nossa investigação, elas eram consideravelmente fortes. Com isso, se tornou comum em outras regiões o pensamento de que o Nordeste era um peso para o restante do país, pois era fornecido à região dinheiro que poderia ser melhor implantado em outras regiões onde o crescimento, ao contrário do Nordeste, parecia se efetivar mais rapidamente. Esse discurso se reproduz de forma alarmante ainda hoje.

Somos levados a pensar que o Nordeste era mantido refém dos interesses políticos e oligárquicos tanto dos políticos locais quanto do Centro-Sul, pois a relação entre estas partes do Brasil, em termos econômicos principalmente, se dava pela necessidade de manter o Nordeste dependente e orientado a solicitar assistência, beneficiando as forças políticas regionais reciprocamente. Os políticos do Centro-Sul questionaram e criticaram repetidas vezes esse modelo de assistencialismo, embora para o poder central a manutenção dessa dependência fosse interessante. Claro, as forças regionais do Centro-Sul desejavam para si uma atenção mais enfática, o que pressupunha manter outros poderes regionais distantes do poder central.

É coerente pensarmos que as forças políticas tradicionais do Nordeste estimularam a construção de uma imagem de pobreza perpétua vislumbrando este fim? Por mais difícil que seja compreender isto, devemos nos debruçar sobre o regionalismo nordestino para entendermos como um movimento de reforço da cultura local estimulou este tipo de postura política. Para além do reforço às identidades culturais do Nordeste, houve um empenho em utilizar esta identidade de forma política no jogo nacional.

1.3. Regionalismo, paternalismo e clientelismo: elementos de uma estrutura política fragmentada

O Regionalismo é, mais do que ficou conhecido na literatura, também uma corrente ideológica e política que define um território a partir de interesses que se conjugam, geralmente em forma de identidade, e com propósitos específicos buscam diferenciar um espaço e o povo que o ocupa de todos os outros. Salvas as devidas proporções, se assemelha ao nacionalismo embora ocorra dentro de uma mesma nação e sirva, quase sempre, como forma de reivindicar espaço em uma disputa política nacional. Trata-se de um dos resultados da modernidade e de uma geografia que buscava um potencial cientificista a partir de elementos que pudessem corroborar com suas premissas, instituindo predeterminações para a autodeterminação (PICKELS, 1985).

Iná Elias de Castro (1992, p. 18) é certa ao afirmar que “o processo de conservação do poder político regional desenvolve suas próprias regras, nem sempre articuladas com o poder econômico nacional”, às vezes tendendo a apoiá-lo, às vezes se inclinado a um distanciamento a depender de como se comporte em relação à autonomia regional, à forma como as forças políticas regionais podem ter sua legitimidade garantida e negociá-la com o poder central, além da maneira como direciona a esta região ajuda financeira. Com isso, as forças políticas regionais e seus instrumentos “possuem seus próprios interesses, e suas relações com o poder central orientam-se no sentido de preservá-los”.

Um documento emitido ao *Department of State* pelo consulado de Recife diz que Aluisio Alves, governador do Rio Grande do Norte em 1963, era visto como o emergente potencial porta-voz do Nordeste. Sua posição moderada aparecia como uma característica a ser valorizada nesse sentido. De acordo com o documento, a conquista mais emblemática de Alves ocorreu durante a visita presidencial a Recife, quando ele obteve “o endosso de todos os governadores do Nordeste para fazer uma declaração sobre sua filosofia política pessoal, a qual ele apresentou ao presidente [João] Goulart como a visão de todos os governadores sobre problemas nacionais e regionais”¹⁸. O fato de os governadores nordestinos necessitarem de um porta-voz sinaliza para o potencial da região como bloco político articulado. Os governadores estavam envolvidos com os

¹⁸ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Aluisio Alves Bids for Regional Leadership*, telegram de 02 de setembro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353600/>>.

projetos que tradicionalmente eram criados a partir de problemas regionais específicos para além dos que diziam respeito aos seus estados individualmente. Os maiores destes problemas eram os da seca, o da pobreza e o do atraso, embora os líderes não especificassem como ou porque estes problemas existiam historicamente na região.

Um dos problemas mais marcantes para a região que se convencionou chamar de Nordeste, como já vimos, era o da seca e da calamidade trazida por ela, consideradas pelas autoridades como problemas inexoráveis, que não podiam ser detidos, mas cujas consequências poderiam ser suavizadas por meio de investimentos bem aplicados. Tanto a identidade cultural, quanto a identidade política do Nordeste se deram permeadas pela seca, fosse ela sustentáculo para as atribuições culturais da região, fosse para servir como mecanismo motivador dos apelos políticos dos representantes que muito antes dos anos 1960 denunciavam certo descaso do poder central com a região.

Tratando primeiramente da identidade cultural do Nordeste edificada pelo regionalismo fecundado em suas metrópoles, no litoral e, portanto, notavelmente distante do cenário prevalecente em suas narrativas, não podemos escapar ao protagonismo das artes, sobretudo da literatura, neste processo. Região, na literatura, tem sido considerada em seus “aspectos físico, geográfico, antropológico, psicológico”, entre outros correspondentes a uma ultrapassagem dos limites territoriais, “subsumidos na história relatada” (VICENTINI, 2007, p. 02). O regionalismo literário se engajou em uma descrição ampla da região, mirando mais do que a verossimilhança, mas também a construção de imagens respaldadas por documentações, fossem elas orais, imagéticas ou materiais de qualquer outra forma.

Euclides da Cunha foi, sem sombra de dúvidas, um dos autores que mais colaborou para a fabricação do Nordeste como “o Brasil antes do Brasil”. Em seu clássico *Os sertões*, a narrativa, ora jornalística, ora romancista, enfia as mãos nas profundezas da região, retirando dela e expondo ao mundo suas facetas folclóricas, místicas, deterioradas e esquecidas enquanto o restante do país vive a febre modernizante. Embora tenha sido escrita e publicada ainda em 1902, dava o tom da literatura regionalista que se ocuparia do Nordeste: sociológica, em parte; literária, em outra; sensivelmente apegada à descrição científica e consideravelmente emocional ao tratar da miséria e do sofrimento. Exceto pelo seu viés racista (Cunha, como muitos de sua época, era apegado às noções eugênicas de “raça superior”), serviu como sustentáculo para a prosa romancista que a sucederia. Porém, seu viés determinista muito influenciou outros autores. Monteiro Lobato fora um deles. Nenhum dos dois era nordestino.

José Lins do Rego, por sua vez, era paraibano e figurou de forma essencial na produção cultural sobre o Nordeste que emergia e, ao mesmo tempo, se via sombreado pelo crescimento da modernização. Obras como *Menino de engenho* (1932), *Usina* (1936) e seu clássico *Fogo Morto* (1943) narravam a vida nos engenhos, as relações familiares e patriarcais com nostalgia na mesma proporção que com realismo e extrapolando os limites da literatura tradicional. A representação do declínio do Nordeste em sua obra se situa entre a saudade e a decepção, incorporando o ressentimento pelo abandono e a exaltação de sua sociedade, mesmo que se apegue ao modelo ultrapassado ali persistente.

O Nordeste, assim, surge na literatura como:

uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição e numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce de uma construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 80)

A entrada de muitos filhos de senhores de engenho ou jovens abastados da região Norte em faculdades importantes de Recife seria fundamental para o movimento intelectual de criação histórica do “Nordeste eterno”. Ou seja, esse processo de criação baseado em uma cultura específica, exaltando a pobreza e o sofrimento do sertanejo, um modelo específico de nordestino, seria empreendido e encabeçado pelas grandes elites regionais. Enquanto isso, essa imagem do Nordeste muito atrelada à da mistura entre raças, fez com que houvesse entre alguns intelectuais desde o século XIX a preocupação quanto a uma possível secessão entre o Norte mestiço, “negro e subdesenvolvido”, e o Sul branco, “europeizado e industrializado”, pois a Guerra Civil estadunidense, ainda recente, gerava esse temor. Nina Rodrigues era um dos intelectuais que se dedicavam a pensar isso, na presença dos mestiços como indolentes, inertes e subservientes, em contraposição aos sulistas fortes, empreendedores e dominantes.

Gilberto Freyre, como já foi mencionado, se tornou um proeminente exemplo de como um intelectual ligado hereditariamente à elite regional se dedicou a esta produção imagética do Nordeste. O conteúdo de sua produção já escapava ao da literatura, embora a incorporasse em seu texto. O impacto de sua obra foi decisivo para as ciências sociais brasileiras, sobretudo a sociologia e a antropologia, nortes de obras como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936). Na primeira, um elogio ao produto

social constituído em torno da Casa Grande e à sua importância para a constituição da sociedade brasileira posteriormente, encorajando os nascidos nesta pátria a curvarem-se diante de suas origens patriarcais. Na segunda, um lamento sobre o fim desse sistema e o início da modernização peculiar existente no Nordeste.

Antes mesmo disso, em *Vida social do Nordeste* (1925), Freyre já lembrava o antigo relacionamento entre senhores e escravos, senhoras e criadas, lastimando por seu desaparecimento e pouco problematizando a violência existente neste processo. Entendia desde então que a decomposição desse sistema era a decomposição da história brasileira, relegada ao esquecimento junto ao Nordeste para dar lugar a uma reprodução tosca da Europa, mais especificamente da França. Coincidentemente ou não, a guinada freyriana a uma crítica mais acentuada à modernização se dá após o incêndio da casa de sua família subsequentemente ao movimento de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder e representava, supostamente, a ruína de uma antiga civilização e o início de uma nova (PALLARES-BURKE; BURLE, 2009).

Casa Grande & Senzala (1933) é considerado até hoje um dos primeiros recursos de Freyre, bem como das ciências humanas, contra o nacionalismo varguista a estruturar uma imagem do Brasil forjando um esboço de identidade. Desta forma, “o livro pode ser visto como uma grande contribuição a uma discussão em andamento sobre a interpretação do Brasil” (PALLARES-BURKE; BURKE, 2009, p. 80) e sobre como ele se diferenciava de outros países, como os europeus e os EUA e mesmo os latino-americanos. Ou seja, afrontava o regionalismo do Centro-Sul e de sua busca por aproximação com a Europa, se pretendendo ainda mais nacional. Era a catapulta para o modelo de sociedade proeminente no Nordeste até pouco tempo antes, sendo arremessado nacionalmente e acabando por fracassar e fechar ainda mais o Nordeste em sua própria identidade.

A razão de ser deste livro (bem como a consequência supracitada dos desdobramentos das disputas regionalistas) deve ser observada tendo em vista que naquele momento:

Uma questão política maior no Brasil do início dos anos 30 era aquela do poder relativo do governo central e dos governos de diferentes estados. Vargas alçou a nação acima da região em suas políticas culturais assim como em sua visão sobre o federalismo. (...) Apesar de seu autor ser um regionalista cultural, como vimos, CGS [Casa Grande & Senzala] pode ser lido como uma tentativa de mediação entre regionalistas e centralistas, enfatizando o que o Nordeste contribuiu para a cultura do Brasil (PALLARES-BURKE; BURKE, 2009, p. 80).

Fica assim evidente a imbricação entre a produção cultural e intelectual de Freyre e seu papel político, atizador de sua escrita e produção artística. Fica evidente também que a existência da obra em questão e de seu caráter intervencionista dependeram da fragmentação política e territorial do Brasil, pretensamente em vias de ser reduzida pelo varguismo em seu empenho centralista. O objetivo do governo era reduzir as distâncias, fossem elas culturais ou políticas, reduzindo também a autonomia dos blocos regionais e ampliando a força do Estado. Porém, como reduzi-las sem encontrar um elemento agregador? O livro de Freyre tentava servir como instrumento de reflexão a este respeito.

A redução do poder regional pelo poder central pressupunha também a redução dos poderes dos “coronéis” e, conseqüentemente, do mandonismo e do clientelismo por eles exercido. Naquele momento, a política nordestina era dividida entre os parlamentares e entre peças da sociedade civil detentoras ou não de mandatos institucionais. Por exemplo, “na busca de apoio para levar avante seu projeto político de fortalecimento do Estado e combate ao poder das oligarquias, Vargas voltou-se para os militares” (PANDOLFI, 2003, p. 30). Esta estratégia, que se veria frustrada em decorrência da aproximação do presidente com as mesmas oligarquias que procurava combater, não se reduzia apenas às forças políticas de São Paulo e Minas Gerais.

Tendo isso em vista, é importante destacar que “a manutenção do equilíbrio de forças entre os blocos hegemônicos arcaico e moderno se baseia na estratégia do Estado, que visa a evitar mudanças brutais” (BURSZTYN, 1984, p. 160). A preservação dessas estruturas arcaicas pode ser algo importante para compreendermos o desequilíbrio de forças entre o poder central e o regional. O paternalismo do Estado em relação aos blocos políticos regionais realça o poder central ao passo em que reafirma o poder local, mesmo limitando sua interferência a nível nacional. Isto, contudo, não impede o exercício de uma força política distinta.

Entendemos o paternalismo como sendo a síntese das ações limitantes que são exercidas sobre outrem, no sentido de cercear liberdades em nome do bem-estar de alguém para preservar seu poder, como se todos os outros fossem incapazes de tomar decisões próprias. Um comportamento praticado à revelia da vontade daquele que é por ele atingido, expressando uma atitude de pretensa superioridade (DWORKIN, 2010). Algo que, na política internacional, tem sido com frequência executado pelos países ricos sobre os países mais pobres; ou, no contexto da Guerra Fria, entre os países do Primeiro Mundo e a maioria dos países do Terceiro Mundo.

O paternalismo histórico do poder central em relação aos blocos regionais é passível de ser enxergado como um fator relevante para a modelagem republicana brasileira, peculiar em relação aos exemplos americanos e especialmente em relação a seu espelho máximo, a república estadunidense. Enquanto nos EUA a autonomia dos estados é reforçada de modo a acentuar o perfil republicano estrito, no Brasil essa autonomia não apenas é deixada em segundo plano, como é obstaculizada, até certo ponto, pela existência dos blocos políticos regionais.

No início do período republicano brasileiro, “o país, recém-saído do regime de trabalho escravo, mantinha uma estrutura social que continha muitos, se não a maioria, dos velhos e arraigados hábitos criados durante séculos de escravidão” (MUNHOZ, 2015, p. 27). Um destes hábitos era, sem dúvida, o paternalismo, tal ação limitante à autonomia em nome de um pretenso cuidado em relação à sua existência. Legalmente, a tutela dos cativos africanos pelos seus proprietários no processo colonizador foi caracterizada não como a relação escravista que de fato era, mas como uma relação servil¹⁹ na qual os senhores deveriam zelar pelo bem-estar do escravo, buscando normalizar a submissão total destes indivíduos. No Norte, onde a escravidão foi mais intensa – e onde os engenhos e suas normas sociais se estabeleceram agudamente –, a resistência às mudanças provenientes da abolição e posterior proclamação da República certamente foi maior.

Quando o trabalho escravo foi substituído pelo assalariado, este paternalismo se manteve, então permeado pela relação entre coronel e camponês nas regiões agrícolas do país, inclusive no sertão nordestino. Por conta de uma já mencionada herança medieval trazida pela colonização portuguesa – cujos traços são inegáveis –, Josué de Castro (1967) sugere que a formação das Ligas Camponesas no final dos anos 1950 em Pernambuco tiveram como referência as organizações camponesas feudais, uma vez que ao fundarem a Liga do Engenho Galileia as famílias convidaram o senhor do engenho para ser presidente de honra²⁰. Era necessário, de alguma forma, tentar garantir a proximidade com o senhor do engenho, aquele responsável pelo pagamento, pelo controle territorial,

¹⁹ Entendemos aqui servidão como o modelo feudal de submissão dos vassallos ao senhor feudal, estabelecido por meio da lealdade e da confiança no detentor do poder para que este garantisse a salvaguarda do seu servo em troca de seu trabalho, principalmente. Compreendemos que não foi isto que se sucedeu no Brasil colonial e ressaltamos que mesmo durante o feudalismo, a autonomia e a lealdade em relação à servidão estavam condicionadas a fatores específicos, não à liberdade dos vassallos.

²⁰ Há possíveis resquícios de uma herança mutualista nestas ocorrências. Entendemos por mutualismo um movimento associativo frequente entre os trabalhadores brasileiros desde o século XIX, por meio do qual estes buscavam formas de prestar socorro a seus pares em situações de crise, em momentos de necessidade ou como forma de complementar a renda. A arrecadação de renda era uma das formas para se conseguir isso, podendo estes se organizarem no sentido de acumular o mínimo (BATALHA, 2010). Neste caso específico, a busca pelo dono da propriedade pode ter sido, também, uma forma de melhorar o mutualismo.

muitas vezes pelas leis. Por tudo aquilo que era necessário, pensavam eles, para que seus trabalhadores se mantivessem protegidos e leais ao núcleo social.

O mesmo Josué de Castro (1967, p. 32) acaba caindo em alguns determinismos e fazendo afirmações difíceis de serem comprovadas na tentativa de reafirmar a comparação entre o Nordeste dos anos 1950, e mesmo de antes, com as regiões onde se estabeleceram regimes feudais. Quando diz que “nenhum povo do mundo se mostra mais enraizado à terra, mais profundamente ligado ao seu solo natal do que o povo do Nordeste”, o autor, romantizando a necessidade dos sertanejos quanto ao solo produtivo, ressalta este paralelo apropriado, mas um tanto problemático. Evidentemente que a zona rural do Nordeste brasileiro não foi cenário de um feudalismo tropical, bem como as capitânicas hereditárias também não foram, por mais que seja possível fazermos paralelos entre eles. É inegável, no entanto, um processo de ruptura e permanência de um mesmo modelo de sociedade reproduzido em partes, insistente em manter sua existência.

Algumas descrições de oficiais estadunidenses sobre o interior do Nordeste e os latifúndios açucareiros, bem como das estruturas socioeconômicas encontradas lá, parecem relatar o período colonial brasileiro onde as marcas de um feudalismo modificado podem ser encontradas. E. T. Walters, em visita ao Engenho Galileia, reconstrói o que viu em palavras:

Após 20 minutos de espera, observamos uma *pickup* Ford nova rugir do alto de um pequeno morro carregando três jovens surpresos – o administrador, o agrônomo e o assistente geral da propriedade. Se recuperando de seu choque ao nos conhecer, o trio imediatamente nos levou ao alpendre central da casa grande para detalhar seus planos de desenvolvimento, suas conquistas e seus problemas. A casa grande, agora em reforma, seria uma combinação de escola, clínica, escritório administrativo e comércio dentro do engenho. Outras construções promovidas pelo estado deveriam providenciar uma residência para alguns administradores e uma capela para o padre. (...) O engenho transformará alguns hectares em área de suporte para a residência de 45 famílias que lá trabalham²¹.

Não é surpreendente que em uma região na qual tais relações se enraizaram profundamente, em um território historicamente fundado por processos paternalistas, ainda que consideremos muitos outros, este tipo de padrão tenha sido amplificado ao

²¹ WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 015, p. 06. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

ponto de se tornar elemento agregador das estruturas políticas “derrotadas” pela transferência da administração nacional para outra região. No início do século XX, o poder republicano era revezado majoritariamente pelas oligarquias do Centro-Sul. Não é de se impressionar que, por isso, muitos dos recursos financeiros do país tenham se concentrado, em grande parte, nessa região, como já destacamos. Também não é de se admirar que, em termos políticos, o Norte e depois o Nordeste tenham investido em meios para modificar estes termos. Porém, a “derrota” dos nordestinos veio acompanhada de uma noção do Centro-Sul como “espaço-obstáculo, o espaço-outro contra o qual se pensa a identidade [cultural ou política] do Nordeste” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 83), ao menos em parte.

Com o estabelecimento desse embate e o uso frequente do problema das secas, o paternalismo se reverte e parte agora do Estado em relação à região Nordeste, sobre seu bloco político e suas agremiações estatais. A atenção dada pela IOCS na criação do território político nordestino e a fundação da Sudene, embora tenham sido fundamentais para a resolução de inquestionáveis problemas estruturais, não foram mero fruto da preocupação federal. Foi também, por um lado, somatório das pressões nordestinas disputando espaço com o poder central ao mesmo tempo que concedendo a ele um exercício paternalista. Por outro, foi sintoma da necessidade indispensável do Estado em manter-se vigilante, cauteloso quanto aos poderes regionais e sua autonomia.

Também não podemos achar surpreendente que a constante reprodução dessas relações afetasse as mais distintas instâncias da sociedade, especialmente no Nordeste, mesmo tendo se adaptado. A origem do clientelismo sem dúvida tem raízes nestes sistemas e reage ao enfraquecimento dos mesmos, buscando formas não convencionais – ou ao menos não “oficiais” – de estabelecimento do poder. O sistema de trocas do qual depende o clientelismo, mais especificamente a troca de favores políticos, pode não ser idêntica às normas do contrato servil feudal, nem mesmo às práticas coronelistas, mas se origina de processos interpessoais como ambos, cujas referências para o clientelismo são marcantes (LEAL, 2012). Tal prática reencena as bases do paternalismo, principalmente.

O clientelismo, por sua vez, é, singular quanto ao fato de sua existência estar submetida à necessidade de um sistema político mais representativo, ao menos em nível nacional. A partir do momento em que a energização de forças políticas tradicionais foi necessária para ocupar cargos institucionais de poder executivo, para além das disputas locais envolvendo o restrito poder do informal controle administrativo local, o clientelismo ganhou força. Trata-se, grosso modo, da prática que envolve a barganha,

quando não a coerção, feita a indivíduos situados em uma região específica e que disponham de enfraquecidos meios de subsistência. A barganha consiste em favorecer estes indivíduos e seus empreendimentos em troca de lealdade política, do voto essencialmente, bem como favores e o acesso a cargos públicos (CARVALHO, 1997).

O regionalismo nordestino cerca-se de paternalismo. A herança hierárquica das sociedades em torno dos engenhos se reproduziu de tal forma que se fundiu à identidade local, seja como recurso para a existência de uma estrutura política com força para disputar poder nacionalmente, seja como algo a ser superado. Esta dinâmica social em muito se parece com a que foi analisada por Edward Palmer Thompson em *Patrician society, plebeian culture*, publicado nos anos 1970. Entre muitos resultados, seu estudo fez emergir a dominação das elites rurais sobre os camponeses por meio de uma hegemonia cultural na Inglaterra do século XVII. A hegemonia da *gentry*, ou seja, dos detentores do poder, sobre os plebeus, se fazia de forma tão profunda que transformava suas bases culturais para servir de calço às estruturas que mantinham a sociedade daquela forma. Com isso, as formas de dominação perpassavam práticas cotidianas restritas ou disputadas pelos camponeses, que resistiam lutando pela manutenção de sua cultura (MUNHOZ, 2010).

No final da década de 1950 e início da década seguinte, estas relações ainda se encontravam, mesmo difusamente, no interior do Nordeste, essencialmente em suas regiões canavieiras e sertaneja. Reforçadas pelo regionalismo cultural, fundante da identidade nordestina como arma de luta para obter os cuidados do Estado nacional e o reconhecimento quanto ao seu status de gênese social, tais relações aprofundaram sobremaneira o clientelismo em um cenário marcado pela distância em relação às instituições republicanas recém fundadas. Mais distantes ainda estavam da incipiente democracia, sucessivamente interrompida pela complexa rede de disputas políticas. Longe dessa rede ser exclusividade do ou se encerrar no Nordeste, ela é determinante para nosso estudo. No topo dela, existiam ainda outros elementos políticos capazes de sintetizar a identidade regionalista do Nordeste fincada na antiga sociedade paternalista.

1.4. Coronelismo e mandonismo em metamorfose no Nordeste

É sabido que o coronelismo é apresentado historicamente como um fenômeno político associado ao período da Primeira República. Este recorte é bem justificado pelo fato de que, com a criação de um novo ator político pelo federalismo imposto pela

República, o governador do estado, houve uma significativa alteração na relação de forças entre os latifundiários, fortalecendo o poder do Estado sobre o do coronel, cuja acentuada decadência econômica acarretava em seu enfraquecimento político (CARVALHO, 1997). Não houve coronelismo antes disso e, segundo a literatura voltada à análise do fenômeno, sua existência se extinguiu simbolicamente em 1930, com a tomada do poder pelas forças militares arregimentadas em torno de Getúlio Vargas e seu perfil centralizador.

O coronelismo, mais do que uma mera prática política como o clientelismo, se organizava, segundo Leal (2002), como um sistema complexo de relações construídas sobre o interesse e certa dependência mútua entre o poder privado dos grandes proprietários de terra e a administração federal. Assim, constitui-se como:

um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 2002, p. 23).

Dois fatores são importantes de serem ressaltados. Primeiro, o compromisso estabelecido entre chefes locais – aqui nos referimos aos herdeiros nucleares do poder e da estrutura proeminente na sociedade patriarcal dos engenhos – e o poder público – o governo do estado, principalmente. Mesmo que tenha existido outros tipos de “coronéis”, provenientes de outras origens, nos focaremos no modelo clássico deste personagem em consonância com a sua relevância aos nossos intentos, qual seja, o latifundiário rural. Este compromisso, reforçado pela necessidade dos que perdiam vertiginosamente sua autoridade municipal sobretudo no campo, não pode ser compreendido longe das relações de dependência entre ambas as forças. Quando se viram apartados de seu poder de influência, simultaneamente de seu tradicional poder aquisitivo, os chefes locais, ou “coronéis”, buscaram garantir a atuação federal em seus municípios ao passo em que recebiam do poder federal concessões à perpetuação de sua influência local.

Em muitos casos, o mesmo personagem, o senhor de engenho, era autoridade local:

O proprietário de terra e senhor de engenho era uma pessoa de grande importância na sociedade colonial, desfrutando de muito poder, além de ter acesso fácil ao governador geral. Muitas vezes o governador,

como aconteceu com Mem de Sá, era também senhor de engenho (ANDRADE, 1994, p. 94).

Embora neste momento já estejamos nos referindo a um período menos distante, devemos ressaltar que este tipo de prática permaneceu – e ainda permanece, em regiões remotas do país -, mantendo-se por conseguir resistir às transformações socioeconômicas da modernização, embora tenha também se adaptado a elas. Esta prática de poder exercida durante a colonização foi preservada no campo, salvas as devidas proporções e distinções. Contudo, de acordo com a vasta bibliografia sobre o tema na qual Carvalho (1987) e Leal (2012) despontam, o coronelismo é resultante direta de tais práticas.

O segundo fator de importância a ser verificado é o enraizamento dessas relações na estrutura agrária, sem a qual esta rede de aproximações dificilmente existiria. Justamente por se tratarem de regiões profundamente distantes dos centros de poder do Estado republicano, as zonas rurais, entre elas o sertão nordestino e o cinturão canavieiro, eram dificilmente penetráveis pela máquina pública. Além do mais, as relações estabelecidas historicamente entre “coronéis” e as populações municipais davam ao governo dos estados a oportunidade de, tendo garantida a sua posição hierarquicamente privilegiada, conceder aos chefes locais autonomia para a preservação municipal. Acrescenta-se a isso o fato de os chefes locais, dependentes econômicos do governo do estado, garantirem o exercício de suas diretrizes por meio de sua própria aparelhagem privada, comprometendo minimamente os recursos governamentais. Garantindo isso, os “coronéis” espalhavam seu poder de influência por meio da nomeação de pessoas de sua confiança para cargos públicos, recebiam benefícios fiscais, entre tantas outras coisas. O poder se tornava a principal moeda de troca.

Joseph Page (1972, p. 20) nos dá um panorama que aguça nossa imaginação sobre como estas relações se consolidavam:

Inevitavelmente, o sistema político que evoluiu desta estrutura neofeudal foi designado para mantê-la. Alguns senhores de engenho da zona açucareira e grandes latifundiários em todo o Nordeste assumiram o papel de chefes políticos em seus entornos imediatos. Ficaram conhecidos como coronéis. Sua força se manteve inquestionável na maioria dos locais até mais ou menos a década de 1950 [justamente quando as Ligas Camponesas começaram a atuar].

Porém, quem era este “coronel”, personagem recorrente em nossa história? Essencialmente, para os fins de nosso exame, era o latifundiário ou fazendeiro de grandes

propriedades cujo respeito e poder moral ou político era exercido em regiões municipais específicas, em sociedades restritas pelo isolamento, pelo distanciamento quanto ao progresso tecnológico nacional e predominantemente composta por uma maioria provida de posses consistentes de terras. O “coronel” era o agente político representado por Totonho e Barba-de-Bode no romance de Lima Barreto, como bem lembrado por José Murilo de Carvalho (1987). Eram indivíduos cujo poder privado, descendente das antigas estruturas da indústria açucareira da qual eram saudosistas, se estendia à massa popular que orbitava os núcleos dos mandonistas. Nem sempre, no entanto, resumiam-se apenas em possuidores de terras: às vezes eram os indivíduos dotados de distinções técnicas ou intelectuais destoantes do restante da população, como os que Hobsbawm (1995) disse terem chegado ao Terceiro Mundo como produto da ampliação e difusão do desenvolvimento da Era de Ouro.

Com isso, devemos ressaltar que também se enfeixam nas mãos dos “coronéis”, “com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas” (LEAL, 2002, p. 24). Sua ascendência está atrelada à necessidade de garantir suas posses, seus hectares de terra, seus costumes mandonistas alheios à fiscalização, elementos em torno dos quais satelitizam massas de camponeses em profundo estado de pobreza, de ignorância política e esquecimento, sendo acionadas quando do interesse daqueles que provem as terras das quais extraem sua subsistência. Para estes, o “coronel” é frequentemente o único modelo político existente.

Há importantes análises sobre o interesse dos governos dos estados em relação ao poder dos “coronéis”. Algumas questionam a efetividade do poder de tais forças políticas municipais quanto aos propósitos governistas, a exemplo de um dito potencial angariador de votos para eleger um ou outro projeto político em nível federal, como o que diz Cammack (1979). Para o autor, dois fatos comprometem essa visão. Primeiro, o fato de que as votações pouco valiam à época da Primeira República²², quando este modelo representativo foi instaurado. Segundo, o fato de que embora os “coronéis” tenham controlado votos e fraudado eleições quando estas se tornaram mais relevantes, a palavra final era sempre do Congresso. Onde residia, então, o poder político destes indivíduos?

²² As eleições neste período eram fortemente restritas às elites. Nos “currais eleitorais” dos “coronéis”, o poder de captar apoio popular na política ficava limitado ao poder privado destes indivíduos a nível municipal.

Somando as contribuições de Leal (2002), Cammack (1979) e Carvalho (1997), é possível localizarmos este poder, antes de mais nada, em um espaço e em um tempo específicos: as zonas rurais brasileiras da Primeira República, onde oligarquias mais ou menos poderosas exerciam em nível local o poder do governo do estado garantindo para si certa autonomia. Esta autonomia levava os “coronéis” a disputarem entre si o apoio a um ou outro candidato, mas interessados sempre nos que efetivamente chegavam ao poder. Buscavam junto a este as garantias para esta autonomia, benefícios particulares e executivos já não providos por sua posição social em meio a um novo sistema sócio-político que se expandia. Apesar de ser um sistema datado, o coronelismo e seus alicerces ecoaram sobre a política nas zonas rurais e nas regiões do Brasil mais distantes dos centros de decisão e dos polos industriais, como o Nordeste. Assim, o poder dos “coronéis”, seu mandonismo, residia na sua posição social tradicional, na ignorância de seu protetorado e na falta de interesse dos governos estaduais em estender sua penetração a regiões tão severamente atrasadas.

Isso fica comprovado em um artigo escrito por um deputado anônimo, lido com indignação pelo deputado cearense Ildefonso Albano na ocasião do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1916, no qual sugere que o Norte, especialmente sua região sertaneja e onde seria constituído o Nordeste, deveria ser esquecido pelos poderes nacionais visto que seu problema com as secas era imutável. Segundo ele, investir na estrutura da região era lutar inutilmente contra forças da natureza e a única solução para isso seria retirar de lá sua população flagelada e levá-la ao Centro-Sul, onde a prosperidade estaria garantida. Este tipo de raciocínio, afirmando que os gastos com o Nordeste eram descabidos, perdurou e foi questionado pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), quando ressaltou os gastos colossais com a construção de estradas que serviam apenas a três estados do Centro-Sul, discrepantes quanto aos gastos razoáveis despendidos com o Nordeste para servir oito estados. Disse que quando toda esta verba foi gasta em benefício de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul “ninguém tugi nem mugiu”. E finalizou, em discurso pronunciado no Senado: “Porque [sic] então, só quando se trata do Nordeste, se assanham os pruridos de economia desses patriotas?” (PESSOA, Epitácio *apud* BERNARDES, 2007, p. 65). Pessoa era paraibano.

Este isolamento permitia em grande medida a atuação mandonista dos “coronéis”. Vejamos, para fins de ilustração, o caso das Ligas Camponesas no Engenho Galileia em fins dos anos 1950. Seus membros, ao fundarem a organização, decidiram buscar o dono das terras para apadrinhá-la, como já mencionamos. Devemos lembrar que desde a

Primeira República “é, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades” (LEAL, 2002, p. 24). Ambos iluminam a dependência dos camponeses em relação aos seus superiores, aos seus chefes, aos chefes de famílias oligárquicas ou minimamente detentoras de estruturas fundiárias significativas. O patrão é quase sempre reconhecido como um benfeitor, detentor de um papel paternalista muitas vezes aceito pelos seus empregados, sem o qual estariam entregues a qualquer sorte. Quando esta dependência é rompida, a exemplo do que propuseram as Ligas Camponesas, uma crise se forma. A revolta dos latifundiários - a quem muitos atribuem o papel de “coronel” - contra as Ligas vem da cisão desta relação e na busca de autonomia por seus subordinados.

Existe um consenso não apenas intelectual, mas também ideológico, que rejeita a compreensão do sistema de relações estabelecidos no campo como feudalismo após a abolição da escravatura. Nelson Werneck Sodré (1990) foi um dos intelectuais que, nos anos 1970, muito defendeu a tese de que a forma o colonial do Brasil seguiu padrões feudais e sua permanência, guiada por transforma es, tornou-se residual, mas não por isso inexistente. O autor dedica-se a pensar estes resquícios não como sobras de um modelo importado, mas como espécie particular estimulada pelos laços de dependência que permeiam a sociedade rural, ainda mais no Nordeste. Nesse sentido, temos que concordar: as rela es feudais não se restringem à renda, a estruturas econômicas. Uma de suas características centrais é a forma como as rela es de dependência e, mais ainda, de cumplicidade se concretizam. Esta tese pode ser reforçada também se lembrarmos que “na ocasião da aboli o, quando milhares de escravos brasileiros ficaram sob a dependência dos antigos senhores”, o novo sistema “não os transformou automaticamente em trabalhadores assalariados” (CUNHA, 2012, p. 143). Muitos trabalhavam em troca de moradia e prote o, ou mesmo por sua subsistência.

Itamar de Carvalho (1988) também discute a presença de um sistema feudal resistente na mesma propor o que transformado, peculiar. Joseph Page (1972) igualmente concorda com o fato de que nas regiões rurais do Nordeste havia fortes características de uma sociedade pr -capitalista. Ao mesmo tempo, elucidam o fato de que as práticas assemelhadas às servis eram, como já durante o início da colônia, compostas por ingredientes de capitalismo sobretudo por se tratar de uma coloniza o empreendida por uma metrópole na qual o capitalismo chegava a passos mais lentos. Capitalismo e servilismo possuíam, nesse cenário, uma rela o contraditória e pendular.

Porém, esse detalhe parece ter sido menos privilegiado nas análises da imagem construída sobre a região.

Esta imagem foi apreendida também pela direita conservadora brasileira e endossada pelos liberais estadunidenses, como nos mostra um documento produzido por um anônimo amigo de Herbert Levy, deputado federal pela UDN, em 1962. O relator descreveu a situação que viu no Nordeste em sua incursão à região, sobretudo a situação nas zonas rurais. De acordo com ele, a situação ali era desesperadora. Os proprietários de terras e empresários da indústria rural não possuíam qualquer sentimento quanto aos problemas enfrentados pelos camponeses, impondo-lhes restrições trabalhistas e reduzindo ao máximo suas condições econômicas para que seu vínculo com os patrões se resumisse a um trabalho de subsistência, sem qualquer possibilidade de ascensão social ou desprendimento de seus locais de trabalho. Ao mesmo tempo, mesclavam o trabalho rural tradicional com uma tosca versão de trabalho operário, sem, contudo, conceder aos trabalhadores os mesmos direitos estabelecidos para os trabalhadores das fábricas nas regiões mais desenvolvidas do país. Sobre isso, disse categoricamente:

O povo tem sido esmagado por estas duas correntes: de um lado, indivíduos e grupos familiares que tentam manter seus privilégios medievais; de outro, aqueles que tentam a tudo capitalizar, num pretense esforço de evitar que o modelo cubano chegue à região com propósitos tentadores²³.

O relator fala objetivamente em “privilégios medievais”, se referindo à ausência de direitos trabalhistas necessários para o desenvolvimento do trabalho no campo, onde o tempo parecia haver parado. Era um universo muito distinto do qual ele encontrava nos EUA. O que temos nesse exemplo é um modelo social que fez concessões à modernização, sem, contudo, abolir completamente as relações sociais de outrora que permaneceram, mesmo com suas devidas remodelagens. Um modelo social que não aceitava o progresso industrial corrente no Sul-Sudeste, ao qual os latifundiários chamavam de “imperialismo paulista”, responsável por mimar trabalhadores com bons salários e alguma seguridade trabalhista²⁴.

²³ DEAN, Robert W. A Brazilian report on the Northeast political situation, relatório de 29 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 105. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁴ Idem.

O espaço agrário nordestino foi estruturado pelo monopólio fundiário, pela indústria do açúcar pressuposta por uma monocultura, pela indústria algodoeira e pela exploração do trabalho, mesmo após a abolição da escravidão. Tal estrutura se manteve insistente até meados do século XX, salientando a importância de analisá-las atentando à resistência que instituições tão antigas possuem em sociedade, sendo impossível a ocorrência rápida de sua destruição. Por isso, mesmo com a abolição da escravidão, que não foi acompanhada por uma distribuição de terras prevista pelos abolicionistas, as terras da região já estavam apropriadas e “a mão de obra escrava não teve alternativa senão permanecer como moradores de seus antigos senhores” (TAGINO *et al*, 2011, p. 87).

Evidentemente, a formação das Ligas Camponesas foi uma reação a um sistema capitalista bastante específico, atuante no Nordeste de forma particular. A indústria açucareira, por exemplo, já possuía modernos equipamentos e disputava mercado no comércio internacional, sinalizando para a sua integração no capitalismo global. Boa parte dos latifundiários já não residia na zona rural, por mais que mantivessem olhos e ouvidos fiscalizadores atentos à produção e ao comportamento dos trabalhadores. Sem dúvida o capitalismo havia chegado ao interior do Nordeste, mas podemos dizer que a sociedade agrícola nordestina estava inserida por completo neste sistema, vivendo em uma sociedade correspondente a seus modelos? Acreditamos que não. Havia, na verdade, uma “ética servil com espírito capitalista”, se assim podemos dizer. Alguns dirão que se tratava de um capitalismo cruel e visceral, em sua versão mais crua. Não podemos discordar menos: se pensarmos no capitalismo como resultado da modernização promovida pelas revoluções burguesas, não havia nada disso no campo entre o litoral e o interior do Nordeste; pode sim, por outro lado, ter havido uma exploração digna de um capitalismo intensificado no século XIX, aquele tão criticado por Max Weber (2001), mas não em uma sociedade industrializada, e sim numa sociedade atrasada e organizada tendo como referência a fórmula patriarcal, paternalista e servil.

A formação de organizações como as Ligas Camponesas punham em xeque a autonomia das forças políticas locais em regiões remotas e dominadas pelo latifúndio porque, por um lado, elas eram, em relação ao Estado, uma das últimas instâncias de força policial. Por outro, porque perder este poder, dependente da subordinação dos camponeses, seria o mesmo que dar por encerrada qualquer capacidade de influência política local. Além do mais, representava a elucidação camponesa quanto à sua posição na sociedade rural, ameaçando as estruturas oligarcas e o futuro de sua manutenção. Naquelas regiões onde os “coronéis” se sentiam “bons que só Deus” por “dar metade pra

quem planta e cuida do seu gado”, como dito na música de Sérgio Ricardo e Alceu Valença citada no início deste capítulo, ver os trabalhadores organizados em busca de direitos era não apenas testemunhar o surgimento de uma ameaça, mas também um afrontamento pessoalmente ofensivo.

Alguma estabilidade em situações como estas não dependia mais, como antigamente, apenas da iniciativa do gestor privado – o senhor das terras. A subordinação municipal dos agentes políticos institucionais – muitas vezes os próprios “coronéis”, que adentravam frequentemente a arena política representativa – e informais ao governo do estado era, mais ou menos, um fato estabelecido que se concretizaria, mais tarde, com o encerramento das relações coronelistas em 1930. Tendo isso em vista, devemos notar também certo equilíbrio nesta rede de coexistência. Às forças políticas municipais estava claro: para continuarem tendo algum poder, era necessário se submeter ao andar de cima do sistema republicano recém-estabelecido. Desrespeitar isto seria sacrificar esta ordem, da qual dependiam para adquirir sobrevida e importância política. Porém, como os governos dos estados frequentemente recorriam a estas mesmas forças para conquistar legitimidade – visto que, como foi dito, ela não necessariamente vinha pela via eleitoral justa, mas sim frequentemente forjada pelos próprios “coronéis”, ou seja, resultavam do seu acúmulo de conquistas -, se os governadores “entravam em conflito com um número significativo de coronéis”, se viam em “posição difícil, se não insustentável” (CARVALHO, 1997, p. 236), correndo o risco de serem humilhados ou mesmo depostos, a exemplo do que chegou a ocorrer na Bahia, em Goiás e no Ceará.

A preservação dessas estruturas arcaicas pode ser algo importante para compreender o desequilíbrio de forças entre o poder central e o regional, mas também para compreender por que mesmo após 1930 os poderes locais continuaram exercendo força ainda que agora por outros meios. Parte disso ocorre porque:

A indústria moderna [representada pelo governo varguista] e a agricultura atrasada não são incompatíveis, ainda que cada uma assuma uma configuração diferente. A legitimação recíproca entre o poder central e o poder local se baseia sobre a interdependência entre estes dois níveis: o segundo satisfaz as necessidades globais de acumulação e legitimação, enquanto o primeiro lhe assegura a sobrevivência (BORSZTYN, 1984, p. 161).

Ou seja, desejando ter sobrevida, os poderes locais, entre eles os “coronéis”, servem ao poder estadual em troca das garantias necessárias ao exercício do seu poder e

com isso se transformam, sem, contudo, perderem elementos caros à sua essência. Grosso modo, o governo estadual pratica com os poderes locais o mesmo que o poder central faz com os estados. Na base mais baixa desta pirâmide de relações estão os camponeses, sobre quem cairá a força dos três poderes juntos, ainda que diluído pela particularização das relações estabelecidas entre eles e os poderes municipais, longe de se findarem nos prefeitos ou vereadores.

O centralismo varguista modificou este panorama, mas não o encerrou. Sobretudo no agreste e no sertão nordestino, onde a penetração política e econômica dos moldes vigentes nas capitais administrativas sempre foi mais difícil, os poderes locais, cuja evolução deixaria para trás a figura do “coronel” senhor de coisas e pessoas, se metamorfoseariam e condenariam à eternidade certa independência local quanto ao poder central. É mister salientar que nas zonas rurais do Nordeste, a rarefação do poder público se manteve não pela autonomia do poder privado local, mas pelas dimensões continentais do país, sendo preferível alianças de dependência a uma intervenção efetiva e transformadora. Se isso ocorresse, como já ressaltamos, o desequilíbrio histórico de forças – entre poder central e local – poderia resultar no enfraquecimento do poder local e a revoltas sociais contra ele, como já ocorrera. Neste cenário de distanciamento entre as populações e o poder central, “o partido do governo estadual não pode dispensar o intermédio do dono de terras” (LEAL, 2002, p. 34) mesmo que modifique sua relação com ele.

Desaparece o coronelismo, mantem-se o mandonismo visto que os poderes locais, nesse caso mais especificamente o municipal, reproduzem em menor escala o exercício do poder aplicado macroscopicamente pelo poder central, mesmo que dele destoe ideologicamente. A partir de um determinado momento, com a evolução do sistema representativo e, depois de 1945, de nosso modelo democrático, os antigos “coronéis” passarão gradualmente, mesmo que não de forma total, a ocupar postos políticos institucionais. Levarão a estes postos os cacoetes e as particularidades da ordenação social que defendem (LEAL, 2002), especialmente o mandonismo. Em certa medida, é difícil crer no desaparecimento de um sistema político quando seus agentes seguem no caminho de sua institucionalização, mesmo que com novas características.

Não podemos – e nem queremos – garantir que os antigos mandões do coronelismo entraram todos no sistema político representativo. No entanto, devemos atentar para o fato de que sendo o mandonismo uma característica marcante entre eles, sua essência foi incutida de forma relevante na prática política institucional ao passo em

que muitos deles assumiram funções públicas. Se pensarmos que o mandonismo depende, dentre outras coisas, de grupos sociais distantes de qualquer politização, encontraremos nas regiões rurais do Nordeste um de seus maiores focos de sobrevivência e persistência no tempo. Com isso, até os anos 1960 é plausível pensarmos que as relações entre o Estado e as elites agrárias nordestinas permaneciam, salvas as devidas proporções, ancoradas no mandonismo. Além disso, é plausível também que estas elites adentrassem o poder público e dessem continuidades a projetos particulares de uma ou outra região (CASTRO, 1967).

Para que este mandonismo tenha se perpetuado, a dependência das forças políticas locais em relação às instâncias do poder central também precisou se perpetuar. O paternalismo do Estado em relação às regiões, mais ainda quando estas passaram a se organizar politicamente, tem raízes que vão desde a colonização até as mudanças no sistema representativo. No caso do Nordeste, é claro que a antiga e decadente sociedade patriarcal foi substituída por uma nova, mas seus resquícios no interior são evidentes nos anos 1960. Sua dependência em relação aos poderes federais, no entanto, se manteve. Em uma escala mais ampla, esta dependência penetrou o sistema político institucional e se tornou referência para o bloco político nordestino ao alçar ao poder central seus discursos alarmistas sobre a questão das secas, a pobreza das zonas rurais e as revoltas sociais.

Quando Hobsbawm (1995, p. 346) diz que no chamado Terceiro Mundo o conhecimento, não necessariamente intelectual ou crítico, mas técnico e distintivo, se tornou uma saída “em países onde o Estado parecia a seus súditos uma máquina que lhe extraía os recursos e depois os distribuía a funcionários públicos”, podemos enxergar nisso a migração das antigas forças políticas municipais do Nordeste para carreiras políticas no âmbito nacional, ou ao menos mais amplo do que o território das cidades. Aqueles que, de uma forma ou de outra, se relacionavam com a antiga sociedade dos engenhos e com suas tradições, encontraram no funcionalismo público uma carreira que permitisse assegurar aos seus pares retornos em forma de renda e proteção.

Não queremos, com as afirmações aqui feitas, estimular a ideia estereotipada de que os políticos nordestinos são tradicionalmente ex-“coronéis” ou ex-senhores feudais. Sublinhamos que a existência de largas regiões agrárias onde relações específicas de dependência e trabalho se desenvolveram; onde e quando historicamente uma sociedade patriarcal e escravista imperou; e na qual houve uma sistemática formação identitária conjugada à manutenção destes interesses em decadência, a permanência de características políticas particulares são visíveis e serão ainda mais conforme penetrarmos

em nossa documentação. A seca não foi o único elemento de barganha das forças regionais para ganhar atenção do poder central. O poder central brasileiro também não foi o único foco desta relação. A possibilidade de uma cisão nas relações que permitiam esta rede de poder foi, no caso aqui analisado, muito bem aproveitada.

1.5. Ligas Camponesas: entre a busca por direitos e a revolução camponesa

O aumento da produtividade agrícola foi um fator de mudança nas relações econômicas e sociais no campo. O pequeno trabalhador rural, fosse ele oriundo do sistema pós-escravista ou de um estrato social intermediário entre os cativos e os grandes proprietários de terra, acabou sendo empurrado à condição de trabalhador agrícola. Não mais aquele que produzia para si próprio ou para uma pequena empresa familiar, mas para a indústria que crescia com certo atraso em relação ao capitalismo moderno. O camponês, cuja existência antecede o período por nós recortado, é convertido a mão de obra desta indústria.

O monopólio da grande propriedade necessário a esta indústria sobreviveu no Brasil após a abolição, “através de uma combinação de expansão da fronteira agrícola por meio de uma agricultura rudimentar em que almeja mais a ‘produção’ do que a produtividade dos fatores de produção”. Dessa forma, as relações sociais de produção pré-capitalistas permaneceram ou aumentaram relativamente, “na medida em que existam baixos salários nas relações sociais de produção capitalista” (CARVALHO, 1978, p. 97). São os camponeses aqueles que se encontram na ponta final desta dinâmica.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 197), embora esteja a lidar com uma difícil conceituação, camponês é “todo indivíduo que cultiva a terra com a mão de obra familiar e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando lucro”. Todavia, coexiste com “uma economia diferente da sua, entretendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo, adquirindo tudo aquilo que não produz”. Distingue-se, portanto, do pequeno agricultor, “cuja produção inteiramente comercializada, tem por finalidade a obtenção de lucro”.

Eric Wolf (1970) tende a concordar com a referida autora ao reforçar o fato de que os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para grupos governantes, com os quais possuem relações de trabalho quase servis. Este excedente reforçaria o poder dos donos da terra e a ausência de força entre os trabalhadores rurais.

Trata-se de uma noção sobre o camponês que advém de estudos que avançaram nos anos 1960, cujo viés foi impulsionado pelas contribuições de autores como Eric Hobsbawm (1978) e E. P. Thompson (1998). As tentativas de se emanciparem levaram os camponeses a situações de risco nas quais as extensões rurais poderiam ser soluções, amortecendo o impacto dos discursos de rebeldia da esquerda.

Extensões rurais são processos de educação cooperativa levados ao campo com a finalidade de instruir jovens e adultos destes meios a modificar hábitos técnicos, econômicos e sociais, entre outros. Trata-se de uma forma de fornecer a estes indivíduos atividades para além da lavoura, das ações corriqueiras de quem trabalha no sistema rural e pouco conhece o que não está cercado por seus limites. Geralmente, as extensões são organizadas por instituições governamentais ou mesmo privadas, contratadas por latifundiários, para capacitar sua força de trabalho e, em muitos casos, torná-la menos propensa ao conflito. São resultado de desenvolvimentos técnicos e almejam a penetração de novos conhecimentos em regiões geralmente distantes dos centros de difusão da ciência, da tecnologia e de outras formas de progresso.

As origens da extensão rural no Brasil remontam ao ano de 1948 quando, em Minas Gerais, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, a primeira organização no país a se dedicar à execução de um programa de extensão rural. O seu trabalho incentivou a criação de organizações similares, surgindo no Nordeste a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR-CENTRAL, com sede em Recife e atuação nos Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Logo depois, outros estados aderiram ao programa.

Dale Hoecker, assessor de extensões rurais de um órgão público dos EUA, comentou sobre a necessidade de iniciativas como esta serem difundidas no Nordeste do Brasil. Segundo sua análise:

O movimento das Ligas Camponesas é o resultado de uma causa - uma causa real e humana. As Ligas ainda não estão ativas no Ceará, mas as condições nas quais são embrionadas estão. Primeiramente eles não possuem aqui um líder como em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Equidade política, social, econômica e filosofias cristãs são estilos de vida que devem dominar (...). A área necessita de uma urgente extensão para trazer valores humanos e aceitáveis para os camponeses com o objetivo de diminuir os efeitos dos movimentos das Ligas Camponesas. Extensões não podem nem arriscar combater as Ligas abertamente. Faremos isso indiretamente. Precisamos trabalhar para amenizar as causas que criam climas favoráveis para extremistas e esquerdistas. Não

teremos campanhas contra as Ligas Camponesas, mas temos que trabalhar mais rápido e arduamente para curar as causas de sua existência. Isso é básico para o futuro do nosso país e para o nosso progresso no mundo livre onde a vida humana possui valor. A situação no Nordeste é injusta para os camponeses e esta é a razão pela qual as Ligas tem progredido. Não queremos que ensinem abertamente ou falem abertamente sobre as Ligas, mas queremos que cada um de vocês percebam que a instituição que vocês representam, The Extension Service of the State of Ceara, é baseada no estilo de vida democrático e na dignidade do ser humano, e que estes são os inimigos das Ligas Camponesas²⁵.

Ele comenta a criação de uma extensão rural no Ceará, estado ao qual foi convidado para difundir os propósitos desta iniciativa. Grosso modo, defendia que instituições como a ANCAR deveriam se espalhar pelo Nordeste para ampliar a noção das pessoas de que o Estado, ou empresas específicas, deveriam providenciar medidas e reformas capazes de transformar, mesmo que minimamente, as condições no campo que propiciavam o surgimento de movimentos como os das Ligas Camponesas. Estes seriam mais radicais e menos tolerantes a medidas leves, discretas, onde as mudanças não fossem evidentes e os ganhos fossem considerados poucos, pois seriam organizadas por líderes radicais de esquerda.

Em Pernambuco, o supervisor da ANCAR era o Dr. Joaquim Moreira de Melo, um oficial profundamente ciente da ameaça política colocada pelas Ligas segundo a perspectiva estadunidense, seriamente interessado em desenvolver os serviços de extensão como um instrumento necessário para melhorar as condições rurais. Ele se sentiria deleitado em receber qualquer assistência, financeira ou técnica, para ajudá-lo em seu trabalho. Supervisores da ANCAR em outros estados do Nordeste provavelmente gostariam de assistências tão receptivas, conforme registrado pelos *policy makers* estadunidenses em documento²⁶.

Apesar dos problemas e das limitações, a expectativa dos estadunidenses era de que estava quase certo que as atividades de extensão da ANCAR se expandiriam consideravelmente durante os anos 1960, e sua influência deveria crescer entre os moradores das zonas rurais, representando importantes conquistas políticas. Ao mesmo tempo, era esperado que a organizada utilidade dos escritórios de extensão localizados

²⁵ RABIDA, A. A. Political aspects of brazilian agricultural extension service, relatório de 20 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287, p. 04. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁶ Idem.

nos níveis básicos se tornariam atrativas para líderes políticos, inclusive os líderes das Ligas Camponesas, e que esforços seriam feitos para que o aparato das extensões fosse infiltrado e influenciado por eles, prevendo uma possível tomada deste aparato pelas forças políticas antagônicas.

Contudo, as extensões rurais são, antes de mais nada, um ramo das ciências agrárias, um processo que gera formação continuada no âmbito técnico e extraescolar. A assistência a agricultores familiares era prevista desde cedo por este campo do conhecimento e da prática, pensando o desenvolvimento rural em um sentido muito mais amplo. A pesquisa deveria gerar condições para desenvolver tecnologia com o objetivo de melhorar as condições de vida e injetar força no mercado, beneficiando também os trabalhadores rurais. O problema era que estes trabalhadores aos quais estamos nos referindo não possuíam terra suficiente para que esses processos se consolidassem da maneira que deveria.

Neste sentido, a extensão é uma medida educativa que se diferencia, por exemplo, da assistência técnica, onde há uma dependência no consumo e uso de equipamentos pelo trabalhador rural. No caso da extensão, ela cria meios de promover a alteração na dinâmica das relações entre os trabalhadores e o meio no qual atuam. O modelo da ANCAR era o modelo de extensão estadunidense, algo que dificultou a penetração do sistema no Brasil, sendo a ele necessário passar por modificações que alterassem suas estruturas (OLINGER, 1996).

Isto nos faz pensar em um fato importante para compreender o desenvolvimento das extensões rurais no Brasil. Havendo essa forte aproximação com os setores privados, algumas extensões tornaram-se meios pelos quais os ideais capitalistas e a cultura latifundiárias fossem disseminados. Por isso havia este receio por parte dos estadunidenses de que as extensões fossem tomadas por “forças demagógicas”, como chamavam os comunistas ou aqueles que tinham tendências mais à esquerda. Tratava-se de um meio pelo qual a circulação de ideias e a articulação delas com a produção rural era grande.

Por isso discordamos veementemente de que, como dito por José de Souza Martins (2004, p. 16), as Ligas Camponesas, como outros movimentos sociais do campo, sofreram com um vazio social onde reinou a invectiva revolta. Não foram tomadas por “ações autodefensivas de um radicalismo fundado no conservadorismo próprio das estruturas sociais em que se movem” ou, neste caso, se moviam, embora estas estruturas tenham influenciado de forma acentuada estes movimentos. Era, na verdade, algo novo

que tinha resquícios do antigo, de conhecido, correndo, a princípio, à margem da militância política convencional.

O nome Ligas Camponesas não foi dado pelos membros das organizações que assim ficaram conhecidas, seja na que despontou no Engenho Galileia em Pernambuco, seja a que, logo em seguida, ganhou notoriedade em Sapé, na Paraíba. A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco foi uma instituição criada por João Firmino e seus companheiros do Engenho Galileia em Vitória do Santo Antão, interior de Pernambuco, para, antes de tudo, garantir o direito dos camponeses de enterrar seus mortos mesmo que não possuíssem qualquer pedaço de terra. A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, fundada por João Pedro Teixeira, liderava os trabalhadores rurais no sentido de garantir a coesão entre eles para o sustento mútuo. No entanto, o apelido dado pelos conservadores em sua desconfiança foi o que “pegou”: Ligas Camponesas. O objetivo desse apelido era ressaltar o perigo que poderia representar uma união como aquela, num momento em que organizações consideradas revolucionárias despontavam no Nordeste (CASTRO, 1967).

Outros autores, como Márcia Motta e Carlos Leandro Esteves (2008), argumentam que o ponto nevrálgico da formação das Ligas foi o aumento do valor do aluguel das parcelas de terra, tornando-se superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários. Quando tentaram rediscutir estes valores, os camponeses fracassaram e se depararam com a violência de seus patrões. Para resolverem este problema e ganharem força, os camponeses se uniram em torno da Associação e a luta pelo direito de enterrarem seus mortos teria vindo como consequência posterior a este fato.

É comum vermos uma associação entre as Ligas Camponesas criadas em meados dos anos 1950 e as Ligas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1940²⁷, possivelmente em razão do envolvimento de políticos socialistas com o movimento campesino posteriormente ao projeto do partido. Os próprios latifundiários chamavam as associações desta maneira para associarem-nas às Ligas comunistas. Essa distinção merece ser feita: as Ligas de Galileia, em Pernambuco, e Sapé, na Paraíba, não foram

²⁷ Segundo alguns autores, as Ligas Camponesas do PCB eram mais organizadas, tinham maior potência, se espalharam por mais regiões e foram bem maiores do que as Ligas Camponesas a partir de 1955. Por que, então, percebemos uma atenção maior e mais cuidadosa por partes dos EUA em relação às segundas? Acreditamos que o contexto pós-Revolução Cubana é decisivo para respondermos a este questionamento. Afinal, naquele momento os EUA observavam, pela primeira vez, a ocorrência no chamado Ocidente de um processo que resultou num regime socialista. A potência entendia que aquele episódio poderia inflamar os ânimos da esquerda revolucionária da região e dar-lhes o vislumbre de possibilidades reais de radicalização. Nos anos 1940, este cenário não existia.

organizadas primariamente senão pelos próprios camponeses que ansiavam por mudanças na estrutura quase servil do trabalho no campo, autonomamente. Os EUA e a inteligência brasileira acreditavam no contrário: que as Ligas formadas em Pernambuco nada mais eram do que uma continuação das Ligas dos anos 1940, assim “embrionadas no ventre do mais puro comunismo”²⁸.

Porém, Sarah Sarzynski (2018) faz boa distinção entre as próprias Ligas Camponesas, sua diversidade quanto aos procedimentos adotados e suas histórias. A desapropriação de terras conquistada legalmente pelas Ligas do Engenho Galileia levou outras a surgir no Nordeste. Nem todas foram organizadas por partidos ou lideranças políticas externas e cada uma pensava a luta pela terra de maneiras diversas. Enquanto umas optavam por buscar na justiça meios para conquistar ou defender direitos, outras eram mais radicais e optavam pelo confronto direto e violento. Embora a denominação Ligas Camponesas seja um grande guarda-chuva para se referir ao movimento, é fundamental compreendermos sua heterogeneidade.

Havemos de pensar, também, nas semelhanças que uniam as Ligas para além do óbvio, que era a busca por espaço para plantar e produzir. Além da contínua devoção à ampliação de direitos, intensificaram o combate a práticas quase feudais como o pagamento do cambão – dia de trabalho gratuito nas terras do latifundiário. Este ponto é de grande interesse para o nosso debate, visto que se refere tanto à identidade das Ligas quanto à identidade de parte considerável daqueles que se opunham à campanha destes movimentos pelo direito à terra (SARZYNSKI, 2018).

É interessante notarmos como a razão de existência das Ligas Camponesas nos remete a problemas que ecoavam do feudalismo. Novamente o simbolismo do sistema de produção e do modelo social daquele período retorna às nossas vistas, dificultando cada vez mais afastarmos delas a proposta de análise que confere às relações sociais entre camponeses e latifundiários uma semelhança com a dos suseranos e vassalos. Esta proposta de análise, que compreende a permanência destas estruturas como decorrência do fechamento ibérico e de seu atraso quanto ao restante da Europa durante a colonização definitivamente, não pode ser ignorada. A diferença é que as Ligas dos anos 1950-60

²⁸ WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 015, p. 03. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

causaram maior impacto na sociedade agrária do Nordeste do que poderiam pensar seus mais crentes membros.

A ofensiva dos setores tradicionais, no qual se incluem as forças políticas rurais, denota tanto a sua situação frente ao surgimento das Ligas, quanto o poder das referidas forças. Afinal, apesar de no início dos anos 1960 a sindicalização rural estar na mira da Consolidação das Leis Trabalhistas, buscase compatibilidade com os termos da Constituição de 1946 e tenha sido anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário (MONTENEGRO, 2004). Isso explicita o fato de que organizações de trabalhadores não eram bem vistas no campo e dificilmente resistiam às pressões de suas lideranças quando associadas a um estamento social considerado superior. Tendo isso em vista, os camponeses, muito longe de serem apenas marionetes do mandonismo, buscaram no âmbito das leis os direitos para se organizarem.

A fundação da Liga no Engenho Galileia, formalizada por uma carta entregue ao senhor Oscar Beltrão, dono das terras, foi pensada em diferentes termos. Além da busca por ajuda mútua nas questões sociais, entendia a necessidade da formação educacional. A carta em questão avisa ao dono das terras que a criação de uma escola e a contratação de um professor estava nos planos da Liga. E mais: avisava que a organização teria a colaboração de um advogado para questões jurídicas. Nestes termos, ficava claro como a contratação de um advogado “era uma forma de dizer ao senhor que a relação de direitos e deveres entre o dono da terra e os trabalhadores não seria mais estabelecida apenas verbalmente ou por meio da política do que eram considerados pequenos favores” (MONTENEGRO, 2004, p. 395).

Além disso, o envolvimento de um advogado e de forças políticas progressistas com a Liga se deu em decorrência da forte reação dos donos de terra às reivindicações mínimas dos camponeses. Nesse sentido, a violenta reação atirou os camponeses no colo de lideranças socialistas. Em algumas ocasiões, forças ostensivas foram acionadas para interditar as associações e impedir a concretização de ações dos trabalhadores rurais, num claro sinal de que não aceitavam mínimas transformações no sistema de trabalho estabelecido. Tornando pública a opressão sofrida pelos camponeses, então interessados na organização, na conquista de direitos básicos e em condições dignas de trabalho, estas forças políticas progressistas acabaram levando as demandas das Ligas às instituições governamentais da região (MOTTA; ESTEVES, 2008).

No caso da Liga pernambucana, o nome de Francisco Julião chegou até os camponeses que em pouco tempo se convenceram de que ele seria o representante jurídico

ideal para seus intentos após uma longa busca. Julião, por sua vez, amplificou a causa da Liga e tornou-a algo mais amplo, um problema nacional, que era a concentração agrária e a ausência de uma apropriada distribuição de terras. Por seu ímpeto inflamado de organizar politicamente a Liga, acabou sendo confundido por muitos como o líder da frente camponesa. Sua função em muito se aproxima do que Antonio Gramsci (1982) reconhece como intelectual tradicional, ou seja, aquele que possui uma formação intelectual distintiva e, por meio dela, organiza a sociedade em direção a um rumo específico, rompendo ou preservando as estruturas sociais. Ele era o que o autor sardo chama de intelectual orgânico, aquele que organiza e articula direções políticas em favor de uma ou outra classe, cumprindo o papel de homogeneizá-la, de torná-la coesa por intermédio da cultura.

Francisco Julião nasceu no Engenho Boa Esperança, no agreste pernambucano, em 1915 e era filho de pais pobres. Sua relação com o sertão e com os trabalhadores rurais é, portanto, bastante longa. Bacharelou-se em Direito no ano de 1939. Após a queda do Estado Novo, filiou-se ao Partido Republicano do qual se desligou em 1947, filiando-se ao PSB. Foi o primeiro parlamentar eleito pela legenda no estado de Pernambuco. Seu engajamento na defesa dos camponeses vem ainda do final dos anos 1940, se prolongando pela década seguinte e se concretizando com a liderança junto às Ligas Camponesas. Foi o momento no qual alcançou maior notoriedade fora de Pernambuco (ABREU, 2001).

A presença de Julião entre os camponeses da Zona da Mata, portanto, precede os anos 1950. Segundo documentos apresentados por Pablo Porfírio (2016), o político já transitava pela região desde os anos 1940, fornecendo ajuda jurídica para casos de embates com grandes proprietários de terra, de modo que já havia antes dos anos 1960 um incômodo dos latifundiários com a sua figura e de sua busca por enlaçar os camponeses em torno de suas bandeiras. Sua chegada ao posto de líder intelectual das Ligas Camponesas do Engenho Galileia não foi por acaso: seu nome não era incomum entre os trabalhadores rurais de seu estado. Este fato concretizava seu desejo de desenvolver, tanto quanto pudesse, a luta camponesa.

O grande diferencial é que a Revolução Cubana deu novo ânimo a Julião a partir do início dos anos 1960. Aproximou-se de Fidel Castro e da luta camponesa cubana, flertando com o socialismo e se engajando cada vez mais em instigar a disputa com os latifundiários. Embora sua perspectiva socialista fosse um tanto diferente, visto que as próprias condições do meio rural brasileiro impunham isto, nos anos 1960 esteve alicerçado pela ideia de que deveria, por meio da influência castrista, transformar a

situação campesina. Este discurso se radicalizou de forma oscilante, tendendo a ganhar contornos mais inflamados por volta de 1963, conforme se agudizava a crise política brasileira (PORFÍRIO, 2016). Apesar disso, era, até pouco antes, bastante moderado e firmemente ancorado nas instituições presentes no modelo democrático brasileiro²⁹.

Desde os princípios da relação entre Julião e as Ligas, aquele já sabia o desenho que gostaria de dar a estas, em perfeita sintonia com partidos e movimentos de esquerda. Por esta razão, Julião foi o principal responsável por apanhar as modestas queixas e demandas dos camponeses e desenvolvê-las até que ganhassem o sentido por ele desejado. Era evidente que, naquele momento, as Ligas já caminhavam na direção de debates um pouco mais aprofundados sobre reforma agrária e mudanças políticas, mas Julião amplificou estes debates, deu a eles a sua cara e empreendeu mudanças no sentido de tornar as Ligas pernambucanas em mecanismo de luta social com ênfase na revolução (PORFÍRIO, 2016).

O próprio Julião (1962) definia as Ligas Camponesas brasileiras que organizou como resultado da imprópria e frágil busca dos camponeses em se organizar por meio de sindicatos, os quais nunca vingaram pela pressão estatal e latifundiária. Sua força teria mudado completamente após o direcionamento dado pelo próprio Julião, sem o qual a Liga estaria ainda sufocada pelo poder de Estado e suas ramificações, segundo o próprio. Podemos concordar com isso: de fato, Julião foi determinante para a intensificação do poder da Liga em Galileia, mas tão somente por tê-la retirado de seus intentos originais para dar-lhe feições que transitavam entre a conquista de direitos e a força revolucionária, fortemente inspirada na Revolução Cubana.

Julião (1962, p. 26) afirmou categoricamente, em livro de sua própria autoria, que os trabalhadores rurais eram, até o momento em que se envolveu com eles:

Como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco. Imediatamente demos início à transmutação daquela massa, usando uma linguagem simples, acessível, valendo-nos de signos, imagens, comparações, parábolas, para vencer o atraso de uns e a desconfiança de outros, de modo a acender na consciência de todos uma luz que espantasse o medo.

²⁹ É dedutível que a radicalização de Julião tenha sido um tanto oportunista. Ao perceber o sensível alargamento da crise interna, viu a possibilidade de ampliar a efervescência da luta camponesa diante de um cenário no qual poderia sair beneficiado.

A presunção do deputado não é sem sentido, como já colocamos. O que devemos considerar é que a afirmação é um tanto exagerada se pensarmos nas Ligas como um projeto apartado daquele que Julião, como intelectual, entendia ser o mais apropriado. As Ligas não eram tábula rasa, nem mesmo desprovidas de potencial político; seus membros, embora não fossem escolarizados, reconheciam a importância de defender seus direitos ainda que não se orientassem pela lógica socialista mais ortodoxa à qual Julião parecia mais alinhado. Sentiam e redefiniam as mudanças sócio-políticas que penetravam o Brasil fosse pelas vias abertas por movimentos sociais, fosse pelas brechas provocadas pela política institucional, ambos em consonância com transformações internacionais. Contudo, não conheciam a origem destas mudanças, as quais Julião tratou de apresentar por meio de imagens específicas. Podemos dizer que sem ele a Liga pernambucana teria vida longa? Por mais complicado que seja fazer uma história contrafactual, não é absurdo dizer que não. Também não é absurdo dizer que o crescimento da Liga se deu, em grande parte, pelo engajamento do jurista. Não se pode dizer, no entanto, que a organização camponesa dependia dele sobremaneira para ser politicamente cimentada e coesa.

Não é o que ele diz em *Cambão: a face oculta do Brasil*, publicado em 2013. No livro autobiográfico, ele insiste na narrativa de que, como um Messias, deu luz aos camponeses. A referência, claro, ressurge com frequência no seio da cultura sertaneja. Julião, sem muita modéstia, insiste em seu papel decisivo para a importância que as Ligas tiveram. Evidentemente, a sua importância para o movimento – embora consideremos esta importância como antecedente à sua presença – é comprovada em diversos momentos, inclusive na documentação diplomática que cautelosamente o investigava. Talvez por isso tenha sido preso e exilado no México em 1965, quase que imediatamente após a tomada do poder pelos militares. Seu confronto à sindicalização do campo batia de frente com os interesses de seus mais ferrenhos adversários (PORFÍRIO, 2016).

É possível observarmos que a guinada da Associação dos Lavradores em direção às Ligas Camponesas se deu por meio de um esforço pedagógico de Francisco Julião, principalmente. Documentos como a Cartilha do Camponês e o documento “Bença, mãe!” são símbolos concretos desses esforços. A primeira, aproximava os camponeses dos ideais socialistas a partir de símbolos e referências bíblicas, com as quais eles estavam profundamente conectados. Dizia que Jesus, assim como eles, era um trabalhador que queria ver todos os outros livres e partilhando o mundo igualmente. O segundo, organizado pouco antes de 1964, busca uma aliança entre as Ligas e os sindicatos rurais

como último recurso para fortalecer as propostas reformistas de Jango e garantir a unidade dos trabalhadores rurais em um momento de crise (JOSÉ DA SILVA, 2015).

Outras tentativas de organizar os camponeses são flagrantes, como as que a Ação Popular ensaiou após 1962. O movimento, parte da esquerda cristã, chegou a ir ao Nordeste do Brasil criar políticas de base para uma possível revolução camponesa. A Ação Popular acreditava na existência de uma tradição de lutas camponesas que poderia se radicalizar, especialmente no contexto da ditadura militar (DIAS, 2017). Isto evidencia um duplo impacto da Revolução Cubana de 1959: um entre a direita e os EUA, outro entre os movimentos de esquerda revolucionários.

É necessário destacarmos, com isso, que, na proposta de análise feita por George Rudé (1982) sobre ideologia, as Ligas Camponesas pré-Juliano possam ser examinadas como dotadas de uma ideologia inerente, ou seja, uma noção própria sobre a sua condição, uma visão de mundo baseada em sua própria realidade e enraizada historicamente. O autor argumenta em favor desta hipótese por nós defendida ao mostrar que, em diferentes momentos da história, os camponeses e trabalhadores de um modo geral demonstraram sua insatisfação e revolta contra as injustiças e as forças que modificavam suas tradições, reconhecidas como marcas próprias de sua existência. No caso do Brasil e da América Latina como um todo, este processo se deu frente à colonização e à organização social que se estruturou a partir disso, sendo a propriedade da terra uma demarcação elementar da distinção social.

A tese do autor parece se encaixar bem no caso aqui ilustrado se aliarmos à sua análise a de Regina Novaes (1997), quando ela afirma, embasada nas perspectivas de E. P. Thompson, que a compreensão que os agentes históricos tem sobre os conflitos nos quais se envolvem constitui certa consciência de classe, embasada na cultura e no aparato simbólico dos quais dispõem em um determinado momento e são transmitidos de geração a geração. A autora exemplifica isto argumentando que os camponeses brasileiros dos anos 1950 e 60 possuíam uma memória bem definida sobre a lei da chibata, fortemente aplicada no passado pelos donos de terra, e que a luta que desenvolviam a partir das Ligas Camponesas era de emancipação clara quanto a este tipo de relação, demarcando aí o que Rudé (1982) chamou de ideologia inerente. Esta, porém, parece ter sido organizada por uma ideologia derivada.

Podemos dizer que o contato de Juliano com as Ligas forneceu-lhes o que Rudé (1982) chamou de ideologia derivada. Um sistema mais estruturado de ideias que, embora não seja necessariamente superior à ideologia inerente, fornece a ela elementos

emprestados que podem ser úteis. O uso de trovadores por Julião, para ensinar aos camponeses, utilizando um elemento tradicional daquela cultura, lições sobre a luta pela terra com elementos socialistas, é um exemplo de como a ideologia derivada pode penetrar em diferentes meios. Há, neste caso, um encontro entre as duas ideologias que somente pode ocorrer havendo a preservação de práticas e costumes anteriores a isso, o que compromete a noção de que as Ligas eram desprovidas de qualquer noção política. Embora esta ideologia inerente se transforme, pois é histórica por não estar isolada, podendo, com isso, oscilar quanto ao seu tipo de norte político, pode manter muitos de seus elementos.

No caso brasileiro, interpretando-o à luz das discussões teóricas de Rudé (1982), o direcionamento das Ligas Camponesas na busca pelos seus direitos, antes de estar na intersecção entre o PCB e Francisco Julião, é derivado da histórica colonização do país. Este processo desenvolveu a organização social de maneira tão solidamente amparada na propriedade da terra, que tal comportamento das Ligas, antes de mais nada, foi motivada por este fato. Com isso, a penetração de uma ideologia derivada depende do que, naquele determinado momento, é a classe ou grupo social. A igreja católica, por fazer parte do desenvolvimento da ideologia inerente dos camponeses no interior do Nordeste, buscou preencher a lacuna que acabou sendo ocupada por Julião e uma ideologia derivada³⁰.

A Federação das Igrejas Nordestinas surge em 1961 como resposta ao modelo organizativo de Julião para as Ligas. A igreja católica sentiu-se particularmente desafiada pelo fato de Julião utilizar a bíblia como ponte para se aproximar dos camponeses, estimulando interpretações radicais dos textos religiosos, como a ideia de Jesus ter se aliado aos pobres como uma forma de encorajar a expansão das Ligas. Isto se comprova pelo fato de a igreja católica ter ampliado seu perímetro de atuação em regiões nas quais as ideias socialistas tinham amplo apoio dos camponeses. A instituição religiosa se defendeu deste argumento, alegando ter iniciado aproximações muito anteriores com os camponeses e precocemente estimulando o distanciamento destes de ideias políticas consideradas radicais (SARZYNSKI, 2018), sendo a fundação da Federação apenas mais uma consequência disso.

³⁰ Devemos destacar, como faz o próprio Rudé (1982), que o conceito de ideologia marxista, aquele que trata da “realidade invertida”, não é o mesmo utilizado para esta análise. Trata-se, segundo o autor, de um conjunto de ideias mais ou menos organizados que antecede a formulação de uma compreensão da ideologia como *aquilo que se vive* ou que *está estabelecido*.

Podemos aludir brevemente a possibilidade de os oligarcas da terra também possuírem uma ideologia inerente, embora ao mesmo tempo se identifiquem com a ideologia estabelecida da qual deriva boa parte dos elementos de sua narrativa ideológica. Evidentemente que também os camponeses podem ser afetados por esse problema, se tratando de uma questão complexa demais para analisarmos com o devido cuidado. Porém, é necessário pensarmos que em se tratando de grupos distintos, que em determinados momentos se antagonizaram, este problema deve ser considerado.

Se Julião e o PCB buscaram fornecer elementos de uma ideologia externa às Ligas, a APP buscou fazer o mesmo sob um outro viés político. Seu esforço em difundir a sindicalização do campo e ampliar os debates por reforma agrária se distanciava muito das propostas daquela esquerda brasileira. Neste caso, a APP serviu como força motriz para a incorporação de uma ideologia derivada que fosse utilitária aos intentos estadunidenses de desenvolver o Nordeste, no sentido de evitar novos levantes socialistas. Houve uma disputa neste campo que fica clara pelas marcas políticas de cada um dos espectros em conflito.

As noções sindicais entre os camponeses já eram consistentes antes que o presidente João Goulart promovesse o sindicalismo no campo de forma acentuada em 1963. Estas noções, por mais que devam ter se originado de lutas mais amplas pelos direitos dos trabalhadores, eram sólidas entre os camponeses e se concretizou na formação das Ligas (WELCH, 2006). Ao dizer que seus trabalhadores estavam dispersos sem sua orientação, Julião atribui à sua compreensão institucional e, por que não dizer, convencional de luta social uma importância que ultrapassa à da organização. Tal afirmação remete ao princípio de sua colaboração nas frentes camponesas.

Remete também à tradicional dificuldade de articulação entre campo e cidade analisada à exaustão por intelectuais marxistas como Lenin, principalmente. Longe de nós propormos um aprofundamento sobre esta questão, é legítimo lembrarmos que a teoria revolucionária marxista entende a necessidade de condições ideais para a tomada de poder pelo proletariado, estando elas conectadas à necessidade de desenvolvimento industrial e de operações que deem consciência à chegada da classe subalterna ao poder. Desde Marx o campesinato é apreendido, por sua estrutura socioeconômica resistente aos avanços capitalistas, como atrasado e profundamente submetido à vassalagem, portanto incapaz de ser ponta de lança no processo revolucionário (CUNHA, 2012). O que fez Julião direcionar as Ligas no sentido da luta revolucionária socialista foi sua admitida simpatia pelo regime cubano.

Se as Ligas não eram uma fração do movimento revolucionário conforme pensavam seus detratores, elas se aproximariam em muito do viés socialista ao passo em que Julião e militantes do PCB alargavam sua participação naquele meio. A Cartilha do Camponês, publicada em 1960, já registrava o caminho que a organização camponesa tomava junto à esquerda brasileira. Da mesma forma fez o documento “Bença, mãe!”, publicado em 1963 e lido em praça pública em Recife, já em 1964, por um líder intelectual das Ligas em virtude da comemoração dos cinco anos da Revolução Cubana (JOSÉ DA SILVA, 2015).

Joseph Page (1972) comenta que quando as Ligas se tornaram notícia fora do Brasil, observadores internacionais rapidamente assumiram que estes movimentos ditos radicais iniciariam um processo revolucionário a partir do Nordeste que se espalharia pelo resto do país, visto que as condições da região e a forma de agir das Ligas eram fortemente comparáveis a Cuba e aos revolucionários que tomaram o poder em 1959. O autor comenta que apesar da monocultura açucareira, o Nordeste não era Cuba e Julião certamente estava mais próximo de um Padre Cícero ou um Antônio Conselheiro do que Castro ou Guevara, o que para as forças políticas tradicionais brasileiras não deixava de ser um problema. O poder atribuído às Ligas era demasiadamente desproporcional, ainda mais se considerarmos as dimensões continentais do Brasil. Concordamos com a posição do autor, sobretudo à sua leitura a respeito de como o perfil socialista do movimento foi construído gradualmente.

A despeito disso, a CIA era categórica ao reafirmar as semelhanças entre o Nordeste e Cuba e a proximidade entre Julião e Castro:

Originalmente organizada em 1957, [as Ligas] foram tomadas em 1959 por Francisco Julião, um advogado radical com ligações Castristas e a favor da revolução sangrenta como única forma de se obter transformações sociais. Julião fez viagens frequentes a Cuba, recebeu armas e dinheiro de Castro, queimou alguns canaviais, e por um tempo esteve em aberta revolta contra o governo.³¹

Além de assumir uma data que ainda é considerada incerta para o surgimento das Ligas, o trecho do documento coloca Julião como alguém que se apropriou delas, além de radical e indubitavelmente perigoso, embora não apresente provas de que ele recebeu

³¹ "How communists sabotage agrarian reform" (1961). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, General CIA Records, classification K, 4 p. 09, REPORT. <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-03061a000300010014-4>

apoio bélico de Cuba. Reforça a aproximação entre Julião e Castro e o perigo que as Ligas representavam à estabilidade política, que em torno de 1960 já não era tão forte. Neste mesmo ano, quando formalizou sua filiação ao PSB, Julião já causava desconfiança por ter supostamente acionado o partido “buscando ajuda - financeira e outras - para as Ligas”. Um documento do consulado estadunidense em Recife relata ainda ser convincente o fato de que o PSB se tornaria “um valioso veículo auxiliar para o movimento expansionista [das Ligas] para outras áreas do Brasil”³².

Pelopidas Silveira, vice-governador de Pernambuco e também filiado ao PSB, era igualmente suspeito de exercer práticas políticas contestáveis aos olhos do consulado estadunidense. Quando visitou o Engenho Galileia e a organização camponesa em 1960, foi ironizado pelo cônsul Edward T. Walters que o acusou de gostar de agir como governador quando o verdadeiro governador não estava presente. Ao mesmo tempo, Walters apresentou o vice como alguém em cima do muro, capaz de elogiar as lutas camponesas e criticá-las ao mesmo tempo³³. Segundo estes documentos, havia possibilidades de as Ligas ganharem respaldo e proteção institucional por meio de políticos como Silveira e Julião.

Visto que desde o fim da década anterior a existência das Ligas Camponesas no Nordeste sinalizava para a necessidade de uma ampla reforma agrária³⁴, novamente os EUA se preocuparam com a questão entendendo que ela poderia ser usada por movimentos e líderes políticos de inclinação socialista para energizar os camponeses. O próprio Lincoln Gordon (1962) defendia a proposição de uma reforma agrária, mas longe de qualquer projeto socialista e dentro dos moldes liberais. Também a CIA concordava com isso, no documento supracitado. As forças políticas tradicionais nordestinas, fortemente abraçadas ao latifúndio como emblema de poder, por outro lado, não pareciam sensibilizadas a se mobilizar neste sentido.

³² WALTERS, Edward T. *Political summary: october 16, november 30, 1960*, relatório de 16 de novembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

³³ Idem.

³⁴ O sociólogo brasileiro José de Souza Martins (2004) faz um interessante debate sobre a disputa política pela reforma agrária. Ressalvadas as devidas críticas à sua visão sobre soluções para o problema, sua análise esclarece, antes de mais nada, que a posse da terra é um tema residual ao problema da escravidão e da forma como o sistema escravista foi encerrado. Para ele, a questão agrária é algo suprapartidário, ou que assim deve ser concebido, pois envolve pontos que vão para além do governo e dos partidos políticos em disputa. Como a reforma deve ser guiada tem sido, em sua visão, tratado como força motriz de campanhas eleitorais inócuas em todos os espectros ideológicos da política. Em parte, é semelhante à forma como o problema da seca é tratado institucionalmente.

Já no final dos anos 1950, a despeito do que pensavam essas forças, havia no Brasil um movimento vigorosamente entusiasta da reforma agrária e da elevação dos direitos dos trabalhadores rurais sem, contudo, estarem aliados ao viés socialista. Congressos camponeses, apoiados por partidos e agentes políticos, aproveitavam as pequenas brechas fornecidas pela ainda recente democratização para ampliar a luta dos trabalhadores e levá-las aos camponeses. Houve, naquele momento, um surto nacionalista que circundou as questões da terra e contagiou nomes políticos que, até então, estavam relativamente afastados deste debate. O que se viu foi uma frente preocupada com o tema, mas aliada pela ideia de evitar a tomada do discurso reformista pelos comunistas e a fermentação de levantes populares radicais. Mas, não foi somente o contexto nacional que favoreceu a discussão sobre a reforma agrária:

A situação internacional mudou dramaticamente, com a vitória em Cuba do movimento revolucionário de Fidel Castro no final de 1959. Esse evento ajudou a fazer com que a reforma agrária se tornasse, para as potências capitalistas, uma necessidade fundamental para ajudar a prevenir as revoluções camponesas do século 20 (...) (WELCH, 2010, p. 289).

Porém, esta preocupação, muito frequente entre os estadunidenses soou de formas diversas no Brasil. Se no campo político institucional havia certo ânimo em torno das reformas como meio para conter radicalismos, em outros ocorria um forte descontentamento com a ideia. As grandes oligarquias agrárias, bem como a imprensa a elas aliada, forneceu meios para criar uma narrativa que transformasse as reformas em um primeiro passo na direção do socialismo. A vitória da Liga do Engenho Galileia na justiça, com a desapropriação de parte do terreno, e o envolvimento de reconhecidos nomes da política com a questão gerou preocupação. O esforço feito por estados e municípios de todo o país no sentido de ampliar o acesso à terra, inclusive com a simpatia dos EUA, causou a reação das oligarquias agrárias e impulsionou sua organização. No Nordeste, este processo esteve profundamente ligado à proximidade de tais oligarquias com as lideranças políticas regionais. Também por esta razão ataques à Sudene eram tão frequentes.

Após ida à Europa, Celso Furtado, diretor da Sudene em 1960, foi questionado por jornalistas sobre o futuro do órgão sob um novo governo, o de Jânio Quadros. Furtado alegou que a Sudene "nasceu de um projeto sem alinhamentos políticos claros", devendo se manter como tal pois "a Sudene somente manterá seu potencial se permanecer fora das

disputas políticas"³⁵. Na mesma época, o Partido Democrata Cristão estaria pressionando a superintendência pela substituição de Furtado, devendo ser exonerado para dar lugar ao general Juarez Távora. A pressão era motivada por supostas inclinações de Furtado ao socialismo, segundo seus acusadores, ameaçando os mercados tradicionais e elevando as possibilidades de uma reforma agrária; com ela, um conflito de proporções sangrentas poderia ser inevitável³⁶. Apesar de ter ampla aceitação e apoio entre os governadores nordestinos por sua reconhecida experiência e capacidade de lidar com os projetos do órgão, a desconfiança pairava sobre ele e um dos motivos era uma fantasmagórica ameaça às estruturas patrimoniais do campo.

Se Furtado era acusado de aliança com o socialismo, sua retirada da Sudene poderia abrir a porta para alguém mais afinado aos projetos e interesses das oligarquias. O objetivo de exonerá-lo não era trocá-lo por um técnico isento de influência política, mas sim por um indivíduo que defendesse a narrativa ideológica dessas oligarquias, como Juarez Távora. Assim, caso a troca tivesse ocorrido, podemos imaginar: como teria funcionado a dinâmica da Sudene em relação ao repasse financeiro aos estados do Nordeste dos montantes vindos dos EUA, por exemplo? Ou ainda: como seria administrado o dinheiro oriundo do governo central para socorrer as calamidades regionais?

Há outra leitura possível sobre este fato que deixa de lado as ditas tendências de Furtado ao socialismo. Seu perfil modernizador soava como uma ameaça às elites agrárias do Nordeste, além de sua insistência em dizer que o problema de desenvolvimento do Brasil era brasileiro, não estrangeiro, afastando o interesse internacional de intervenção. Assim, a direção dada por ele à Sudene comprometia a manutenção de um sistema socioeconômico que privilegiava a dinâmica social preferida por estas elites, ainda que elas já estivessem relativamente comprometidas com o capital internacional. Porém, desfazer as estruturas de tipo servil do campo era inaceitável para elas. Ao mesmo tempo, a postura de Furtado parecia atravancar os canais de ajuda internacional propostos por países como EUA, uma vez que ele defendia a mediação da Sudene e, com isso,

³⁵ GUADERRAMA, Ernst S. *Monthly political summary (Pernambuco)*, telegram de 22 de outubro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 190. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

³⁶ WALTERS, Edward T. *Political summary: october 16, november 30, 1960*, relatório de 16 de novembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

contrariava os receptores mais interessados, o que era desinteressante para estas elites acostumadas com o assistencialismo de focos de poder sob a forma de curativos para problemas calamitosos. Ou seja, a síntese do que temos chamado aqui de relação paternalista entre o Estado brasileiro e os poderes regionais. Kennedy, por outro lado, se interessou muito por Furtado exatamente por ele demonstrar a força da Sudene para garantir bons investimentos.

Dois anos depois, o deputado Francisco Falcão novamente desvelaria a insatisfação das forças políticas tradicionais nordestinas com a Sudene e Celso Furtado, acusando-os de desejarem destruir a indústria açucareira do Nordeste por recusarem-se a ajudar em seu desenvolvimento. A suposta recusa à manutenção da vital indústria estaria causando sérios problemas aos trabalhadores, e a culpa recaía sobre os ombros de Furtado³⁷. Os protestos vindos da elite política local à ausência de qualquer atenção desejada por seus alicerces econômicos permearam o mandato de Furtado, encontrando razão de ser na difundida imagem do chefe da Sudene como “esquerdista”. Sobre a maioria deles pairava a desconfiança destas elites, acompanhadas dos EUA. Quando necessário, havia empenho e uso de mecanismos variados para derrubá-los.

Constâncio Maranhão, deputado estadual por Pernambuco, moveu uma ação para cancelar o mandato de Francisco Julião, sob a acusação deste ter deixado o país sem a permissão ou sem ter avisado à câmara. Ao contrário do que desejava Maranhão, forte e renomado líder político da região que chegou a governar o estado antes de Cid Sampaio, a ação foi cancelada por parlamentares coligados a ele mesmo. O argumento dos que investiram neste cancelamento foi o de que Julião poderia tornar-se um mártir da luta camponesa e ampliar sua influência caso fosse mesmo deposto de seu cargo³⁸. Como podemos ver, a ideia sobre sua força entre os camponeses era reforçada a todo instante tanto pelos políticos locais, quanto pelos EUA. De forma semelhante, a força institucional de Furtado também.

Um jornalista estadunidense, cujo nome não é citado pelo documento que descreve sua ida a Pernambuco em 1962, encontrou-se com cerca de cem pessoas envolvidas com o movimento camponês e ficou surpreso ao ver que na sede da Liga pernambucana havia uma fotografia de Leonel Brizola, e não de Francisco Julião ou Fidel

³⁷ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 1*, relatório de 21 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 809. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

³⁸ *Idem*.

Castro, como esperariam os mais preocupados com a influência cubana no movimento. Um dos ouvintes questionou um professor da Universidade de Recife ali presente, indagando-se por que os camponeses não se armavam, matavam seus senhores e abriam alas para uma revolução como a de Cuba. O professor, que representava as Ligas, alegou que Cuba, ao contrário do Brasil, vivia sob uma ditadura, não uma democracia. Por isso, segundo seu julgamento, Castro optou por pegar em armas. As Ligas deveriam exaurir todos os meios legais e democráticos possíveis para evitar um confronto armado³⁹.

O documento acusa o professor de entrar em contradição ao dizer que o crescimento da adesão poderia sim levar a uma sublevação armada, conforme cada estado tivesse Ligas com 20 mil membros. Porém, interpreta equivocadamente sua intenção ao afirmar isto: o professor falava sobre a autonomia das Ligas e sua imprevisibilidade quanto à adoção de uma ou outra forma de militância, não sobre a necessidade intrínseca de o movimento se armar e seguir o curso da Revolução Cubana. Claro que esta interpretação tem raízes no temor estadunidense quanto à organização de forças civis por movimentos revolucionários, tolerando muito pouco qualquer possibilidade que levasse a isso. Porém, é necessário deixar às claras que as especulações sobre as Ligas podiam tender ao exagero.

Ainda em 1962, Albert Rabida informou ao *Department of State* que o comandante do IV Batalhão do Exército, general Artur Costa e Silva, que no futuro viria a ser um dos presidentes da ditadura militar, havia lhe repassado dados alarmantes sobre o potencial guerrilheiro das Ligas, fato que pressionou sobremaneira os EUA a agilizarem repasses financeiros ao Nordeste. Segundo esses dados, o contingente desta organização de trabalhadores rurais era de 60 mil membros em todo o Nordeste⁴⁰. Não surpreende que às vésperas de sua ida ao Nordeste ainda em 1962, Merwin L. Bohan, oficial de assuntos estrangeiros, tenha comunicado a Robert Kennedy, secretário assistente da Casa Branca (e irmão de JFK), a importância de acalmar a situação política da região. E mais: reconheceu o empenho do cônsul Edward Walters de ter, inclusive materialmente, contribuído em momentos críticos para a APP, sobretudo na parte que almejava “reduzir pressões sociais em áreas de agitação política”⁴¹.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ RABIDA, Albert A. *Military estimate of the Peasant Leagues*, memorando de 03 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 570. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴¹ ARIAS, Eugene D. *Child slain in fracas following meet of Ligas Camponesas*, telegrama de 29 de outubro de 1962, Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, record

A violência armada já era uma opção entre os latifundiários contra os trabalhadores rurais organizados, algo bastante criticado pelos coordenadores estadunidenses da APP e dos embaixadores no Brasil, reforçando que o programa deveria também evitar conflitos como o que em abril de 1962 tirou a vida de uma criança de 12 anos em Surubim, interior de Pernambuco. A criança apenas observava uma reunião pública das Ligas Camponesas na cidade, quando foi atingida por uma bala perdida que, segundo testemunha, era endereçada aos camponeses. O autor dos disparos fora um jagunço próximo a fazendeiros descontentes com a presença da Liga em seu território. A imprensa local teve outra visão dos acontecimentos: os disparos teriam se originado de armas dos camponeses. Eugene Delgado Arias, do consulado em Recife, se referiu ao episódio como “mais recente ilustração das convicções de alguns proprietários de terra que sugerem a violência como forma efetiva de deter as Ligas Camponesas e seus objetivos”⁴², deixando claro que visão ele aceitou como verdadeira.

Esse tipo de violência era marcante nas relações entre as forças políticas tradicionais pernambucanas e os trabalhadores rurais organizados em torno das Ligas, circunscrevendo um momento de importantes mudanças no Brasil. É, por um lado, imagem da crise política pela qual passava o país, que chegava até as zonas rurais do Nordeste onde forças políticas acostumadas a serem hegemônicas sentiam estremecer seus alicerces e, por outro, consequência da ameaça que as Ligas representavam às estruturas que possibilitavam a ordem vigente, na qual a posição que os trabalhadores rurais ocupava era análoga à servidão.

Em tal contexto, “o nascimento de organizações próprias de trabalhadores no campo implicou em busca de legitimação frente às forças sociais em presença e ao Estado”, mediada por uma legislação vigente e atenta a outros segmentos sociais, ou por regras costumeiras. Dessa maneira, consolidou-se “uma disputa por definição de direitos, por um reordenamento de lugares sociais, implicando concepções distintas de estratégias de desenvolvimento”. Por conseguinte, abriu-se espaço para “um enfrentamento direto com o Estado, via demandas trabalhistas, lutas por terra, política de preços, direito de organização, o que, em última instância, significava busca de acesso a reconhecimento

group 59, slide 887. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴² ARIAS, Eugene D. *Child slain in fracas following meet of Ligas Camponesas*, telegrama de 29 de outubro de 1962, Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, record group 59, slide 887. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

político” (MEDEIROS, 1995, p. 05). A participação do PCB neste processo foi bastante ampla.

A penetração do capitalismo no campo se deu de formas diferentes e irregulares a depender da região. Ao contrário do Centro-Oeste e do Sul, o Nordeste viu – muito por resistência de seus articuladores – uma chegada tardia desse desenvolvimento nas zonas rurais. Visto que a leitura mais ortodoxa do marxismo pensa o trabalhador do campo como atrasado e conservador, no Nordeste haveria uma situação ainda mais sólida neste sentido. Isso dificultou as possibilidades do PCB que já encontrava certo respaldo entre trabalhadores nas fazendas de café, mas muito pouco entre os agricultores da cana de açúcar (CUNHA, 2007). A figura de Julião, consideravelmente mais moderado – ao menos no início de sua penetração na Liga pernambucana -, facilitou bastante o fortalecimento de ideias caras aos comunistas dentro do movimento camponês.

A organização dos camponeses como classe social, imprescindível para a emergência de agentes políticos, conforme a compreensão marxista, foi fundamentalmente guiada pelo PCB em sintonia com a liderança de Julião. Ritmaram os meios para este processo tendo como norte a realidade dos camponeses: o analfabetismo e a passividade política, pressupostas por ambos (MEDEIROS, 1995), embora já tenhamos apontado que a fundação da Liga de Galileia foi um exemplo de postura ativa. De todo modo, lidavam com estes problemas a partir de métodos particulares de pedagogia para a militância. Os panfletos e a atuação dos violeiros, utilizados por Julião por serem, por um lado, parte da cultura camponesa e, por outro, por facilitarem a compreensão da narrativa política por meio da música, são grandes exemplos disso.

Por mais que o impacto da presença do PCB entre as Ligas tenha sido significativo, é importante ressaltarmos, em acordo com Page (1972), que a Liga de Galileia, bem como a maioria delas, não estava institucionalmente vinculada ao partido. O autor debate a possibilidade de as Ligas dos anos 1940 terem influência nas ligas da década seguinte, mas ressaltando a necessidade de haver alguma cautela. Assim como Cuba, as Ligas não nasceram socialistas. A leitura pecebista de que era necessário reverter o papel dos camponeses em um processo revolucionário, tornando-os parceiros, parecia querer desfazer perspectivas mais ortodoxas (MEDEIROS, 1995), mas sem sucesso: colocava, novamente, o camponês como figurante, não protagonista. Talvez por essa razão, a figura de Julião tenha sido proeminente entre as Ligas.

Em uma atmosfera na qual a chegada do socialismo a Cuba representava para os EUA, durante um dos pontos altos da Guerra Fria, uma grande perda em seus territórios

de influência, Pernambuco e o Nordeste foram cautelosamente vigiados por sua situação de grave pobreza onde germinava algum potencial de revolta social, onde as Ligas proliferavam com intensidade. O medo dos EUA era de que essa revolta fosse levada a níveis incontrolláveis, capazes de transformar a região em uma nova Cuba por onde o socialismo soviético entraria no Brasil. A presença do PCB e de Julião ajudavam na construção dessa narrativa. Impedir isso sem descumprir os princípios da não-intervenção acordados pela OEA era um desafio a ser quebrado pela APP, que tentava (sem grande sucesso) mascarar o caráter ideológico e político do auxílio estadunidense ao Brasil e ao Nordeste. Este exercício pressupunha a necessidade de reforçar ou de estabelecer uma nova hegemonia sobre a região.

Enquanto isso, os estadunidenses registravam as atividades das Ligas no Nordeste apreensivos quanto ao aumento da violência. Uma manifestação pública feita pelas Ligas Camponesas em Recife em outubro de 1960, na qual empunhavam enxadas e "espadas de madeira", além de fotos de Fidel Castro, foi descrita em um relatório dias depois⁴³. De fato, algumas imagens dessa manifestação existem ou ao menos existem fotografias que parecem registrar o ato. Teriam participado Luiz Carlos Prestes e Leonel Brizola, tratados pelo documento como líderes comunistas. Embora a marcha tenha recebido adesão massiva, o relatório informa que não chegou perto do número estipulado por Julião, que informava a presença de 5.000 pessoas. A marcha apoiava a campanha do Marechal Teixeira Lott ao governo de Pernambuco, esclarecendo o viés à esquerda do movimento camponês.

Este viés é frequentemente atribuído à liderança de Julião, sem a qual certamente as Ligas atrairiam menor atenção dos EUA. As boas intenções de Julião, no entanto, são questionadas mesmo por parceiros políticos. Rodrigo Duque Estrada, diretor da Ação Socialista de São Paulo e um dos fundadores do PTB, criticou Julião ao afirmar que ele era um falso socialista. Segundo Estrada:

Julião é comunista... E está levando-os [os membros das Ligas] a ações políticas extremadas quando deveria apenas buscar resolver os problemas das classes rurais como estava fazendo antes, no começo de sua campanha, com o apoio dos socialistas de toda a nação⁴⁴.

⁴³ GUADERRAMA, Ernst S. Monthly political summary (Pernambuco), telegram de 22 de outubro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 190. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴⁴ Idem.

A crítica de Estrada exemplifica os conflitos entre comunistas e socialistas vigentes desde a Revolução Russa, na qual ficou clara a separação entre bolcheviques e social-democratas. No relatório, é destacado um pedido feito por Julião de 600.000 cruzeiros para uma viagem de propaganda das Ligas, que na verdade custaria 200.000 mil, sendo novamente acusado por Estrada de ser "um falso socialista que não conhece a definição exata de socialismo", embora ele não acredite que Julião estivesse usando as Ligas em benefício próprio. Porém, ressaltou como os propósitos das Ligas vinham sendo controlados, fosse pela crítica a Julião, fosse pelo desejo de que o movimento ganhasse contornos mais próximos aos de sua própria corrente política. A esquerda institucionalizada também se dividia quanto ao papel das Ligas e as necessidades de arregimentá-las, sem, contudo, considerar seus princípios como únicos necessários à sua continuidade.

Assim também se comportou os EUA, como bem foi dito por Joseph Page (1972, p. 29) em sua análise sobre as especificidades do movimento camponês brasileiro:

Quando os assuntos envolvendo as Ligas levantaram interesse no mundo inteiro no início dos anos 1960, observadores externos tenderam a ignorar fatores cruciais como o regionalismo, reforçado por tradições culturais enraizadas. Foram ágeis em presumir que uma "revolução" no Nordeste poderia inflamar sublevações em todo o país, para ver as Ligas em termos da Guerra Fria, e para defender comparações com Cuba. Porém, a questão mais relevante naquele momento não era se Francisco Julião seria um novo Castro, mas se ele poderia se tornar outro Padre Cícero ou Antônio Conselheiro.

A leitura do autor é fundamental para pensarmos que, primeiro, o movimento camponês brasileiro, assim como a região Nordeste e o Brasil, eram mais complexos e não necessariamente idênticos ao cenário cubano. O modelo castrista, surgido em "termos da Guerra Fria", parecia conveniente para aplicar a todos os "agitadores" de países pobres da América Latina alguma perspectiva revolucionária. Era uma novidade que havia chamado a atenção dos EUA de forma aguda. A proximidade geográfica com o Brasil era também fator de preocupação. Porém, com isso em vista os EUA esqueceram que embora pudessem não ser novos Castros, alguns líderes políticos poderiam se comportar como outros do passado, profundamente atrelados às raízes culturais da região e também do país. Nota-se, em segundo lugar, como os observadores externos estavam sujeitos a uma pouca compreensão da atuação das Ligas, além da possibilidade de estarem presos a um

modelo que alcançou sucesso em sua empreitada. Os EUA preferiam ver tudo como comunismo, rejeitando detalhes e apressando medidas intervencionistas. Justamente por isso Pernambuco era um estado privilegiado pela vigilância estadunidense.

Alguns documentos por nós mapeados apontam que a Paraíba, e não Pernambuco, possuía em suas Ligas Camponesas um número de integrantes superior a todos os estados do Nordeste. O general Artur Costa e Silva, cuja jurisdição ia do estado do Maranhão até o da Bahia, exprimiu em seu levantamento já mencionado por nós que “a maior, mais bem organizada e volátil Liga” era a de “Sapé, na Paraíba, com cerca de 5.000 membros” em 1962. Embora o número de membros pudesse estar incorreto, ela estava “sendo vigiada de perto pela inteligência do IV Exército”⁴⁵. Eugene Delgado-Arias, por sua vez, reforçou a preocupação do general ao informar o *Department of State* que:

A Paraíba disputa com Pernambuco o topo da lista de locais problemáticos no Nordeste. Enquanto os problemas da Paraíba parecem ser os mesmos que os do resto do Nordeste, alguns observadores, incluindo a inteligência do IV Exército Brasileiro, acreditam que a Paraíba é um dos principais alvos dos esforços comunistas na região, tornando-se agora o estado de maior agitação provocado pelas Ligas Camponesas⁴⁶.

Antes de mais nada, devemos lembrar ao leitor que Pernambuco e Paraíba são estados vizinhos. A distância entre as duas capitais é de aproximadamente 120 quilômetros. Logo, as regiões mais remotas dos dois estados poderiam, em alguns momentos, se confundirem e se imbricarem. Assim, algumas análises sobre a quantidade de membros das Ligas Camponesas em um ou outro estado pode ter sido problemática. Possivelmente, até mesmo a organização ganhava forma unitária em determinados pontos, não sendo possível sabermos se os camponeses pertenciam a um ou outro grupo.

De qualquer forma, em 1962, João Pedro Teixeira, líder fundador da Liga de Sapé, já havia sido assassinado por jagunços de um latifundiário. Como reportado em um relatório semanal do consulado pernambucano, as pistas sobre seu assassinato

⁴⁵ RABIDA, Albert A. *Military estimate on Peasant Leagues*, relatório de 02 de janeiro de 1962. RABIDA, Albert A. *Military estimate of the Peasant Leagues*, memorando de 03 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 570. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963, p. 01. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴⁶ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Brazilian elections 1962 – Paraíba*, relatório de 05 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963, p. 01. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

começavam a apontar para dois policiais contratados por donos de terras para fazer proteção de suas propriedades. Esses latifundiários seriam membros do que ficou conhecido como Sindicato da Morte, organizado para conter de forma violenta as atuações das Ligas Camponesas⁴⁷. Uma passeata em homenagem ao camponês foi organizada em julho daquele ano, contando com a presença de aproximadamente 5.000 pessoas, entre camponeses, figuras políticas e simpatizantes. Segundo relatos do consulado estadunidense, o número de participantes e sua reação à passeata foi algo preocupante porque a participação popular foi ativa, compreendendo o que era dito e respondendo a tudo de forma enérgica⁴⁸. Isso deixou explícito o suntuoso interesse da parte da população.

Outra preocupação por parte dos estadunidenses foi a participação do próprio João Goulart na passeata, onde discursou. Tal iniciativa atrelaria seu nome à defesa das Ligas, segundo os estadunidenses. Isso causaria ainda mais desconfiança após ele ter alegadamente apoiado a candidatura de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco. Sua efetiva presença poderia intensificar ainda mais a possibilidade de inclinações de seu governo à esquerda, bem como inflar a reputação das Ligas locais. Contudo, o discurso do presidente foi discreto: defendeu a reforma agrária, mas sob moldes liberais e mesmo cristãos, argumentando que se a reforma edificada em Cuba, Rússia ou China parecia bom a estes países, não serviria da mesma forma ao Brasil que necessitava pensá-la a partir de diretrizes próprias⁴⁹.

Antes de tudo isso, as Ligas da Paraíba vinham realizando junto à sociedade circundante a Sapé esforços para convencê-la de que os trabalhadores rurais, grande maioria da população ali instalada, precisavam de terra para tirarem o próprio sustento, não apenas para subsistirem e proverem as regalias dos patrões. Convenciam outros camponeses de que os maus tratos sofridos pelos trabalhadores eram abusivos e remetiam ao período escravista, devendo ser igualmente abolidos. Desafiavam os grandes proprietários de terra que não aceitavam mínimas transformações nas estruturas que

⁴⁷ SMITH, W. S. *Weeka n. 9*, relatório de 18 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1075. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴⁸ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 12*, relatório de 09 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1233. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁴⁹FELDMAN, Arthur W. *Jango visits Paraíba*, relatório de 30 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 740. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

garantiam seus privilégios e, por isso, sofriam forte repressão (TAGINO *et al*, 2011). A morte de Teixeira foi, sem dúvidas, um resultado disso. Em 1962, os camponeses de Sapé já haviam recebido apoio de Julião e outros líderes socialistas, sendo também sondados pelo PCB. Com um número tão grande de adeptos, era de se esperar que os partidos e agentes políticos institucionalizados ganhassem espaço e a simpatia de alguns deles.

De 1958, ano de sua fundação, até a morte de Teixeira, as Ligas paraibanas se multiplicaram e ganharam novas direções. Evidentemente, o acirramento das disputas políticas no campo, o interesse cada vez maior de organizações socialistas no comando do movimento e a repressão dos fazendeiros, respaldada pelas autoridades estatais, fez com que as Ligas se adaptassem a tudo, por um lado, tendendo a voltarem-se às suas raízes reivindicatórias; por outro, se alinhando com maior afinco às propostas socialistas. Com isso, vemos que as Ligas paraibanas e pernambucanas seguiram uma linha de atuação muito semelhante.

Ao mesmo tempo, os estadunidenses reconheciam que o Piauí, e não Pernambuco, era o estado mais atrasado da região Nordeste devido à sua pobreza, ao desfavorecimento por parte da natureza e por parte das ações humanas agressivas. Tratava-se de um estado com uma gigantesca concentração de riqueza nas mãos de pouquíssimas famílias, sendo o governador do estado em 1961, Chagas Rodrigues, membro de uma delas. Era considerado pelos EUA como um indivíduo que merecia cuidado, pois supostamente se aproximava das Ligas Camponesas, o que em realidade ocorria como uma forma de assustar os estadunidenses em um contexto de barganhas e chantagens⁵⁰.

O Ceará era o estado da região mais afetado pelas secas. Boa parte do seu território era sertanejo, o que em épocas de seca levava a um número mais intenso de movimentos migratórios e problemas significativos ocasionados pela estiagem, pela falta de mão de obra e pela ausência de regiões cultiváveis. Foi apenas por conta do Ceará e de sua condição que surgiram políticas federais que aliviaram a intensidade do problema. Era o centro da “indústria da seca” que, de acordo com os próprios estadunidenses, era a maior porta para a entrada de recursos aplicados em construções luxuosas na capital Fortaleza, além da verba resultante do plantio da carnaúba, algodão e na criação de gado⁵¹.

⁵⁰ RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*, relatório de 19 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 770. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁵¹ Idem.

Até fins de 1963, as Ligas estavam concentradas principalmente em Pernambuco e Paraíba. O ápice desta organização, no entanto, ocorreria mais tarde, no início de 1964, momento de criação da Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, que embora levasse o nome do estado era composta por quase cinquenta células, milhares de filiados de diferentes estados do país (BASTOS, 1984). O nome da federação ressaltava a relevância de Pernambuco para o movimento, mas escondia a força das Ligas na Paraíba, camuflagem que poderia significar perdas aos interesses estadunidenses.

Por que, então – e a despeito do maior número de integrantes adeptos às Ligas da Paraíba -, Pernambuco é privilegiado pela documentação diplomática estadunidense ao analisar os focos “subversivos” da região Nordeste? O Rio Grande do Norte era um estado ainda mais pobre, menor e com índices baixíssimos de qualidade de vida⁵² em comparação a Pernambuco, tornando-se assim um alvo mais fácil para revoltas sociais ganharem embates, se assemelhando de forma mais concreta a Cuba. Por que então foi um estado menos visado do que Pernambuco?

1.6. Pernambuco como estado-chave da “questão Nordeste”

As calamidades das secas e a pobreza intensa também não eram exclusividade de Ceará e Piauí. A atuação efetiva das Ligas não era reservada a Pernambuco e à Paraíba. Uma reportagem da revista *Visão*, publicada ainda em 1961, comentou a passagem de Francisco Julião pela Bahia em outubro daquele ano. A reportagem alega que duas Ligas Camponesas existiam no estado até então: uma na região central, em Feira de Santana, e outra mais ao sul, em Ilhéus. Até novembro, cerca de nove Ligas já existiam. Membros destas nove Ligas se reuniram para eleger três presidentes das organizações, todos, segundo o consulado estadunidense na Bahia, eram comunistas. Esta reunião teria sido concluída com a fundação oficial da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FALTAB), além da elaboração de um manifesto exigindo do governo a redistribuição de terras improdutivas da região. Um certo Francisco Araújo Guimarães seria o líder da FALTAB, apresentado como ex-membro do comitê do PCB em Salvador.

⁵² De 1.145,502 habitantes do estado, apenas 428.113 viviam na zona urbana, portanto 62,63% da população vivia no campo. A expectativa de vida no estado era de 34,08 anos, entre os anos de 1950 e 60. Sobre isso, ver PEREIRA, 2005.

Naquele contexto, ainda de acordo com a reportagem, uma das Ligas baianas teria invadido uma propriedade da Petrobrás – uma célula do Instituto do Açúcar e do Alcool -, tendo um de seus líderes alegado que "se o petróleo é nosso, por que não a terra?", aludindo à emblemática campanha de Vargas nos anos 1950. Outros jornais reportaram anteriormente que cerca de 14 Ligas já existiam na região, não 11 como relatava a *Visão*⁵³. Indivíduos como Raimundo Reis, do PSD, endossariam a presença destas organizações no estado. Um tal Paulo Lauder estaria financiando as Ligas sob sua tutela na Bahia. Reis havia declarado desejar pessoalmente defender Cuba da invasão estadunidense, provavelmente se referindo à iminente invasão à Baía dos Porcos em 1961⁵⁴.

Precisamos nos deter brevemente a uma questão. Embora, como veremos no decurso desta parte, Pernambuco se tornou um estado prioritário para a inspeção estadunidense no contexto aqui focado, o estado da Bahia era historicamente mais relevante em termos econômicos. Na década anterior, a Bahia havia crescido vertiginosamente em decorrência dos investimentos da Petrobras. No início dos anos 1960, a criação do Centro Industrial de Aratu deu impulso a esse desenvolvimento. Em ramos como os de extração de minerais, metalurgia, química, entre outros, o estado absorveu mais da metade dos investimentos destinados à região (RUBIM, 1990), consideravelmente mais do que Pernambuco.

Esse fato nos leva a questionar a primazia dada pelos estadunidenses aos pernambucanos, tendo a Bahia números sintomáticos de uma relevância econômica solidamente mais forte. Ao mesmo tempo, nos leva a cristalinizar a razão do interesse dos EUA em Pernambuco: o pioneirismo na consolidação das Ligas Camponesas, as conquistas efetivadas no Engenho Galileia, a aproximação com Julião, com o PCB e, principalmente, a possibilidade de Arraes tornar-se governador do estado.

Havia mais. Uma célula das Ligas Camponesas pernambucanas alcançou vitórias expressivas sobre famílias de fazendeiros na cidade de Pesqueira, já em 1960. A organização dos agricultores não apenas foi registrada, mas também saudada por jornais locais como a Folha do Povo. Destacou-se neste episódio a participação de indígenas da etnia Xukuru nos processos que efetivaram tais conquistas. Há ainda registros de que as

⁵³ A imprecisão quanto a estes números nos mostra como as análises estadunidenses sobre a presença das Ligas Camponesas do Nordeste nem sempre foram muito acuradas. Seu choque com a realidade local e as estruturas de comunicação do país podem ter sido um dos problemas do qual este outro é resultante.

⁵⁴ KEYSER, C. D. *Peasant Leagues in Bahia and the occupation of Instituto do Açúcar e do Alcool*, telegram de 11 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 870. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Ligas teriam auxiliado os indígenas a se organizarem, inclusive desenvolvendo uma polícia para fiscalizar e proteger espaços habitados por estes povos. Ao mesmo tempo, se envolveram na ocupação de terras de forma semelhante à que as Ligas faziam (HELY SILVA, 2008).

No Maranhão, conflitos armados entre fazendeiros e membros das Ligas foram registrados durante a agudização das tensões no campo, conforme o movimento camponês crescia e ganhava relevância. Alguns membros da organização, com apoio de colegas pernambucanos, pareciam estar transportando armas e foram abordados por jagunços de fazendeiros locais, colocando Pernambuco outra vez na mira da inteligência estadunidense. O tiroteio levou o governador, Newton Belo, a enviar guarnições militares à região de Pirapemas para controlar a situação, alegando que ela fora causada por instigadores comunistas mal-intencionados.

Líderes camponeses afirmaram que o governador havia enviado tropas para matá-los, tendo seus homens aberto fogo contra as guarnições apenas como forma de defesa, mesma justificativa usada pelos militares⁵⁵. Ora, essa ocorrência se explica pelo fato de que “o poder dos senhores de terra que permaneceu praticamente intocado desde o início da colonização não podia assistir passivamente a essa crescente contestação à ordem secularmente estabelecida” (TAGINO *et al*, 2011, p. 106). A justificativa para confrontar os camponeses naquele período foi, além de sua atividade contestadora, a associação destes com o comunismo, mesmo que nem todos procedessem desta maneira.

Relatórios da CIA afirmam que até 1964, todos os estados do Nordeste possuíam braços das Ligas Camponesas. Sergipe, Alagoas e Piauí possuíam um número consideravelmente menor de organizações se comparados a estados como Bahia, Ceará e Maranhão. Pernambuco e Paraíba eram, unanimemente, registrados como os estados com maior número de camponeses envolvidos com as Ligas⁵⁶. Isto explica porque os dois estados possuem mais registros nos documentos emitidos pelos consulados e embaixadas estadunidenses ao *Department of State*. Explica também porque os EUA estavam mais preocupados com a situação de ambos, mas não explica por que a prioridade dos analistas, cónsules e embaixadores era Pernambuco.

⁵⁵ HOWAY JR., Edward J. *Armed clash in the state of Maranhão*, telegram de 04 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 137. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁵⁶ "How communists sabotage agrarian reform" (1961). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, General CIA Records, classification K, 4 p., REPORT. <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-03061a000300010014-4>.

À primeira vista, o fator Miguel Arraes parece explicar isto. Prefeito de Recife, Arraes seguia tendências progressistas acusadas pelos seus adversários políticos e pelos estadunidenses de comunismo. Intencionando concorrer ao governo do estado nas eleições de 1962, o prefeito gerou em seus opositores um receio descomunal: o de que a sua eleição significaria a chegada do comunismo ao poder em um dos estados mais importantes de uma região já em ebulição. Curiosamente, Cid Sampaio, o então governador, não havia sido eleito com uma agenda anticomunista, embora tenha aderido profundamente a ela já no governo e, mais ainda, quando Arraes saiu em campanha. Recebeu apoio do PCB, mesmo na clandestinidade, e outras organizações de esquerda sem com isso gerar tanto pânico. Arraes, por sua vez, foi inspecionado de perto pelos estadunidenses e tematizou centenas de documentos reportados aos EUA. Um deles chama nossa atenção de forma bastante particular.

O documento relata o uso do Movimento de Cultura Popular (MCP) feito por Arraes em sua campanha governamental. Trata-se de uma organização vinculada à prefeitura municipal de Recife, supostamente comandada por comunistas como Germano Coelho. O MCP, estruturado com salas de aula e de leitura, receberia uma média de 200 pessoas inscritas em suas atividades e dedicadas à aprendizagem da escrita, todos necessitando serem alfabetizados. As turmas eram compostas por crianças e adultos, cada um recebendo um tipo de atenção específica a depender de suas necessidades. Abrigava também grupos de teatro, galerias de arte e outros recursos para o desenvolvimento de aptidões em populações carentes. Pouco antes das eleições, o MCP produziu e distribuiu entre os mais pobres um livreto com técnicas simples de ensino à leitura. O que preocupou os EUA foi que as técnicas ensinavam os estudantes não apenas a ler, mas também a compreender sua situação social e as restrições que sofriam por suas condições econômicas. Tratava-se, portanto, de um livreto pedagógico progressista identificado com as propostas eleitorais de Arraes, cuja campanha havia se iniciado pouco antes.

Eugene Delgado-Arias, relator do documento, informou que “em adição ao aprendizado da leitura e da escrita o leitor [dos panfletos] aprende que 'pessoas sem casas apropriadas vivem em favelas', que 'o pão mata a fome do povo', que 'o pão pertence ao povo'”, portanto poderiam “provocar uma tomada de consciência e ressentimentos de classe [entre os aprendizes], ajudando a desenvolver um sentimento de solidariedade classista que mais tarde poderia ser usado para construir um forte movimento de massas”, podendo “ser eficaz para eleger Arraes em sua campanha, cujos bons trabalhos vem sendo

frequentemente publicizados”⁵⁷. Portanto, o livreto patrocinado pelo candidato estimulava o nacionalismo e a consciência de classe, além de estimular ações contestadoras da autoridade vigente.

Os *policy makers* estadunidenses estavam certos de que as lideranças de esquerda dependiam do desempenho de seus candidatos nas eleições de outubro de 1962. Elegendo um governador para um estado-chave do Nordeste, poderiam alcançar mais facilmente seus objetivos supostamente revolucionários e encerrarem de vez as disputas com a direita. Contudo, se não conseguissem se sair bem do pleito, necessitariam realizar ações mais radicais em nome das reformas sociais que almejavam. Miguel Arraes era o principal nome desse “pesadelo revolucionário” temido pelos EUA⁵⁸.

Kennedy acreditava que o progresso social e econômico por si só aprimoraria a democracia no Terceiro Mundo. Porém, embora a Declaração aos Povos Americanos e o preâmbulo da carta da APP especificasse a intenção de promover liberdades pessoais, representatividade democrática e instituições democrática, o corpo da carta especificava objetivos meramente econômicos e sociais. Foram justamente estes objetivos mais pragmáticos que a burocracia estadunidense enfatizou quanto ao trato com a América Latina. Kennedy sentia que se ele conseguisse fortalecer a “esquerda democrática” destes países, conseguiria diminuir o espaço da direita oligárquica e militar e da esquerda mais radical (PACKENHAM, 1973). Porém, a visão pragmática prevaleceu na diplomacia e as distinções entre os múltiplos vieses de esquerda e direita particulares ao contexto brasileiro.

Frente a este panorama – e à iminência da vitória de Arraes, alguém visto como “esquerdista radical”, que de fato foi alcançada nas eleições -, os EUA, consonantemente com as forças políticas tradicionais do Nordeste, se preocupavam em demasia com os caminhos que Pernambuco parecia seguir após a Revolução Cubana de 1959 e ao agravamento da crise política no hemisfério. Logo, parece lógico que Pernambuco tenha recebido atenção especial dos diplomatas inconformados com a possibilidade de Arraes agir como pensavam, embora estivesse longe de ser o radical comunista que enxergavam.

⁵⁷ DELGADO-ARIAS, E. *Movimento de Cultura Popular enters the campaign*, relatório de 27 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1100. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁵⁸ RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*, relatório de 19 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 770. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Sobre a visão engessada dos EUA em relação às estruturas políticas do Brasil, especialmente do Nordeste, discutiremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

De todo modo, o medo em relação a Arraes era tão grande e tão motivado por concepções cristalizadas do que era o temido comunismo que, após ser eleito governador, mínimos acontecimentos destoantes de toda a conjuntura da Guerra Fria pareciam ancorados a ela. Quando o contrato de permanência da subsidiária brasileira da *American & Foreign Power Company*, instalada em Recife, estava se encerrando, seus administradores acreditavam que os comunicados advindos do governo do estado sobre a necessidade de renová-lo eram na verdade ameaças de expropriação e estatização da companhia, que seria tomada sem que o estado pagasse devidamente pelo processo⁵⁹. Foi necessária uma conversa com o governo para compreenderem que, na verdade, embora Arraes, ainda prefeito, tivesse exposto a necessidade de a empresa remeter menos lucros ao exterior, ele não pretendia expropriá-la⁶⁰.

Porém, a “questão Arraes” não basta para explicar porquê Pernambuco foi o principal alvo dos EUA no Nordeste. Por mais que ele fosse, em 1962, um candidato ao governo que encerrava as boas expectativas dos EUA quanto a uma quebra do que pensavam ser uma predominância histórica da esquerda no Nordeste (LARA, 2019), ainda que o conceito de esquerda não se aplique a alguns governos anteriores, este fato não é suficiente para entendermos o terror que a situação em Pernambuco causava aos EUA.

Explicamos. Pedro Godim, governador da Paraíba, se viu diante de toda a situação provocada pelo crescimento das Ligas Camponesas como alguém que não desejava ofender os proprietários de terra, mas que também era incapaz de ignorar o potencial revolucionário do movimento camponês. Porém, os latifundiários se enfureceram repetidas vezes com Godim por ele não ter tomado medidas repressivas contra os camponeses insurgentes da mesma forma que, por exemplo, Newton Pinto fez no Maranhão. Ao contrário: Godim articulou sua atuação no sentido de conciliar desejos,

⁵⁹ BALGOOYEN, H. W. *Letter to Edwin McC. Martin*, carta de 27 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 310. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶⁰ GORDON, Lincoln. *Ambassador delivered copy note and discussed with...*, telegrama de 14 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 361. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

mesmo evidentemente abraçado aos latifundiários. Seu receio era o de um descontrole das tensões, algo que os EUA igualmente temiam⁶¹.

A postura de Godim foi razoavelmente passiva quanto ao problema das Ligas no estado em que elas eram mais numerosas. Não seria natural que os EUA se preocupassem mais com a Paraíba do que com Pernambuco? Não, quando o segundo era o estado onde as Ligas Camponesas estavam intimamente próximas a Francisco Julião, um estado irradiador cultural de relevância incontestável e dotado de uma tendência histórica ao confronto, como já dissemos. Naquele contexto, a “questão Arraes” se somava a isso, não o contrário⁶². A inteligência estadunidense se referiu categoricamente a isso:

Pernambuco talvez seja o estado chave do Nordeste brasileiro, devendo isto à sua localização geográfica (...) e ao fato de que sua capital Recife, a terceira maior cidade do Brasil, tem tradicionalmente sido o foco do comércio e da indústria e um importante centro cultural e político no Nordeste. É comparável ao estado do Kentucky, com uma população de cerca de 4 milhões e 20 por cento do total da população nordestina⁶³.

Este fato foi determinante para que as elites pernambucanas empreendessem e capitaneassem o regionalismo nordestino. A Bahia, justamente por sua importância histórica, relativamente independente em um bloco do qual precisava menos, não se encaixava no perfil delineado pelos estadunidenses. O regionalismo estruturado pelas elites agrárias pernambucanas – inclusive a política - estimulou, em grande medida, a permanência de fragmentos da sociedade arcaica que era paulatinamente assombrada pelo industrialismo, embora este modo de produção pouco alterasse a condição fundamental dos mais pobres. O mesmo ocorreu em outros estados sob a égide de um semelhante regionalismo agrário.

Joseph Page (1972) comenta igualmente sobre a relevância de Pernambuco para a região, destacando como para os EUA era evidente que uma revolução socialista começaria por ali, não pela Bahia. Havia, de acordo com o autor, a predominância de uma

⁶¹ DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections 1962: Paraíba*, relatório de 05 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 471. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶² Apesar disso, Lincoln Gordon acreditava que Arraes poderia ser convencido a mudar de opinião quanto à presença estadunidense no Brasil e à APP, mostrando que o embaixador conhecia melhor os personagens políticos da região do que muitos de seus colegas. Isso pode ser verificado no documento: *USAID program and policy in the state of Pernambuco, Brazil*. (1963). Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

⁶³ *Idem*.

perspectiva estadunidense que cercava o estado como foco de ebulição revolucionária não apenas pela presença das Ligas Camponesas, de Francisco Julião, Miguel Arraes e outros, mas pelo fato de ser um centro intelectual autossuficiente em termos de pensamento político. A intelectualidade local e o envolvimento massivo de estudantes e políticos com a causa castrista parecia determinante.

Existia também no estado suspeitas sérias de movimentos guerrilheiros expressivos, como o grupo ao qual pertencia Joel Arruda Câmara, ex-estudante preso após a malsucedida tentativa de ocupação da fazenda Horizonte, em Bom Jardim. Algo parecido não havia sido cogitado pelas investigações estadunidenses. Mais tarde, documentos encontrados pela polícia teriam evidenciado um plano maior e mais complexo de sublevação guerrilheira na região rural de Pernambuco, porém inexecutável devido ao reduzido número de pessoas decididas a arriscar as próprias vidas para participar da trama. Apesar de ter assumido toda a responsabilidade pelo plano, Câmara alegou que Francisco Julião era o mentor da revolução camponesa e o símbolo desta luta⁶⁴. Não podemos atestar se o suspeito falou a verdade ou não (o fato de o IV Exército, responsável pela apreensão, não haver divulgado as informações que comprovam o fato, reduzindo-o a um relato apregoado pelos próprios militares, sugere dúvida quanto à veracidade do caso), mas podemos com isso comprovar o conhecimento dos EUA em torno deste possível problema.

A importância de Pernambuco levou os EUA a pensarem com cautela sobre os investimentos que a *United States Agency for International Development (USAID)* destinaria exclusivamente ao estado. Até o início de 1963, o órgão investiu 350 mil dólares em colonização (processo de reposicionamento de famílias camponesas em fazendas e áreas reformadas), 200 mil em educação (construção de escolas, materiais e outros), 3.400 para fundos de desenvolvimento (para empresas privadas), 200 mil para a construção de casas e 2.400 para a saúde (hospitais, postos de atendimento)⁶⁵. Um investimento maior do que o destinado a todos os outros estados do Nordeste.

A preocupação dos EUA com as eleições em 1962 era visivelmente maior em relação a Pernambuco, não podemos negar. Havia grande receio de que o desejo

⁶⁴ DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 7*, relatório de 14 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 920. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶⁵ “USAID program and policy in the state of Pernambuco, Brazil.” (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

estadunidense sobre, de uma vez por todas, o Nordeste deixar de ser um bastião da esquerda no país não se concretizasse. Arraes poderia ser o emblema desta derrota se acabasse sagrando-se governador. Uma preocupação muito menor foi dada à possibilidade de Seixas Dória, candidato da UDN ao governo de Sergipe, contraditoriamente ter flertado com forças políticas mais à esquerda, pois devido ao diminuto território do estado era fato comprovado que a sociedade, sobretudo os eleitores, conheciam seu viés conservador⁶⁶.

Havia, na verdade, expectativas em torno do nome de Dória pois sua agenda parecia representar o fim de um velho regime, resistente e arcaico, algo significativo em um estado onde a pobreza e a fome eram realidade incessante⁶⁷. O mesmo ocorreu quando o candidato ao senado por Alagoas Teotônio Vilela, também udenista, fez "o jogo da esquerda" para angariar votos nas eleições, falsamente se aproximando de políticos das alas mais progressistas para conquistar parte da população inclinada a políticas mais igualitárias⁶⁸.

Outro fato revela a importância de Pernambuco para os EUA, ao menos quanto à atuação das Ligas Camponesas no estado associadas a políticos do campo progressista: o Engenho Galileia foi o primeiro a passar por um processo de desapropriação de fragmentos de seu vasto terreno, consequência das demandas dos camponeses levadas à justiça pelo suplente de Francisco Julião, o deputado Carlos Luiz de Andrade. Este recorreu à Constituição para apresentar o projeto que favoreceu os camponeses, com o objetivo de garantir a desapropriação por interesse social mediante indenização prévia. O caso foi publicado com destaque em toda a imprensa nacional, mostrando a força das Ligas, o envolvimento de políticos engajados à causa camponesa, o que causou pânico nos setores reacionários, especialmente entre os latifundiários (MOTTA; ESTEVES, 2008). Trata-se de um feito histórico para o movimento camponês. Cid Sampaio, no início

⁶⁶ WALTERS, E. T. *1962 elections in the Northeast*, relatório de 26 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶⁷ KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962, Sergipe situation*, telegram de 05 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1059. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁶⁸ WALTERS, E. T. *Brazilian elections 1962: report n. 28, elections developments - Alagoas*, memorando de 04 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1051. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

do seu primeiro mandato, foi responsabilizado pela imprensa nacional por permitir a desapropriação.

A situação de Pernambuco, justamente por ser o estado de maior importância econômica da região Nordeste, ao menos segundo a leitura dos EUA, algo que já contestamos, foi o que possibilitou um olhar mais profundo sobre o restante da região. Por ali, milhares de pessoas morriam de fome e sede enquanto as elites agrárias disputavam a atenção do governo federal, supostamente engajadas em resolver o problema da miséria. Foi isso que Joseph Page (1972) viu ao tentar mostrar como aquela região simplesmente não conseguia abandonar suas condições precárias, mais agudas ao passo em que penetrava em direção ao semiárido. Lá, as premissas do capitalismo liberal estadunidense não pareciam chegar, um problema sério para a APP funcionar adequadamente.

O Brasil, bem como outros países da América Latina, não passou por um processo de enraizamento dos ideais caros à classe burguesa da mesma forma que em outros países, embora a Proclamação da República se revestisse desta aura. Não houve aqui uma ampliação das diretrizes mais profundas deste conjunto de caminhos proposto por tal ideário. Aqueles que se ampliaram, ficaram reféns das particularidades históricas próprias à região ou aos países latino-americanos, como no caso do liberalismo brasileiro. Este importou da Europa princípios e formas políticas que foram adequados à realidade nacional da segunda década do século XIX, como uma concessão para evitar revoltas inflamadas como as da França e, ao mesmo tempo, restringir o poder do imperador – o que vinha sendo o estopim para revoltas como aquela. A monarquia constitucional se fez valer profundamente de um liberalismo particularmente brasileiro, com suas próprias feições.

Enquanto as revoluções burguesas iniciadas no XVIII pretendiam destruir o abuso e a autoridade das realezas na Europa, se servindo do liberalismo como rumo econômico, no Brasil este foi utilizado justamente para fazer o contrário. Se na Europa os primeiros a criticarem o liberalismo foram os aristocratas que viam seus privilégios ameaçados, no Brasil eram esses aristocratas que visavam a chegada do liberalismo. Contraditoriamente, ele serviu para manter o poder de grupos unidos historicamente por laços familiares, de amizade e patronagem, por meio da agricultura ou comércio de importação e exportação, além do tráfico e comércio de escravos. Assim, ao invés de ser impulsionado pelo pensamento revolucionário de luta pelos direitos retoricamente definidos como universais, o liberalismo brasileiro engajou-se na defesa de privilégios das minorias

organizadas em torno do poder. Então, esse liberalismo brasileiro somente pode ser explicado a partir das especificidades da burguesia local (COSTA, 1999).

Concessões foram feitas a esse espírito liberal com o passar do tempo, à medida em que o capitalismo se espalhava. Temos desde a década de 1960, como já comprovamos, uma economia que mesmo nas regiões mais atrasadas, mais distantes das inovações globais, funcionava sob a ordem econômica do capitalismo ocidental. Contudo, as estruturas sócio-políticas do Brasil, mais precisamente do Nordeste e mais especificamente da zona rural desta região, foram mantidas, mesmo indo de encontro às teorias do desenvolvimento com as quais as democracias liberais se sustentavam.

A economia dessa região era, até certa medida, inclinada ao liberalismo; os costumes, por sua vez, eram substancialmente incompatíveis com as mudanças necessárias a uma adequação em termos apropriados aos das burguesias europeias e estadunidenses. Dessa forma, os modos de proceder das antigas forças políticas permaneceram de forma intensa no âmbito social, mesmo que adaptadas a uma nova realidade histórica. Esta é uma discussão central para o nosso trabalho, que será melhor desenvolvida em nosso capítulo de conclusão, mas podemos vislumbrar desde já as possibilidades que ela nos concede.

É fundamental pensarmos nisso para compreendermos o que os EUA encontraram no Nordeste do Brasil desde que ele se tornou um dos alvos centrais da APP. Tamanha dissonância com as experiências anteriores, sobretudo o Plano Marshall e o Ponto IV, levaria os EUA a uma teia de relações extremamente complexas, sobre as quais acabaram utilizando visões e análises bastante engessadas. Por mais que consulados e embaixadas, além de responsáveis analistas políticos, estivessem no Brasil acompanhando o que estava acontecendo nos primeiros anos após a Revolução Cubana, era difícil compreender alguns meandros da política nacional. Menos fácil ainda quando esse tipo de reconhecimento tomava ares de urgência depois de 1959.

Por exemplo, Aluísio Alves, que se tornaria governador do Rio Grande do Norte, era um inveterado udenista próximo a Carlos Lacerda, representante nacional do partido, defensor de sua linha política e ativo articulador da mesma. Contudo, acabou sendo preterido por Djalma Marinho para o pleito governamental de 1960. Não pensou duas vezes ao aceitar o convite do PSD, um dos maiores rivais da UDN, para concorrer ao cargo que acabou assumindo até 1966 (PEREIRA, 2005). Salvas as devidas proporções, era o mesmo que imaginar JFK se tornando o candidato do Partido Republicano.

Além dos EUA, as forças políticas tradicionais nordestinas compreendiam o Nordeste como região diferenciada. Não somente a partir do início dos anos 1960, mas desde meados dos anos 1920. Essa distinção era pautada em uma identidade tributária a um modelo social em franco declínio, algo que somente foi modificado quando os trabalhadores pobres assumiram esta identidade, transformaram-na em emblema de sua luta e instituíram meios de conquistar ganhos efetivos. A pobreza virou arma de luta dos pobres, deixando de ser monopólio dos ricos. As raízes das Ligas Camponesas foram simbólicas para este processo.

Ulterior a isto veio a providência tomada pelos EUA, concretizada nos esforços da APP. Esse projeto, que interessava parcialmente sobremaneira às elites agrárias e às forças políticas alinhadas aos seus interesses – quando não eram ambas a mesma coisa -, veio de um choque representado pela Revolução Cubana. Aquilo poderia se repetir? Indagavam os estrategistas estadunidenses. Quando conheceram o Nordeste, mesmo insistindo em obscurecer suas especificidades com comparações inadequadas a Cuba, pensaram que a resposta era sim. Sem o desenrolar da Guerra Fria e o alerta que soava no hemisfério, a APP provavelmente jamais teria sido forjada.

CAPÍTULO 2 – GUERRA FRIA: O SURGIMENTO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO DIANTE DO DESEJO DE INDEPENDÊNCIA INTERNACIONAL BRASILEIRO

*Oh, uma tempestade ameaça
Minha própria existência
Se eu não conseguir abrigo
Ah, sim, vou desaparecer
A guerra, criança, está a um tiro de distância*

The Rolling Stones – Gimme Shelter (1969)

Quando nos lembramos da Crise dos Mísseis⁶⁹ em 1962 e de um sombrio discurso do então presidente dos EUA, John F. Kennedy, pronunciado em rede nacional, dizendo que a humanidade havia chegado à beira de um abismo do qual não via condições de retroceder, podemos ter uma noção do potencial apocalíptico da Guerra Fria naquele momento. Na ocasião, a URSS estava a instalar em Cuba, já alinhada ao socialismo soviético, mísseis que, segundo a inteligência estadunidense, poderiam atingir os EUA ou servir como elemento de pressão frente aos seus aliados. Até o procedimento ser abortado, a movimentação naval dos dois países e a agressiva retórica estadunidense pela retirada dos mísseis duraram um mês, até que um pacto de não-agressão foi firmado entre as duas potências em nome da preservação da humanidade. De um lado, os EUA ganharam espaço para enfrentar a chegada do socialismo ao hemisfério ocidental. De outro, o socialismo soviético ganhava espaço no lado latino-americano do tabuleiro global.

Embora as histórias sobre o soturno espectro da ameaça nuclear costume chamar a atenção dos curiosos, não é sobre ela que versaremos neste capítulo, embora seja necessário conhecê-las pois sem elas o tema deste capítulo talvez sequer existisse. A nós interessa mais, neste momento, o que ficou à sombra destes acontecimentos por mais que os alicerçassem. Nos interessa os impactos políticos da Revolução Cubana de 1959, do alinhamento dos revolucionários à URSS pouco depois e dos processos que resultaram

⁶⁹ Este episódio, que durou cerca de 13 dias, foi resultado da implantação de mísseis balísticos soviéticos em Cuba. A proximidade do país assustou os estadunidenses, sendo vista como uma ameaça à segurança nacional. A decisão de Nikita Khrushchev para implantar os mísseis, a pedido de Cuba, veio após a fracassada Invasão à Baía dos Porcos e da instalação de mísseis estadunidenses na Itália e na Turquia. Muitos dizem que foi o momento em que o mundo esteve mais próximo de uma guerra nuclear. Após isso, houve um período de grande estabilidade das relações entre EUA e URSS, contruída por intermédio de acordos e do reconhecimento mútuo.

na criação da APP, indo além da visão estadunidense sobre o Nordeste do Brasil. Podemos dizer que sem o processo revolucionário cubano, a APP jamais existiria. No entanto, as particularidades desse programa expõem nuances da política estadunidense para a América Latina e revelam transformações históricas, especialmente quanto à sua postura diante do Brasil, visado aliado na região por sua amplitude territorial e importância econômica.

Para o jornalista do *The New York Times* Tad Szulc, antes mesmo da Crise dos Mísseis, porém um mês após à mal sucedida Invasão da Baía dos Porcos⁷⁰, havia uma crença entre os diplomatas estadunidenses, bem como por parte da opinião pública, de que era “tão urgente prevenir 'novas Cubas' no hemisfério quanto encontrar uma solução para a existência de um regime desafiador recentemente descrito como comunista no Caribe”. Ainda segundo ele, “um alto oficial do Departamento de Estado comparou a presente situação na América Latina à da Europa em 1947”⁷¹, sinalizando para a necessidade urgente de intervenção econômica.

As matérias escritas por Szulc foram fundamentais para a criação da APP. Difícil para nós engendrarmos em nossas mentes hoje, mas o imaginário estadunidense da época previa possibilidades terríveis diante dos embates contra os soviéticos. O jornalista conseguiu ilustrar um cenário no qual “outra Cuba” parecia viável, detalhando as razões para isso. Da mesma forma que as intervenções militares defendidas e apoiadas pelos EUA, a opinião pública em torno do que deveria ou não o governo estadunidense fazer era de grande importância. Assim como a postura do povo estadunidense pode ter variado a depender do estágio em que se encontrava a Guerra Fria, também oscilavam os métodos do governo para agir fora de suas fronteiras.

Desde os primeiros esboços da APP, o Brasil já era visto como “um país-chave na América Latina e de crescente importância para o mundo”, havendo pouca dúvida de que a APP perderia a maior parte de seu propósito se o Brasil não fosse um dos bem-sucedidos “parceiros para este esforço. Sem dúvida, a demonstração de que o Brasil cresceria ainda mais rapidamente com o auxílio da Aliança provaria às nações menores a eficácia do

⁷⁰ A Invasão da Baía dos Porcos, ou, para os cubanos, *La Batalla de Girón*, foi uma frustrada ofensiva paramilitar levada a cabo por cubanos anticomunistas exilados pelo novo regime, a Brigada de Assalto 2506, ocorrida em 1961. O objetivo do movimento, apoiado pelos EUA, era invadir Cuba pelo sul e derrubar o governo socialista. Contudo, os rebeldes foram derrotados rapidamente pelas forças militares nacionais, fazendo com que o episódio representasse uma das maiores derrotas estadunidenses contra Cuba.

⁷¹ SZULC, Tad. U.S. Hope on Cuba suffers setback. *The New York Times*, 14 mai. 1961, p. 04.

programa"⁷². O Brasil foi classificado pelos estrategistas da APP como um país de sociedade tradicional, sobretudo no campo, mas que vinha gerando no começo dos anos 1960 esforços em direção a um crescimento econômico mais adequado ao do restante do Ocidente. Porém, seria deficiente na maior parte dos elementos necessários a isso; evidentemente, para os EUA, estas lacunas seriam facilmente preenchidas pela APP. A necessidade de reformas, estabilização e planejamento econômico eram pontos cruciais a serem sanados pelo programa de ajuda externa.

Diante do cenário de aguçada crise internacional, os EUA buscaram medidas para estimular uma aproximação com os países latino-americanos. A Revolução Cubana incomodava sobremaneira os EUA, que cobraram das democracias latino-americanas uma postura incisiva diante do ocorrido. Os países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) se encontraram em Punta del Este, no Uruguai, para tratar do assunto a pedido dos estadunidenses. Aos EUA era interessante que os países latino-americanos apoiassem as medidas punitivas ao recém-estabelecido regime cubano, que iam desde a retirada do país da OEA até represálias econômicas.

O apoio a estas medidas ficou longe de ser unânime. Inclusive, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador e México se abstiveram da votação que definiria os rumos da posição regional sobre os revolucionários (NETO, 2005). A abstenção do Brasil, representado pelo Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, preocupou demasiadamente os EUA. Afinal, por que o maior país do Cone Sul e um dos mais importantes parceiros históricos dos EUA rejeitou um posicionamento mais claro e favorável às pretensões estadunidenses?

Evidentemente, a postura do Brasil em Punta del Este apenas sublinhava a dinâmica de sua política internacional, organizada em torno da PEI adotada por Jânio Quadros e continuada por João Goulart em seguida. Compreendendo a necessidade de se desenvolver, o Brasil passava, por meio da PEI, a adotar uma posição de não-alinhamento dentro da Guerra Fria, onde EUA e URSS disputavam influência ideológica e mercados em todo o globo. Nesse sentido, o Brasil equilibrava as relações com ambos os blocos sem fechar as portas para qualquer uma das potências, visando múltiplas possibilidades de mercado, parcerias, apoio, entre outras coisas (FICO, 2008).

⁷² DEPARTMENT of State. *Policy Considerations Relating to United States Assistance for Brazil*, relatório de 10 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:671865/>>.

A dinâmica da PEI incomodava os EUA. Desde a campanha de Jânio Quadros à presidência, ele declarava que “se fosse eleito, o Brasil assumiria uma postura de 'absoluta independência' e renovaria relações com a URSS e os países daquele bloco". O perfil independentista adotado pelo Brasil a partir de sua eleição foi visto com frequência pelos EUA como um neutralismo perigoso, oportunista e insólito. Apesar de o presidente ter declarado constantes vezes que, apesar da PEI, “permaneceria democrático e manteria o dever de 'contribuir a favor da redução das tensões internacionais'”, preocupava os EUA o fato de o presidente considerar “aproximações vantajosas com 'países de ideologias divergentes’”⁷³. Com a renúncia de Quadros e a ascensão de Jango, a PEI seria vista com receio ainda maior por parte dos EUA.

Não bastasse a ousadia característica da PEI, o líder do bloco ocidental se preocupava também com a profunda crise política na qual o Brasil mergulhou após a renúncia de Quadros com poucos meses de governo. Goulart, seu vice, há muito era alvo de desconfiança por parte das elites políticas da direita brasileira, pelo empresariado e pelos latifundiários, especialmente em razão de ser filiado ao PTB, à época visto como reduto de ex-membros do PCB e como o partido do “agitador” Leonel Brizola, que naquele momento já havia nacionalizado empresas estadunidenses no Rio Grande do Sul, onde era governador. Impedido de exercer seu mandato como presidente, Jango foi submetido a um regime parlamentarista até janeiro de 1963, quando por meio de plebiscito recuperou seus poderes presidenciais. Antes disso, já se falava em golpe da direita contra um possível levante da esquerda energizado por Jango.

O Brasil estava atento à Guerra Fria. Os receios quanto a uma aproximação do país com o mundo soviético eram correntes em boa parte da sociedade, algo que aproximava, em larga medida, setores da indústria, do comércio liberal, da política e mesmo do tecido civil dos EUA, em rejeição aberta à URSS. A ideia de que Jango era um possível elo entre o governo federal e os comunistas, caso fosse empossado presidente, não surgiu com a sua possibilidade de ascensão. Era parte das narrativas e dos embates sociopolíticos daquele período, em afinação com o contexto internacional.

Anthony S. Florence, articulador intelectual e político de alguns grupos empresariais estadunidenses, sugeriu ao presidente dos EUA organizar uma revolução

⁷³ DEPARTMENT of State. *President Quadros' attitude on neutralism and Cuba*, relatório de 14 de maio de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668790/>>.

anticomunista para o Brasil no caso de emergir um caos social favorável aos seus antagonistas, uma vez que estes estariam ouriçados pela derrota de Jango, então submetido ao parlamentarismo. Ele argumentou que o conceito de revolução é frequentemente atribuído ao comunismo, mas não deveria. Seria necessário pensar uma revolução de direita capaz de barrar as forças soviéticas interessadas em fortalecer Jango, se assim fosse necessário. Florence escreve que as revoluções socialistas foram organizadas no sentido de deixarem o povo fazer a maior parte do trabalho e, depois, os intelectuais finalizarem o processo ocupando o poder. Argumenta que assim a direita deveria proceder, entendendo que movimentos como o das Ligas Camponesas estariam dispostos a isso, pois se conformariam com qualquer tipo de poder que lhes fornecesse alguma propriedade privada⁷⁴.

O problema da reforma agrária – ou de sua inexistência – foi um dos maiores enfrentados pelos trabalhadores rurais pobres do Brasil no alvorecer dos anos 1960, por isso a posse da terra era uma questão cara às lideranças camponesas. Décadas de trabalho em condições precárias, em regiões rurais dominadas pelo mandonismo e pela pobreza estrutural consequente destes fatores, impulsionaram os camponeses a se organizar a fim de reduzir a penúria e garantir alguma dignidade no trabalho, bem como posse de terras para a subsistência e o comércio familiar, como vimos no capítulo anterior. O próprio Lincoln Gordon (1962) reforçou a necessidade de uma ampla reforma agrária regional que respeitasse a democracia e o viés econômico liberal, defendido pelo principal nome da APP, algo somente possível por meio de um viés capitalista. Porém, como discutir esta questão com os latifundiários em meio à crise política e às promessas de Jango por reformas de base, sendo eles historicamente adeptos de uma tradição social quase servil?

No Brasil ainda se vivia os ecos do polêmico debate em torno da necessidade de se emendar a Constituição de 1946. O seu artigo 147 estabelecia uma norma padrão de bem-estar social, devendo o governo promover justa distribuição desses espaços e garantir oportunidades iguais para todos. Ao mesmo tempo, o artigo 141 reconhecia e reforçava o direito à propriedade privada enquanto seu parágrafo 16 garantia aos desapropriados pelo Estado indenizações em dinheiro pelas suas perdas. Jango, já nos anos 1960, verificou a necessidade de rever a Constituição e modificá-la para evitar o

⁷⁴ FLORENCE, A. S. *Possible Brazilian revolution: how can we plan it?*, memorando de 29 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1176. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

impulso da convulsão social e garantir a efetividade de suas promessas políticas (WELCH, 2010).

Para que se chegasse a uma solução, a APP vinha para favorecer o desejo e as tentativas dos EUA de “usar ajuda econômica para garantir que o desenvolvimento da América Latina efetivasse o fortalecimento de políticos pró-EUA e criasse condições econômicas que limitariam o apelo de forças anti-EUA e pró-comunismo” (TAFFET, 2007, p. 02). Ou seja, o carro chefe do bloco capitalista enxergava na pobreza e no subdesenvolvimento econômico a origem da aceitação do socialismo, situação da qual a política soviética se aproveitaria para disseminar sua ideologia.

Cuba era, para os EUA, uma clara evidência disso, sobretudo porque a APP, sustentada pela “teoria da modernização”, desejava chegar com antecedência aos outros países da América Latina num período em que a URSS almejava se “lançar às periferias subdesenvolvidas, destruir a credibilidade internacional dos EUA e minar os sistemas políticos e alianças econômicas que seu antagonista tentasse estabelecer” (LATHAM, 2000, p. 02), o que já teria ocorrido com sucesso em Cuba segundo a narrativa estadunidense da Guerra Fria.

É necessário aludirmos ao fato de que, em determinados pontos da Guerra Fria, havia uma competição entre diferentes projetos de modernização difundidos por EUA, URSS e China. Evidentemente, cada projeto estava ancorado no perfil ideológico de seus defensores, tendendo, de um lado, à integração do Terceiro Mundo aos centros industriais capitalistas e, de outro, a uma busca pelo apoio das elites não capitalistas dos países subdesenvolvidos economicamente, fomentando revoluções anticapitalistas ao invés de anti-imperialistas (MUNHOZ, 2017).

No Brasil, consubstanciou-se nas práticas latifundiárias o ideal de que a terra não era só uma forma de exploração do trabalho escravo, depois assalariado, com fins de busca por um excedente. Era base de acumulação capitalista que convertia a renda de terra em capital (MARTINS, 1986). Assim, modificar este sistema era ameaçar a propriedade privada, os sintomas de uma cultura patrimonialista e as reminiscências de um passado que estava em declínio, embora fosse exaltado pela elite nordestina como reação à modernização. Reação que, evidentemente, não era mais do que um eco nos anos 1960, mas ainda bastante audível. Para aquele sistema, a reforma agrária era uma ameaça em múltiplas instâncias.

Em meio a isto, a terra aparece como mercadoria ímpar porque ter posse dela não significa necessariamente que o uso se torna condição da propriedade, sendo o uso uma

realização da posse, algo comum às demais mercadorias dentro do capitalismo. Em relação à terra, estes fatores nem sempre vêm juntos. O que se compra e vende não é a própria terra, mas seu símbolo, aquilo que ela providencia potencializado pelo esforço humano. Este esforço é o daqueles que trabalham na terra, não sendo estes necessariamente seus donos – quase nunca eram, nos anos 1960 (MARTINS, 1995). A reforma, neste caso, poderia reduzir este perfil e desregular as características de tal dinâmica em uma sociedade bastante acostumada a elas. Seria, às vistas dos latifundiários, uma mudança brusca demais.

Nos anos do governo Goulart, a “questão agrária” era ponto candente de convergência das lutas progressistas, sendo uma preocupação também da igreja católica e de seus setores politicamente engajados, resultantes de uma forte modernização da instituição. Era ampla a noção de que a reforma agrária era fundamental para o desenvolvimento do país e o latifúndio era um obstáculo à diminuição das diferenças sociais no campo. Eliminar as grandes propriedades, no entanto, parecia radical demais para os fazendeiros que ditavam o ritmo das regiões rurais (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1999). Os EUA também percebiam a reforma como essencial para dinamizar o crescimento econômico e industrial, sendo elementar a contenção do processo para respeitar o que chamavam de ordem democrática.

Porém, a mobilização em torno dos problemas agrários que vai desaguar naquele contexto é embrionada ainda na metade dos anos 1950. O Congresso de Salvação do Nordeste e o Primeiro Congresso de Camponeses do Nordeste foram fundamentais para isso. Ali, os problemas envolvendo as secas passam a ser desassociados da questão geográfica e passam cada vez mais a serem concebidos como problemas de origem humana, cujos resultados foram importantes para a montagem do latifúndio no Brasil. Sob ataques da imprensa, acusados de comunistas, os camponeses iniciavam uma caminhada na direção dos embates pela reforma agrária. Medidas como os projetos de irrigação do governo JK acenam para a existência de um afastamento em relação à reforma, em sintonia com os latifundiários. A mudança vem apenas com a Operação Nordeste, arquitetada por Celso Furtado, que resultaria na Sudene (MONTENEGRO, 2003).

Francisco Julião (1962) atestou que a reforma agrária se tornou horizonte fundamental das Ligas quando a Revolução Cubana se saiu vitoriosa. É um equívoco atestar isso, pois já discutimos como a busca por ela antecede a chegada dos revolucionários ao poder em Cuba. É muito mais provável que esta referência tenha

repercutido entre os camponeses muito mais por esforços do próprio Julião e do PCB em instigar este simbolismo, visto que o analfabetismo era uma realidade entre os membros das Ligas (LARA, 2019).

Desde os anos 1950, a “questão agrária” permeou a política brasileira e foi discutida por representantes, encontrando considerável resistência no seio da sociedade agrária, ou seja, entre os grandes proprietários de terra. O pacto agrário estabelecido desde antes disso começou a se esgotar no início dos anos 1960, conforme se agudizava a crise política brasileira. O avanço das Ligas forçou uma sensibilidade maior do governo federal em relação ao tema, visto como prioritário para acalmar as animosidades no campo, mas também como um elemento inflamável para os latifundiários. Os meios para se chegar a isso elevavam as tensões entre os latifundiários, representados no Congresso por agentes políticos regionais, e os camponeses, sensivelmente contemplados pela pauta reformista de Jango (AZEVEDO, 1982).

A complexidade dessa teia de acontecimentos e processos merece um exame acurado tendo em vista o contexto mais amplo da Guerra Fria. O tensionamento das forças provocado pela Revolução Cubana praticamente jogou o Brasil e o Nordeste no olho do furacão do conflito global, embora, por um lado, o governo federal não desejasse tomar partido e, por outro, as forças políticas regionais tivessem algum interesse na barganha que se tornava viável com a promoção da APP. O programa encontrou obstáculos não apenas na PEI, mas na crise política que exalava medo e preocupação entre a sociedade, além de uma profunda incerteza entre os grupos políticos. A restauração do presidencialismo colocou lenha na fogueira de ânimos exaltados dentro e fora do Brasil. Foi este cenário encontrado pela APP quando pretendia penetrar o país para retirá-lo da rota soviética.

2.1. A gênese da Aliança Para o Progresso: “americanismo”, desenvolvimentismo e anticomunismo

“Aqueles que impossibilitam as revoluções pacíficas farão com que as revoluções violentas sejam inevitáveis”. A frase de John F. Kennedy, presidente dos Estados Unidos em 1961, foi proferida quando do lançamento da Aliança Para o Progresso. O projeto objetivava, por um lado, desenvolver os países da América Latina em moldes semelhantes ao que fez o Plano Marshall na Europa pós-1945, dando continuidade a iniciativas como o Ponto IV, nos anos 1950; por outro, e como consequência desse desenvolvimento, evitar

que a Revolução Cubana e o alinhamento dos revolucionários com o socialismo se tornassem um exemplo. Na equação estadunidense, a pobreza estrutural somada ao ímpeto de forças políticas consideradas subversivas resultaria facilmente em levantes de inclinação comunista. No auge da Guerra Fria, diante de uma região historicamente empobrecida, os interesses políticos estadunidenses eram mascarados por uma aparente benevolência. Desenvolver a América Latina era, para Kennedy, evitar a expansão do poder soviético pelo hemisfério.

JFK era bastante influenciado pelo grupo Charles River, *partnership* de empreendedores e empresas privadas que, além de se envolver seriamente com o mercado internacional, financiava estudos e projetos para o desenvolvimento interno e externo do país. Com isso, era guiado pela necessidade de um esforço estadunidense para persuadir o desenvolvimento de países para que estes promovessem revoluções mais inclinadas ao perfil de Locke ao invés do de Marx. Era uma idealização da política externa ancorada na natureza das instituições e valores estadunidenses, conforme acreditavam seus entusiastas, como Kennedy (SCHLESINGER, 2002).

Este “esforço estadunidense” para exportar Locke ao Terceiro Mundo não consistia em mera retórica. É bem verdade que havia um grande abismo entre os objetivos e a capacidade de os EUA implementarem-no. Apesar disso, os objetivos em si eram salientes e generalizados entre os médios e altos níveis da ajuda internacional financeira estadunidense durante os anos de Kennedy. Ele deveria provar, em sintonia com estas premissas, que o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos deveria ocorrer sob instituições livres com esforços mobilizados em torno do consentimento, não do autoritarismo (PACKENHAM, 1973). Já sabemos que estas intenções se provaram ineficazes quando as políticas externas de ajuda econômica dos EUA encontraram as realidades sociopolíticas dos países latino-americanos, mais especialmente, para nós, do Nordeste brasileiro.

A ideia de que o desenvolvimento econômico levaria ao desenvolvimento político, tão aceita naquele momento, era adensada por um resultado prático. Um estudo realizado pelo governo estadunidense demonstrava que 41 países que haviam recebido forte investimento econômico nos anos subsequentes a 1945 obtiveram desenvolvimento assustadoramente intenso. 24 destes países viram suas instituições democráticas se fortalecerem e regimes menos liberais alcançarem fortes níveis de liberalização. Porém, a maioria destes países eram europeus e haviam recebido ajuda do Plano Marshall. Outros, como Espanha, Japão, possuíam certo grau de desenvolvimento nos anos 1960.

O Líbano era o único país subdesenvolvido da lista a alcançar estes patamares (PACKENHAM, 1973). A América Latina estava repleta de países em condições menos favoráveis a isso.

Em 1961, os EUA estavam convictos de que Rússia e China haviam priorizado sobremaneira a América Latina em seus intentos expansionistas. No entendimento dos analistas da administração Kennedy, a rejeição aos EUA a se propagar com força na região era uma evidência clara do sucesso marxista disseminado pelas potências soviéticas entre os países latino-americanos. A Revolução Cubana havia sido a prova mais cristalina de que as revoluções locais eram uma afronta à visão de mundo estadunidense, assim como aos princípios democráticos que o país defendia no contexto da Guerra Fria. Isto denotava também a ausência da disseminação de uma filosofia clara e definida que defendesse os EUA e fizesse frente ao marxismo até a ponta mais extrema do Cone Sul. JFK e seus *policy makers* buscaram definir princípios que revertessem a situação, como a ideia de que a liberdade é intrínseca ao progresso socioeconômico e que os EUA não podiam se tornar reféns da política externa de outros países (LARA, 2019).

John F. Kennedy venceu eleições disputadas contra o candidato republicano Richard Nixon em 1960. Seu slogan, *New Frontier* (Nova Fronteira), recuperava uma das mais emblemáticas memórias do imaginário coletivo estadunidense, a dos velhos pioneiros criadores da “América” (JUNQUEIRA, 2000). Mais do que uma propaganda, o slogan evocava um candidato heroico, disposto a salvar não somente seu país, mas todos aqueles que dele necessitassem em um contexto tão conturbado. Sua imagem de bom moço e seu carisma contrastavam com o momento de tensão pelo qual passava o mundo, embora ele tenha se colocado desde o início como um homem de Estado disposto a entrar de cabeça na Guerra Fria.

Esta imagem não era plenamente realista. Ao menos não se nos referimos à sua gestão e como se comportou em relação aos países latino-americanos. Mesmo que tenha sido aconselhado a investir solidamente na região, entendendo o desenvolvimentismo modernizador como norte, não foi raro o uso de um aparato repressivo por parte dos órgãos estatais sob seu comando. Em toda a região pairava ainda um olhar pragmático vindo dos EUA – sem contar a perseguição política dentro do próprio país aos suspeitos de serem comunistas – direcionado a seus ditos parceiros comerciais, algo que começaria a arrefecer sobretudo após a Crise dos Mísseis e os demais desdobramentos da Revolução Cubana que o presidente alcançou.

A frase de Kennedy mencionada no início, contudo, pode ser interpretada de forma ambígua mesmo que, no mesmo discurso, ele tenha reconhecido o histórico descaso dos EUA em relação aos países latino-americanos, bem como a necessidade de se comprometer com a mudança desse panorama. Podemos auferir da declaração um significado duplamente ameaçador: se a democracia não fosse estabilizada de forma pacífica, deveria ser estabelecida a qualquer custo. Da mesma forma, podemos compreendê-la como possivelmente fora pensada: se a democracia não for assegurada pela via pacífica, supostamente própria a este sistema, a violência comunista usurpará mais um reduto democrático. Na América Latina, sinais de levantes populares pareciam sinalizar aos *policy makers* estadunidenses uma repetição do modelo cubano, embora as organizações que os encabeçavam estivessem longe de uma articulação revolucionária efetiva.

Desde 1960, a administração Kennedy buscava meios de aproximar os EUA da América Latina, retomando a política de boa vizinhança de uma das maiores referências do presidente: Franklin D. Roosevelt. A organização de uma força tarefa para estruturar e formalizar a política externa dos EUA em relação aos seus vizinhos mais ao Sul, consubstanciada na *Task Force of Immediate Problems of Latin America*, antecedeu a APP e acabou se tornando um de seus sustentáculos. Acoplado a ela vinham os esforços dos historiadores próximos a JFK em edificar a imagem heroica do presidente (LARA, 2019). O Ponto IV também foi um programa anterior com proposta semelhante, mas bem menos complexo.

As palavras do presidente estadunidense marcam também uma das passagens do documentário *Em Nome da América*, escrito e dirigido por Fernando Weller e produzido por Carol Ferreira e Manu Costa, com a Jaraguá Produções e Plano 9, lançado em 2018. Embora Weller não seja historiador, a composição de seu documentário é sensivelmente permeada por noções que não apenas respeitam processos caros à profissão, como serve de sustentáculo para profícuos debates a respeito do tema que propõe: uma investigação sobre a presença dos Corpos da Paz (*Peace Corps*) no Nordeste brasileiro. Além do evidente zelo de Weller quanto a problemáticas próprias à história, talvez o bom resultado de sua obra neste sentido se relacione com o fato de a produção ter como base o livro *Em nome da América – Os Corpos da Paz no Brasil* (2007), da historiadora Cecília Azevedo.

Seu livro nos mostra como os Corpos da Paz atuaram no Nordeste do Brasil nos anos 1960-70. A iniciativa, promovida pelos EUA, teve o intuito de enviar aos países da América Latina voluntários aptos a servir no alargamento das relações amigáveis entre a

potência e os países em desenvolvimento, o ensino de técnicas sustentáveis de produção, o ensino do inglês, apoio a pequenas empresas, assistência a jovens e adolescentes, entre outras coisas. Fica claro que a iniciativa, empreendida no bojo das discussões sobre a APP, buscava tanto desfazer a imagem dos EUA como país imperialista, quanto tornar mais íntima as relações dos nordestinos do interior e os EUA. Ao contrário da APP, que estimulava prioritariamente o desenvolvimento estrutural, os Corpos da Paz penetravam na cultura popular, assimilavam suas tradições e inseriam nelas um pouco do que era, naquele momento, um consenso interessante aos objetivos dos EUA ou que pudesse estimular empatia entre os locais e os desconhecidos estadunidenses⁷⁵.

A pesquisa de Azevedo (2007) nos apresenta tramas e processos capazes de ultrapassar a narrativa de seu livro. Alguns dos casos mais emblemáticos expõem as contradições envolvendo os voluntários e os interesses de seu país no Nordeste brasileiro. Para muitos dos voluntários, os Corpos da Paz eram vistos como parte de um projeto realmente humanitário, dotado de força para, ao mesmo tempo, dar às populações pobres do Nordeste o auxílio que necessitavam e aos integrantes do projeto uma experiência transformadora. Isto, no entanto, esbarrava nas raízes políticas do projeto e na ânsia da Casa Branca em afastar a sociedade rural da mira de homens como Francisco Julião, para ficarmos apenas em um exemplo.

Outros casos relatados no livro se situam entre a curiosidade histórica e os complexos processos das relações humanas estabelecidos entre os voluntários e os trabalhadores pobres do interior. Exemplo disso é a forma como os voluntários lidavam com a desconfiança dos locais, sendo por vezes confundidos com espiões. Azevedo (2007) exprime como tramas mais abstrusas, a exemplo das que envolvem a espionagem – praticamente intrínseca à Guerra Fria -, permeavam o imaginário de populações tão isoladas. Simultaneamente, vemos como o desenrolar dessa desconfiança desemboca em situações de crise internacional, ao passo em que o receio quanto a espiões gerou questionamentos e dúvidas passíveis de serem confirmadas. Mantendo certo mistério, o livro não descarta possibilidades e confronta os personagens desta teia de acontecimentos.

Os Corpos da Paz foram um dos mecanismos instaurados pelos EUA para uma aproximação com a América Latina visando seu desenvolvimento no contexto da Guerra

⁷⁵ Os Corpos da Paz foram interessantes para a implementação da APP no Nordeste. Por meio de seus serviços, prepararam o território no qual o programa atuaria de forma intensa, fazendo com que a população do interior ganhasse certa confiança nos projetos de desenvolvimento promovidos pelos EUA. Não queremos com isso dizer que os Corpos da Paz propositalmente abriram espaço para a APP, mas é uma consequência interessante a ser observada.

Fria. Contudo, não foi o único. Em realidade, foi efeito da compreensão de que meras mudanças econômicas ou macroestruturais poderiam não bastar aos intentos de aproximar o Brasil da lógica internacional estadunidense. Walt Rostow, que durante a administração de JFK foi um dos principais responsáveis por pensar teorias para desenvolver os países latino-americanos no sentido da modernização, sempre por meio da cooperação dos EUA, já expressava no início dos anos 1960, diante de um panorama de receios quanto ao comunismo internacional liderado por Moscou, que o bloco capitalista deveria lutar uma batalha não apenas com armas, mas dentro das mentes das pessoas vivendo em vilas e montanhas; lutar por meio do espírito e da política das pessoas que administravam governos locais (LATHAM, 2000).

Historicamente, esta linha de raciocínio em muito se aproxima de concepções datadas dos processos que estabeleceram a democracia estadunidense ainda no século XVIII. As particularidades destes processos – como a recusa ao Velho Mundo que abandonavam e suas premissas sociais e políticas - causaram a impressão de que os EUA nasceram como um país igualitário, que a democracia veio facilmente e nenhuma revolução social profunda foi necessária. Consequentemente, os estadunidenses tendem a pensar, nas circunstâncias que estamos discutindo, que outras sociedades poderiam facilmente se tornar mais ricas, mais igualitárias e mais democráticas. Se elas não conseguem, as teorias que organizam as políticas externas estadunidenses presumem que o problema está nestas sociedades, não da teoria (PACKENHAM, 1973). Claro que este tipo de formulação não é precisamente embasado nesta perspectiva, mas ouve seu eco.

As teorias da modernização buscam rever e redefinir este problema. Para Rostow, “o conceito de modernização era muito mais do que um modelo acadêmico. Era também um meio de entender o processo de mudança global e identificar meios para que os Estados Unidos pudessem acelerá-lo, canalizá-lo e direcioná-lo” (LATHAM, 2000, p. 02). Esta mudança global se ilustrava nos processos de independência dos países asiáticos e africanos em relação às suas antigas metrópoles colonizadoras, criando um novo horizonte no pós-guerra. Estes países, devastados por séculos de exploração e pelas guerras de libertação necessitavam de amparos econômicos que seriam disputados pelos blocos antagônicos da Guerra Fria, dando nova direção ao confronto. Assim, segundo a visão de Rostow, regimes instáveis, populações empobrecidas e desconectadas das bases do Primeiro Mundo apenas forneceria, segundo argumentos de alguns políticos estadunidenses, terreno fértil para revolucionários marxistas. O Nordeste, salvas as devidas proporções, se encaixaria neste exemplo após 1959.

Como boa parte de seus contemporâneos, Rostow acreditava no Excepcionalismo⁷⁶ estadunidense. Estava convencido de que os EUA eram um país cuja prosperidade e avanço atrairia naturalmente a admiração de outros países no mundo inteiro. Com isso, tinha convicção de que os EUA poderiam espalhar sua visão de mundo em múltiplos âmbitos, desde o econômico ao social. A democracia seria disseminada de forma ininterrupta aprimorando sociedades e melhorando seus padrões de vida, tornando os EUA o centro difusor de tudo isso. Transformaria o mundo sem, contudo, passar por qualquer transformação (BELMONTE, 2010). Difundindo esta perspectiva, Rostow desejava ser o anti-Marx.

O ímpeto estadunidense em estabelecer alianças econômicas e defender políticos compatíveis com os seus propósitos veio de perdas consistentes frente à URSS na Coreia, no Vietnã e em Cuba. O apoio declarado dos russos a nações que buscavam independência nas antigas colônias, intencionando uma aproximação com lideranças nacionalistas, foi outro dos motivos que levaram a administração Kennedy a viabilizar novos meios de avançar na disputa. Foi nesse contexto que ganharam força teorias da modernização, sendo Rostow um de seus expoentes, atraindo a atenção de políticos em busca de conter as expansões revolucionárias socialistas ou que pudessem convergir no sentido da URSS. Devemos atentar ao fato de que se tratava de uma percepção estadunidense. Na prática, pensamos que a URSS evitava confrontos, mas acabava por explorar conjunturas que lhe eram favoráveis. Observemos que a princípio a URSS não patrocinou a revolução cubana; se aproximou, mas evitou intromissões muito diretas nos países latino-americanos.

Devemos ter em mente que três abordagens políticas foram incorporadas pelos EUA em seus programas de ajuda técnica e econômica entre 1947 e 1968. A primeira delas pode ser classificada como uma doutrina econômica. De acordo com esta abordagem, assistência técnica e econômica contribuíam para o desenvolvimento estrutural. A assistência econômica, por sua vez, tinha o potencial de promover também o desenvolvimento político, no sentido de encaminhar os países assistidos a um liberalismo próximo ao estadunidense (PACKENHAM, 1973). A promoção desta doutrina econômica, intensamente discutida por *policy makers* e sociólogos estadunidenses, é em muito sintetizada pela APP.

⁷⁶ Trata-se da crença de um indivíduo, grupo ou sociedade sobre suas pretensas características excepcionais, portanto destoantes das normas, dos modelos estabelecidos, acentuando seu papel diretor entre aqueles que não possuem as mesmas características.

Até Kennedy assumir a presidência, diversos intelectuais, incluindo Rostow, já pensavam em meios de desenvolver as teorias da modernização e traduzi-las para o jargão político como uma forma de transformá-las em recomendações institucionais. Com isso, estimulavam a doutrina econômica com intenções políticas. Fazendo amplo uso das ciências sociais e de seus conhecimentos analíticos e racionalistas, estes intelectuais se engajaram em mostrar as diferenças comparativas entre o que chamavam de sociedades tradicionais e modernas, bem como o que era necessário para tirá-las de uma condição e inseri-las na outra. C. E. Black, outro dos mais importantes teóricos dessa corrente, declarava que a modernização era o processo pelo qual instituições historicamente desenvolvidas eram adaptadas às rápidas mudanças de funções que refletiam o crescimento sem precedentes do conhecimento humano, permitindo o controle sobre seu ambiente (LATHAM, 2000). Portanto, às nações que haviam se desenvolvido a tal ponto recaía a obrigação de desenvolver outras ainda distantes deste patamar.

Se um dos pontos da teoria da modernização defendida por Rostow argumentava que a modernização de países tradicionais poderia ocorrer por meio do contato com países modernos, é inegável que a APP se mostrava como um importante aparato para este processo. Afinal, se os teóricos do desenvolvimento situaram democracias ocidentais, capitalistas e industrializadas, e os Estados Unidos em particular, no ápice da escala histórica e utilizaram estes modelos como ponto ao qual sociedades menos modernas deveriam se aproximar (LATHAM, 2000), a APP e seus objetivos se enquadram neste esforço.

As teorias da modernização pavimentaram o caminho dos EUA até a APP e desta até a América Latina. Oficiais estadunidenses como Rostow pregaram fervorosamente a ideia de que o desenvolvimento e a modernização fomentavam liberdades políticas e sociais, fundindo uma identidade nacional benevolente dos EUA com a busca pela defesa dos interesses do país no contexto internacional. Embora tenham negado ambições imperialistas, “os *policy makers* estadunidenses declararam que qualquer nação que adotasse o capitalismo democrático poderia obter um estilo de vida como o encontrado nos EUA” (BELMONTE, 2010, p. 116).

Havia ainda um precedente importante a ser sublinhado. Existia entre alguns nichos de cientistas sociais estadunidenses da primeira metade do século XX a resistente ideia de que o atraso latino-americano era consequência do processo de miscigenação, portanto era também um problema de raça. Tal visão pseudocientífica, ancorada em pressupostos vigentes à época, ressaltava que este fato poderia, em um primeiro

momento, facilitar a aceitação dos fascismos por parte dos latino-americanos no período em que engatinhava a Segunda Guerra Mundial, visto tratar-se de um povo apto à tirania, ao mandonismo. Em um segundo momento, findado conflito, este mesmo povo estaria suscetível à influência comunista pela mesma razão (JUNQUEIRA, 2000). Em considerável medida, as teorias da modernização eram embasadas nestes preceitos, embora a forma como se apresentava fosse diferente.

Devemos enfatizar aqui que os debates em torno da modernização e desenvolvimento do Brasil pela via industrial era poderoso nos anos 1950. Até mesmo a esquerda, sob a égide do PCB, discutia ambos como planos fundamentais para o futuro político do Brasil. Em termos de política institucional, vimos com clareza esta perspectiva tanto no discurso varguista, quanto nos anos JK: em ambos os casos, a modernização era o único caminho a ser tomado pelo país. Se pensarmos brevemente no envolvimento dos comunistas com as Ligas Camponesas, veremos também um viés modernizador que buscava deixar para trás os resquícios do chamado feudalismo tardio (MORAIS, 2012). Contudo, quando falamos das teorias modernizadoras de Rostow e outros, estamos destacando uma teoria que projetava o reforço das ideias que mantinham os EUA como farol da América Latina e ampliava seu espaço de influência, tentando se sobrepor à proposta socialista de ruptura com o atraso.

A APP ou mesmo a *USAID*, vinculada ao *Department of State* e criada em novembro de 1961, três meses depois da APP, não teriam surgido sem uma ampla tomada de consciência por parte dos países desenvolvidos sobre a pobreza estrutural que assolava os países do chamado Terceiro Mundo. Trata-se, contudo, de uma consciência pouco efetiva em seus intentos de sanear o que a gerava mesmo que tivesse este objetivo em seu horizonte. O problema ecoou sobre diversas escolas de pensamento às quais o projeto se filiava: a teoria econômica (neoclássicos, keynesianos e desenvolvimentistas), teóricos das relações internacionais (realistas e liberais) e os teóricos da modernização, os mais influentes nesse processo. Com isso, é necessário notar que a APP “significou uma nova abordagem, baseada no pressuposto de que o desenvolvimento era não só inevitável como necessário para os interesses econômicos e a segurança nacional dos EUA” (RIBEIRO, 2008, p. 321).

Por intermédio de um esforço conjunto e de cooperação mútua, a APP planejava contribuir com a redução das taxas de analfabetismo, do déficit habitacional, promover a reforma agrária, tributária e fiscal, o aumento do comércio entre os países beneficiados, diminuir barreiras tarifárias, desenvolver a indústria por meio da iniciativa privada e

ampliar o intercâmbio cultural entre os países da América Latina no período de dez anos. Afirmava-se que o projeto possuía um grande potencial de desenvolvimento que viesse a “seduzir o imaginário dos povos latino-americanos, que se unificariam em torno de uma ‘mística’ de transformações significativas em suas próprias vidas e países” (GIL DA SILVA, 2008, p. 13). Fazer isso era evitar que desvios em direção ao Leste ocorressem.

A *USAID*, assim como o *Department of States* e a força-tarefa da APP eram compostos por intelectuais – políticos ou não – que, por meio da criação de programas para o desenvolvimento da América Latina difundiam e defendiam suas visões de mundo, de classe, de futuro. Muitos deles eram empresários do setor privado, entusiasmados com as possibilidades que a penetração do capital estrangeiro poderia lhes fornecer. A APP tinha um objetivo específico: garantir a salvaguarda destas visões, compartilhadas pelo alto escalão das forças políticas estadunidenses, sobretudo por seu presidente. Enquanto o plano era implementado, mesmo que vagarosamente, sem um ambiente circundante que variasse muito em sua estabilidade política, evitou o que ocorreria quase três anos após o seu surgimento: o apoio a um golpe de Estado perpetrado pelos grupos que defenderiam seus interesses. Estes interesses eram tão valiosos que sequer permitiam que os EUA enxergassem algumas possibilidades de negociação em certos casos.

Logo após a Revolução Cubana em 1959, Fidel Castro buscou junto aos EUA governado por Eisenhower um apoio financeiro para o desenvolvimento da América Latina aos moldes do que a APP ampliaria em seguida. Os EUA imediatamente rejeitaram a proposta, afirmando trabalhar com parâmetros diferentes dos sugeridos por Castro. A aproximação de Cuba com a URSS se deu depois disso, o que pode indicar duas coisas. Primeiro, que os EUA empurraram Cuba para os braços da URSS. Segundo, que a reparação pedida por Castro, sobre a qual se basearia a APP, era fundamental para evitar que outros países tomassem o mesmo rumo. Assim, podemos pensar que não foi necessariamente a Revolução que deu ímpeto à APP, mas a postura dos EUA frente ao pedido de Castro.

O líder revolucionário não era, a princípio, membro do Partido Comunista de Cuba e tampouco militante marxista. Embora tivesse leituras sobre o intelectual alemão e mesmo sobre Lênin, seu viés nacionalista não era decisivamente afetado por ambos. O Partido Comunista de Cuba, fundado nos anos 1920 por Anibal Escalante, Blas Roca e outros, ganhou força no início dos anos 1960 e com a fusão realizada entre as Organizações Revolucionárias Integradas e o Movimento 26 de Julho. Foi assim forjado o Partido Unido da Revolução Socialista Cubana que, em 1965, passou a ser denominado

novamente de Partido Comunista de Cuba. Este movimento consolidou a força de Castro e seu alinhamento com a URSS, seu direcionamento ideológico e a existência de um novo regime no país (PICHARDO, 1973).

A Revolução Cubana foi um processo que, como discutimos alguns parágrafos acima, buscou dialogar com os EUA e não encontrou mais do que a rejeição. Isto sem dúvidas conduziu Castro e seus companheiros no sentido do socialismo, mesmo que antes disso o movimento já tivesse características anticapitalistas e antiestadunidenses. O apoio soviético, que surgiu somente algum tempo depois da conquista efetiva do poder pelo Movimento 26 de Julho, enfatizou estas características e forneceu aos revolucionários os subsídios necessários para que se mantivessem em um contexto de grande proximidade geográfica com seus inimigos (SINGER; SMALL, 1974), que impuseram embargos dos mais diversos ao país – alguns deles perduram até hoje.

Ao mesmo tempo, é perceptível que a URSS vinha se esforçando para adentrar a América Latina desde o início dos anos 1950, tendo Cuba se tornado uma conquista neste caminho. Sob a liderança de Nikita Khrushchev, o bloco soviético planejou a ampliação de sua influência na região e chegou a se aproximar de outros países além de Cuba (FICO, 2008). O fato de a própria Rússia, Cuba e outros países socialistas terem soerguido novos regimes a partir de territórios pobres, essencialmente rurais e com capitalismo pouco desenvolvido, chamou a atenção do bloco soviético para a América Latina, onde a maioria dos países possuíam estruturas semelhantes. Por meio de técnicos, oficiais e comissões, a URSS buscou penetrar a região e, com isso, retirar dos EUA sua histórica influência sobre ela. Contudo, a documentação por nós analisada aponta para um outro caminho: o de que esta busca mais acirrada da URSS pela América Latina se deu a partir da Revolução Cubana, não antes disso.

Um rico relatório produzido pela CIA indica que a China também planejou e executou incursões à América Latina entre 1963 e 1967. O ponto central de sua convergência à região era a luta pela libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo, aos moldes do que ocorreu em Pequim décadas antes. Segundo o relatório, a principal preocupação dos chineses era se a evolução das táticas e das formas de militância revolucionária de movimentos e partidos comunistas, eram apropriadas ou não para as condições locais favorecendo a derrubada e substituição do regime existente⁷⁷.

⁷⁷ CENTRAL Intelligence Agenc. *The Sino-Soviet disput in L. A*, relatório de 15 de junho de 1967. Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification R, ESAU XXVIII, REPORT.

Com isso, os EUA mudaram profundamente a forma como financiavam a ajuda externa a outros países durante a Guerra Fria, pensando agora não somente no desenvolvimento ou reconstrução de países afetados por confrontos bélicos, deixando de lado também a ajuda militar imediata, mas agora pensando na transformação estrutural das sociedades. Dessa forma, as teorias da modernização almejavam ser escudos para os países do Terceiro Mundo contra marxismo-leninismo, nascendo em um momento de efervescência ideológica na busca pela ampliação de espaços de influência entre os dois blocos. A força destas teorias estaria em levar as nações pós-coloniais a um crescimento autossustentado em direção ao sistema capitalista global. A APP acabou por se converter em síntese de uma teoria metamorfoseada em forma de ideologia (LARA, 2019).

José Victor Lara (2019), nesse sentido, concorda com Michael Latham (2000, p. 05) quando este afirma que as teorias da modernização foram muito mais do que formulações científicas. Foram também ideologia, uma estrutura conceitual “que articulou uma coleção de premissas comuns sobre a natureza da sociedade estadunidense e de sua habilidade de transformar um mundo percebido como material e culturalmente deficiente”. Por essa razão, a teoria da modernização se assemelhava fortemente a teorias existentes antes, como a do Destino Manifesto⁷⁸. Da mesma forma, “como ideologia (...), a modernização refletiu uma visão de mundo por meio da qual as necessidades estratégicas e políticas dos Estados Unidos foram articuladas, avaliadas e compreendidas” (LATHAM, 2000, p. 08). Pode ser que a ideia defendida por Robert J. McMahon (1991), de que a maior parte dos estudiosos sobre as relações externas dos EUA situem o país de forma etnocêntrica em suas análises, em muito se relacione com esta perspectiva da modernização como ideologia.

O apetite pela modernização catapultada pela ideologia custeou a forçosa caracterização dos EUA como um país preocupado com a cooperação interamericana e, de fato, receoso quanto ao atraso dos países da América Latina. Os formuladores da APP entendiam que:

⁷⁸ Difundida no século XIX, a doutrina do Destino Manifesto era um esforço pautado em bases religiosas fundamentalistas que defendiam os colonos estadunidenses como salvadores dos povos atrasados, obrigados por um conjunto de normas morais a espalharem o desenvolvimento cristão, branco e anglo-saxão pela América. Esta doutrina estimulou em muito não só a expansão territorial estadunidense, mas as intervenções políticas e militares do país sobre os seus vizinhos, convencidos de que precisavam submetê-los a uma tutela adequada.

A Aliança Para o Progresso, é verdade, incorporou os princípios do Ato de Bogotá⁷⁹, mas foi mais além do que previa o Ato em direção a um novo conceito de cooperação interamericana. (...) A Aliança é baseada em um programa de desenvolvimento econômico de longo prazo, um programa para fazer crescer a capacidade produtiva, acelerar índices de crescimento e tornar permanente os bons padrões de vida. Canaliza um plano de desenvolvimento hemisférico com ao menos uma década de vida, que deve levar os países beneficiados ao crescimento autossuficiente⁸⁰.

Podemos auferir disto como estas teorias permitiram que no espaço de oito anos do governo Eisenhower, a perspectiva estadunidense para o Terceiro Mundo em geral tenha mudado de uma “relativa negligência para uma tentativa de trazer estas nações para o lado do bloco ocidental [da Guerra Fria]” (RIBEIRO, 2008, p. 333). Quando Kennedy assumiu, este terreno já havia sido fertilizado pelas teorias do desenvolvimento que, inclusive, influenciaram a narrativa jornalística que apresentava o Nordeste brasileiro como território assombrado pelo “fantasma do comunismo”. Sem isso não é possível pensar a Conferência de Punta del Este e o lançamento da APP.

A Conferência, convocada pelos EUA, se deu sob um:

novο elemento na confrontação bipolar: a Revolução Cubana. Seus movimentos iniciais também se deram anteriormente à administração Kennedy, mas foi a partir de 1961, que adquiriu contornos específicos da Guerra Fria. Junto com Berlim, a questão cubana tornou-se o principal problema dos norte-americanos no início da década de 1960, especialmente por se tratar de uma ameaça muito próxima fisicamente e que modificava os contornos da geografia da confrontação bipolar (NETO, 2005, p. 132).

Dessa forma, a atenção dos EUA se voltou com pressa à América Latina e a preocupação em subsidiar o desenvolvimento da região gerou uma convergência sem precedentes para conjugar esforços. Da perspectiva da segurança nacional estadunidense, a América Latina estava em segundo plano até 1959. Isto porque secularmente a região vivia sob a tutela política de um alinhamento pressuposto pelos EUA, não representando qualquer ameaça real como a que a URSS parecia representar na Europa. Além disso, ao

⁷⁹ Assinado em Bogotá, capital da Colômbia, em setembro de 1960, o Ato de Bogotá foi um compromisso formal estabelecido pelos Estados americanos para a cooperação interna entre eles, elevando as possibilidades de unidade regional, incluindo a presença marcante dos EUA. Teve como base a Operação Pan-Americana de JK, a qual os EUA destituiu de importância após utilizar o Ato de Bogotá como instrumento para controlar uma maior autonomia latino-americana.

⁸⁰ SCHLESINGER JR., Arthur. *Historical genesis of the Alliance for Progress*, memorando de 25 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:662114/>>.

contrário dos países da África e do Extremo Oriente, os países da região estavam livres e independentes há mais de um século e essas repúblicas se sentiam parte da civilização ocidental (PERKINS, 1961). Cuba parecia representar uma fissura nesta estrutura.

Podemos dizer que entre 1959 e 1961 houve uma guinada no foco de atenção dos EUA, mas antes disso já havia algum receio por parte dos estadunidenses quanto à América Latina e sua ânsia por independência em relação aos laços com a potência do Norte, como a revolta da Bolívia em 1952, levada adiante por Paz Estenssoro e forças políticas que lhe orbitavam, e, em 1954, a revolta ocorrida na Guatemala. Ambas, por caminhos diversos, se engajaram em mudanças estruturais nas suas sociedades, buscando autonomia e enfrentando o capital estrangeiro e sua influência por meio da nacionalização de empresas (BROWN, 1994).

Não podemos nos esquecer também de três acontecimentos anteriores à Revolução Cubana cujo padrão amedrontou os EUA, chacoalhando a força de sua tutela na América Latina. Carlos Castillo Armas, presidente da Guatemala, foi assassinado com um tiro na cabeça em 1957. Pouco antes, Jose A. Remón, do Panamá, foi morto em situação semelhante. Após ele, foi a vez de Anastacio Somoza, da Nicarágua, ter a vida interrompida por outrem. Os três presidentes eram não apenas entusiasmados amigos dos EUA, mas também agressivos anticomunistas que foram, num espaço de tempo muito curto, assassinados por militantes comunistas. O deputado Gardner Withrow instigou os seus colegas estadunidenses a ampliarem para a América Latina o macartismo a fim de ajudar os povos cristãos e democráticos a combaterem o comunismo (SCHOULTZ, 2000).

A visita do então vice-presidente Richard Nixon à região e a criação da Operação Pan-Americana (OPA) por Juscelino Kubitschek, no fim dos anos 1950, também sinalizavam para o exaurimento da paciência das forças políticas hemisféricas quanto ao desejo contínuo dos EUA de as manterem sob tutela. No primeiro caso, Nixon foi dura e publicamente rechaçado por movimentos populares antiestadunidenses, sendo necessário fugir pela Venezuela com a ajuda de tropas estadunidenses⁸¹. No segundo, JK, com a simpatia de outros líderes regionais, tentava colocar em prática um sistema organizado de cooperação para um desenvolvimento mais autônomo. Todos estes elementos combinados à Revolução Cubana somaram-se ao esforço estadunidense em se aproximar

⁸¹ O ocorrido ficou conhecido como *Operation Poor Nixon* (“Operação Pobre Nixon”).

da América Latina como nunca antes (MELLO E SILVA, 1992), desta vez por meio da APP.

Apesar disso, devemos ser enfáticos ao concordarmos com Sarah Sarzynski (2018) quando a autora diz que o Nordeste foi o primeiro alvo de dois dos programas de modernização pensados de maneira crucial na era Kennedy. A região recebeu 276 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento e os primeiros voluntários dos Corpos da Paz. Ambos tornaram crescente a presença dos EUA no Nordeste e colaboraram para impulsionar a única missão de assistência externa do mundo, até então, realizada fora da capital nacional de um país, em Recife. O Nordeste foi o palco dos primeiros testes para a APP atuar na América Latina.

Os primeiros esboços de uma APP voltada ao Nordeste do Brasil veio da chamada Missão Bohan, de 1961. Merwin Bohan era uma espécie de conselheiro para assuntos econômicos do *Department of State*, enviado ao Brasil para avaliar a situação estrutural do país e pensar soluções viáveis ao seu desenvolvimento. Já havia trabalhado mediando questões econômicas para os governos estadunidenses desde 1927, pela Secretaria de Comércio de Herbert Hoover. Chegou a participar de diversas tratativas da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Mesmo aposentado desde 1955, foi convidado por Kennedy para chefiar a missão que estudaria a situação do Brasil e do Nordeste brasileiro. Este adido econômico avaliou de forma bastante sólida o contexto nordestino, somando suas conclusões às de Leonard Wolf: era uma região sensivelmente problemática. O relatório de Bohan, conhecido como *Bohan Report* (ou *Northeast Brazil: team survey report*, seu nome oficial), foi entregue com certo atraso pois somente ficou pronto em 1962 (LARA, 2019).

O referido relatório definiu um plano para o desenvolvimento no Nordeste em cinco anos, subsidiado por 542 milhões de dólares. A promessa desta que seria uma ramificação particular da APP, era de que a renda per capita nordestina aumentasse cerca de 5% ao ano, prevendo uma redução dos desníveis regionais brasileiros em 55 anos. Contudo, a previsão para o Nordeste era menos otimista. O relatório previa uma revisão radical nos intentos do programa, pois estas mudanças somente seriam sentidas no Nordeste depois de três ou quatro gerações. Apesar disso, o relatório não considerava, de forma plena, que as condições sociais e econômicas vividas na região eram decorrentes das estruturas herdadas do processo colonizador, do exaurimento dos recursos naturais e das calamidades públicas, como as secas, resultantes desses processos. Para Bohan, o

problema estava nas condições primitivas do setor agrícola e a fragilidade das condições técnicas de trabalho (GUIMARÃES, 1962).

A princípio, a análise de Bohan peca em vislumbrar condições mais robustas de auxílio ao Nordeste. Previa a criação de chafarizes públicos ou cacimbas para amenizar o problema da estiagem. Os projetos deveriam ostentar a logomarca da APP, para que a população estabelecesse uma conexão com os EUA e sua benevolência. Postos de trabalho e de saúde também estavam no horizonte do relatório. A aprimoração das medidas a serem adotadas no sentido de consolidar mudanças mais substanciais nas estruturas do Nordeste, viriam somente após o diálogo entre os diplomatas e as forças políticas tradicionais nordestinas. Apesar disso, o *Bohan Report* previa:

O total da assistência financeira dos Estados Unidos da América para o empreendimento nordestino atinge US\$ 395.820.000 (80 milhões por ano). Tomando-se parte da proposta que afeta o Nordeste propriamente dito, torna-se necessária uma contribuição dos Estados Unidos de US\$ 245.820.000 (US\$ 50 milhões por ano, visto que 150 milhões – 30 por ano – são para deslocamento de emigrantes). Para conseguir realce, a contribuição dos Estados Unidos deve ser comparada com a que se espera do Brasil, ou seja, de US\$ 296.397.000 em cruzeiros, aos projetos abrangidos pela proposta da Missão. Esta contribuição conjugada Brasil/EUA no valor de 55% do Brasil e 45% dos Estados Unidos da América (GUIMARÃES, 1962).

Podemos observar, a partir de uma leitura simples deste trecho do relatório, que os EUA entrariam com uma menor parcela dos recursos a serem destinados ao desenvolvimento do Nordeste, devendo os governos brasileiros, intermediados pela Sudene, fornecerem a maior parte dos subsídios. Vemos também a previsão para os investimentos estadunidenses: uma quantia muito maior do que qualquer outro programa de desenvolvimento já pensado para a América Latina. Os empréstimos previstos, inclusive aqueles exclusivamente destinados à região nordestinas, somavam quantias estratosféricas para o período, o que simbolizava a urgência em modificar o panorama socioeconômico do Nordeste brasileiro.

Porém, como realizar esta modificação construindo chafarizes e postos de trabalho? Aos poucos, a APP se desvencilharia das propostas de assistência social imediata e pensaria mais cautelosamente em planos para fornecer condições de mudanças mais profundas. Os planos que visavam assistir as comunidades e não desenvolver de fato a região, seriam abandonados por uma perspectiva de soluções globais, que implicassem mudanças estruturais (GUIMARÃES, 1962). É neste momento que a APP deixará de

pensar o desenvolvimento somente pelo viés técnico de Bohan e assumir uma estratégia também ideológica. No final das contas, os dois caminhos seriam tomados pelo programa diante das imposições contextuais do Nordeste brasileiro.

Algumas destas imposições podem ser ilustradas pela avidez do desejo das forças políticas tradicionais do Nordeste em receber os recursos da APP. Como foi possível observarmos, o montante de recursos a serem mobilizados pelo programa era gigantesco ainda nas suas projeções iniciais. Era um valor altíssimo para a época e refletia a necessidade de os EUA imporem sua presença no Nordeste. As forças políticas nordestinas fizeram amplo uso desta urgência ao solicitar recursos para, supostamente, favorecer essa presença, escondendo assim a manobra que definia uma relação paternalista entre o bloco nordestino e os EUA.

Neste ponto, é necessário destacarmos um fato de significativa importância para o nosso trabalho. A pressão exercida pelas forças políticas tradicionais do Nordeste foi facilitada pela proximidade que tinham com os diplomatas estadunidenses, lotados em consulados erigidos em capitais nordestinas. Um dos principais consulados estadunidenses do Nordeste ficava em Recife e seu cônsul geral foi, na maior parte do período por nós estudado, Albert A. Rabida. Durante muito tempo, Rabida frequentou jantares das elites pernambucanas, inclusive dos fazendeiros da indústria canavieira. Sua relação com estes grupos facilitou seu convencimento e mesmo seu compadecimento com a situação dos latifundiários, por vezes aceitando discursos alarmistas por parte deles (ROGERS, 2010). O consulado de Recife englobava outros estados da região, atendendo necessidades de diálogo internacional não apenas dos pernambucanos. Por esta razão, é comum encontrarmos documentos do período redigidos em Recife, mas tratando de outras localidades.

São muitos os documentos nos quais existem relatos de conversas dos diplomatas estadunidenses com membros das elites nordestinas, latifundiários preocupados com suas posses, políticos conservadores e empresários lastimando a ausência de investimentos exteriores no país. Eram estes indivíduos, principalmente, que os cônsules ouviam. Nos esforços para conjugar os interesses da APP e o destas forças políticas, os diplomatas estadunidenses acabavam caindo em contradição. Afinal de contas, a APP se dizia pronta a abraçar uma ideia de aproximação com as classes mais populares. Contudo, como fazer isso se importantes membros da força-tarefa da APP, como Teodoro Moscoso, também embaixador dos EUA na Venezuela, estava mais atento às aflições das elites nordestinas do que às dos camponeses pobres (ROGERS, 2010)?

Os diplomatas aos quais estamos nos referindo, como já dissemos, tinham dificuldades em encarar uma ida às regiões mais remotas do Nordeste brasileiro, onde eles julgavam estar ocorrendo o cenário de uma convulsão social pré-revolucionária. Desconhecia, exceto por relatos de terceiros, as condições reais em que os camponeses nordestinos, da indústria açucareira ou do sertão, viviam. Da mesma forma, conhecia menos as verdadeiras estruturas das Ligas Camponesas do que os relatos repletos de alarmismos dos grupos que se sentiam ameaçados pela existência delas.

Por isso, qualquer análise sobre a pressão exercida pelas forças políticas tradicionais do Nordeste sobre os EUA para receber recursos da APP; bem como qualquer modificação no sistema do programa em decorrência disso, precisa ser compreendida a partir disso. Quando vemos os relatos dos documentos, nos quais os discursos dos diplomatas muito se assemelham aos das elites políticas ligadas ao setor agrário, devemos pensar nessa relação. Antes disso, devemos pensar no que precedeu a APP.

2.2. Os embriões da APP e o contexto de uma corrida acelerada pela América Latina

A OPA se iniciou em 1958 como uma “política de planejamentos baseados em estudos que identificassem os setores e áreas com as maiores deficiências, para depois ocorrer o investimento de capitais privados e públicos” (PASSOS, 2009, p. 03) de forma autônoma entre as nações americanas. Claro que tamanha autonomia, em meio à concorrência dos blocos antagônicos da Guerra Fria, poderia representar perigo aos interesses políticos e econômicos estadunidenses, por isso a APP foi gerada. Além do mais, como discutiremos como maior afinco no capítulo seguinte, a APP acabou por desequilibrar o pêndulo a favor de forças políticas locais no Brasil, às quais era mais interessante receber vigorosos investimentos estrangeiros do que aguardar pelos investimentos regionais.

A princípio, a APP surgiu como um meio para os EUA recuperarem respeito e prestígio entre seus vizinhos, além de administrar politicamente, sob suas diretrizes, os problemas de desenvolvimento dos países que, até então, buscava manter sob sua alçada. Na Conferência de Punta del Este, JFK discursa às elites políticas, de forma bastante superficial, os objetivos da APP prometendo mudanças substanciais nas estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos, na busca pela manutenção da democracia e da cultura ocidental. Era um passo em direção à “revolução sem revolução”,

promovendo reformas estruturais por meio de assistência técnica e financeira para se evitar a eclosão de movimentos revolucionários tradicionais (RIBEIRO, 2006).

Para as forças políticas situadas ao lado dos EUA na Guerra Fria, o discurso de JFK anunciando a criação da APP teria frustrado os comunistas que acreditavam em uma convocação à retaliação contra Cuba, acabando por instigar a cooperação e lembrando a todos os estadunidenses o “destino” e a “vocação” existente entre eles: a de desenvolver seus aliados. No Brasil, esta postura foi ovacionada pelos meios de comunicação da direita, simpáticos aos EUA. O Estado de São Paulo publicou uma matéria afirmando que:

as declarações de Kennedy foram mais do que parte de um fino discurso - foi a suposição sobre o posicionamento de um líder que   responsável pelo nosso destino comum e que compreende que homens e mulheres famintos não podem esperar por discussões econômicas ou encontros diplomáticos; suas necessidades são urgentes e sua fome descansa pesadamente na consciência de seus iguais... Concordamos inteiramente com o presidente americano: 'Progresso sim, tirania não!'”⁸².

Outros jornais como Diário de São Paulo e A Gazeta publicaram editoriais elogiando o presidente, ressaltando a importância da APP, exaltando o espírito de dependência e de paternalismo diante dos EUA e transmitindo a contrariedade quanto às ideologias “subversivas”. Isto porque a APP era propagandeada como sendo “baseada em um programa de longo prazo para aumentar a capacidade produtiva, acelerar os índices de crescimento e tornar permanente o crescimento dos padrões de moradia”. Previa “uma década inteira de investimentos para o desenvolvimento hemisférico, levando-o a um estágio de crescimento autossuficiente”⁸³. Logo, aproximaria os países da região às democracias capitalistas e afastava de vez qualquer ameaça soviética.

Tendo isso em vista, os EUA precisavam fazer com que o programa tivesse boa aceitação no Brasil, que deveria servir de modelo para o programa. Kennedy e Kubitschek, quando já era Senador por Goiás, chegaram a conversar a respeito da

⁸² COCHRAN JR, William P. *São Paulo weekly summary n. 90, week ending march 18, 1961*, relatório de 21 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 438, p. 07. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁸³ SCHLESINGER JR., Arthur. *Historical genesis of the Alliance for Progress*, memorando de 25 de setembro de 1962, p. 02. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:662114/>>.

necessidade de a APP ser bem sucedida no país, reconhecido pelo líder americano como o que mais crescia entre seus vizinhos do Sul. JFK insistiu em evocar essa importância, pedindo urgência de mediação ao ex-presidente brasileiro. Contudo, o primeiro reforçou ao segundo que a Aliança deveria “ser aceita por governos e pelo povo como verdadeiro esforço interamericano, não como mera assistência dos EUA”⁸⁴ para que superasse o sentimento antiestadunidense que permeava boa parte da sociedade.

Pensar a APP e seus objetivos é pensarmos porquê os EUA se preocupavam tanto com a investida de países soviéticos em áreas da indústria, serviços e tecnologia do Brasil, como mostram alguns documentos diplomáticos emitidos ao *Department of State*. O projeto pairava incisivamente sobre essas áreas, sobre a necessidade de fornecer estruturas para o desenvolvimento tecnológico atentando para o potencial da América Latina como fornecedora de matérias primas. Espalhar este tipo de estrutura era espalhar a ideologia estadunidense e assegurar a domesticação dos países beneficiados por ela. Na América Latina, a grande concentração de pobreza e de atraso nas relações sociais fertilizou o campo progressista, bem como as inclinações socialistas de alguns movimentos sociais (RIBEIRO, 2008). A APP respondia a isso, colocando os EUA na mesma disputa, um tipo de corrida comum ao contexto.

Essa disputa era interessante às forças políticas tradicionais brasileiras desejosas de que o país se mantivesse mais próximo dos EUA do que de qualquer possibilidade de sintonia com a URSS. Frederico Schmit, amigo pessoal de JK e assessor especial da presidência para assuntos internacionais, que mentiu ao ministro das relações exteriores do governo Goulart sobre o motivo de sua ida aos EUA em 1961, se reuniu com secretários do *Department of State* e questionou: "que importância vocês dão à possível perda do Brasil para o Mundo Oriental?", em alusão ao bloco soviético. Segundo ele, os EUA pareciam pouco preocupados com este fato e não compreendiam que o Brasil precisava de atenção especial nesse assunto, não atenção geral como a dada à América Latina como um todo. Isto influenciou sobremaneira a perspectiva estadunidense sobre o programa. Schmit afirmou ainda que o governo brasileiro, sob o comando de Goulart, precisava ser deixado de lado nesse processo visto que tinha se dedicado ao auxílio da

⁸⁴ MAY, Harbert K. *Alliance for Progress I*, memorando de 14 de dezembro de 1962, p. 01. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:843272/>>.

"cubanização" da região. Para ele, o governo brasileiro não percebia o problema e era incapaz de contra-atacá-lo.⁸⁵

Embora a associação de Goulart e seu gabinete a uma "cubanização" da América Latina seja exagerada, havia espaço para indagações quanto à presença de técnicos soviéticos na região, sobretudo no Brasil. O bloco soviético estaria, por meio de seus aliados, oferecendo ajuda aos estados do Nordeste brasileiro, região pela qual teriam interesse em disseminar sua ideologia. Os soviéticos, bem como a Alemanha Oriental, pretendiam fornecer ajuda em diversos setores, inclusive no desenvolvimento fabril de estados nordestinos. Outras contribuições viriam de países como a República Checa, a Polônia e a Hungria, por meio da perfuração de poços, irrigação e dinheiro para energia, tudo isso durante o governo de Jânio Quadros.

O próprio Quadros defendeu a vinda desses técnicos ao Nordeste do Brasil dizendo que era valiosa a "ajuda de outras fontes, embora não na proporção das nossas necessidades, mas na proporção necessária para melhorar nossa capacidade de trabalho". Declarou ainda, em nota emitida à imprensa, que para o Brasil era importante reforçar trocas com a URSS, pois tínhamos "algumas coisas a oferecer e muito a receber. A ciência, a tecnologia, os recursos acumulados pela corrida da URSS em direção ao progresso". Segundo ele, essa aproximação poderia "estimular o crescimento do meu país no momento em que o Brasil decidiu quebrar a rotina da miséria, da doença e da ignorância"⁸⁶. Defendia, assim, sua PEI, o não-alinhamento monolítico com as forças em disputa no contexto, recusava a relação unilateral com o ocidente.

A CIA, que há muito inspecionava a imprensa nordestina, informou ao *Department of State* que Mikhail P. Georgadze, chefe de uma missão soviética, teria oferecido milhões em recursos para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, além de técnicos para analisarem as regiões castigadas pela seca. Ao que parece, o interesse da URSS se mostrava muito mais institucional do que civil, ao menos de acordo com o que surge em relatórios como este. Pouco é detalhado sobre as ações externas dos comunistas nas Ligas Camponesas, por exemplo, se limitando ao possível contato de Francisco Julião com Cuba. Ainda segundo o relatório, reportagens de rádio e jornais, desde 1959,

⁸⁵ MARTIN, Edwin E. *The Alliance for Progress and U.S. Brazil Relations*, memorando de 29 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1027, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁸⁶ CENTRAL Intelligence Agency. *Soviet bloc interests in Brazil*, relatório de 20 de agosto de 1961). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT.

afirmavam que diferentes agentes de países ligados ao bloco soviético ofereceram ajuda para desenvolver o Nordeste, aplicando verbas e serviços técnicos, todos eles estudados ou solicitados pelo Brasil. Há relatos de que uma rádio em Recife reportou que em maio de 1961, “uma missão polonesa esteve na cidade para buscar meios de inserir a indústria polonesa na capital pernambucana. Os delegados poloneses teriam demonstrado interesse especial na indústria de pesca”⁸⁷.

Não era o tipo de auxílio que os EUA gostavam de ver chegar ao Brasil. Ao contrário, os formuladores da APP, em perfeita consonância com os chefes de Estado, gostariam de ver “investimentos particulares estrangeiros tomarem a forma de empresas mistas com capitais latino-americanos”. Pensavam que isso “não só reforçaria o princípio de associação já acentuado, mas também ajudaria a difusão mais rápida de técnicas modernas” (GORDON, 1962, p. 35), sobretudo no campo agrícola. A APP pressupunha a entrada de capital estrangeiro por meio de empresas privadas, que receberiam do projeto para auxiliarem no desenvolvimento do Nordeste.

Fazer a APP chegar ao Nordeste era muito mais complexo do que apenas ouvir os pedidos dos governadores e autoridades locais por meio da Sudene. Fazer apenas isto poderia abrir brecha para pedidos descabidos de dólares destinados a qualquer outro objetivo que não fosse o defendido pelos EUA. Por isso, técnicos estadunidenses vieram à região analisar a situação, embora estes técnicos pouco tenham se aprofundado no cotidiano dos sertanejos e das populações rurais como um todo. Houve, contudo, grande surpresa quanto à pobreza com a qual muitas pessoas conviviam e com as diferenças gritantes entre os latifundiários e trabalhadores rurais – extrema opulência e extrema miséria. De uma forma ou de outra, além deste problema os técnicos e a própria APP, após algum tempo, cederam estreitamente aos interesses das forças políticas regionais mais do que optaram pelas análises técnicas.

Pouco antes da renúncia de Quadros, Celso Furtado e o governo estadunidense discutiam o Plano Diretor da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste, pelo qual os EUA guardavam um profundo interesse. De acordo com Furtado, que foi recebido por Kennedy na Casa Branca, o plano tinha potencial para mudar radicalmente o Nordeste em três ou cinco anos, a depender de como os governadores e forças políticas regionais responderiam à sua urgente solicitação. O chefe da Sudene informou ao próprio JFK que a concentração de terras na mão de poucos no interior da região era um dos problemas

⁸⁷ Idem.

mais graves, tendo ele pensado em um plano de trocas com os latifundiários para que os trabalhadores pudessem conseguir espaço para plantar e desenvolver um novo mercado. Investindo na irrigação da indústria canavieira, Furtado acreditava em resultados frutíferos para as trocas necessárias à redução drástica da pobreza e das diferenças sociais no campo⁸⁸. Para os EUA, era uma boa estratégia impedir o crescimento do que pensavam ser a corrosão do Nordeste pelo comunismo. Até determinado momento, ainda no início das movimentações da APP, havia preocupação dos EUA quanto ao fato de seus investimentos parecerem meras e frágeis reações ao investimento tecnológico da URSS no Nordeste⁸⁹, embora este investimento não tenha sido tão opulento quanto imaginavam os estadunidenses.

Fred A. Orleans, um veterano de guerra e influente formador de opinião estadunidense, concordava com a iniciativa, mas a criticava por não ser mais severa quanto à imposição da necessidade de empresas privadas no projeto. Para ele, o potencial da APP era evidente, mas o investimento por ele compreendido como mais adequado, bem como a execução destes recursos, pareciam insuficientes para promover a iniciativa privada estrangeira em países como o Brasil. Ele contesta o fato de que os capitais pouco foram suficientes para que empresas que ajudariam no desenvolvimento de regiões pobres efetivassem suas instalações, culpando as limitações da APP por isso. Com isso em vista, Orleans estaria especialmente dedicado a mostrar como o "perigo comunista" se tornou uma realidade na América Latina, destacando a necessidade de uma ação imediata que impedisse o seu progresso e estimulasse, ao mesmo tempo, as iniciativas privadas como barreiras à narrativa ideológica soviética⁹⁰.

Defendendo que os países latino-americanos estavam muito mais identificados com a democracia liberal do que com o socialismo soviético, os formuladores da APP entendiam que os brasileiros preferiam o rumo da revolução passiva “às violentas revoluções de terror e extermínio” (GORDON, 1962, p. 41). Os primeiros esboços da

⁸⁸ WOODWARD, Robert F. *Call of Celso Furtado on the President*, memorando de 06 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0634. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁸⁹ CABOT, *Share concern on possible dramatic Soviet offer ...*, telegram de 01 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0647. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹⁰ JENKINS, Walter. *A Latin American Program, Reflecting on America's Political and Cultural Role in Latin America*, memorando de 22 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:663297/>>

APP são categóricos ao dizerem que o socorro financeiro estadunidense era imprescindível para conter uma revolução comunista. O teor deste alerta era enérgico, inflamado e desesperado, recomendando o provimento de recursos para “impedir que o pior acontecesse”⁹¹.

Havia, como sempre, uma preocupação geral quanto à situação do Nordeste. Um comitê formado por deputados nordestinos relatou a grave situação da fome na região que englobava áreas do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco, onde milhares de flagelados foram às ruas ameaçando pilhagens e invasões a supermercados, diante do aumento dos preços de itens básicos para a alimentação. Ao mesmo tempo, as tensões em torno deste problema somavam-se às tensões provenientes do assassinato de João Pedro Teixeira na Paraíba, principalmente após a passeata dos cinco mil em João Pessoa em 1962. Na passeata, poucos cartazes antiestadunidenses foram vistos, mas muitos pró-Cuba estavam presentes, sinalizando para uma crescente simpatia dos mais pobres à narrativa ideológica castrista instigada por líderes externos. Autoridades da esquerda foram enfáticas ao afirmarem que uma reforma agrária era necessária para apaziguar os ânimos na região e a APP precisava começar a agir com maior eficácia neste sentido⁹². O medo do avanço comunista era, sem dúvida, parte do âmago da APP.

Analistas estadunidenses da época, como os do *National Strategy Information Center*⁹³, viam a América Latina e mais especialmente o Nordeste do Brasil como “ocupante de uma posição especial no Terceiro Mundo” por ser “uma área com relativa maturidade capitalista, onde, no entanto, faltam as condições ‘objetivas’ e ‘subjetivas’ para uma vitória comunista”. Pensavam que revoltas armadas como em Cuba não haviam ainda ocorrido no campo “não por questões de princípio, mas apenas em razão das pobres perspectivas de sucesso e dos efeitos adversos que uma tentativa prematura de tomada do poder por meio das armas poderia acarretar para os interesses nacionais da Rússia”. Como

⁹¹ RABIDA, A. A. *A private view of current conditions*, memorando de 24 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 446. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹² BRASILIA Embassy. *The Northeast seeing from Brasilia*, memorando de 10 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1240. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹³ Fundada como uma organização não-partidária e não-governamental em 1962, a NSIC era uma espécie de *think tank* que reunia educadores, funcionários do governo, indivíduos da sociedade civil e do setor privado, para identificar, promover e implementar estratégias inovadoras que aumentassem a segurança e a qualidade de vida na sociedade estadunidense, investigando atividades soviéticas em diversas regiões e criando consenso nas sociedades ocidentais sobre a necessidade de combater o socialismo.

os EUA, a URSS sabia da necessidade de um “estágio de transição” para preparar as bases “políticas e econômicas para a reconstrução” de caráter social. Com isso, Moscou acreditava que a região deveria “primeiro passar por uma fase revolucionária de ‘democracia popular’ no caminho para o socialismo” (THEBERGE, 1974, p. 06). Os EUA compreendiam este estágio da sociedade brasileira e nordestina, porém com os olhos do capitalismo liberal.

Nota-se também, a partir dos anos 1950 e da morte de Stalin, uma nova forma de proceder da URSS em relação às suas estratégias globais, o que é visível pelo apoio dado a Cuba e aos investimentos feitos na América Latina, como os exemplificados mais acima. Além disso, Nikita Khrushchev, secretário-geral que sucedeu Stalin, denunciou os crimes de seu predecessor e impôs uma nova política estatal, menos repressiva e mais aberta ao dinamismo social. Apesar disso, foi o líder do país no período mais tenso da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, os países locais respeitaram a revolução cubana e não permitiram, mesmo com a insistência estadunidense, que os EUA interferissem no processo (FICO, 2008). Este respeito não foi comum acordo entre todos os países da OEA, nem existiu em defesa de qualquer ordem política soviética; apenas reforçava o desejo dos países latino-americanos de intensificar sua autonomia, compreendendo a necessidade de defender a autonomia de Cuba.

Prometendo autonomia e reformas, os discursos de John F. Kennedy quando do lançamento da APP se referiam à América como uma só, mas sob a tutela dos EUA, da força política com melhores condições objetivas de liderar o bloco americano e blindá-lo da influência soviética. O lançamento do projeto seguiu uma retórica que buscava promover o desenvolvimento e, conseqüentemente, a unicidade do território. A APP tinha características que delimitavam a necessidade de reforçar o anticomunismo, o que a limitava. Além disso, o projeto não foi unanimemente aceito na América Latina, sobretudo por essas limitações, pela burocratização excessiva e pela falta de autonomia dos governos em relação ao projeto.

Os políticos mais progressistas e inclinados à esquerda do espectro político tradicional, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, eram os mais críticos à iniciativa. Ambos entendiam que o programa desconhecia a realidade brasileira e, mais ainda, a nordestina e se caracterizava como um esforço genérico que não levava em consideração as particularidades regionais que, certamente, seriam entraves à APP. Para Brizola, cujo discurso antiestadunidense era mais enfático, o projeto se tratava de mais uma tentativa imperialista de controle do Brasil. Ao contrário dele, os principais jornais brasileiros,

geralmente dirigidos por liberais pró-EUA, defendiam o esforço e viam com bons olhos o interesse dos EUA⁹⁴.

A principal crítica das elites brasileiras à APP, de modo geral, era decorrente de uma percepção do programa como sendo incapaz de resolver a questão da industrialização. Parte dos críticos pertencia, segundo análises feitas pelos *policy makers* estadunidenses, à corrente das teorias do desenvolvimento. Segundo estes, o programa parecia se interessar muito mais na construção de casas e escolas do que num projeto de desenvolvimento industrial, interessante a estas elites fosse nas grandes cidades, fosse no campo, haja vista que grande parte da elite rural já se enveredava no caminho do investimento industrial apartado das suas indústrias rurais. Estas elites acreditavam que este fator era proposital e sinalizava para o interesse estadunidense no subdesenvolvimento do Brasil⁹⁵.

Para as elites industriais brasileiras, a compra de maquinário pesado para a industrialização seria mais efetiva do que os investimentos da APP destinados à construção de casas, escolas, saneamento, etc. Por um lado, esta opinião pode ser decorrente de um predomínio da força decisória do Sul-Sudeste já estabelecida naquele momento⁹⁶. Por outro, poderia ser uma resposta à insistente tentativa de representantes das forças políticas regionais do Nordeste em buscar financiamento estadunidense que ultrapassasse a Sudene o governo federal. Afinal, para os industriais do Sul-Sudeste investir em uma região em declínio seria pouco proveitoso. Seja como for, até o seu primeiro ano de existência a APP foi vista com desconfiança por diversos setores da sociedade, sobretudo por sua intencionalidade ameaçadora a estruturas sociais interessantes aos mais poderosos.

A APP, pensada para desenvolver os países da América Latina ao ponto de alcançarem minimamente o padrão das nações mais desenvolvidas dentro da lógica global do capitalismo, encontrou no Brasil – e pode ter encontrado em outros países – um

⁹⁴ ROSEWELL, E. M. *Inter-American affairs: the Alliance for Progress (Paraná)*, memorando de 29 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 987. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹⁵ HUMPHREY, H. H. *Political situation of Alliance for Progress in Brazil*, relatório de 06 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

⁹⁶ WALTERS, E. T. *Humphrey's report on Alliance for Progress*, relatório de 08 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

problema que se relaciona diretamente à sua constituição histórica. Tratava-se de um país ainda sombreado por estruturas sociais atrasadas, metamorfoses do antigo processo colonizador, mesmo que em algumas regiões este tipo de estrutura fosse mais resistente do que em outras. Era como se os EUA desejassem encaixar um projeto cujos impactos eram redondos em uma sociedade aonde se desejava um resultado com outro formato, positivo para seus interesses próprios e que não permitisse alterações muito bruscas. As adequações a este formato foram causadas pelas pressões de políticos brasileiros, como ficará em evidente em breve.

Os EUA sabiam que temas caros à APP, como a reforma agrária, eram tabus no Nordeste brasileiro, seu principal alvo, no início dos anos 1960. Para a elite rural, falar em reforma agrária era balançar fortemente uma estrutura social secular sobre a qual havia se edificado tudo que as sustentava. Para muitos, era como falar em comunismo, pois não haviam debates profundos sobre o tema anteriormente. Basta dizer que somente em fins dos anos 1950 as discussões sobre a reforma agrária começaram a existir com maior consistência, para compreendermos por que houve tanta resistência e desconhecimento sobre o tema, isolando as zonas rurais (SARZYNSKI, 2018). Este foi um dos problemas provocados pelos objetivos da APP, quando estes tocavam na diminuição das disparidades sociais tendo em vista afastar narrativas ideológicas que radicalizassem os mais pobres, movessem lutas camponesas e outros movimentos sociais, além de barrar o crescimento desses países em direção ao mercado global.

Celso Furtado, então diretor da Sudene durante o governo de Jânio Quadros, se referiu à APP da seguinte forma, ressaltando seu caráter superficial e reduzindo a comparação do programa com o Plano Marshall:

Surpreendeu-me que os membros da missão (...), que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA, não compreendessem o quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada (...) As autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras (...) para alcançar seu objetivo de ‘deter a subversão no hemisfério’ (FICO, 2008, p. 29).

A declaração de Furtado tem ao menos três objetivos. Primeiro, criticar a fórmula ofensiva da APP e seu caráter de urgência que transgredia a autonomia brasileira, ou assim parecia buscar proceder. Embora o projeto previsse o impulsionamento da autonomia dos Estados latino-americanos, destinando-se a “suplementar os esforços

latino-americanos e não substituí-los”, entendendo que “reformas significativas, nas nações democráticas, só podem vir de dentro” (GORDON, 1962, p. 31), o desconhecimento das peculiaridades do Nordeste por parte dos elaboradores causava a impressão de imposição, ou mesmo de subsídio em troca de apoio no contexto internacional.

Segundo, defende a si mesmo visto que desde os primeiros passos da APP Furtado era acusado pelas forças políticas regionais do Nordeste como entrave ao recebimento dos recursos estrangeiros. Chefiando o órgão que deveria dialogar com a *USAID* e mediar a proposta de projetos para o desenvolvimento local, muitas vezes era responsabilizado tanto pelos políticos nordestinos quanto pelos EUA pela lentidão nos processos de recebimento dos recursos. Os críticos insistiam que Furtado desejava apenas manter seu cargo e permanecer nas páginas de jornais como representante do proletariado, além de ser apontado como político inclinado ao comunismo, criando nova frente para líderes políticos como Francisco Julião e Miguel Arraes.

Declaravam que de forma alguma ele desejava resolver os problemas do Nordeste, mas apenas incitar ainda mais inflamação em uma área já bastante instável. Isto porque Furtado via no Nordeste uma administração econômica arcaica cujo exemplo maior seria a doente indústria açucareira, declarando que ela estava nas mãos de utilitaristas. Para ele, a planta da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste planejava, dentre outras coisas, promover reformas agrárias pontuais e a passos lentos, distribuir terrenos ociosos a camponeses e efetivar um programa de irrigação a ser pago por meio do fornecimento destes terrenos por parte dos latifundiários⁹⁷. Essa proposta, por mais próxima que estivesse dos aparentes planos da APP, era vista como ameaça pelos latifundiários e pelas forças políticas das quais eles faziam parte.

Em terceiro lugar, a declaração dada por Furtado se referia incisivamente à pressa estadunidense em barrar qualquer possibilidade de avanço do comunismo no hemisfério e a faceta anticomunista do projeto, encortinada por seu potencial modernizador. Esta pressa acabava justamente por ignorar os fatores próprios do Nordeste em sua busca por investir para conter novas Cubas, encontrando resistência em grupos políticos que defendiam um exame mais acurado da situação. Estes logo eram tratados pelos

⁹⁷ SMITH, W. S. *Increasing criticism of Celso Furtado*, relatório de 03 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 379. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

formuladores estadunidenses como pessimistas, inimigos dos EUA ou simpáticos ao comunismo.

A Folha de S. Paulo, jornal considerado amigo dos EUA, mesmo com uma recente troca em sua gerência, causou impacto ao mudar sua opinião sobre a APP. Anteriormente, quando o jornal emitia críticas sobre o programa, se limitava a dizer que os entraves à sua execução eram determinados pelo insucesso dos políticos brasileiros em definirem os projetos necessários para a captação dos recursos de ajuda externa. Contudo, em 21 de outubro de 1962⁹⁸, o jornal criticou severamente o plano argumentando que seu modelo ignorava o contexto brasileiro, quando este necessitava de um processo mais gradual e não de uma injeção cavalari de liberalismo. A burocracia estadunidense e seus pedidos surreais para a liberação de recursos seriam outro problema. Por fim, um editorial do diário afirmava que os investimentos da APP pareciam destinados a resolver problemas mais estadunidenses do que brasileiros, ao tentar recuperar a produção de itens de exportação comprados a baixo custo pelos EUA⁹⁹.

Esse seria, sem dúvidas, um dos maiores problemas da corrente americanista, que desde o pós-1917 se fortaleceu como modelo de desenvolvimento capitalista, numa busca do capital internacional por estabilizar as consequências das rupturas promovidas pela revolução bolchevique na Rússia. Essa corrente pensava fórmulas de empreender revoluções passivas nos países do Terceiro Mundo para protegê-los de levantes populares instigados por propostas revolucionárias mais radicais. Era necessário, de forma ampla e contínua, utilizar o modelo socioeconômico estadunidense em franca expansão no pós-Primeira Guerra para definir os rumos do sistema internacional, dando assim início ao crescimento do poder estadunidense em nível global (GRAMSCI, 2008).

A racionalização da produção pelo taylorismo¹⁰⁰ e pelo fordismo¹⁰¹ no início do século XX formaram as bases do modelo capitalista estadunidense de então. Sua estrutura

⁹⁸ A APP foi um programa que, de sua gênese até seu desenvolvimento, levou tempo para ser executado no Brasil e se metamorfoseou conforme o comportamento da política brasileira. Por isso, ainda em 1962 havia debates sobre as dificuldades para a sua devida implementação.

⁹⁹ BRADDOCK, Daniel M. *Weekly Summary n. 43*, relatório de 26 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0265. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁰⁰ O taylorismo é um sistema de organização do trabalho assim batizado por ter sido forjado pelo engenheiro estadunidense Frederick Wilson Taylor no final do século XIX, consistindo em disciplina científica de administração capitalista mais tarde. A lógica taylorista pressupõe atingir o máximo de produção e rendimento com o mínimo de tempo e esforço.

¹⁰¹ Termo criado Henry Ford no início do século XX para sintetizar o modelo de produção em massa e gestão criado e popularizado por ele mesmo.

forneceu subsídios a outros países do chamado Ocidente para uma reorganização do capitalismo diante da crise do liberalismo, reorganização que avançou com maior ímpeto após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, houve um esforço significativo em buscar no modelo estadunidense, ou, como colocado por Antonio Gramsci (2008), o modelo “americanista”, uma forma concreta de capitalismo a ser desenvolvido no hemisfério, acompanhado pela expansão da cultura política estadunidense. No entanto – e o desenvolvimentismo dos formuladores da alçada de Rostow mostraram isso -, havia um sério problema: os países subdesenvolvidos.

Nos anos 1960, as revoltas independentistas dos países do chamado Terceiro Mundo produziam pontos nevrálgicos dos embates ideológicos da Guerra Fria, visto que buscavam se desfazer das velhas estruturas que durante séculos vigoraram. Assim, nestes países, “tanto o nacionalismo quanto o anti-imperialismo pediam políticas menos dependentes dos velhos impérios [e também dos novos, como os EUA], e o exemplo da URSS oferecia um modelo alternativo de ‘desenvolvimento’” (HOBSBAWM, 1995, p. 342). Esse modelo atemorizava os EUA, que viam nestes focos de revolta, sobre os quais deveria incidir, chances de perder espaços de influência no globo como havia ocorrido em Cuba. E se, às vistas dos estadunidenses, o Nordeste se parecia tanto com a ilha caribenha, era possível que as lutas camponesas da região se comportassem como os revolucionários cubanos.

Em 1961, ao escrever para o ex-presidente Juscelino Kubitschek, JFK disse que;

Nenhum programa restrito demais a questões técnicas do desenvolvimento econômico pode responder de forma integral às necessidades das Américas. Apenas uma aproximação com o progresso econômico e a justiça social, baseados em uma ampla aceitação dos ideais fundamentais da política democrática e dignidade humana, pode esperar conseguir resolver as muitas doenças do nosso hemisfério e responder profundamente às aspirações de nosso povo (GOODWIN, 2014, p. 152).

O chamado “americanismo”¹⁰², diante deste contexto, buscou estimular nos países subdesenvolvidos o desenvolvimento necessário para que seu modelo de capitalismo e de democracia liberal fosse, antes de mais nada, passível de ser aplicado tendo como norte a

¹⁰² Entendemos por “americanismo” a narrativa ideológica do projeto de expansão do modelo social estadunidense, assim autoproclamado pelo imaginário coletivo da sociedade estadunidense insistir na ideia de reconhecer América como seu país. Nesta visão, o conceito de América sintetiza um único Estado. Contudo, não concordamos com a opção de chamar os EUA de América, por isso usaremos o conceito de “americanismo” apenas para nomear o que Gramsci (2008) examinou.

cultura estadunidense. Pois como nos mostra Antonio Gramsci (2008), países que não passaram por uma revolução burguesa liberal detinham entraves à aceitação deste tipo de modelo. Afinal, as antigas aristocracias organizadas em torno das sociedades de corte mantinham consideravelmente estruturas caras a esta forma de organização social, aceitando concessões ao modelo “americanista”, contanto que este não interferisse decisivamente na ordem aristocrática. As aristocracias do Nordeste sabiam que por meio desse modelo não ficariam de fora da dinâmica global do capitalismo, mas estabeleciam limites quanto à sua penetração total. Competir com estas estruturas foi um desafio à APP que, em boa parte dos casos, frustrou seus interesses e expectativas. No interior do Nordeste, onde o modelo “americanista” apenas arranhava a superfície das oligarquias latifundiárias, houve ainda mais dificuldades de penetração.

A primeira suposição inarticulada da tradição liberal, espírito do “americanismo”, é que a mudança e o desenvolvimento são relativamente fáceis de serem alcançados. De acordo com a perspectiva excepcionalista, essa suposição advém do fato de que desenvolvimento social, político e econômico foram relativamente simples de serem implementados nos EUA, como já dissemos, especialmente entre os grupos culturalmente dominantes. Portanto, qualquer nação que entravasse este desenvolvimento era considerada anômala ao que, como dito pelo liberal mexicano Benito Juárez, era o destino da humanidade: a democracia (PACKENHAM, 1973). Modificar isto seria um desafio nos anos 1960, a “nova fronteira” de JFK.

À sua própria forma, o Brasil tentava acompanhar a exponencial febre do desenvolvimento. O projeto de desenvolvimento urgente de JK teve Brasília como seu modelo exemplar. Era a planta da modernização brasileira. Foi criada para ser a base de uma sociedade que colonizaria a ordem social brasileira e transformaria as estruturas sociais do país sem qualquer convulsão social. Aqueles que não conseguissem se adequar à nova visão nacional, como o “pouco modernizado” Nordeste e sua população rural, continuariam marginalizados. O crescimento desse projeto modernizador inspirou cientistas sociais e outros a criar novas formas de ressaltar as diferenças regionais no Brasil.

Por meio de uma nova linguagem de indicadores e estatísticas sociais, poderiam substituir termos racistas por outros mais suaves, que ressaltassem o subdesenvolvimento sem citar fatores biológicos antes utilizados para justificar, de maneira bastante problemática, as situações precárias encontradas no Nordeste. Na imprensa e nos meios de comunicação em geral, esse processo foi acompanhado pelas descrições da miséria

que, em narrativas inflamadas, sintetizavam de forma bem genérica toda uma região (SARZYNSKI, 2018).

É curioso observarmos como o desenvolvimento no sentido da modernização levou as zonas rurais do Nordeste a se manterem estagnadas quanto às relações sociais, trabalhistas e produtivistas. O curso do crescimento industrial açucareiro, mais importante da região, aprimorou desde os anos 1920 as estruturas para a produção e escoamento do produto, o que demandava estradas, transportes, maquinário, mão de obra, entre tantas outras coisas. Porém, ao aumentarem a produção os latifundiários expandiram suas terras para garantir matéria prima, desapropriaram pequenos produtores, grandes reservatórios de água e áreas de vegetação foram contaminados ou devastados para abrir espaço a canaviais, entre outras coisas. Direitos e necessidades dos trabalhadores foram duramente deixados de lado (ANDRADE, 1994). Este era o Nordeste que o desenvolvimentismo estadunidense encontraria nos anos 1960, salvas as devidas proporções com o passado.

Por essa razão os formuladores da APP, a opinião pública e o *Department of State* entendiam que era necessário fazer o projeto funcionar a qualquer custo, mesmo não respeitando a autoridade da Sudene e do governo federal, com o qual estabeleceu uma queda de braço de Quadros a Jango. Nesse processo, é possível percebermos como a APP foi se adaptando ou contestando a ordem política brasileira, respaldada pelas forças políticas regionais do Nordeste e embarceirada pela Política Externa Independente brasileira.

2.3. A PEI e o inconformismo estadunidense com a autonomia terceiro-mundista

Quando San Tiago Dantas, ministro das relações exteriores de João Goulart, lançou o livro *Política Externa Independente*, cujo objetivo era explicá-la, a PEI já era a diretriz da diplomacia brasileira desde o curto mandato de Jânio Quadros. Embora o próprio Dantas, Afonso Arinos e João Augusto de Araújo Castro sejam creditados como formuladores da PEI, o próprio presidente da república foi um dos pivôs no planejamento desse modelo de política externa para o Brasil, acompanhando uma tendência que emergia entre os países do Sul. Talvez Quadros não receba o devido reconhecimento por ter se interessado em seguir o caminho da independência justamente porque o livro de Dantas ligava o ministro ao plano brasileiro para o cenário internacional perpassado pelos antagonismos soviético e estadunidense. Juscelino Kubistchek, a quem muito interessava

este tipo de desafio – chegando a executá-lo com menor força -, recebeu menos crédito ainda.

O ponto alto de mudança promovido pela política externa de JK foi o desencadeamento da OPA, em 1958, pois ela nasceu em um contexto altamente desfavorável das relações entre os EUA e a América Latina, com o governo Eisenhower, em seu segundo mandato, aprofundando a subordinação da região. Esta, por sua vez, encontrava-se em profunda crise econômica que levava à radicalização do populismo, dos nacionalismos e do antiamericanismo. Ao mesmo tempo, a URSS investia em uma frente política externa intensa que alcançava o chamado Terceiro Mundo, agora em disputa. Essa política ativa fez com que os EUA se voltassem com maior fervor à América Latina, sobretudo após a revolução cubana em 1959. Quando seu microscópio se voltou ao Brasil, as bases da PEI já haviam sido lançadas.

Antes disso, JK, em seu ânimo por enfrentar a influência da Doutrina Truman e do entreguismo ao qual ele mesmo recorreu em anos anteriores, estabeleceu as definições da OPA em uma importante ocasião: no Ceará, discursando ao povo, ao receber o título de Cidadão Cearense. Sua retórica naquele momento foi a da defesa da autonomia e da independência contra a precariedade e o abandono, como o que ocorria no interior do Nordeste. Segundo ele, estar próximo aos mais pobres e conhecer o panorama da América Latina o fez vislumbrar possibilidades de alcançar melhorias, devendo estas ser projetadas pelos países onde tais calamidades insistiam em acontecer.

Encontrando-se com um dos palcos do atraso estrutural brasileiro, onde persistia a pobreza endêmica, disse ser necessário, em prol da paz e das necessidades dos mais pobres, lembrar a OPA e sua existência “para a defesa do hemisfério, para a proteção de nossa existência de povo livre, dos princípios, direitos e convicções que julgamos de nosso dever salvaguardar”. Com isso, afirmava: “é impossível que não se tenham dado conta os países mais desenvolvidos (...) que nesta hora a única defesa válida do regime democrático, da segurança e do respeito à pessoa humana, consiste na erradicação da miséria”¹⁰³. Defendia que os países pobres da região necessitavam de ajuda que não poderia vir de outro lugar, senão de sua própria condição e da compreensão de que

¹⁰³ SHIELDS, Robert H. *Transmitting text of president Kubitschek's speech on foreign affairs at Fortaleza, July 15, 1960*, relatório de 21 de julho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 0213. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

possuíam uma história semelhante. Antecipava o que a APP defenderia dois anos mais tarde.

Se a OPA tinha como objetivo colocar o Brasil numa melhor posição nas relações com o EUA e esse país, por sua vez, não fornecia reais concessões ao Brasil, o fracasso desse objetivo levou o Brasil a romper com as diretrizes do FMI e assumir posturas mais multilaterais. As tensões internas decorrentes da crise econômica fortaleceram essa mudança de postura de JK. “O presidente sustentou (como Vargas também o fizera) que se os EUA não auxiliassem o comércio externo brasileiro e não investissem no país, o Brasil seria obrigado a buscar soluções noutras áreas” (VISENTINI, 2011, p. 227).

As tensões se agravaram com a Revolução Cubana e o argumento de que a pobreza gerava subversão e de que o desenvolvimentismo seria o melhor antídoto contra o avanço comunista. Num primeiro momento, os EUA passaram a uma política de endurecimento frente a ocorrências como a de Cuba, ao invés de preferir políticas que favorecessem o desenvolvimento dos países latino-americanos. Por isso, políticos como Leonel Brizola e João Goulart, ambos herdeiros da política varguista, denunciavam a falta de apoio das empresas estrangeiras no desenvolvimento nacional. Justamente por isso, dentre outras razões, Quadros buscava afastar as possibilidades de alinhamento unilateral em termos internacionais.

Segundo o próprio Dantas, a PEI era uma forma de fazer política que vinha “evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político militares”, sem contudo poder ser “confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição”, e que não desvinculava o Brasil dos “princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política”. Essa posição de independência deveria permitir que o Brasil buscasse, “diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea” com os objetivos que visava como Estado e “sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta” (DANTAS, 2011, p. 22), sempre respeitando os tratados firmados anteriormente.

Quando ainda estava em campanha, Quadros defendia a necessidade de atualizar da PEI, dar-lhe maior vigor, pois era vista por ele como sendo "vitoriana", antiquada, defasada. Ele explorou essa atualização como proposta para uma campanha oposicionista, afirmando também ser necessário ao Brasil amadurecer este tipo de política e reforçar sua soberania, inclusive não se alinhando às potências em duelo na Guerra Fria como havia feito JK no início de seu governo. Compreendia a importância de países recém-

independentes, inclusive da África e da Ásia - do chamado Terceiro Mundo - manterem sua autonomia, dando indícios de como pretendia guiar a política externa brasileira caso se tornasse presidente. No governo, não abandonou essa postura.

Ao ser perguntado por um entrevistador do jornal O Globo sobre a postura que tomaria diante de Cuba caso se tornasse presidente, Jânio foi categórico ao dizer que defendia a soberania dos países independentemente das convicções de seus líderes, contanto que eles julgassem a independência como norte, e não o alinhamento com um dos blocos proeminentes. Nesse caso, era importante destacar que Cuba ainda não havia se alinhado à URSS. Ele defendia que esta soberania deveria ser respeitada e frente a esses países não deveria faltar ímpeto para os negócios, aos quais o Brasil deveria se aproximar.

Sobre os emergentes países da África e da Ásia, Jânio julgava ser importante participar das reuniões organizadas por estes países na busca por soluções aos seus déficits e problemas estruturais. Concordava que o Brasil necessitava de soluções para o seu atraso em relação ao capitalismo mundial e culpava a diplomacia brasileira por não investir em uma aproximação com estes países legitimamente independentes. Pensava que em uma hora tão oportuna para usar o Brasil como exemplo de desenvolvimentos para estes países, sua diplomacia permanecia omissa.

Jânio ressaltou ainda que as disputas entre as grandes potências da Guerra Fria mais prejudicavam do que favoreciam os países subdesenvolvidos que, insistiu em dizer, não deveriam ser arremessados ao conflito. Era necessário, segundo ele, estimular a soberania desses países e, ao que parece, o não-alinhamento ressurgia como possibilidade de se efetivar isto. Na mesma entrevista, Jânio defende a construção de um Mercado Comum Latino-Americano aos moldes do Mercado Comum Europeu. Essa necessidade, comentou, se combinava com a importância de dar robustez aos países latino-americanos em seu desenvolvimento, novamente ressaltando a ousadia de seu projeto para a política internacional às vésperas da eleição.

Quando questionado sobre seu aparente nacionalismo exacerbado, Jânio defendeu que sua campanha era em muito alimentada por tal sentimento e que ele não discriminava seus adversários, apontando que mesmo eles tinham como objetivo comum o crescimento da pátria. Suas críticas se direcionavam apenas ao que chamou de “esquerdismo internacionalista”, questionando suas características não-nacionais e tendências

radicais¹⁰⁴, acenando para o alinhamento com princípios ocidentais. Como fica evidente, Quadros não desejava com a PEI deixar o Brasil à deriva dos interesses internacionais, mas colocá-lo em posição ativa diante do mercado global. Entendia que o alinhamento prejudicaria a busca do Brasil por independência e crescimento, pois naquele contexto restrições poderiam ser facilmente impostas pelos dois lados do conflito capitalismo x socialismo.

Em outra ocasião, ainda durante sua campanha, um discurso de Quadros foi registrado pelo segundo secretário da embaixada estadunidense no Brasil, Robert H. Shields, no qual ficou sabendo que:

Declarando-se “nem liberal, nem marxista”, ele [Jânio Quadros] observou que “a terminologia política à qual muitos continuam presos, na velha Europa, não possui mais o significado que possuía na história das ideias”. Os conceitos de “esquerda” e “direita”, ele disse, vem sendo modificados como um resultado da Segunda Guerra e da “explosiva evolução que tem ganhado espaço em nossos dias”. Por um lado, “partidos socialistas tradicionais da Inglaterra e da Alemanha tem modificado seus programas”; por outro lado, “são perceptíveis os saltos sociais à frente no Egito, Índia, Cuba e África baseados em ideários não definidos claramente”¹⁰⁵.

Na mesma ocasião, em um jantar em sua homenagem promovido pela revista O Cruzeiro, Quadros afirmou que “uma nação independente e soberana, o Brasil não necessita de lideranças internacionais de qualquer poder. Ela sabe onde seus interesses e direitos estão¹⁰⁶”. O que o então candidato e futuro presidente do Brasil queria dizer, seguindo os preceitos da PEI, era que o caminho a ser seguido por sua política doméstica seria o da contestação ao liberalismo desenfreado e às tentativas de penetração do marxismo, como deixaria claro San Tiago Dantas na Conferência de Punta del Este um ano mais tarde. Enfatizava a importância de ter a democracia representativa como norte, mas deixava claro que seu governo seguiria um padrão eclético onde pudesse, porém entusiasticamente comprometido com o hemisfério em termos de política interna, por mais que tenha expressado também seu desejo de abrir os portos do Brasil ao mundo, fosse para receber ou exportar, fosse de nações capitalistas ou socialistas. Assumiu um

¹⁰⁴ GLOBO, O. Jânio prega atualização da política externa. *O Globo*, 31 mai. 1960, p. 07.

¹⁰⁵ SHIELDS, Robert H. *Quadros defines his domestic and international political positions*, relatório de 28 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 0089, p. 02. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁰⁶ Idem, p. 04.

compromisso com outros Estados americanos, mas sempre destacando a importância e a relevância da autonomia e da ajuda mútua sem o intervencionismo das grandes potências.

Quando foi eleito e seu gabinete levou a cabo uma política externa guiada pela PEI, a imprensa brasileira e os formadores de opinião não pouparam críticas a Quadros por sua política dita omissão em relação a Cuba, bem como por seus "gestos cordiais" e acenos ao mercado soviético. Carlos Lacerda, companheiro de partido de Quadros, disse por volta de agosto de 1961, pouco antes da renúncia do presidente, que a política doméstica do então governo era excelente, um verdadeiro milagre. Porém, suas críticas à política externa classificaram-na como perigosa e errada. No entanto, disse que não acreditava que as relações com a URSS fossem necessariamente perigosas, visto que boa parte dos países a mantinha, não sendo uma exclusividade brasileira. Sua preocupação estava no fato de acreditar que o Brasil não estava internamente preparado para se defender contra o comunismo caso ele encontrasse espaço. Nesse caso, ele disse, "o Brasil não deveria trocar 'certos amigos por amigos incertos'"¹⁰⁷.

Veículos da imprensa alinhados ao bloco estadunidense como Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo rechaçavam abertamente o não-alinhamento. Para o primeiro, estabelecer relações com países como China não poderia trazer qualquer benefício ao Brasil visto que os chineses possuíam contingente, forças e amplitude política suficientes para submeter o Brasil se assim fosse necessário. Ao mesmo tempo, a entrada de Taiwan (República da China) nas Nações Unidas não era, para o jornal, sinal de que o país se alinhava com a democracia visto que outras nações integrantes das Nações Unidas também eram consideradas tiranas.

Já o segundo jornal disse que se as Nações Unidas desejavam manter países tiranos em sua organização, que ao menos impedissem a proliferação destas no mundo. Afirmava ainda que o perigo da aproximação do Brasil com o bloco soviético estava em seu subdesenvolvimento. Países como EUA, Inglaterra e França poderiam facilmente dialogar com os países socialistas pois seu grau de desenvolvimento não permitiria a penetração de "ideologias tiranas" em suas sociedades, o que, ao contrário, poderia

¹⁰⁷ COCHRAN JR. W. P. *São Paulo summary n. 07, week ending august 12, 1961*, relatório de 16 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 035. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

facilmente ocorrer no Brasil¹⁰⁸. Assim, a PEI representava um perigo e estes meios de comunicação reforçavam a necessidade de uma tutela estadunidense.

O Estado de S. Paulo manteve uma crítica incisiva à orientação da política externa brasileira e seus jornalistas declaravam não compreender por que o Brasil reestabelecia relações com os países do outro lado da Cortina de Ferro, visto que eles supostamente não cumpriam seus compromissos com o mercado brasileiro. Segundo o noticiário, o mercado comunista era independente e funcionava de forma alheia às leis do mercado comum estabelecidas entre países democráticos, como o Brasil. O jornal questionou ainda se o Brasil deveria “ter uma política de relações com todos os países do mundo no sentido de se tornar uma liderança sem colocar em risco nossa já fraca situação interna?”¹⁰⁹, uma indagação que nos parece um tanto contraditória. Explicitava-se assim a crise política brasileira e como a opinião pública entendia que ela poderia ser a fissura pela qual o comunismo adentraria, visto que parecia se aproveitar da vulnerabilidade e da pobreza estrutural latino-americana.

A desconfiança dos EUA em torno de Quadros crescia ao passo em que buscavam uma aproximação e reconheciam as dificuldades em definir uma relação unilateral. O meio mais eficaz para isso era o financeiro, por meio de empréstimos oferecidos pelos EUA ao Brasil como símbolo da busca por boas relações. Segundo o Subcomitê de Operações Estrangeiras e Assuntos Monetários da Casa Branca, o governo Brasileiro havia pedido cerca de 300 milhões de dólares como garantia de boas intenções estadunidenses para a região¹¹⁰, algo que pode ser francamente questionado visto que os relatórios estadunidenses sobre o governo brasileiro, tenha sido durante o comando de Quadros ou Goulart, tendiam a análises muitas vezes exageradas e estabelecer pressupostos incomparáveis. De todo modo, ao passo em que apesar de todo esforço estadunidense o governo insistia em manter aproximações com o bloco soviético – mesmo que num nível semelhante ao que mantinha com os EUA, ou em alguns casos até

¹⁰⁸COCHRAN JR. W. P. *São Paulo weekly summary n. 90, week ending march 18, 1961*, relatório de 21 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 483. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁰⁹ COCHRAN JR., W. P. *São Paulo weekly summary No. 85, week ending february 11, 1961*, relatório de 15 de fevereiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 680. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹¹⁰ SKOFIELD, H. T. *Letter from congressman Hardy*, memorando de 26 de junho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0525. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

bem menor -, os EUA colocavam os dois pés atrás. Este tipo de empréstimo nos revela também que antes mesmo da APP os EUA já se organizavam, mesmo que de forma menos coesa, para financiar países do Terceiro Mundo e preservar seus modelos econômicos e políticos.

Para Quadros, a questão era simples: o Brasil jamais se tornaria uma potência independente se abrisse mão do diálogo e das negociações com a URSS, visto que se tratava de uma das duas maiores potências globais em ascensão e em torno da qual dezenas de países e seus mercados orbitavam. As perdas, para o presidente, seriam maiores do que os ganhos e o não-alinhamento permanecia como fator decisivo para a soberania brasileira. De todo modo, a imprensa e seus dirigentes, além das elites empresariais do país, entendiam ser necessário uma atenção constante visto que o comunismo internacional, pensavam eles, tinha como objetivo a destruição das instituições democráticas. A questão é que Quadros, como ele próprio havia declarado, também acreditava nisso. Sabemos, assim, que a confiança desses setores no presidente não estava totalmente consolidada.

Talvez essa desconfiança, que se estendia à PEI, tenha resultado do comportamento de Quadros durante sua campanha presidencial e de sua postura diante de Cuba, como registram documentos da embaixada estadunidense no Brasil:

Como candidato à presidência, Quadros visitou Cuba em abril de 1960 e inicialmente verbalizou seu apoio afirmando não ter visto qualquer indício de infiltração comunista ali, tendo depois indicado desprazer em perceber que a revolução tomava um caminho diferente do inicial, ao ponto de representar perigo ao hemisfério. Em outubro, ele anunciou que se fosse eleito o Brasil assumiria uma postura de “absoluta independência” e renovaria relações com a URSS e os países daquele bloco. Ele novamente ovacionou Cuba em janeiro de 1961¹¹¹.

É provável que a atitude laudatória de Quadros a Cuba tenha sido muito mais no sentido da autoafirmação independentista do novo regime da ilha caribenha do que direcionada ao seu aparente alinhamento com a URSS, o que mais tarde viria a se concretizar. O fator Cuba era de tamanha importância no hemisfério que qualquer aproximação parecia maior do que o necessário aos que repudiavam a Revolução. Também era assustador a muitos setores da sociedade brasileira qualquer aproximação

¹¹¹ DEPARTMENT of State. *President Quadros' attitude on neutralism and Cuba*, relatório de 14 de maio de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668790/>>.

com o bloco soviético, pois o independentismo visto como neutralismo preocupava, já que a impressão que se tinha era a de que qualquer neutralidade hora ou outra poderia ser capturada pelo espírito socialista e substituída por sua narrativa ideológica.

O que se pode auferir sobre como a PEI foi conduzida durante os quase sete meses de governo Quadros, ao menos de acordo com nossa análise, é que o Brasil 1) assumiu uma política exterior mais afirmativa e relativamente independente, sem se distanciar por completo de diretrizes definidas pelos países do Primeiro Mundo; 2) permaneceu democrático, tanto quanto seu modelo de democracia permitia, e manteve o dever de contribuir a favor da redução das tensões internacionais, embora tenha contribuído para agudizar outras – como quando Quadros recebeu Ernesto Che Guevara em Brasília, condecorando-o com a Cruz do Cruzeiro do Sul; 3) seguiu estabelecendo aproximações vantajosas com países de ideologias divergentes e 4) se manteve leal ao sistema interamericano e buscou reforçá-lo.

No entanto, os EUA viam nas manifestações presidenciais sobre o cenário internacional passos perigosos que a qualquer momento poderiam fazer o país titubear e pender para o lado soviético. Esta desconfiança, no entanto, não condiz com a proposta da APP que, como vimos, zelava pelo crescimento autônomo dos países latino-americanos que, com a ajuda dos EUA, deveriam caminhar na direção da independência, fosse ela de natureza política ou econômica. A APP teve “o papel de apresentar os EUA como grande aliado para a superação da condição de subdesenvolvimento da América Latina” (GIL DA SILVA, 2008, p. 16), o que pressupunha duas coisas. Primeiro, que sem ela esse desenvolvimento não seria possível e, segundo, que frente à PEI era difícil manter o Brasil sob as asas dos EUA. O que se revela nesse fato é que a APP era, antes de mais nada, uma forma de manter o Brasil coagido a assumir um lado na Guerra Fria, pois se isso não ocorresse a orientação ideológica de seu Estado poderia ser tomada. Quando perceberam que isto poderia ser feito por forças políticas e partidos à direita, os EUA apoiaram o golpe civil-militar de 1964. Isto, contudo, não é nossa prioridade neste trabalho.

O que a APP propunha era uma “revolução controlada”, um contraponto à revolução socialista que abruptamente suspendia o modelo político que, de forma mais ou menos homogênea, prevalecia no hemisfério. Buscando assim interferir nos levantes sociais que emergiam na América Latina sob a égide nacionalista e anti-imperialista, a APP “desempenhou uma clara função ideológica, constituindo um importante instrumento de luta no combate ao comunismo e às esquerdas na América Latina” (GIL

DA SILVA, 2008, p. 17). Uma luta que seguia o perfil da “revolução pacífica” sublinhada por JFK como única forma possível de se manter a democracia liberal no horizonte dos países latino-americanos, levando às regiões pobres as soluções que, se não fossem apresentadas urgentemente, poderiam ser fornecidas pelo “inimigo”.

Por meio da PEI, o Brasil podia receber de países soviéticos mecanismos que amenizassem as demandas nacionais. Isso assustava os EUA. Naquele contexto, não era surpreendente. Tendo isto no horizonte, podemos afirmar, em concordância com Vicente Gil da Silva (2008), que se tratava a APP de um programa fundamentado pela necessidade de garantia da segurança nacional dos EUA, pois um domínio socialista na América Latina seria uma ameaça real de cerceamento geográfico, para além do meramente político. Ao menos era assim que o programa se apresentava na aparência, pois em sua essência prevalecia o impulso estadunidense de intervenção e contenção dos desvios de seus potenciais aliados.

Quando Jânio Quadros renunciou pouco menos de sete meses após haver assumido a presidência, os EUA se viram ameaçados. Embora não fosse muito bem quisto pelos EUA, Quadros era um político que parecia convergir uma força política que sinalizava muito mais para um nacionalismo conservador, ao invés de um progressismo com facetas radicais. Estas características, segundo os cônsules e o embaixador dos EUA no Brasil, pertenciam ao seu vice, João Goulart, tido como herdeiro varguista e associado partidário a Leonel Brizola, sobre o qual recaía a desconfiança de fazer alianças demais com a esquerda. Uma abespinhada crise política se estabeleceu no Brasil, consequência de um duelo entre os que defendiam Jango e os que acreditavam na sua posse como a entrega do Brasil ao comunismo. Até 1964, estava iniciado um cabo de guerra entre as forças legalistas e os ferrenhos opositores de Jango. Os EUA pareciam mais predispostos a se posicionarem entre os segundos.

2.4. A crise política brasileira a partir de 1961: João Goulart entre o presidencialismo, o parlamentarismo e a vigilância estadunidense

A história, como bem sabemos, possui como um horizonte utópico a verdade plena, a qual o historiador deve sempre buscar, mesmo sabendo que nunca chegará a alcançá-la em sua plenitude, compreendendo todos os seus meandros. Na história, a memória é disputada de várias formas e com vários interesses, muitos deles políticos, como o interesse pela memória do golpe de 1964 e de João Goulart. Carlos Fico (2008)

afirma que João Goulart possui, na história, uma visão mais negativa do que positiva daqueles que se colocaram a analisá-lo. Ao mesmo tempo, o ex-presidente é considerado um personagem esquecido se comparado a outros políticos como Vargas, JK e Jânio. Ficou marcado muito mais pela sua incapacidade de defender o Brasil do golpe do que sua atuação naquele cenário.

Quando Jânio Quadros anunciou sua renúncia em agosto de 1961, seu vice-presidente, João Goulart, encontrava-se em missão econômica na China comunista. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, fez uso da Constituição de 1946 para assumir o cargo interinamente sob a proteção de três ministros militares: General Odílio Denys, Brigadeiro Moss e Almirante Silvio Heck, respectivamente ministros da guerra, da aeronáutica e da marinha. Contudo, Goulart estava fora do país defendendo interesses brasileiros, o que levou parlamentares e parte dos militares a defenderem a legalidade de sua posse com o seu retorno.

De um lado, o comando militar tratava a posse de Goulart como inaceitável, dado o perigo que isto representava para eles: o retorno à política varguista ou mesmo um desvio em direção à esquerda. De outro, os legalistas lutavam a todo custo pelo asseguramento de seu direito constitucional e pela estabilização democrática. O Congresso rejeitou o veto à posse de Jango e, no fim das contas, o estabelecimento de um regime parlamentarista deu o pontapé inicial a uma nova fase da política brasileira. Isto somente ocorreu após longas negociações, com desdobramentos complexos, sobre os quais não discutiremos aqui. Basta alertarmos que o parlamentarismo buscava restringir os plenos poderes do Executivo.

Esta nova fase não tranquilizou os ministros militares. Expressaram em um manifesto as razões pelas quais temiam Jango, tido como uma ameaça à segurança nacional. Este já havia sido forçosamente demitido do ministério do trabalho de Vargas em 1954 por coronéis insatisfeitos com suas medidas. No referido manifesto, acusavam Jango de “ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a ‘agentes do comunismo internacional posições chave nos sindicatos’”, além de ter “enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China comunista” (SKIDMORE, 1982 p. 257). Não sendo unânime a posição dos militares, pois havia uma ala liderada pelo Marechal Lott que defendia Jango, o receio em torno de sua posse e de que as forças armadas fossem convertidas em exército comunista, por mais absurda que a ideia pareça, foi bastante inflado. Os comandantes militares do IV Exército relataram a oficiais dos EUA a preocupação que mantinham quanto à divisão que se fazia cada vez

mais evidente dentro da corporação. A divisão se tensionava conforme a posse de Jango se tornava iminente, acompanhada por uma crise econômica e institucional¹¹².

Dizemos que a ideia parece absurda porque Jango, ao contrário do que os seus detratores diziam, estava longe de ser um político comunista. Era, sim, um herdeiro do varguismo alvo da ojeriza de seus adversários e com forte apego ao sindicalismo, mas comunista era uma classificação no mínimo inapropriada. Qualquer postura que poderia ser vista como mais radical – exceto quando radicalizou seu discurso em 1964, tentando atrair o povo para defendê-lo – havia ficado nos anos 1950. O fato de ser um representante da antiga política varguista e um político muito próximo de Leonel Brizola, reconhecido por suas facetas estatizantes e nacionalizantes, acabaram cercando-o de uma aparência que não condizia com suas ações. O contexto da Guerra Fria, no qual tudo o que viesse a parecer minimamente progressista soava como comunista, certamente contribuiu para estruturar a visão dos opositores sobre as causas defendidas por Jango.

Para termos um exemplo disso, basta observarmos a diferença entre Jango e Julião a respeito da reforma agrária. A ideia do primeiro era muito mais limitada do que a do segundo, cuja proposta era muito mais radical, visando inclusive a restrição de grandes posses para uma só pessoa ou família. Goulart estava francamente interessado na democratização das relações entre camponeses e senhores de terra, mas contemplada por uma reforma fiscal e pela ajuda que a APP poderia fornecer neste sentido. Julião, por sua vez, era contrário a este tipo de relação, sobretudo a que aproximava Brasil dos EUA por meio de um programa como a APP (WELCH, 2010).

Somava-se a isso o fato de que a campanha legalista pela posse de Jango era defendida não apenas por um setor parlamentar e outro militar: nas ruas, jovens estudantes de esquerda, militantes dos partidos mais progressistas, líderes sindicais e intelectuais davam ao movimento cores enrubescidas demais para os olhos dos conservadores, da direita como um todo e mesmo dos EUA. Esses grupos se manifestavam alegando que a eleição de Jango a vice, tendo vencido nas urnas o candidato do partido de Quadros, Milton Campos, não fora incidental. Com isso, argumentavam que impedir a posse de Jango à presidência era “renunciar ao princípio das eleições livres, e repudiar milhões de

¹¹² DELGADO-ARIAS, E. *Military commanders of Fourth Army district and Second Air...*, telegrama de 09 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 418. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

eleitores brasileiros que tinham colocado Jango na posição que lhe dava constitucionalmente direito de assumir a presidência” (SKIDMORE, 1982, p. 259).

Em estados como Recife, a renúncia de Quadros gerou dupla apreensão. Tratava-se, como vimos, do palco de tensões sociais e de tensão em torno das eleições governamentais do ano seguinte, da qual Miguel Arraes dava sinais de que desejava participar. Aguardando declarações de Quadros sobre o ocorrido, muitos líderes políticos acreditavam que ele estava definitivamente fora, embora alguns profissionais vissem a ação como um blefe e presumissem que ele retornaria à presidência com mais poder. O comandante do VI Exército declarou na ocasião que as Forças Armadas estavam agindo com o objetivo de preservar as leis estabelecidas pela Constituição e a ordem. O medo era de que organizações comunistas se aproveitassem do momento de tensão, como Carlos Lacerda havia alardeado na Guanabara elevando as tensões e as expectativas dentro das forças armadas. A atenção era maior com os estudantes de tendência comunista e sindicatos de trabalhadores. Ambos eram observados atentamente e de perto pelo exército¹¹³.

O crescimento do apoio a João Goulart em Recife era crescente. Tal fato parecia, às vistas dos EUA, emergir entre os políticos de esquerda, movimentos antiestadunidenses e pró-Cuba. Já os políticos de direita rechaçavam Jango, chamando-o de intransigente com a Constituição e alguém pouco zeloso com os adversários. Os EUA previam pressão por parte da esquerda, resultando em agitações sociais, levantes políticos e crescimento das tensões, enquanto a efetivação de Jango não ocorria. O receio em torno dele era motivado pelas declarações soerguidas pelos militares com seu manifesto após a renúncia de Quadros¹¹⁴. A tensão foi tamanha ao ponto de que:

Aparentemente sob ordem militar, o governador de Pernambuco [Cid] Sampaio visitou Brasília para discutir com o presidente em exercício e ministros da guerra, marinha e aeronáutica possibilidades viáveis caso o Congresso seja dissolvido sob declaração de emergência nacional. Ele foi informado de que as forças militares se opõem violentamente ao sucessor Goulart com base na ideia de que ele certamente levará o país à extrema-esquerda em um curto espaço de tempo. (...) Ele

¹¹³ RABIDA, A. A. *Situation in Recife after Quadros resignation*, telegram de 28 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 154. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹¹⁴ RABIDA, A. A. *Public opinion on João Goulart*, memorando de 02 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 769. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

possivelmente irá organizar uma conferência com governadores do Nordeste como um esforço para apoiar soluções militares que garantam novas eleições preferenciais a conflitos constitucionais¹¹⁵.

Curiosamente, em uma transmissão televisiva feita pouco tempo antes, Cid Sampaio declarou que as dificuldades recentes enfrentadas no Brasil eram culpa de Quadros e que era a favor do governo constitucional, do qual Jango acabara de ser privado após um decreto feito pela Câmara por meio do qual foi submetido ao regime parlamentarista¹¹⁶. A posição dúbia e utilitarista de Sampaio em relação à crise política que se estabelecia é comprovada em outras ocasiões, em relação a questões diferentes. Porém, seu receio em relação a Goulart não era exclusivo e apenas simbolizava um sentimento coletivo compartilhado por setores específicos da sociedade brasileira e os oficiais do governo dos EUA.

Havemos de considerar também o fato de que a industrialização brasileira pensada por JK, modelada pela Instrução 113¹¹⁷ da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), e intensificada na década anterior, durante o governo JK, com intensa participação do capital estrangeiro, fortaleceu o empresariado estadunidense, ou seja, a comunidade de gerentes que “sobrepunha gradativamente a burguesia tradicional, influenciando cada vez mais as decisões do Estado, à medida em que a economia se internacionalizava”. Com isso, “a infraestrutura industrial, regida pelos trustes e carteis, tendia a subordinar a superestrutura do país à sua vontade” (BANDEIRA, 1978, p. 20). Ao mesmo tempo, a industrialização do Brasil robustecia a classe operária, cada vez mais importante nas disputas políticas institucionalizadas ou não. Qualquer governo que tendesse a aguçar os interesses da classe operária, como Jango já demonstrava se interessar em fazer, e minimamente negligenciasse as forças políticas da base econômica estrangeira poderia ser visto como uma ameaça.

A eleição de Quadros em 1960 foi um momento decisivo para a guinada de um equilíbrio de forças entre a classe operária, conciliada com JK por meio do PTB, partido

¹¹⁵ RABIDA, A. A. *Situation in Recife after Quadros resignation*, telegram de 28 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 154, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹¹⁶ RABIDA, A. A. *Cid Sampaio declares himself in favor of constitutional regime*, memorando de 04 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 822. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹¹⁷ Medida tomada ainda durante o brevíssimo governo Café Filho, permitiu a importação de máquinas e equipamentos com taxas livres de câmbio por investidores estrangeiros.

de Jango, e os representantes do capital estrangeiro à crise proveniente da própria forma como o desenvolvimento foi operado. O impasse que se manifestou com a eleição da dupla Jan-Jan, como dizia a campanha do presidente eleito, resultava das lutas entre as classes trabalhadoras inflamadas e as classes superiores, ambas em crescente espiral (BANDEIRA, 1978), embora haja muitas controvérsias sobre se houve uma possível articulação entre Jânio e Jango, ou se foi uma ação de base das duas campanhas. A vacância da presidência e a posterior ocupação por Jango poderia representar um desequilíbrio drástico neste contexto, pensavam as classes dirigentes.

Hugo Faria, presidente do Gabinete Civil e ex-Ministro do Trabalho, tendo substituído Jango após sua exoneração por Vargas em 1954, discutiu as simpatias ideológicas do novo chefe de Estado com a embaixada dos EUA no Brasil. Faria, também do PTB, declarou que Jango era, naquele momento, “essencialmente um moderado, mas que jamais abrirá mão de sua base popular, pois acredita que se assim o fizer abrirá um vácuo para extremistas como Brizola e Arraes”. Faria, em defesa de Jango, disse ainda ser capaz de ver “uma certa quantidade de esquerdismo popular nele, 'como uma espécie de vacina para prevenir uma doença assassina, o comunismo'”¹¹⁸. Defendia o já presidente e buscava a confiança dos estadunidenses.

Ocorre que quando Jango assumiu, ainda limitado pelo Parlamento, ele e o PTB estavam em minoria. O PSB, que havia ajudado a elegê-lo vice e tinha maior número de parlamentares, tutelava seu governo já bastante restrito. O Partido Democrata Cristão (PDC) formava o gabinete de conciliação junto à UDN. Com isso, Goulart buscou ser incisivo em medidas que lhe colocassem a favor da correnteza popular, atendendo a demandas nacionalistas para agrandar alas mais à esquerda, mediadoras entre ele e o povo, e assinou o estatuto rural, acenando para os trabalhadores do campo. Como consequência, crescia o temor por parte do capital estrangeiro, das classes dirigentes e da classe média brasileira, forças políticas tuteladas pela direita, ao menos no território nacional (FICO, 2008).

Frente às turbulências geradas pelas disputas entre as forças políticas dirigentes e as classes trabalhadores em ascensão, ficou claro que para as primeiras manterem a primazia de seus interesses sobre os das segundas, era necessário fragilizar o poder de

¹¹⁸ RAINE, Phillip. *The Goulart regime; Alliance for Progress*, memorando de 18 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1223, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Jango e minar o potencial radical dos movimentos sociais. Jango havia declarado que, por sua própria personalidade conciliadora, preferia a calma à crise, a amizade ao ressentimento. Contudo, sua estratégia de administrar, na medida do possível, as forças populares em seu entorno preocupava seus opositores em um contexto explosivo. Por essa razão, a maior parte dos afiliados à direita liberal ou conservadora preferia unir forças contra o presidente, seus cacoetes nacionalistas e sua suposta ideologia marxista ocultada.

Em Itabuna, na Bahia, um congresso foi organizado por lideranças e trabalhadores rurais, sob a coordenação do padre católico anticomunista Antonio Melo, rival declarado de Francisco Julião. O evento teve como objetivo movimentar e conscientizar os fazendeiros e trabalhadores sobre a necessidade de uma reforma agrária, de melhorias nas condições de trabalho e do apaziguamento das tensões no campo, intencionando cessar a violência. Essa proposta tinha como objetivo resolver o problema da iminente revolta camponesa, controlar os trabalhadores e dar-lhes o mínimo para recuarem, isolando as lideranças partidárias “agitadoras”. Uma Confederação Nacional de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi formada, visando à organização camponesa limitada por normas legislativas e evitando o envolvimento de pessoal externo. No congresso, o padre declarou seu ressentimento ao governo federal de João Goulart, que supostamente teria fornecido uma razoável quantidade de dinheiro para uma passeata das Ligas Camponesas em João Pessoa, na Paraíba, mas teria se recusado a colaborar financeiramente com aquele evento. Cerca de duas mil pessoas teriam comparecido¹¹⁹.

Embora a contribuição financeira do governo federal a uma passeata das Ligas Camponesas não passe de especulação, o presidente de fato atendeu ao evento. Porém, as expectativas em torno de uma possível guinada à esquerda por parte de Jango após sua visita à Paraíba pareciam não ter mais embasamento, visto que o presidente se conteve em discursar, inclusive para membros das Ligas, sobre as reformas de base. Inclusive, disse que a reforma brasileira precisava ser democrática e além de exprimir que as reformas dos países socialistas poderiam ser boas para eles, a brasileira necessitaria ser totalmente brasileira. "Embora tenha navegado em direção a uma postura mais moderada, o resultado da visita de Goulart foi um tapa nos latifundiários reacionários e um tapinha

¹¹⁹ WEINER, H. *First Farmers and Country workers of North and Northeast*, relatório de 25 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 062. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

nas costas das Ligas e elementos progressistas"¹²⁰, disseram os próprios analistas estadunidenses, respirando aliviados.

Se antes de tudo a participação de Goulart na manifestação parecia atrelar seu nome à defesa das Ligas, certamente tal impressão fora causada pela sua postura diante dos trabalhadores rurais e das lideranças progressistas ou mais inclinadas ao nacionalismo. Tendo isso sido amenizado pelo seu discurso na referida ocasião, a desconfiança em torno dele não cessava e sempre encontrava novas motivações, crescentes após ele ter apoiado a candidatura de Arraes em Pernambuco. Segundo examinaram os próprios estadunidenses, “o PTB do estado [de Pernambuco] apoiou Miguel Arraes como candidato a governador, alegadamente apoiado pelo próprio presidente Goulart”. Alertavam ainda para o fato de que Arraes agora tinha o apoio do PTB, PSB, PST, PSD, que deveriam “realizar convenção em breve para também firmar aliança a Arraes”¹²¹.

É fato que Jango deu considerável primazia à reforma agrária em sua campanha pelas reformas de base, tendo insistido na necessidade de modificar o sistema latifundiário sem, contudo, pensar nas suaves transições que os grandes proprietários de terra achavam necessárias. Em realidade, mesmo que houvesse uma caminhada em direção ao capitalismo em curso no campo, modificar a dinâmica das grandes propriedades era um problema. Não se tratava de um projeto agradável para os que perderiam, mesmo que muito pouco, fragmentos de suas extensas propriedades. E se Jango esboçou minimamente essa alteração, os militares deixaram claro a necessidade de preservar os interesses do latifúndio.

Isso se evidencia quando pensamos na promulgação do Estatuto da Terra, pelo governo militar, em novembro de 1964. Tratava-se de uma clara mensagem: impedir a proliferação e a intensificação do movimento camponês. Por mais que o texto da Lei 4.504 previsse a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura, ambos ocorreriam sob a égide industrial e patrimonialista dos grandes proprietários de terra. Quase nada do

¹²⁰ DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 05*, relatório de 30 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 740. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹²¹ DELGADO-ARIAS, E. *State PTB yesterday nominated Miguel Arraes for governor...*, telegrama de 21 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 649. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

que era previsto no sentido de transformações consideráveis no campo foi posto em prática. Com os camponeses contidos, o sistema existente se mantinha.

Embora o Estatuto da Terra ensaiasse a reforma, deixando os grandes proprietários de terra em polvorosa e se sentindo traídos – afinal, haviam apoiado o movimento militar justamente buscando barrar o reformismo -, acabou tendendo à união entre as características do desenvolvimentismo da APP e das diretrizes instituídas em Punta del Este, ao menos na teoria. Ensejava uma reforma que, no fluxo da transição iniciada a partir de 1964, passou por transformações até desembocar no texto final, aprovado pelo Congresso em novembro, deixando claro seu compromisso muito mais com a aparência do que com a essência da reforma. No fim, permaneceram os objetivos traçados pela APP para provocar uma “revolução pacífica” que, no fim das contas, não se efetivou, mas deu fim à agudização dos movimentos camponeses (BRUNO, 1995). Contudo, até lá a reforma agrária tinha apenas uma imagem cristalizada entre os latifundiários: aquela ancorada no socialismo.

Quando os militares chegaram ao poder em 1964, não houve uma ruptura imediata com as propostas de reforma agrária anteriores. Ao contrário, alguns elementos permaneceram e causaram receio entre os latifundiários. Contudo, as disputas pelo formato da reforma agrária, que tinham campo aberto desde os anos 1950, cessavam a partir daquele momento e se transformavam conforme o governo militar se organizava, o que não ocorreu de uma hora a outra. O Estatuto da Terra, que no máximo se alinhava ao projeto da APP, foi resultado disso (SALIS, 2008). Porém, devemos nos questionar se as mudanças que a lei sofreu não foram forçadas por forças políticas regionais enraizadas no patrimonialismo rural.

A modernização capitalista do campo, desejada pelos militares, mas já articulada antes da presença dos mesmos no governo, foi um projeto de Estado. Defendendo os interesses dos grandes fazendeiros historicamente, não é surpresa que o sistema fundiário tenha perdurado tanto. Mas, se antes de 1964 houve uma série de esforços na tentativa de reduzir as remessas de lucros das empresas estrangeiras, estivessem elas nas cidades ou no campo, depois houve uma abrangência da expansão destas empresas no campo e de seu interesse em subtrair dos produtos de exportação do lucro permanente. Assim, esta modernização pode ter crescido em termos estruturais, mas muito pouco em termos de desenvolvimento social. Ocorreu assim a chamada modernização conservadora (MOLINA, 2016).

O desenvolvimentismo modernizador estimulado pelos EUA reflete o meio no qual nasce: o da expansão dos ideais estadunidenses pelo mundo por meio de sua política externa. Isto, como fica claro, foi de suma importância nos confrontos ideológicos intensos do século XX. Desenvolver os países do hemisfério, no contexto dos anos 1960, era um método crucial para abater outros sistemas ideológicos quando eles surgiam como ameaça, e este é um caminho pelo qual podemos compreender como os EUA confrontaram estes sistemas. Provar a eficácia de seu sistema ideológico era uma necessidade e os projetos de desenvolvimento modernizador, como a APP, eram mecanismos para isso (EKBLADH, 2010). Assim, era preferível uma modernização conservadora imposta pelas nações em desenvolvimento do que uma arriscadamente progressista. Desta forma, os anseios dos camponeses ficavam novamente suspensos.

Diversas outras tentativas de reduzir as distâncias entre os camponeses e a posse de terras foram frustradas, ou por terem sido igualmente enviesadas ou por terem sucumbido ao sistema fundiário histórico. A Lei Agrária, de Afrânio de Carvalho, encaminhada ao Congresso em 1947 durante o governo Eurico Gaspar Dutra, era moderada e pouco efetivava mudanças consistentes na dinâmica da propriedade de terras. Acabou nem sendo votada. A Lei Fernando Ferrari, apoiada fortemente pela igreja católica, buscava aplicar um programa de mínima assistência aos camponeses, a fim de evitar sua revolta contra o sistema vigente; foi discutida à exaustão no Parlamento, até ser aprovada, com amplas modificações, treze anos depois. O populismo de participação, difundido por Vargas em sua segunda passagem pelo governo, esboçou uma ampliação da presença do Estado no campo por meio da proteção aos camponeses sem terra, embora não tenha conseguido solucionar o problema como desejavam os trabalhadores rurais (CAMARGO, 1986).

Em oposição radical a esse perfil, organizações como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – POLOP), sublinhavam a modernização pelo viés revolucionário de ruptura total com o capitalismo e sua dinâmica social. Sendo o resultado de um rompimento com o PCB, acusado vagamente de possuir um caráter revolucionário democrático-burguês, a POLOP era uma dissidência da ligação entre o PCB e o Cominform e se aproximou dos camponeses buscando definir um inimigo, eliminar o caráter individualista do camponês e destacar a insignificância da acumulação de capital no Nordeste, raiz do sobrepeso atirado aos camponeses da região. Com isso, pensavam como organizar o aprimoramento do desenvolvimento modernizador e incorporar os camponeses nesse processo (SECCO; PERICÁS, 2014). Era mais uma

razão pelas quais os EUA pensavam ser urgente se aproximar do Nordeste brasileiro, visto que a POLOP parecia ainda mais radical aos olhos dos analistas internacionais.

Havia ainda a PEI, endossada por Jango, no meio do caminho das expectativas estadunidenses para aplicar ajuda externa financeira e, de acordo com suas pretensões, atravancar as chances de o socialismo ganhar corpo no país. Cautelosos, os estadunidenses preferiam acreditar menos em Jango do que nas pessoas em seu entorno:

Em uma discussão sobre outros assuntos, o Ministro [das relações exteriores, San Tiago Dantas] descreveu a política externa brasileira como “independente”. Ele disse que se alguns brasileiros usassem esse termo porque pensavam estar descrevendo algo desagradável aos Estados Unidos, eles deveriam entender que um país com política independentista não é um problema para nós. Estaríamos contentes se todos os países seguissem uma política externa independente. Isso está em nosso caráter. Do nosso ponto de vista, ser independente não é empinar o nariz para os EUA. Se todos os países tivessem uma política independente, os EUA teriam a chance de também terem uma. Temos aliados e não satélites, nem temos a intenção de tornar outros países satélites. O ministro das relações exteriores disse que compreendia. Ele disse que o Brasil desejava uma política independente como a do Canadá ou Reino Unido¹²².

O que os *policy makers* estadunidenses pensavam sobre a PEI era que seu direcionamento não era, de fato, independentista, mas antiestadunidense. Apesar disso, preferiam buscar conforto nas alegações do Ministro e de outros políticos sobre a necessidade de direcionar a PEI para perto dos EUA. Havia um ressentimento quanto ao não alinhamento do Brasil, o que poderia descambar, segundo os cônsules e embaixadores, em movimentos que jogassem o Brasil no colo da URSS. Segundo o relator do documento, Jango não parecia ter a mesma clareza quanto a isso, pois toda a documentação produzida pelos EUA que trata deste assunto o caracteriza como alguém muito mais interessado em fazer acordos com o bloco soviético. Aludem à opinião pública brasileira que conjugava forças para declará-lo amigo dos comunistas.

Esta dita opinião pública estava convencida, pelos caminhos tomados em Cuba anos antes e pelo desenrolar da Guerra Fria, que a democracia brasileira estava ameaçada por forças comunistas e que os acordos de Jango com sua base política eram exemplos disso. O impacto da Revolução de 1959 e de seus desdobramentos se faziam presentes

¹²² WILSON, J. W. *Brazilian foreign policy and Goulart visit*, memorando de 04 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1007, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

com frequência, disse matéria do jornal O Globo em março de 1962. A síndrome do pânico da imprensa brasileira, ao menos entre os veículos liberais ou conservadores, era muito parecida com aquela existente nos EUA naquele momento, destacando assim um alinhamento entre elas.

O socialismo era tratado como desordem, como um modelo político imoral cuja sobrevida existia de forma obscura, sorrateira. Um trecho da matéria alerta para uma crise de representatividade no Brasil. Aponta ser necessário políticos fortes, ágeis e duros para combater a “subversão”, os problemas econômicos, domésticos, em aberta crítica ao papel de Goulart na presidência e em clara amostra da disposição que o veículo teria em apoiar os militares que o depuseram em 1964. A demagogia seria construída como um mal por si só, que detestava a democracia e os valores cristãos, uma força política naturalmente má e disposta a destruir o Brasil, fazendo regredir sua evolução socioeconômica no caminho do desenvolvimento.

As reformas de base para o país deveriam, ainda segundo a longa reportagem, vir após uma reforma moral por meio da qual a demagogia - leia-se o socialismo, a esquerda - seria banida. Somente sem ela outras reformas, como a agrária, poderiam ser levadas a cabo sem perigo de intervenções ditas ideológicas. Ou seja, recupera a narrativa defendida pelos EUA de que a “revolução pacífica” era o único meio de se chegar ao desenvolvimento no caminho contrário do soviético. A democracia é frequentemente vista como algo que somente pode se sustentar por meio de uma economia correspondente também é exaltada na matéria. Fica claro a cada parágrafo que o autor, em consonância com o jornal, acreditava que o Brasil vivia uma crise sem precedentes e que o socialismo estava logo ali, pronto para dar o bote e destruir a democracia. Alertava seus leitores para as “mentiras demagógicas” e como elas poderiam ser verificadas em reportagens, boatos, na ação de agitadores, devendo todos eles serem denunciados¹²³.

No Brasil, a crise política e o receio das forças políticas conservadoras ou liberais moderadas - que naquele momento se viam mais próximas do que distantes - de perderem seu espaço para forças progressistas, em um contexto de fermentação das lutas trabalhistas, dava de cara com a apreensão estadunidense de ter seus interesses e o de suas forças políticas comprometidos. Jango parecia a chave de mudança para um regime mais à esquerda tanto por sua tradição política, quanto pelo enviesamento de seu partido e de suas alianças entre 1961 e 1964.

¹²³ SMITHIES, J. T. Pelo Brasil, pelo seu progresso e pela felicidade do seu povo: contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia. *O Globo*, 27 mar. 1962, s/p.

Os EUA, entusiasmados e ansiosos com a possibilidade da penetração dos seus capitais privados na região por meio da APP, se interessavam na redução dos entraves ao auxílio externo e em mais muros ao socialismo. Sua visão sobre Jango, compartilhada por muitas forças políticas da direita brasileira, era influenciada pelo tabuleiro e pelos movimentos das peças no contexto internacional da Guerra Fria. Por isso, Jango virava um comunista a ser temido e qualquer um dedicado a políticas progressistas minimamente nacionalistas, também.

Quando em 1962 Jango revogou a Lei de Remessa de Lucros, como ficou conhecida a Lei 4.131/1962 – projetada ainda nos anos 1940 -, os EUA e seu aliados das classes superiores brasileiras entendiam que estavam sofrendo uma grave derrota. A partir de então, as empresas estrangeiras existentes no Brasil precisavam limitar as parcelas de lucro que poderiam enviar à matriz, fazendo com que porcentagens significativas de seu montante permanecesse em território brasileiro e fosse investido aqui. Caso as empresas remetessem lucros maiores do que o permitido, considerado retorno de capital, estariam violando a lei. O Estado brasileiro poderia multá-las, se esse fosse o caso. A chancela dada por Goulart foi reconhecida como uma vitória dos grupos de esquerda e uma derrota para empresários estadunidenses, inflando a imagem de comunista já atribuída a Jango.

2.5. O Brasil vai à Guerra Fria: como o país estava inserido nos planos estadunidenses para a manutenção de seu bloco

Quando observamos a documentação diplomática que narra a situação do Brasil no início dos anos 1960, sugestionada por uma visão específica sobre o contexto, vemos a todo momento um receio constante, quase paranoico e desenfreado, de que o socialismo pudesse se alastrar pelo país. Não era muito distinto do medo que as forças políticas conservadoras nacionais possuíam no Brasil. O ponto nevrálgico deste receio estava no Nordeste e se intensificou com a chegada de Jango ao poder. Se atentarmos para a narrativa destes diplomatas, notaremos evidências de que os EUA entendiam a Guerra Fria como consequência das ações soviéticas, se manifestando no sentido da defesa, nunca do ataque.

Grosso modo, os EUA culpavam os soviéticos pelas tensões do conflito por sua estratégia de expansão, que sequer era tão efetiva, embora tenha mostrado potencial com o alinhamento de Cuba. Havia claramente resquícios da corrente historiográfica ortodoxa estadunidense. Em meados dos anos 1960 e durante a década de 1970, a corrente

revisionista dos próprios cientistas políticos e historiadores engajados na análise da Guerra Fria constataria que os EUA eram mais do que meros expectadores, mas, obviamente, uma parte ativa do confronto, ao contrário do que pensava a maioria dos seus diplomatas. Ao mesmo tempo, a corrente ortodoxa soviética, chamada por seus formuladores de história oficial, atacava os EUA no sentido mais visceral (MUNHOZ, 2004).

Devemos compreender que os diplomatas estadunidenses, embora fossem indivíduos conhecedores das correntes historiográficas da época, nem sempre estavam de acordo com as mais destacadas correntes e, por vezes, preferiam seguir tendências mais particulares ao meio no qual transitavam e agiam. Para muitos deles, havia, de um lado, a verdade, sintetizada pela versão dos EUA e, do outro, a propaganda e a sedução comunista. Por esta razão era tão emergencial a ideia de uma “revolução pacífica”, como se o investimento econômico com meio de ajuda externa sintetizasse esta prática política. Como se o próprio JFK não fosse um entusiasta da Guerra Fria, que desejava ter como legado a dissolução do conflito com a vitória dos EUA, maior objetivo de sua administração segundo alguns analistas, o que acabou por tensionar os conflitos ao invés de dissolvê-los.

Tomemos como exemplo a sua atitude diante de Cuba, para fins de nossa análise. Durante a crise que sucedeu a revolução, a afinação do novo regime com a URSS, a invasão à Baía dos Porcos e a Crise dos Mísseis, JFK esteve, ainda como *congressman* e, depois, como presidente, ativamente articulado com os acontecimentos vislumbrando neles chances de demonstrar seu potencial de liderança. Ao chegar ao governo, expos todas as suas habilidades de liderança, seus recursos decisórios, seu gerenciamento para crises. Tendo sido intimado pelo seu antecessor, Dwight Eisenhower, a não permitir, sob nenhuma hipótese, a permanência de um “regime radical” no Ocidente, JFK deu chance a todas as possibilidades das quais dispunha, da sabotagem às tentativas de assassinato de líderes cubanos (GIGLIO; RABE, 2003).

Isso nos coloca diante de uma questão: os estadunidenses acreditavam que uma ameaça revolucionária concreta realmente pairava sobre a América Latina? A julgar pelos documentos aos quais tivemos acesso, a resposta é sim. Afinal, laudas e mais laudas de registros indicam uma narrativa, por vezes similar às dos melhores livros de ficção científica da época, de que a região corria perigo iminente de sucumbir aos soviéticos. Por isso, a APP se apresenta como arma de luta, uma fórmula para prevenir os

desdobramentos que os estadunidenses entendiam como catastróficos para sua política internacional.

David Ekbladh (2010) concorda que a APP era parte de uma confrontação agressiva endossada por JFK à emergência do “castrismo” na América Latina. O presidente estadunidense chamou os anos 1960 de Década do Desenvolvimento, seu país não deveria poupar esforços para ser o carro-chefe deste processo. Sua entusiasmada convicção de que a APP salvaria a América Latina do comunismo fez crescer entre os estadunidenses o mesmo entusiasmo, definindo novas perspectivas para a política externa do país especialmente após as criticadas medidas de Eisenhower neste âmbito. Kennedy buscava reassegurar a imagem da performance dos EUA na colaboração com o desenvolvimento externo como a de um barômetro para sua liderança global.

Isto nos revela, na mesma proporção, a força do envolvimento de JFK e dos EUA em relação a Cuba quanto o que a APP velava: o desejo incontido de bloquear o socialismo na América Latina e de remediar possíveis tomadas de decisão mais incisivas do presidente estadunidense, num momento em que, como ele disse, estávamos à beira de um precipício do qual não podíamos mais retornar. Certamente, a derrota em Cuba com o fracasso de sua invasão apoiada por milícias anticastristas freou seu ímpeto mais visceral de desafiar seus inimigos naquele contexto. Contudo, havia no Brasil uma sucessão de crises que obrigavam os EUA a não resguardarem seu envolvimento e não fecharem os olhos para qualquer possibilidade.

A reforma agrária pela qual Cuba passou após a revolução significou uma profunda alteração na participação dos EUA em seu território. Como muitos cubanos, antes mesmo de 1959, Fidel Castro culpava os EUA pelo atraso social e econômico em seu país, sentimento que ele e seus camaradas conseguiram canalizar. A reforma agrária que o novo governo instituiu, prioridade levada a cabo nos seus primeiros meses, deu o tom das relações com os EUA a partir daquele momento. A atitude causou espanto entre os estadunidenses por ter soado como um ataque antiestadunidense e de viés comunista, antes mesmo da aproximação soviética. Para os estadunidenses, qualquer coisa que soasse demasiadamente emancipatório e nacionalista tendia a ser classificado como comunismo (GIGLIO; RABE, 2003). Numa era de disputas ideológicas, era com esse filtro que o capitão do bloco ocidental observava o mundo. Além dele, o vetor das intervenções estadunidenses estava associado à desapropriação de empresas *yankees* em outros países. Estas desapropriações eram frequentemente atribuídas a políticos de esquerda.

O fato é que o Partido Comunista Cubano sequer havia dado apoio a Castro antes dele tomar o poder. Seu movimento nacionalista não era visto dentro do país como um movimento socialista, embora desejasse reorganizar a sociedade pensando em estruturas menos distintivas e mais preocupadas com os trabalhadores. Por isso, naquele contexto, muitos observadores enxergaram como previsível a aproximação do regime com a URSS. Isto fez com que Castro fosse visto como uma ameaça antes mesmo de chegar ao governo. Quando o fez, os esforços da CIA em avença com as ambições do *cold warrior* JFK chegaram a caminhar no sentido de não apenas forçar a deposição de Castro, mas mesmo de assassiná-lo. Claro que, antes disso, Castro era visto como uma força modernizadora, o que mudaria depois da aliança com os soviéticos (GIGLIO; RABE, 2003). Tratava-se de um episódio tenebroso para os EUA e conforme o regime cubano avançava, a situação na América Latina ganhava cada vez mais contornos sinistros.

Não podemos pensar na avassaladora campanha estadunidense na América Latina do início dos anos 1960 sem pensarmos no que sucedeu o fim da Segunda Guerra Mundial, especialmente no desejo de potência dos EUA para além do embate com a URSS. Com o fascismo derrotado institucionalmente, o foco da guerra mudava para o combate ao comunismo, para o qual os EUA não mediriam esforços. As teorias do totalitarismo colocavam o regime soviético no mesmo terreno dos regimes fascistas pelo seu poder de arregimentação da sociedade em torno do Estado, convencendo-a da necessidade de defendê-lo e submeter-se a ele em troca de defesa e de sentir-se parte de um todo homogêneo sempre pronto a combater um “inimigo”, fosse ele o comunista, o liberal, o judeu ou o burguês. Evidentemente – e um debate muito profundo sobre isto agora nos faria perder tempo demais -, as teorias do totalitarismo visavam motorizar e justificar a luta estadunidense contra a URSS, alegando que o mal representado pelos fascistas não havia sido destruído. Não se tratava, contudo, de regimes idênticos visto que a razão de ser dos fascismos era, fundamentalmente, combater o comunismo ao qual reagia, que pavimentou o caminho para a sua existência. Ceder ao conceito de totalitarismo é aceitá-lo como desejava os EUA, ignorando mesmo a história.

Não nos arriscaremos a adentrar no debate em torno de tal conceito. Devemos nos ater ao fato de que a APP foi produto deste momento e das investidas estadunidenses em expandir sua visão do mundo, a qual encontrou obstáculos na estrutura sócio-política estabelecida no Brasil, mais ainda no Nordeste. Nos adiantando brevemente na análise que faremos no capítulo seguinte, onde defenderemos nossa tese, devemos ter isso em mente: a APP definiu a peculiaridade das relações Brasil-EUA pela forma como agiu no

Nordeste, ao passo em que encontrava facilidades e problemas. Era um instrumento de implementação não de um desenvolvimento virtuoso, mas do crescimento de sociedades atreladas ao que Gramsci (2008) chama de “americanismo”, mas não necessariamente idênticas aos EUA.

O presidente JFK compreendia a importância disso e, apesar das investidas violentas cogitadas para eliminar líderes cubanos, via o “problema cubano” de forma relativamente racional desde que era senador ao criticar a administração Eisenhower por apoiar o regime de Fulgêncio Batista. Para ele, Castro poderia ter tomado um caminho menos distante do bloco ocidental se os EUA não tivessem apoiado Batista por tanto tempo e de forma tão acrítica (GIGLIO; RABE, 2003). Meses antes da queda de Batista, os EUA se viam às voltas com a possível vitória de Castro diante de um esgotamento do regime existente. Os estadunidenses compreendiam a necessidade de elaborarem um plano para criar alternativas tanto ao *status quo* (sem afetar as elites) quanto à revolução próxima de se concretizar. A busca desesperada dos EUA em evitá-la acabou não surtindo efeito.

Dwight Eisenhower viu como uma das melhores alternativas para combater o poder sedutor da revolução, além de um esforço conjunto para sabotar o governo de Castro, isolar Cuba em termos de influência. Antes mesmo do embargo econômico promovido pelos EUA, o presidente articulou uma forma de retirar do poder aliados de Castro como Rafael Trujillo, da República Dominicana, com receio de que o país fosse influenciado pelo ocorrido (SEWELL, 2016). Quando chegou à Casa Branca, JFK não abandonou os planos do seu antecessor de derrubar o regime castrista a qualquer custo, mas aliviou sua retórica e acortinou suas práticas de forma a deixar aparente apenas aquilo que causasse boa impressão. A APP foi elaborada desta forma: não escondia as intenções de expansão do americanismo, mas tratava como um interesse comum na América Latina, preferível a qualquer tipo de socialismo. Aliava-se a isto a obsessão de Kennedy em derrubar Castro, um dos pontos que justificavam a alcunha de *cold warrior*.

Por esta razão, a PEI, como vimos, impediu uma disseminação mais incisiva da influência estadunidense no Brasil. Da mesma forma, a postura do país na conferência de Punta del Este assustava os EUA. A chegada de Jango ao governo, também. Esta sucessão de fatos incomodava os EUA que a qualquer custo buscava fortalecer seus laços com a direita mais conservadora, com a direita liberal e com a população brasileira em geral frente a um momento de intenso antiamericanismo. Por isso, era importante conhecer o

clima nacional em relação a questões da Guerra Fria, como Cuba e as medidas dos EUA em torno da revolução.

O bloqueio definido pelos EUA a Cuba foi, aparentemente, bem recebido no Brasil pelas forças políticas mais tradicionais, setores conservadores e elites liberais. Em contrapartida, foi radicalmente reprovado por forças políticas mais progressistas. Tratava-se de uma consequência dos desdobramentos iniciados com a conferência de Punta del Este. Apesar de fortes manifestações contrárias à medida, alegando que ela afetava a autodeterminação de Cuba, personalidades e políticos brasileiros em sua maioria destinaram aos consulados e embaixadas estadunidenses no Brasil telegramas e mensagens de apoio ao presidente Kennedy. Há relatos ainda de que transeuntes chegaram a parar estadunidenses nas ruas para apertar suas mãos, pelo puro desejo de cumprimentá-los diante da situação. A maioria das mensagens emitidas ao presidente dos EUA se referiam ao bloqueio não apenas como uma medida de interesse estadunidense, mas como algo necessário para a segurança de todo o hemisfério. O governo brasileiro, imbuído pelas diretrizes da PEI, não via o bloqueio com satisfação. Diante da impopularidade estadunidense na América Latina, devemos criticar essa dita ampla aceitação por parte do povo brasileiro.

Havia entre os analistas estadunidenses uma preocupação em descrever este sentimento com bastante emoção, chegando a relatar que “o grande sentimento de orgulho e amizade em relação aos EUA foi equivalente apenas ao desprezo e repulsa ao presidente Goulart e ao Primeiro Ministro Hermes Lima”, uma vez que estes teriam adotado “posicionamento equivocado quanto ao bloqueio” e falhado “em manterem-se ombro a ombro com os EUA neste momento de crise”. Neste sentido, enquanto Goulart e Hermes Lima eram “profundamente condenados” pela própria população brasileira por fazerem “um jogo duplo usando sua política doméstica em um momento de grande seriedade” havia “um sentimento geral de que na eventualidade de um conflito armado o Brasil deve se posicionar ao lado dos EUA”¹²⁴. É necessário considerar que essa é a percepção da diplomacia estadunidense. Há princípio, antes de Cuba se alinhar com a URSS, havia simpatias ao regime em parte significativa da população.

¹²⁴ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly Summary n. 18*, relatório de 01 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0331, p. 02. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Ao mesmo tempo, manifestações favoráveis a Fidel Castro e contrárias aos EUA ocorreram em diversas cidades do Brasil sem que houvesse registro de violência, exceto em Recife onde manifestantes teriam atirado pedras nas janelas do consulado dos EUA. Luiz Carlos Prestes e Francisco Julião estariam entre os líderes envolvidos nas manifestações, descritas pelos estadunidenses como pouco significativas. As demonstrações eram compostas predominantemente por jovens estudantes de tendência comunista e “nacionalistas-comunistas extremistas”, uma das classificações peculiares que os estadunidenses usavam para definir a esquerda e seus militantes. Alguns nomes da UDN, como José Sarney, repudiaram as manifestações¹²⁵.

Quando as manifestações de apoio a Cuba vinham do Nordeste, o receio dos estadunidenses era maior. Uma declaração de apoio a Cuba e de repúdio aos EUA publicada na imprensa pernambucana gerou incômodo no cônsul A. A. Rabida, que prontamente emitiu um parecer sobre a situação ao *Department of State*. Assinado supostamente por diversas personalidades comunistas, entre políticos e trabalhadores, a declaração repudiava eloquentemente as incisivas tentativas de penalização do regime cubano tentadas pelos EUA por meio da OEA, bem como dos seus esboços para uma intervenção armada no país. O documento apoiava a necessidade de Cuba ter autonomia para governar seu povo livremente. O relator aponta uma curiosidade: Miguel Arraes, prefeito de Recife, não assinou a declaração. Segundo o autor do texto, este fato seria motivado por uma tentativa de Arraes se desvencilhar de aproximações diretas com o regime cubano, a fim de estabelecer bases eleitorais mais consistentes no Brasil, atento às eleições em 1962¹²⁶.

Ao mesmo tempo, pouco depois disso, um artigo publicado na imprensa reportou que o Conselho Municipal de Jaboatão, uma pequena cidade há poucas milhas do sul de Recife e certa vez chamada de “pequena Moscou” pela direita conservadora (alegando que na cidade havia muitos comunistas), aprovou em 18 de setembro uma moção feita por Evanildo Melo e Nélio de Almeida Cruz para que se registrasse um protesto veemente dos membros do conselho contra a “imprópria, injusta e intrometida orientação de Fidel

¹²⁵ CABOT, J. M. *Small pro-Castro anti-US public demonstration*, telegram de 19 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 521. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹²⁶ RABIDA, A. A. *Declaration on Cuba published in Recife*, telegram de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 465. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Castro nos assuntos internos de nosso país, tendo o mesmo conselho considerado na mesma reunião este cidadão cubano como persona no grata em Jaboatão”. Isto se referia especialmente à convocação do líder cubano para levantes armados durante os eventos políticos no Brasil, algo que, segundo os autores da moção, era algo que certamente aconteceria. Desconheciam a situação dos movimentos socialistas brasileiros e do contexto internacional, mas aliviavam os estadunidenses.

Francisco Julião, arregimentando as Ligas Camponesas, também agiu em defesa do Cuba. Organizou passeatas para protestar contra o possível ataque militar e posterior invasão de Cuba pelos EUA, o que também era reprovado por deputados ditos “comunistas-nacionalistas”, na análise estadunidense, como Jonas Bahiense, José Foffily, Sergio Magalhães entre outros. Carlos Lacerda, por sua vez, foi explícito em suas declarações de que apoiava a invasão e a ocupação estadunidense na ilha caribenha¹²⁷. Para os EUA, Julião e Lacerda eram os pontos mais extremos respectivamente da esquerda e da direita no Brasil, sendo o segundo um forte aliado na construção de uma opinião pública contrária a Cuba.

Institucionalmente, havia dissonâncias quanto a tudo que vinha ocorrendo desde 1959 e mais ainda sobre o bloqueio a Cuba. A Câmara Municipal de Recife, que seria tradicionalmente esquerdista, segundo Rabida, emitiu uma nota criticando a condecoração de Che Guevara, revolucionário e Ministro da Economia de Cuba, por Jânio Quadros em 1961, quanto todos os ânimos estavam demasiadamente exaltados. Os membros da Câmara afirmaram que a recente condecoração era desnecessária pois Guevara jamais havia realizado qualquer feito de relevância no Brasil, entendiam os formuladores da crítica. O ato foi classificado pela Câmara como “ênfase exagerada de simpatia pessoal pelo comunismo russo”. Artur Lima Cavalcanti, vice-prefeito que na ausência de Miguel Arraes se manifestou sobre o ocorrido, pediu que os membros da Câmara se retratassem quanto à nota e reconsiderarem sua emissão. A declaração seria uma traição à filosofia política do povo de Recife que era “tradicionalmente alinhado a interesses que não eram os mesmos dos manifestados pelo infeliz governador da Guanabara”, referindo-se a Lacerda, num momento em que o Governo Federal brasileiro estava “dando passos certos na ampliação das relações de nosso país e seguindo um curso

¹²⁷ CABOT, J. M. *Non-violent pro-Cuban demonstration in Recife*, telegrama de 18 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 511. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

aclamado pelo povo brasileiro"¹²⁸, abraçando a PEI como norte adequado à política exterior nacional.

Era de fundamental importância conhecer as tendências da população civil e dos políticos em torno das animosidades entre EUA *versus* Cuba, bem como das instituições de maior influência no Brasil, como a igreja católica. Sabia-se, por exemplo, que Antônio Melo e Emerson Negreiros, respectivamente de Pernambuco e Rio Grande do Norte, eram padres que estavam se envolvendo diretamente com as lutas camponesas nordestinas. Em artigo publicado na revista *O Cruzeiro* em 1961, havia um apelo para a importância da igreja católica como arma nas disputas políticas, devendo ser cautelosamente usada para substituir o comunismo:

Ao invés de serem vozes pessoais e isoladas, [os padres] representam as pontas-de-lança de um ataque que a Igreja faz, com amplos resultados, para a cruz de Cristo numa região infestada de agitadores, de profetas inoculados pelo vírus da demagogia e da cobiça eleitoral. Tudo indica que agora, realmente, a Igreja Católica está voltando suas vistas para o Nordeste, usando não um dispositivo de defesa - que tem bem preparado e imbatível - mas um esquema de ataque ao encontro de uma massa que poderia perder o sentido da religião¹²⁹.

Os padres, assim, utilizavam a religião para parar a revolução e incentivar medidas que auxiliassem no alívio da penosa vida dos trabalhadores rurais mais pobres, substituindo a eloquência dos líderes políticos, como Francisco Julião, pela doutrina religiosa entre as Ligas Camponesas, por exemplo, composta por pessoas altamente conectadas com os princípios cristãos. O problema, aos olhos dos EUA, era que por vezes a tendência do catolicismo em atender demandas populares ou defender os pobres soava bastante como comunismo. Padre Melo, citado na referida matéria, estaria liderando um grupo de camponeses pobres em seu movimento de resistência à desapropriação de suas terras pelo governo do estado. Este planejava construir um parque industrial na região do Cabo, em Pernambuco, e, mesmo tendo declarado que os assentamentos não seriam prejudicados pela obra, tentou retirar os camponeses das terras em que se estabeleceram havia pouco tempo, uma propriedade estatal, mas já inserida em um planejamento de redistribuição de terras. Melo não era membro das Ligas Camponesas e tampouco

¹²⁸ RABIDA, A. A. *Pernambuco political pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the Touristas (Cuba)*, relatório de 23 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 083. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹²⁹ MEIRA, Mauritônio. Nordeste - A Revolução de Cristo. *O Cruzeiro*, 12 dez. 1961, p. 30.

próximo a Francisco Julião¹³⁰; os EUA sabiam disso, mas o fato dele ter afirmado que caso fosse necessário buscaria ajuda destes outros movimentos para a sua causa pacífica de resistência, causou incômodo entre os estadunidenses que observavam a situação.

A bem da verdade, o Padre Melo assim como Paulo Crespo atuavam na região em favor da sindicalização rural, vista como uma forma menos radical de organização dos camponeses contra os desmandos de seus patrões. A igreja católica manteve esforços incisivos para o crescimento da sindicalização rural, visto que, de modo geral, a doutrina católica não possuía vínculos amistosos com o comunismo, exceto por alguns clérigos adeptos deste viés (LARA, 2019). Diante da visão estadunidense da Guerra Fria, qualquer aproximação com os camponeses poderia pender ao comunismo caso não fosse devidamente controlada.

Este esforço não foi uma exclusividade entre os católicos. Desde 1954 o Estado se esforçava para que a sindicalização dos trabalhadores rurais, a começar por São Paulo, pudesse neutralizar a influência comunista e atrair as organizações representativas dos lavradores para perto do governo. Contudo, houve resistência por parte dos fazendeiros que compreendiam o projeto como uma disfarçada articulação para arregimentar força capaz de realizar uma revolução modelar soviética (WELCH, 2010). Havia, por um lado, o empenho estatal em consonância com a igreja católica de controlar os camponeses evitando o comunismo e, por outro, a ausência de confiança por parte dos fazendeiros quanto à efetividade deste processo.

Outros nomes de peso da igreja católica, como Dom José Vicente Távora, de Sergipe, afirmavam um compromisso público com a democracia e valores cristãos que defendiam os menos possuídos. Quando Jango foi impedido de assumir a presidência, defendeu a Constituição e a legalidade de sua posse. Naquele momento, afirmava que as forças políticas contrárias ao presidente “estariam cometendo arbitrariedades em nome da segurança nacional e usando o espantinho do comunismo para prender todo tipo de manifestante”, inclusive o próprio Távora¹³¹. Contudo, nomes como o de Dom Eugênio Sales, bispo de Natal, eram vistos como importantes componentes da penetração católica nas lutas camponesas, alegadamente conduzindo uma organização com mais de cinco mil

¹³⁰ RABIDA, A. A. *Catholic priest leads new passive resistance movement near Recife*, memorando de 06 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 411. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹³¹ O panfleto, datado de setembro de 1961, não possui dados suficientes para ser referenciado aqui. Contudo, encontra-se reproduzido parcialmente nos anexos desta tese.

trabalhadores rurais. Opositor ferrenho da situação fundiária, Salas declarava seu apoio às reformas embora seja crítico ferrenho do comunismo¹³². Ou seja, sua causa engajada em um desenvolvimentismo pacífico tinha grande serventia aos EUA que buscaram se aproximar de clérigos com esta perspectiva, enquanto nos altos estratos da instituição o anticomunismo se disseminava com intensidade.

Aos EUA era importante medir a força de movimentos de esquerda e a popularidade de Castro porque o novo regime cubano possuía um forte apoio da sociedade civil. Nivelar a tendência dos brasileiros a uma aproximação com os EUA era fundamental para reconhecer o quão distantes estavam do comportamento socialista. No caso cubano, a força do movimento revolucionário era tão grande que impossibilitava qualquer chance de implosão do regime, ou seja, de ter reação popular significativamente consistente para agir de forma contrarrevolucionária. Da mesma forma, havia poucas organizações políticas capazes de arregimentar o povo contra Castro e os revolucionários. Isto foi produto, dentre outras coisas, de um antiamericanismo altamente difundido entre os cubanos. Por isso, era tão importante perceber o sentimento dos brasileiros quanto à questão. No Nordeste, além da visível força das Ligas Camponesas, parecia haver lideranças de esquerda engajadas em aprofundar o antiamericanismo. Outro motivo para virar o pescoço dos EUA em direção à região.

Nisso está a raiz do problema entre EUA e a PEI, pois se o Brasil não abrisse mão de sua política internacional apontada para uma independência em nome de um rechaço público a Cuba e ao Leste Europeu, era considerado possível que houvesse chances de se submeter à força soviética. Para JFK, o socialismo no hemisfério representava, além da fagulha para um futuro cercamento soviético, um perigo militar real aos EUA. Este perigo se verificou em 1962, com a Crise dos Mísseis, fortalecendo o imaginário ocidental sobre a Guerra Fria e suas ameaçadoras possibilidades. Ao presidente e à sua administração, pensar em outros países com sítios militares soviéticos espalhados pela América Latina era aterrorizante. JFK não entendia as razões pelas quais Cuba e a URSS haviam juntado esforços e instalado tamanho arsenal bélico na ilha; inclusive, disse que tudo aquilo era “um grande mistério” (GIGLIO; RABE, 2003). Tal postura diante dos fatos revela, por um lado, a crença de que os EUA e seus valores estavam sendo deliberadamente atacados,

¹³² RABIDA, A. A. *The catholic clergy: voice for progress in the Northeast?*, relatório de 15 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 541. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

como mocinhos num filme de ação. Por outro, revelava uma busca por captar o sentimento de outros Estados, sobretudo na América Latina, que concordassem com isso. Apesar de crer nas chances de uma penetração do socialismo no Brasil pelo Nordeste; bem como nas ligações comunistas de Jango, os EUA estavam poucos convictos sobre a lealdade brasileira.

Foram muitas as vezes que Lincoln Gordon (1962) acusou o independentismo brasileiro de neutralismo, um disfarce para a estratégia comunista. Em outubro de 1962, Gordon esteve na Universidade de Manaus em sua missão lobista em defesa da APP. Na ocasião, palestrou para um considerável número de estudantes que erguiam placas acusando os EUA de imperialismo e sugerindo que o embaixador deveria voltar para casa. Seu objetivo era desfazer supostos preconceitos e imagens existentes sobre o papel dos EUA como imperialista entre os países latino-americanos. O embaixador acreditava ser capaz disso por ter feito uma profunda análise sobre os problemas do Brasil. Disse que as placas eram “meramente propaganda comunista banal”, enquanto outras eram “equivocadas, mas de boa fé”. O embaixador seguiu um relato economicista tentando demonstrar porque o termo “imperialista” não se encaixava diante de uma pretensa história de cooperação e amizade entre Brasil e EUA. Acusou de injustas as acusações de que as empresas estrangeiras sangravam a economia do Brasil, pois, segundo disse, “talvez existam alguns abusos, mas o balanço geral nos mostra que a frase 'sangramento econômico' não é mais do que demagogia despreocupada com os fatos”. Gordon insistiu que qualquer ajuda ou atividade política dos EUA no Brasil deveriam ser regidas pelo interesse brasileiro, não por meio de intervenções imperialista, considerando a autonomia brasileira, mas criticando seu não alinhamento incondicional com os EUA diante do “problema cubano”.

Na mesma ocasião, Gordon disse:

Deixando de lado o campo econômico e partindo para o campo político, é dito que o Brasil sofre pressões imperialistas dos EUA. Que tipo de imperialismo é esse? No mundo inteiro, com exceção de caso remanescentes do colonialismo tradicional europeu, hoje quase reduzido à África portuguesa, o único caso de imperialismo agressivo e em operação é imperialismo soviético. (...) [Os países do Leste europeu] possuem regimes de partido único sem liberdade de imprensa, de manifestação ou de voto - e estes regimes sobrevivem apenas devido ao suporte militar russo. (...) Em meio a este contraste, qual dos lados está erguendo muros para barrar pessoas desejosas de abandonar o suposto

paraíso do povo? Eu vejo que a resposta deve mostrar quem é o verdadeiro imperialista¹³³

Consonante com a visão das elites brasileiras sobre como a democracia deve funcionar em países do chamado Terceiro Mundo: restrita a esses elementos - o voto, a liberdade de imprensa, etc. -, o embaixador busca desfazer a imagem prejudicial aos EUA que poderia levar as pessoas a se engajarem em movimentos antiestadunidenses. Para isso, buscou mostrar o potencial imperialista soviético e reforçar o fato de os EUA estarem do lado da democracia. Porém, é necessário lembrarmos que a existência do movimento revolucionário cubano estava condicionada ao papel dos EUA na ilha. Além disso, a APP somente surgiu depois que a Revolução ocorreu e promoveu uma leve, porém importante autocrítica da interferência dos EUA em países latino-americanos, inclusive intensificando a ideia de que estes países devem gerir seus próprios projetos e empreenderem seus próprios esforços para uma cooperação externa. Outro detalhe: a América Latina não foi auxiliada com o mesmo dinheiro destinado à Europa após a Segunda Guerra Mundial, ou em qualquer outro momento de sua história. Por fim, uma breve digressão: em 1823, Monroe proclamou sua doutrina e em 1826 Simon Bolívar convocou a primeira reunião de tipo Pan Americano sobre problemas mútuos. Os EUA não participaram. Era mais difícil do que parecia a Gordon eliminar a má fama dos EUA entre parte da população latino-americana, embora esta parcela fosse menor do que a favorável aos EUA e ao seu projeto político.

Para o Ministro San Tiago Dantas, o Brasil vinha sendo, até então, um país de grande porte e relevância para o cenário mundial, mas agia como mero coadjuvante, seguindo as diretrizes estabelecidas pela liderança ocidental de forma passiva. A PEI era uma forma de tentar alterar esta situação, sobretudo explorando o desenvolvimento econômico brasileiro. Aos EUA, a PEI soava como um desacordo, um desalinhamento com a dinâmica da convivência entre os dois países em toda a história, mais ainda em um momento tão tenso. Contudo, o próprio Dantas reforçava que “as relações com os Estados Unidos não se enfraqueceram pela política independentista do Brasil”, mas, ao contrário – e principalmente após a ida de Goulart aos EUA -, “as relações se mantiveram continuamente próximas, sob a insígnia da independência, com o Estado líder do mundo

¹³³ BRUBECK, William H. *Ambassador Gordon defends US against misconceptions in meeting with university students in Brazil's Amazon*, memorando de 05 de outubro de 1962, p. 04. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>>.

democrático”, sublinhando muito mais uma aproximação do que um distanciamento com os EUA. O problema era que Dantas, engajado em seu norte político, declarava que o “subdesenvolvimento foi determinado, em grande parte, pelo processo exploratório e que existe, portanto, na ajuda internacional, um elemento de indenização pelos danos causados”¹³⁴, o que parece revelar a noção do Estado brasileiro sobre a necessidade de países como o Brasil não se submeterem por completo ao estatuto internacional estadunidense.

O governo JFK declarou no início dos anos 1960 que, enfim, a América Latina estava pronta para se encontrar com seu desenvolvimento social. O Brasil concordava com isso e justamente por essa razão usou a PEI para diversificar mercados. Não havia aqui uma disposição imediata a aceitar ajuda externa em troca de alinhamento, como ocorrera com Rómulo Betancourt na Venezuela, que declarou votos de incondicional direcionamento democrático e de dedicação a profundas reformas que transformassem a sociedade, tendo os EUA como seu patrocinador. Sucedendo militares, governos como este tinham consciência de que esta ajuda era um reparo tanto ao colonialismo, quanto ao apoio estadunidense a regimes militares anteriores (GIGLIO; RABE, 2003). Ao contrário de Cuba, preferiram a via estadunidense e aceitaram sua intervenção monetária.

Tendo isso em vista, a APP se configurou como recurso para destruir a má reputação dos EUA na América Latina, onde vastamente se compreendia a posição superior dos EUA em relação à região; para intervir na possível proliferação do socialismo e incentivar a entrada dos países do Terceiro Mundo na rota do desenvolvimento. Era uma forma não muito bem-sucedida de atrair os países para perto do interesse estadunidense na Guerra Fria, embora suas fragilidades tenham provocado sua ineficiência. Do contrário, o golpe civil-militar de 1964 no Brasil não teria ocorrido com apoio dos EUA. Tendo isso em vista, podemos dizer que a APP fracassou em seu intento de intensificar a democracia através do desenvolvimento. Ainda assim, é importante ressaltar como o projeto de fato efetivou uma aproximação do Brasil e das forças políticas tradicionais nordestinas com os EUA, ainda que essa aproximação atendesse a interesses mais escusos.

¹³⁴ MICELOTTA, Frank. *Foreign Minister Dantas's defense of foreign policy during may 1962 visit to Europe*, relatório de 12 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1170, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Por falar nestes interesses, devemos lembrar que junto à busca pelo desenvolvimento dos países latino-americanos, os EUA mantiveram um forte investimento em treinamento, estruturação e organização de grupos militares em toda a região. Basta recorrermos ao polêmico *National Security Action Memorandum 88*, priorizando as questões militares envolvendo EUA e América Latina. O receio de JFK era com a formação das Forças Armadas nacionais da região e se elas estariam aptas a enfrentarem guerrilhas e movimentos revolucionários como o de Cuba. Incentivava a ida de militares latino-americanos aos EUA para treinamento com o FBI e a CIA, tendo contato com as mais inovadoras táticas de guerra. Controlar tumultos e possíveis levantes considerados subversivos (PEREIRA, 2005).

Kennedy pensava que a Guerra Fria dificilmente seria vencida lá, mas que aquele poderia ser o cenário de uma derrota estadunidense. Por esta razão deu suporte às Forças Armadas de diversos países. Seu sucessor, inclusive, deu aval a estas organizações para derrubarem governos democráticos em nome dos interesses estadunidense na Guerra Fria (PEREIRA, 2005). Este reforço paralelo às bases militares significava que a APP não era vista como um remédio infalível, uma solução completa ao socialismo, seu real propósito. Era necessário aos EUA garantirem um plano b, evidenciando as fragilidades e os problemas que poderiam transcorrer na efetivação do programa.

Um dos maiores problemas da APP foi ter sucedido um projeto semelhante, o Plano Marshall. Sem dúvidas, as expectativas das lideranças políticas latino-americanas foram criadas tendo o Plano Marshall em vistas. Mas, além do fato de os países latino-americanos estarem muito distantes dos Europeus em termos de desenvolvimento econômico – mesmo com a destruição material e humana causada pela guerra -, havia outro problema: os países da América Latina eram, geralmente, muito maiores. O Plano Marshall abrangia um terreno significativamente menor do que as longas extensões continentais da região latino-americana.

O Plano Marshall em muito sintetizava outra questão: o eurocentrismo. Por mais que os EUA no alvorecer dos anos 1950 e mais ainda nos anos 1960 estivesse consolidado como potência, mais destacada inclusive do que os Estados europeus, sua cultura era permeada por uma forte conexão com as raízes europeias, sobretudo no que dizia respeito à visão sobre sociedades em desenvolvimento. As relações exteriores dos EUA antes mesmo da APP eram intensamente fundadas no eurocentrismo, na perspectiva anglo-saxônica. Havia apego a um mundo unido em torno da “prosperidade imperial” e sua ordem, organizando o tabuleiro global de modo a deixar os países emergentes em posição

menos privilegiada (NEUMAN, 2008). No contexto da Guerra Fria, a América Latina, a África e parte da Ásia foram regiões pouco priorizadas por não estarem na linha de frente da Guerra Fria, o que mudou substancialmente a partir dos anos 1960. Para a América Latina, como já discutimos, a Revolução Cubana colocou a região na posição necessária para ganhar o foco dos EUA.

É curioso pensarmos em como as administrações estadunidenses observavam o processo de emergência de Estados livres na África e como se comportou diante disso. Tendo contidos receios de que estes novos Estados independentes fossem cooptados pela URSS, os EUA mantiveram alguma disposição em colaborar com um direcionamento contrário a este no continente, mas confiava à França, por exemplo, o papel de conter as sublevações nacionalistas em países francófonos, ou seja, em suas antigas colônias (HENTZ, 2008). Isso diz muito sobre o papel dos EUA em relação à América Latina. Em termos geográficos, é compreensível porque os EUA estiveram mais distantes da situação na África. Politicamente, por outro lado, o comportamento estadunidense para a América Latina parece ter se assemelhado ao que esperava da França quanto às suas antigas colônias.

Possivelmente, esta foi a razão pela qual os EUA se recusaram a atender apelos latino-americanos para um plano de desenvolvimento tão robusto quanto o Plano Marshall. Além do fato de que um projeto deste diâmetro ser impensável para a América Latina à época, devido ao atraso estrutural e econômico em termos de capitalismo global, havia a noção de que a região, justamente por estas mesmas razões, encontrava-se menos apta a ser tomada pela ideologia soviética. Cuba encerrou esta ideia, embora fosse um país muito pequeno se comparado a outros como o Brasil. Ainda assim, o que se viu foi o que pouco se imaginava: o socialismo chegando ao hemisfério. Os EUA notaram que a pobreza endêmica e as extremas desigualdades, geradas por problemas no desenvolvimento econômico e na permanência de estruturas sociais ultrapassadas, fator presente em toda a América Latina, eram as incubadoras do socialismo na região.

O que os EUA fizeram foi endossar os investimentos privados e o livre comércio como chaves para o desenvolvimento econômico. Ocorre que países como o Brasil, que possuía regiões que, quando necessário, se organizavam em blocos políticos com certa autonomia, não possuíam as bases aonde este tipo de medida funcionaria para fins de torná-los mais próximos dos países economicamente desenvolvidos. A APP presumia que a maioria das elites latino-americanas apoiariam as reformas para suprimir revoltas violentas, porém a maioria rejeitou este caminho com receio de que perderiam o controle

das estruturas que as mantinha no poder. Este fato levou os EUA a reduzir pressões por reforma (COERVER, 2008). Isso acabou impulsionando a barganha das forças políticas tradicionais nordestinas com os EUA, como veremos no capítulo seguinte.

Tomando esta análise como norte, não é possível ignorarmos como a APP em certa medida acabou se tornando um recurso para manter lideranças políticas tuteladas pelos EUA, tendo a aceitação ou não do projeto como era servido como um termômetro. Se um fragmento das forças políticas regionais, no caso do Nordeste, visse o programa com bons olhos, era sinal de que a tendência era de aprofundamento dos laços com os EUA. Caso contrário, significaria o oposto e, conseqüentemente, alguma mínima possibilidade de aproximação com os soviéticos.

Por volta de 1963, a APP ainda funcionava a todo vapor. Indícios de que as relações entre a Sudene e a *USAID* haviam melhorado deram novo fôlego ao programa. Celso Furtado, em conjunto com o conselho deliberativo da Sudene, emitiu parecer laudatório sobre a significativa ajuda fornecida ao Nordeste por meio da APP. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, chamou Furtado para conversar sobre a efetividade das relações entre a Sudene e a *USAID*, tendo ele respondido ao governador que estas relações que já eram boas se tornariam melhores. Ao presidente Goulart, ele teria comentado sobre a necessidade de realizar esforços efetivos para que o dinamismo da ajuda externa se fortalecesse, tendo o presidente concordado e se entusiasmado com a possibilidade. Furtado estaria em campanha aberta para convencer outros administradores sobre a necessidade disso. No entanto, obstáculos muito grandes estariam ainda atravancando o progresso dessas relações, sendo a *Sudene* acusada de burocrata e lenta em demasia, excessivamente pragmática e mal administrada¹³⁵.

Saber que Miguel Arraes, um político considerado pelos EUA e pelas forças políticas conservadoras brasileiras como comunista, poderia estar aceitando bem a APP era um estranho sinal de amortecimento de suas características “esquerdistas”. Evidentemente que Furtado pode haver relatado isso aos EUA na tentativa de acalmar alguns ânimos, pois a documentação mostra que Arraes não apenas teceu críticas à APP, como fiscalizou de perto sua ação. Diversos integrantes do governo de Pernambuco, como Jordão Emerenciano (chefe da Casa Civil do governo) e Marco Antônio de Alcântara

¹³⁵ KILDAY, Lowell C. *Weekly summary n. 29*, relatório de de 16 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0853. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

(cabeça de um projeto de habitação que aguardava aval da Sudene), criticaram a postura de Arraes quando, recém-eleito governador do estado, se manifestou contrário à suposta autonomia da APP em relação à Sudene quanto aos projetos de ajuda externa para o Nordeste. Segundo ambos, Arraes foi ignorante quanto aos objetivos do programa, não conhecia o espírito de parceria da APP e como operavam os interesses estadunidenses no desenvolvimento da região. Defenderam também o direito de os governos dos estados participarem diretamente das negociações do financiamento para a ajuda externa, dando à Sudene uma posição menos privilegiada. Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, disse o mesmo à imprensa¹³⁶.

Basicamente, os EUA trataram todas as forças políticas mais progressistas do Brasil como socialistas e comunistas, sempre em tom alarmante. Quando não, utilizaram classificações genéricas e pouco precisas como ultranacionalistas, esquerdistas-nacionalistas, entre outras. Nomes como Miguel Arraes e seu vice Pelopidas Silveira foram colocados em intensa vigilância pelo exército, a fim de que fossem restringidos em suas declarações sobre as ideias políticas que defendiam. Os acontecimentos que se sucederam à renúncia de Quadros, por exemplo - resultado do pouco conhecimento público sobre as consequências dos fatos -, precederam um momento mais conturbado no Brasil e mais especificamente no Nordeste. Tratou-se de um ponto de inflamação que aumentou a febre da situação nacional ao ponto de chamar a atenção dos EUA, que surgiu como um médico para resolver o problema e impedir que o Brasil sucumbisse ao que considerava ser a doença socialista. Isto jogou com maior força o Brasil na Guerra Fria. O fim do calço que segurava fragilmente a crise – ou seja, a renúncia de Quadros – instaurou um momento de tensão em um período conturbado pelo recente desenlace do caso cubano.

Esse clima mudou depois de vários dias, quando o público se tornou ciente da questão da constitucionalidade, da posição do vice-presidente e da ameaça de uma ditadura militar que impediria Jango de governar, algo que já vinha se desenhando fazia quase uma década. A partir de um determinado momento, grupos organizados e a população em geral começou a refletir uma inquietude e oposição sobre a possibilidade de estabelecimento de uma ditadura militar. Segundo os analistas estadunidenses, grupos

¹³⁶ KILLDAY, Lowell C. *Weekly Summary n. 19*, relatório de 05 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0362. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

comunistas começaram a soerguer um “ressentimento esquerdista contra os 'golpistas' para agitar greves gerais”, políticos se tornaram menos inibidos para pensar e falar e uma ânsia pela constitucionalidade emergiu com parte da opinião pública apoiando a efetivação do vice-presidente João Goulart¹³⁷. Isto simbolizou a quebra de qualquer estabilidade nacional existente, por mínima que fosse colocando os EUA em maior alerta.

Conforme o tempo passava, as atitudes de Goulart em mobilizar as bases populares para equilibrar a sua situação no Planalto acabavam por elevar a inquietação das forças políticas contrárias a ele. Os EUA viam a situação da seguinte maneira:

O presidente brasileiro João Goulart continua seus esforços em reforçar seu poder pessoal e parece manter alianças com a extrema-esquerda. Ele está apertando o controle governamental contra a imprensa e parece continuamente disposto a minar a influência de Carlos Lacerda, líder anticomunista e governador da Guanabara (...). Na esfera econômica, a apertada situação das trocas externas - que lançou o Brasil a buscar ajuda dos EUA nos últimos anos - continua crítica¹³⁸

Quando o relato da CIA acima citado se refere aos esforços de Jango em reforçar seu poder pessoal, cinicamente se refere à sua ação em torno das reformas de base como barganha por apoio popular. É isso que parece soar como “alianças com a extrema-esquerda”. Além disso, havia o apoio de forças políticas da esquerda à legalidade de sua posse, o que fazia os EUA presumirem que quando necessário estas forças pediriam sua contrapartida. O tal controle governamental contra a imprensa surge como algo estranho: em realidade, havia uma mobilização dos grandes conglomerados da imprensa nacional, organizados na chamada Rede da Democracia, para manipular a opinião pública para desfavorecer Goulart. Inclusive, difundiam o discurso de uma aproximação do presidente com o comunismo (CARVALHO, 2010). Estes conglomerados, no entanto, não representavam a totalidade da imprensa que em grande parte apoiou a posse de Goulart.

Porém, Goulart não teve condições de remediar problemas que facilitavam os ataques da imprensa à sua gestão. Greves pipocavam aos montes, havia um rebuliço nos

¹³⁷ RABIDA, A. A. *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*, memorando de 11 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, , 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹³⁸ CENTRAL Intelligence Agency. *CIA Special Report of Political, Military, and Economic Trends in Brazil*, Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT, p. 03.

baixos escalões das Forças Armadas – tendo ele conseguido o apoio de parte delas -, uma taxa de crescimento econômico baixíssima e em queda, além de altos índices de inflação. O governo agia com certa ambiguidade para tratar das soluções políticas internas e quando discursava no sentido de atrair as forças populares, necessitava fazer o contrário para garantir o apoio dos que se sentiam lesados por essa manobra. Esta situação era agravada ainda mais pela força crescente das Ligas Camponesas em uma região vista desde 1960 como ponto central de uma iminente convulsão revolucionária.

Com isso, devemos concordar com a tese apresentada por José Victor Lara (2019) de que o Nordeste era sim o ponto prioritário da preocupação estadunidense quanto ao Brasil. Conforme o historiador aponta, a historiografia dedicada ao tema centraliza o eixo Rio-São Paulo, Brasília e por vezes Minas Gerais, bem como o Rio Grande do Sul, como os palcos protagonistas da entrada do Brasil na Guerra Fria, reivindicada pelos EUA. Embora nestas regiões estivessem instaladas as grandes instituições políticas – e aqui falamos inclusive materialmente -, foi no Nordeste, mais especificamente em sua região rural, que forças políticas progressistas pareciam, aos olhos dos EUA, ameaçar as estruturas vigentes que poderiam dar sustentáculo ao bloco ocidental. Não se pode perder isso de vista.

Por volta de 1963, com o fervor de Jango pelas reformas de base, os camponeses tinham forte esperança na chegada da reforma agrária, mesmo que, em meio à crise, sua proposta ainda em fase inicial fosse atacada pelas forças políticas detentoras de poder no campo. As tensões provocadas pela crise chegavam às regiões rurais na forma de confrontos intensos. De um lado, os camponeses sentiam-se mais à vontade para agir na defesa de seus interesses. De outro, os latifundiários, em ampla sintonia com as forças políticas institucionais, buscavam defender seus privilégios. Em muitos casos, o conflito chegava à exaustão e a violência se tornava inevitável.

Cinco pessoas foram mortas num rompante de violência em uma fazenda canavieira do deputado federal José de Lopes Siqueira, perto de Vitória do Santo Antão, onde surgiram as primeiras Ligas de Pernambuco. Segundo a imprensa, alguns camponeses atacaram Siqueira com facas, bastões e armas de fogo após o proprietário ter se negado a lhes pagar o décimo terceiro salário. Este foi o quarto e mais sério conflito entre camponeses e latifundiários nas últimas semanas de janeiro de 1963¹³⁹. Para a

¹³⁹ KILDAY, Lowell C. *Violence in federal deputy José Lopes de Siqueira's sugar mill*, telegrama de 09 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561,

imprensa, tratou-se de um prelúdio de levantes camponeses organizados por agitadores subversivos. Isto nos revela duas coisas. Primeiro, como políticos locais eram também grandes proprietários de terra na qual trabalhadores rurais eram submetidos à violação de direitos trabalhistas. Siqueira era, ao mesmo tempo, fazendeiro e deputado, sintetizando o forte vínculo entre parlamentares e interesses latifundiários. Segundo, nos mostra como os movimentos camponeses eram vistos como perigosos e precisavam ser contidos, de acordo com a visão das forças políticas dominantes, inclusive por seus veículos privados como a imprensa.

Ainda em Pernambuco, Joel Arruda Câmara, um dos líderes das Ligas Camponesas, foi preso sob acusação de agitação e por ter conduzido uma invasão de propriedade em Bom Jardim, interior do estado. Segundo o relatório, ele alegou que o armamento encontrado pela polícia, de procedência tcheca, estava sendo utilizado para treinamento, mas que chegaria o dia em que o movimento camponês se rebelaria e o utilizaria para sua libertação. Ele teria afirmado ainda que após chegada de Arraes ao poder, a força das Ligas cresceria pois estavam interessadas em saber se o governador eleito manteria suas promessas de campanha. O documento dúvida das faculdades mentais de Câmara e alega que sua declaração foi feita com o intuito de se autopromover¹⁴⁰. Contudo, ameaças como estas causavam arrepios nos EUA, visto que a ebulição da crise no campo parecia se alargar. Era imprescindível efetivar reformas controladas e, para os EUA, não era isto que as reformas de Jango pretendiam. Caso não fosse possível efetivá-las, era necessário pensar estratégias.

A Operação Brother Sam, com o intuito de fornecer ajuda aos que desejavam depor Jango, não foi, ao contrário do que muitos pensam, feita às pressas às vésperas do golpe, mas foi o desdobramento de uma estratégia planejada com bastante anterioridade. Os receios de Lincoln Gordon eram vívidos quanto a Jango optar por uma ditadura de cunho peronista, dada a sua herança populista, que depois daria espaço para um regime comunista. Nesse sentido:

No período que vai do comício [da Central do Brasil] até sua deposição, Goulart agiu como se tivesse uma consciência difusa de que passara dos

record group 59, slide 0805. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴⁰ KILDAY, Lowell C. *Weekly summary n. 30*, relatório de de 24 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0904. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

limites, mas, num comportamento compreensível diante desse tipo de percepção tumultuosa, assumiu uma postura cada vez mais agressiva, como se pretendesse arrostar forças que já sabia superiores, talvez pretendendo encontrar intuitivamente uma saída honrosa e consequente, que lhe garantisse a permanência no poder mediante um apoio popular espetacular ou lhe permitisse um futuro retorno à cena política (FICO, 2008, p. 74).

Não foi o que se efetivou. Parte disso foi porque sua administração foi conturbada pela crise econômica, pelo desenlace dos interesses políticos dos que eram contra seu governo e pela pressão externa que os EUA passaram a empreender, cansados de terem que lidar com a PEI e preocupados com a agressividade crescente de Jango para garantir seu mandato. Esta agressividade pressupunha, entre muitas coisas, afetar a fervilhante situação no campo e no Nordeste como um todo, onde Miguel Arraes havia sido eleito governador do principal estado da região à época. Desestabilizar o poder de Jango era retirar do governo central seu poder de mediação. Com isso vieram os investimentos que ignoravam a mediação governamental:

Tanto quanto o financiamento da campanha da candidatos ao pleito de 1962, também era totalmente irregular o direcionamento de recursos financeiros para os governos estaduais, que o governo de Kennedy adotou, ultrapassando a autoridade do governo federal e caracterizando uma intromissão descabida. Segundo o embaixador Lincoln Gordon, tal política foi sugerida pela CIA e ele a endossou. Ele gostava de inventar nomes criativos, e, assim, identificou os governos estaduais beneficiados “ilhas de sanidade” ou “ilhas de sanidade administrativa” (FICO, 2008, p. 78).

Estas “ilhas de sanidade” seriam financiadas pelos EUA para garantir que levantes percebidos como subversivos não ganhassem espaço, ou mesmo que políticos progressistas não fossem eleitos. Tudo isso em um momento no qual o equilíbrio do conflito começava a rachar e a violência dava sinais de vida. Podemos dizer que neste momento a política fracassava e dava espaço para a guerra, onde os atos mais intensos passam a ser considerados. O patrocínio dos EUA às forças políticas tradicionais nordestinas naquele período acabou por reduzir em muito a força de Goulart e armou seus opositores, organizados em bloco – não apenas dentro das instituições políticas, mas também fora dela -, contra sua já fragilizada governança.

Até o golpe de 1964, o bloco das forças políticas tradicionais nordestinas em muito se empenhou na tentativa de defender seus interesses e, no bojo disso, defender os interesses dos EUA no Brasil. Essas relações foram interessantes ao bloco nordestino

porque, de forma ampla no Ocidente, essas forças são as mesmas em diferentes países. Seja no Brasil ou nos EUA, lucram com o desenvolvimento dessas relações a ponto de sequer acharem necessário a existência de uma soberania nacional brasileira, uma hegemonia internacional ou uma posição mais privilegiada no campo de disputas globais. Basta criar um equilíbrio que mantenha as forças antagônicas oprimidas e o povo recebendo o mínimo para que a dependência permaneça interessante. As forças políticas tradicionais nordestinas da época não desejavam ser maiores do que as dos EUA, por exemplo. Mas, manter, por intermédio do fortalecimento estadunidense, as estruturas de seu poder. As elites, principalmente as nordestinas, não tinham interesses em mudanças bruscas e rápidas. A princípio, os EUA percebiam elas como um entrave à modernização, mas em um segundo momento, abandonam o projeto em favor da manutenção de uma ordem já estabelecida e do combate ao perigo comunista.

Por mais que a APP tenha conseguido, em certa medida, efetivar seus objetivos quando estes tocavam a luta contra o comunismo, tese esta defendida por José Victor Lara (2019), as falhas do programa em aspectos essenciais são flagrantes. O desenvolvimentismo almejado ficou longe de se concretizar, sobretudo se pensarmos que o Brasil, assim como outros países da região, permaneceu amplamente desigual, patrimonialista e iletrado. O grande projeto de modernização do Nordeste ficou à margem dos desejos e anseios de lideranças políticas engajadas na manutenção de estruturas favoráveis aos seus intentos. A redução da pobreza foi sombreada pela reforça estrutural planejada por estas mesmas lideranças, alheia à situação calamitosa do interior dos estados nordestinos. Contudo, ajudou a evitar que movimentos de inclinação comunista se organizassem com maior força, uma consequência gerada até mesmo por suas falhas.

Após 1964, o projeto teve continuidade sob os governos militares. A *USAID* continuou atenta à promessa de desenvolver regiões pobres da América Latina, incluindo o Nordeste brasileiro, mesmo em um cenário de contenção e perseguição às oposições políticas dos que se opunham aos militares. Nesse caso, o que se verifica é uma tendência à manutenção desse poder pela APP, afim de garantir no poder as forças que desejavam ver naquela situação. O projeto modernizante dos EUA nunca saiu do horizonte da APP, da mesma forma que saiu muito pouco do papel. Além disso, também não cessou o interesse de forças políticas brasileiras no recebimento de seus recursos.

Já em 1965, o presidente militar Castelo Branco, em conversa com Dean Rusk, mencionou que “não havia parte no mundo com mais antiamericanismo do que a América Latina e que muitos países aceitavam avidamente a ajuda econômica norte-americana,

mas procuravam ocultar o fato do seu povo” (FICO, 2008, p. 46). Cientes do impacto de sua presença, os EUA mantiveram seus programas de financiamento às escuras, mas sem encerrá-los, caso da APP. Como medida para diminuir a visibilidade de sua forte presença no Brasil e, conseqüentemente, o antiamericanismo, a diplomacia estadunidense cogitou abandonar alguns projetos, o que logo foi rejeitado uma vez que isso poderia diminuir a capacidade de influência dos EUA sobre os militares brasileiros.

Podemos assim dizer que a APP foi bem-sucedida? Ou devemos, definitivamente, compreender que seu objetivo central e definitivo era apenas o combate ao socialismo? Tratava-se, no fim das contas, de mais uma investida em manter os países da região sob influência, garantindo a permanência da posição dos EUA como líder americano? Sem dúvidas, como veremos no capítulo seguinte, as forças políticas tradicionais do Nordeste não estavam muito preocupadas com qualquer uma das opções anteriores.

CAPÍTULO 3 – A AJUDA EXTERNA ESTADUNIDENSE COMO MECANISMO DE MANUTENÇÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS TRADICIONAIS NORDESTINAS

*Tudo temos de primeira, sim
Valor humano
Gente honesta e ordeira também
O que nos falta então
É uma ajuda leal
Do grande chefe
Do governo Federal
Pois é...*

Luiz Gonzaga – Sertão Sofredor (1958)

Ao revisitarmos a história de episódios marcantes como a Guerra do Vietnã, é inevitável pensarmos no papel que os camponeses tiveram. Por mais que nossa memória geralmente privilegie o confronto EUA-URSS de forma genérica, a força dos revolucionários vietnamitas impulsionada pelos trabalhadores do campo necessita ser destacada para fins de nossa análise (VISENTINI, 2007). A situação dos camponeses também foi decisiva para o processo revolucionário chinês anos antes. Anteriormente, embora teóricos marxistas tenham insistido que a dita revolução proletária necessitava partir do operariado urbano, em uma sociedade com capitalismo desenvolvido, os camponeses formaram uma força imprescindível para a conquista do poder pelos bolcheviques em 1917, onde uma sociedade semifeudal persistia. O levante cubano em 1959 não apenas deu primazia aos trabalhadores rurais, maior contingente em um país essencialmente agrário, como se aproveitou das zonas rurais para se organizar e vencer batalhas decisivas.

Este retrospecto nos serve para cimentar a ideia da pobreza endêmica como imã para forças revolucionárias – fossem elas já socialistas ou não, mas, com frequência, nacionalistas -, quando lideranças intelectuais penetram as organizações camponesas. Esta ideia, devemos esclarecer, é aceita com certa facilidade por forças políticas centradas na luta anticomunista, como já foi mostrado anteriormente neste trabalho. Os problemas no campo, em países com grande concentração popular nas regiões agrárias, onde resistiam estruturas bastante ultrapassadas, eram a catapulta para movimentos revolucionários que acabavam aderindo ao socialismo. Os EUA parecem só ter compreendido isto com nitidez após 1959.

A aparente obviedade dos comentários que acabamos de fazer soou como plena surpresa ao assistente especial do diretor da *International Cooperation Administration's Mission in Brazil*, Leonard G. Wolf, quando em 1961 foi enviado ao Brasil para fiscalizar a situação do interior do país, relatar as condições estruturais e avaliar a necessidade de investimento dos EUA em ajuda externa, antes mesmo de a APP ser colocada em prática. Que o Brasil era um país profundamente agrário, com uma indústria ainda em desenvolvimento, ele e seus superiores já sabiam. O que Wolf não sabia, era que seu contato com a situação do interior do Nordeste brasileiro o faria ter convicção de que os desdobramentos revolucionários ocorridos em Rússia, China, Vietnã, Cuba ou algo parecido poderiam estar prestes a se repetir ali. Todos os processos revolucionários vividos nestes países tinham algo comum, para além do alinhamento com o socialismo soviético após consolidarem novos regimes: haviam emergido de movimentos revolucionários nacionalistas.

Wolf percebeu que os planos dos programas de auxílio econômico estavam a privilegiar destinos errados no Brasil. Em seu entendimento, era necessário atentar ao fato de que as revoluções socialistas, como em todos os casos anteriores, poderiam começar no Brasil pelo campo, lideradas pelos camponeses. Disse, com isso, estar convencido de que o problema não era o quanto os EUA gastavam com o Brasil, mas como e onde estes investimentos estavam causando impacto. Em sua análise, era necessário que programas de impacto alcançassem as pessoas comuns, aquelas que compunham a grande parte das massas empobrecidas.

Havia, na leitura de Wolf, outro problema a ser resolvido para que este passo fosse dado. O pessoal envolvido nos programas de ajuda externa estava demasiadamente concentrado no Rio de Janeiro. Pensava que era necessário rever isto e, se possível, mover boa parte dos técnicos e funcionários a serviço dos EUA para o Nordeste. Lá havia apenas três de 180 funcionários designados a trabalhar nestes programas, mesmo que a região fosse ocupada por grande parte da população brasileira. Ele suspeitava que o Nordeste se tornaria a maior e a principal área de penetração comunista no Brasil, revelando-se um perigo negligenciado pelo interesse estadunidense em fornecer ajuda externa. Era, reforçou, necessário mudar o destino principal dos milhões de dólares das metrópoles do Centro-Sul para o Nordeste¹⁴¹. Seu olhar ajudou a constituir os procedimentos da APP meses mais tarde.

¹⁴¹ WOLF, Leonard G. *New Ambassador to Brazil*, memorando de 25 de fevereiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 721.

A APP no Nordeste chamou a atenção das forças políticas tradicionais ali existentes. Estas, devemos sublinhar, correspondem à “existência de uma elite regional, historicamente beneficiária das condições estruturais da região, sejam estas socialmente vantajosas ou problemáticas” (CASTRO, 1992, p. 17), algo que discutimos fortemente em nosso primeiro capítulo. É necessário aqui retomarmos esta ideia, pois o benefício que as forças políticas tradicionais da região Nordeste buscaram extrair da APP em muito se aproximou do que, utilizando o discurso da seca como condição incessante para pedir ajuda ao governo federal, estas forças praticavam anteriormente. Essa prática intencionou transferir o papel paternalista do poder central, agora ocupado por um representante rejeitado pelas forças políticas regionais, para os EUA.

Podemos dizer que a “permanência das condições estruturais da Região Nordeste foi possível pela conservação histórica de sua elite no poder, utilizando como recursos de preservação uma relação de troca e concessões com o poder central” (CASTRO, 1992, p. 20). As forças políticas tradicionais do Nordeste barganhavam com o poder central a atenção econômica que era dispendida ao Centro-Sul, justificando tal procedimento pela pobreza e o esquecimento nordestino. Não contestamos que esta pobreza existia. No entanto, essa justificativa do esquecimento se esgota ao passo em que a pobreza permanece, e quando vemos a troca do foco da busca por investimento feito por essas forças políticas. Ou seja, a ajuda externa não era decisiva para erradicar as estruturas que permitiam a pobreza endêmica no Nordeste, mas, ao contrário, contribuía para mantê-las. Em certa medida, os EUA podem de fato haver acreditado no interesse dessas forças em promover o desenvolvimento da região. Em outra, ao agudizar da crise política, isto pareceu pouco importar frente ao privilégio dado à contenção da revolução social, que já era fundamental desde o início.

Por essa razão, e por suas suspeitas relações íntimas com a esquerda, Miguel Arraes era um candidato tão temido pelos EUA e por estas forças políticas no Nordeste. Ele seria um “ponto fora da curva” entre, principalmente, as lideranças estaduais que convergiam no sentido do conservadorismo ou de um liberalismo utilitário. Arraes, por sua vez, parecia interessado em quebrar a dinâmica do bloco nordestino implementando políticas progressistas, que viam na reforma agrária uma possibilidade de interromper a continuidade das estruturas sociais vigentes. Isto significava diminuir a força do bloco político regional nordestino e, ao mesmo tempo, contestar as bases de sua existência.

Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Naquele momento, a coesão parecia caminhar no sentido de uma conservação. Arraes, embora estivesse longe de ser o que seus adversários temiam, aparecia como fator de desequilíbrio.

O suposto apoio de Goulart, que era acusado de destinar verbas robustas à campanha de Arraes, foi visto com desconfiança pelos seus adversários, além dos que já não simpatizavam com sua imagem. Nos EUA, a imagem do presidente também era desgastada. Foi especulado que Arraes possivelmente houvesse recebido ajuda de Cuba, da Tchecoslováquia e da URSS¹⁴². No geral, essas informações eram vagas e baseadas em conjecturas sem qualquer evidência. Por mais que não tenhamos encontrado qualquer documentação que comprove isso, entendemos que esse tipo de especulação serviu para amplificar sua imagem de político interessado na ajuda de países socialistas, acusações que não podem ser comprovadas pela documentação à qual tivemos acesso.

João Cleofas, que viria a ser o candidato ao governo de Pernambuco pelo Partido Republicano (com apoio sólido da UDN) e rival de Miguel Arraes, chegou a pedir ajuda a Eugene Delgado-Arias, cônsul estadunidense alocado no estado, para definir alguns rumos de sua campanha. Material anticastro e propaganda anticomunista, além de certa quantia em dinheiro, foram requisitados, mas em tom amistoso e sugestivo. Apoiar Cleofas surgia como uma boa possibilidade de desbancar Arraes, o que o cônsul sugeriu ser feito independentemente dos meios necessários para tanto¹⁴³.

Apoiar políticos adversários dos candidatos mais progressistas era uma forma de barrar qualquer chance de penetração socialista, na visão estadunidense. Em determinado momento, a APP tendeu a investir mais nisso do que nos pontos originais de seus objetivos. É possível afirmarmos a existência de um envolvimento ilegal dos EUA na campanha? Não com a documentação que temos disponível. Não podemos constatar de fato o cônsul chegou a solicitar dinheiro, embora tenha reforçado a importância em apoiar o candidato opositor de Arraes. Em outros documentos, o apoio a políticos do bloco nordestino é novamente recomendado, sendo também recomendado o atendimento às solicitações por ajuda externa, como veremos mais adiante.

¹⁴² DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly Summary n. 17*, relatório de 22 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0255. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴³ DELGADO-ARIAS, Eugene. *João Cleofas calls for US help*, telegrama de 24 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 990. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

As forças políticas tradicionais do Nordeste souberam tirar proveito disso. A elas era interessante diminuir o poder do governo federal, a quem culpava historicamente por seu esquecimento, e manter a entrada de recursos para preservar sua coesão, suas estruturas e sua proteção. Claro que em larga escala, os pedidos de socorro destas forças aos EUA eram muito mais para garantir a relação paternalista com a potência e, em sua própria dependência, os meios para manter o *status quo*. Porém, em se tratando de forças políticas representadas principalmente por partidos conservadores, como a UDN, havia sim considerável desejo de impedir levantes de esquerda. Para elas, combinação melhor não poderia haver.

3.1. – As forças políticas tradicionais do Nordeste e a corrida governamental de 1962

As grandes dimensões territoriais do Brasil e seus diversos mundos para além do Rio de Janeiro, palco da proclamação da república, impediram a unidade republicana consolidada esperada, como se esta fosse ocorrer naturalmente. No interior do país, sobretudo no Norte e na região hoje conhecida como Nordeste, foi necessário recorrer ao poder privado, por meio de barganhas, para garantir o policiamento onde a esfera federal não podia chegar com facilidade. Eis o embrião do coronelismo: o poder central garante o poder municipal por intermédio dos governadores, através de trocas e concessões de poder numa dinâmica de dependência mútua, incluindo aí agentes políticos desprovidos de autoridade formal, como os coronéis. Assim, os governos dependiam dos coronéis para garantirem sua longevidade e os coronéis dependiam do governo do estado para manter sua influência, perdida com o tempo. Tal dinâmica era incentivada pelo poder central, incapacitado de se desfazer da utilidade dos poderes municipais privados (CARVALHO, 1997). Embora já tenhamos discutido isso exaustivamente nas páginas anteriores, relembrar esta característica, que desde a colonização se atualiza, é fundamental.

O não-alinhamento de parlamentares nordestinos a governos centrais vistos como excessivamente transformadores seria sintoma de sua necessidade de permanência das relações de produção, da hierarquia social regional e da intocabilidade da mesma. O apoio a governos mais conservadores seria uma barganha para manter o fechamento da ordem vigente no Nordeste, como o foi com Jânio Quadros, que teve massiva adesão em pontos desta parte da região. Não devemos generalizar: nem todas as forças políticas do Nordeste se dedicavam à manutenção do *status quo* sob o véu da luta contra a miséria. Porém, o bloco político tradicional nordestino como aqui averiguamos – ou seja, dotado, em um

período específico, de capacidade de barganhar seu próprio poder com o Estado – se solidificou em torno do discurso da miséria, da identidade nordestinas e da seca.

Antonio Callado (1960) comenta que, justamente no período em que nossa história se desenvolve, o General Lott, então membro do alto escalão do governo Quadros, enxergou nos governadores nordestinos tendências separatistas. O motivo era a força e a relevância que os representantes davam à Comissão do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), órgão federal responsável por fomentar o desenvolvimento da região, antecessor da Sudene e sucessor o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1958. Com isso, se asseguravam da imagem especial que deveria ser transmitida e aceita sobre a região e demonstravam o potencial relativamente autônomo dos governos estaduais.

Ao mesmo tempo, este bloco político foi permeado por um sistema predominante na região, a ponta de lança na exportação açucareira do país desde o início do processo colonizador; sistema este que via sua ruína, ao passo em que a industrialização crescia e os intelectuais das elites do Centro-Sul proclamavam uma nova identidade nacional, por meio da qual a nordestina deveria ser execrada por representar o atraso, o regime feudal e o passado. Este ressentimento moveu o bloco político nordestino e no início dos anos 1960 ele ainda era presente, assim como era presente sua relativa autonomia. Jânio Quadros reconhecia esta independência e a necessidade de restringi-la.

Em 11 de março de 1961, Quadros baixou o decreto presidencial 50.333, por meio do qual determinava a criação de subgabinetes federais (de natureza civil e militar) nas capitais de todos os estados do país. Os subgabinetes presidenciais, integrados e diretamente subordinados aos gabinetes civil e militar do próprio presidente, seriam chefiados por pessoas nomeadas pelos diretores de cada um destes gabinetes. Estas partículas do gabinete presidencial deveriam receber das populações reclamações, petições e documentos endereçados ao governo federal; encurtar a mediação dos estados na resolução de questões referentes à atuação federal, respeitando as autarquias e outros órgãos de administração; enviar relatórios diários ao presidente da república sobre demandas civis e militares dos estados, entre outras coisas.

Ainda segundo o decreto, os subgabinetes presidenciais deveriam ser instalados em prédios públicos federais contanto que não atrapalhassem os trabalhos previamente designados para estes locais. O pessoal encaminhado para trabalhar nestes subgabinetes deveria ser selecionado formalmente sob a égide da lei federal, conforme a demanda e obedecendo as regras do funcionalismo público. Este pessoal deveria abdicar de qualquer

afiliação partidária ou ideológica no exercício de suas funções, permitindo a lisura do processo, sobretudo quando a intenção do governo federal era reduzir a autonomia dos poderes estaduais e locais. Já o decreto 50.334, publicado na mesma data, estabeleceu a criação do Serviço Nacional dos Municípios, que repetia a nível municipal o que o decreto anterior buscava a nível estadual: intencionava aproximar o presidente dos prefeitos, ampliando ainda mais a fiscalização do primeiro sobre os segundos.

Ficou instituído pelo segundo decreto um encontro mensal com as autoridades municipais para tratar de assuntos econômicos, administrativos, jurídicos e de outros tipos, de forma semelhante ao decreto anterior. Em termos gerais, pensando na amplitude do território republicano, estes decretos sinalizavam para a necessidade de o poder central ampliar sua efetiva presença em regiões diversas. Para fins deste estudo, é interessante pensarmos como esta medida governamental, por um lado, questionou o poder local nordestino, seu bloco político, e, por outro, reforçou o caráter intervencionista histórico do poder central no Brasil¹⁴⁴.

Salvas as devidas proporções e importantes diferenças, os decretos de Quadros são exemplos da histórica relação paternalista entre poderes regionais e poder central. O propósito é claramente recuperar a dinâmica tutelar frente aos estados e os municípios, bastante organizados na dinâmica da troca de favores entre o poder privado, fortemente íntimo da política municipal, e o poder dos estados. Assim, um equilíbrio de forças deveria ser reestabelecido. Os estadunidenses, ao tomarem ciência dos decretos, leram a atitude da mesma forma¹⁴⁵. Embora saibamos que o poder federal era em 1961 bastante diferente do poder metropolitano colonizador, a permanência da necessidade de fiscalizar os poderes locais e limitar sua autonomia é semelhante. Verificamos assim uma permanência tanto na atitude política, no *modus operandi* do poder central quanto na

¹⁴⁴ Ainda em 1961, Quadros deu outro indício de que sentia a necessidade de reforçar o poder federal na região Nordeste, quando não apenas manteve Celso Furtado como chefe da Sudene, mas ampliou seu poder e a força da superintendência em meio a exigências dos governadores pela mudança no quadro do órgão. Com isso, Quadros exigiu que a Sudene designasse um assistente que transmitisse as decisões do órgão ao presidente, reduzindo o distanciamento entre ambos. Sobre isso, ver: CABOT, J.M. *It is reported that president Jânio Quadros has decided...*, telegrama de 06 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 765. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴⁵ TOMKIN, T. M. *Decrees creating means of increasing Federal power on the state and local level*, memorando de 20 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 429. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

cultura política brasileira, ainda permeada por práticas anteriores ao período no qual este processo por nós analisado tomou corpo.

Quadros não teria baixado tais decretos se não compreendesse que havia poderes regionais fortemente dotados de alguma autonomia com potencial para retirar do poder central sua plena capacidade de administrar o país, ou mesmo desequilibrasse a gestão do poder público. É verdade que a autonomia dos estados é saudável a qualquer regime republicano, mas tanto Quadros quanto as forças políticas tradicionais do Nordeste reconheciam as particularidades e, por que não dizer, fragilidades do sistema republicano brasileiro. O bloco político que se formava no Nordeste desde a ascensão do Centro-Sul, futuro Sudeste, agia não como força republicana, mas como forças hereditárias de sistemas anteriores que, diante de uma democracia pouco efetiva, buscava no autoritarismo e nas ações conservadoras meios de se manterem no poder. Quando do final dos anos 1950 até 1962 este bloco parecia coeso, tudo parecia mais seguro. Até Miguel Arraes decidir ser candidato ao governo de Pernambuco em 1962, as Ligas Camponesas se espalharam pelo Nordeste e João Goulart assumir a presidência.

Um bloco político com formação tão antiga acaba por formular uma cultura própria. A cultura política de um país, de uma classe social ou de um grupo se volta ao comportamento político, não mais necessariamente ao que o Estado determina, mas sim aos agentes históricos que estão sob essa camada hierárquica, disputando o poder de diversas formas. Dentro dessa linha comportamental, forjam-se culturas políticas que dialogam com uma cultura mais ampla ou que rompem com ela. Embora um país ou nação possua uma cultura política dominante, normalmente delimitada historicamente pelas forças que ocupam o poder, num mesmo território podem coexistir diversas culturas políticas. Algumas mais amplas, espalhadas pela sociedade, outras mais restritas, em famílias, partidos políticos ou movimentos sociais. De todo modo, as culturas se comunicam e nunca estão isoladas (BERSTEIN, 1998). O bloco político tradicional nordestino, dotado de suas especificidades, possui também uma cultura política própria, como já pudemos notar.

A cultura política nasce de uma cultura social mais global, porém se destaca dela por incidir diretamente no político e em seus comportamentos. No entanto, é preciso criticar qualquer olhar sobre uma cultura política hereditária, enraizada profundamente numa sociedade, para não a compreender como algo estanque e imutável. Para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas em disputa, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores

culturais partilhados, não apenas em termos políticos. Se num dado momento da história essa área dos valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que se faz pouco ou muito maior do que as outras culturas políticas (BERSTEIN, 1998). Ao mesmo tempo, há fragmentos que rompem, mesmo que em parte, com esta cultura mais ampla.

É sobre isso que os decretos de Quadros nos fazem pensar. Há tanta complexidade nas disputas entre as culturas políticas que, em diversos casos, elas podem se fundir. Trata-se, portanto, de um fenômeno evolutivo, não de mera tradição política, como costumamos pensar. Na cultura política do bloco político nordestino tradicional dos anos 1960, ao menos em seu início, há elementos de uma cultura política mais ampla, sem a qual o manejo da relação de paternalismo do passado para aquele presente não seria possível. Idem para o governo federal que, apesar de ser ocupado por gestores e equipes diferentes, possui microssistemas que não se modificam.

Essas culturas nascem de buscas por respostas a problemas e grandes crises dentro de uma respectiva sociedade, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na longa duração e através dos tempos. Essas transformações, no entanto, levam muito tempo para ocorrer. Às vezes, resquícios permanecem e se transformam, sem, contudo, necessariamente desfazer elementos anteriores. O regionalismo, o paternalismo e a tutela do poder central, bem como os blocos políticos locais, ecoaram no tempo e chegaram, com suas particularidades, ao ano de 1961.

E o que havia, então, naquele ano, no cenário aqui destacado? O palco da crise política que já vimos até aqui, incluindo um novo fator: a possibilidade, cada vez mais crescente, de um político distante daquele bloco instituído se tornar candidato ao governo do principal estado do Nordeste, segundo diplomatas estadunidenses. A candidatura de Miguel Arraes sombreava as eleições do ano seguinte, em um momento no qual o poder central dava, pelo lado de Quadros, sinais de endurecimento contra a autonomia regional e, pelo lado de Jango, indícios de que poderia tender à defesa de um projeto menos favorável à manutenção das estruturas sociais vigentes nas regiões mais remotas do Nordeste. Nessas regiões estava as meninas dos olhos das forças políticas tradicionais nordestinas: a miséria e o latifúndio.

Fazer uma apologia a Miguel Arraes como instrumento da destruição do bloco tradicional político seria um equívoco. Não há qualquer prova de que ele, de fato, era um quebrador de paradigmas completamente desvinculado da cultura política corrente entre seus adversários, por mais que seu programa de governo fosse, evidentemente, mais

voltado à ampliação da participação popular na política. Flertava também com a reforma agrária e com um forte discurso contrário à intervenção estadunidense no Brasil. Contudo, suas estratégias políticas mostram muito mais um apego às fórmulas convencionais do que desejava aparentar em seu programa. Grosso modo, não era um radical. Deixando isso de lado, nos interessam as formulações que seus antagonistas e os EUA fizeram sobre ele, considerado a maior ameaça socialista no Nordeste.

A CIA já havia compreendido e relatado ao governo estadunidense a gravidade da situação pré-eleições. Chegou mesmo a instruir candidatos e partidos a criar meios de desestabilizar o pleito, fornecendo informações específicas e táticas para desequilibrar os concorrentes. A CIA investiu sobremaneira em meios para intervir nas eleições, tendo em vista as informações a respeito da campanha. É comentado que a proposta intervencionista defendida por Lincoln Gordon foi criada no seio daquela organização, centrada em suspender o envio de recursos ao governo federal brasileiro e destiná-lo tanto quanto fosse possível aos políticos nordestinos amigáveis em relação aos EUA (SANTIAGO, 2016).

Em decorrência disso, Lincoln Gordon colocou em operação os canais de criação das suas “ilhas de sanidade”. Prevendo possíveis resultados negativos para o bloco das forças políticas tradicionais nordestinas, o embaixador estadunidense garantiu o patrocínio de cinco milhões de dólares a campanhas de candidatos abertamente opostos a João Goulart e declarados defensores do latifúndio. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)¹⁴⁶ foi o órgão responsável por repassar os recursos, devendo estes serem suficientes para a eleição maciça, especialmente, de filiados à UDN. Havia esperança de que a aplicação daqueles recursos desequilibrasse o pleito a favor dos aliados aos EUA (LARA, 2019). Para isso, era necessário haver interesse destas forças, algo que já havia sido constatado.

Antes mesmo das eleições, formuladores estadunidenses alocados no Brasil entendiam que os EUA precisavam apoiar o governador Cid Sampaio porque a derrota desse candidato era considerada uma vitória para os comunistas. Acreditavam que o PCB já estava articulando seus candidatos para tomar o gabinete do governo nas eleições seguintes, quando ele saísse vitorioso. O apoio era meramente utilitário, pois sem Sampaio as portas estariam abertas para a influência de Francisco Julião e de suas ideias

¹⁴⁶ Há quem especule que o IBAD nada mais era do que um braço da CIA no Brasil. Sobre isso, ver DREIFFUS, 1981.

radicais de reforma agrária, pensavam os *policy makers* estadunidenses¹⁴⁷. É notável como esse tipo de articulação política com líderes locais era conveniente. Lembremos deste fato para que possamos dissecá-lo mais tarde.

Enquanto os partidos de esquerda, as lideranças camponesas e outras organizações de trabalhadores viam em Arraes, então prefeito de Recife, o candidato ideal para um projeto de redução das diferenças sociais em Pernambuco, seus opositores, fundamentalmente o conjunto das forças políticas tradicionais, fossem elas mais ou menos conservadoras, arquitetavam o plano para contê-lo. Entre idas e vindas, João Cleofas, que já havia se candidatado a dois outros pleitos ao governo – sendo derrotado em ambos -, acabou centralizando os desejos das forças políticas anti-Arraes. Ao que parecia, Arraes tinha a vantagem de ter desenvolvido certo valor eleitoral com seu mandato como prefeito, enquanto Cleofas aparecia em considerável desvantagem.

No começo de 1962, essa desvantagem se acentuou. Arraes ganhava força nas primeiras etapas da corrida governamental enquanto Cleofas ainda não dava sinais de que decolaria em breve. Conservadores moderados da região começaram a verbalizar crescente apreensão sobre a possibilidade de Cleofas acabar derrotado ou forçado a se retirar por um candidato mais aceitável da UDN, PSB ou mesmo PTB¹⁴⁸. Certamente, os esforços de seus aliados para afastar o eleitorado de políticos como o seu adversário havia funcionado pouco. Pouco antes destas primeiras impressões, IBAD foi a Pernambuco para difundir seu ideário anticomunista e seu apoio a Cleofas. Sua intervenção se fez por meio de um amplo atendimento ao público - médicos, consultoria aos trabalhadores, serviços de auxílio, entre outros -, se aproximando das populações pernambucanas e estimulando sua rejeição a correntes políticas de esquerda. Ou seja, o IBAD agiu como Leonard Wolf desejava que os EUA agissem, se aproximando dos cidadãos comuns. A ideia era estimular o apoio destes indivíduos a candidatos do interesse conservador, próximos aos ideais defendidos pelo IBAD¹⁴⁹.

¹⁴⁷ GUADERRAMA, E. S. *The brazilian Northeast; State of Pernambuco; the politic-social-economic problem*, relatório de 06 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 582. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴⁸ DELGADO-ARIAS, E. *Recife mayor, Miguel Arraes gets stronger in gubernatorial campaign*, memorando de 05 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 1006. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁴⁹ DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 06*, relatório de 28 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 952. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Cid Sampaio demonstrou um apoio mais público à candidatura de João Cleofas para sucedê-lo, o que agradou os mais fiéis membros da UDN. O apoio foi dado como forma de fazer frente à candidatura do “esquerdista” Miguel Arraes, segundo seu próprio depoimento. No entanto, o ato de Sampaio pode ter sido muito mais uma forma de evitar cisões no partido, em um momento delicado, do que um verdadeiro ato de confiança em Cleofas, visto que o então governador parecia mais inclinado a apoiar a candidatura de Marco Maciel¹⁵⁰. De todo modo, a publicização de seu apoio garantia também a coesão do bloco político do qual fazia parte e reforçava a busca destas forças políticas em se manter intactas.

O *Department of State*, por intermédio de seus oficiais, em relativa sintonia com as forças políticas tradicionais do Nordeste, se mostrou gravemente preocupado com a corrida governamental em Pernambuco, sobretudo devido às reais possibilidades de Arraes sair vitorioso dela. Se este fosse o resultado, seria um divisor de águas para as medidas da APP. O receio geral recaía sobre as implicações de sua vitória, algo que poderia reverter a então solidificação do poder da direita e transformar o Nordeste em bastião da esquerda. Com isso, especulou-se quais as chances desse fato não se tornar realidade, ou quais as chances de um candidato moderado ou mesmo conservador mais radical ganhar as eleições. Questionou-se também as reais possibilidades de vitória de Arraes, cuja popularidade no estado vinha crescendo, bem como o que era possível fazer para impedi-la. Isto ocorria porque estava se desenhando um jogo no qual os interesses dos EUA poderiam ser prejudicados com os desdobramentos das eleições, podendo prejudicar futuros programas do país nesta área¹⁵¹.

Verificou-se, a partir de um determinado momento, qual era o maior desafio do candidato no estado: as zonas rurais. Isto porque, por um lado, os latifundiários eram em gigantesca maioria contrários às políticas reformistas de Arraes, assim como eram às de Jango. Por outro, porque a grande massa camponesa parecia mais interessada em apoiá-lo, mesmo que seus chefes forçassem o contrário. Este cenário tornou-se campo em disputa, num momento em que os ânimos entre as Ligas Camponesas e as autoridades

¹⁵⁰ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 01*, relatório de 21 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 809. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁵¹ CHANEL, Roger. *Concerns over Miguel Arraes election*, telegrama de 05 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 784. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

locais se exaltavam de forma violenta. Buscar apoio no interior era, para Arraes, uma complicada missão que poderia decidir o futuro de sua campanha.

Caso vencesse no interior, colocaria em xeque uma das mais simbólicas do clientelismo: a submissão dos trabalhadores rurais aos anseios políticos dos fazendeiros e de seus representantes. Destacaria a fissura nas estruturas que impunham estas relações, simbolizando o avanço das lutas camponesas e da necessidade de terem suas demandas pautadas. Poderia dar força aos movimentos rurais e elevar a tensão no campo, colocando os camponeses em marcha legitimada pela eleição de Arraes. Os EUA temiam a concretização deste cenário como se estivessem certos de que isto aconteceria.

O apoio familiar aos partidos políticos no interior do Nordeste dependia fortemente de uma relação de proximidade. Tratavam-se, via de regra, de cidades muito pequenas onde a figura do chefe político possuía grande importância ainda naquele momento. As alianças e desavenças dependiam disso, numa clara evidência de como o sistema político ali existente era normatizado pelo clientelismo. As afiliações políticas dependiam quase sempre de uma herança familiar. Havia uma problemática dificuldade em dar continuidade a projetos que beneficiassem a população, visto que aqueles projetos iniciados por um grupo político seriam encerrados pelo seu sucessor, rejeitado pelos inimigos cuja confiança pertencia a outro chefe, a outro programa, demonstrando assim a afetividade dos vínculos políticos. Mudar isso rapidamente parecia improvável, mas Arraes parecia ser uma ameaça nesse sentido. Segundo seus adversários, Arraes pensava em um desenvolvimento que não condizia com as necessidades das zonas rurais nordestinas.

Este discurso ia de encontro ao discurso modernizante da APP, pois via na compreensão da necessidade do progresso um perigo. A APP, ao menos em sua aparência, não escondia seu desejo de emancipar as populações dos países pobres por meio do desenvolvimento econômico. Evidentemente, essa compreensão dos mais pobres sobre as intenções do programa estava soterrada pelo analfabetismo e pelas condições precárias. Com isso, APP buscava as elites, as forças políticas formais, para se fazer efetiva. Às pessoas mais pobres, era necessário fundamentalmente que apresentasse seus resultados e, com isso, afastasse a tentação socialista. Se Arraes vinha ganhando espaço, os EUA acabaram por vê-lo como força política a serviço do comunismo, pois a emancipação que vinha estimulando não estava cercada pela “revolução pacífica” liberal e capitalista.

Se aproveitando dessa situação, Arraes manteve a ampliação da sua influência no interior do Nordeste prometendo aos flagelados daquele sistema, cuja sorte estava

entregue às tramas familiares tradicionais, alguma mudança em favor deles. Carecendo de recursos para uma atuação muito ampla ou sofisticada, Arraes investiu em uma aproximação com as populações do interior e se aproveitou de sua reputação como prefeito para conversar com os interioranos frente a frente, criando um clima de proximidade. Estaria, além disso, segundo acusações, revertendo ilegalmente verbas da companhia de transporte urbano da capital para financiar sua campanha, tirando proveito de sua posição como prefeito de Recife¹⁵². Fato não comprovado pelos analistas da situação, mas os diplomatas estadunidenses aceitaram como verdade.

O viés irresponsável de Arraes, assim considerado pela diplomacia dos EUA, foi criticado também pelo fato de o PCB firmar apoio a ele. O jornal A Hora noticiou uma declaração do partido em defesa do "preferido das massas". Aumentava também o receio quanto à notícia de que Goulart havia angariado o apoio formal de sessenta e seis sindicatos do Rio de Janeiro. Segundo a imprensa, Goulart se mantinha imparcial quanto a esta questão, mas o *Department of State* criticou o presidente quando teve a mesma postura diante de membros da UDN que lhe pediam apoio para a coalisão em defesa do candidato do partido para Pernambuco¹⁵³. Ou seja, os EUA não desejavam a imparcialidade de Jango, mas a sua opção por defender forças políticas conservadoras, o que não ocorreu. Com isso, pareceu mais fácil crer que ele preferia arregimentar apoio às forças contrárias aos interesses estadunidenses no Nordeste.

No mesmo documento que referenciamos logo acima, os EUA viam com preocupação a chance de Cleofas renunciar à sua candidatura em favor de outro nome que pudesse fazer frente a Arraes. Mas, a grande questão era: qual candidato “conservador moderado” poderia ser indicado em uma coalisão entre partidos tão diferentes? Notemos o seguinte: nestas análises, os EUA sempre se referiam aos opositores da esquerda como conservadores moderados, nunca como liberais. Os EUA tinham noção de que o liberalismo no Brasil era diferente e que as estruturas conservadoras ou meramente tradicionais eram consolidadas. Trata-se de uma visão analítica própria à Guerra Fria onde tudo que não poderia ser facilmente absorvido pelo “americanismo”, era tratado como comunismo. Isto comprova um desconhecimento dos EUA sobre a vastidão de partidos e

¹⁵² DELGADO-ARIAS, E. *The political scene in Pernambuco*, relatório de 30 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 978. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁵³ WEINER, H. *Weeka n. 07*, relatório de 04 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 1008. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

tendências políticas brasileiras, mais ainda nordestinas, e como se organizavam no sistema político nacional.

O embaixador Lincoln Gordon conversou com alguns políticos locais para tentar resolver o problema. O governador Cid Sampaio lhe disse que consultaria pessoas de confiança sobre um candidato que unificasse a oposição a Arraes para substituir Cleofas na corrida governamental caso ele realmente retirasse sua candidatura. Sampaio tinha uma lista de possibilidades incluindo o arcebispo de Recife e até mesmo Gilberto Freyre. O reconhecido intelectual parecia não gostar da ideia, mas afirmou que não recusaria a proposta caso o amigo insistisse. Ele acreditava que, com o apoio de Cid no interior e sua própria força independente em Recife, teria boas chances de vitória. Embora tenha se filiado à UDN em 1946, ele não possuía nenhuma afiliação partidária oficial àquela época¹⁵⁴.

A força de Sampaio no interior parecia sinalizar para o que já verificamos: a proeminência de forças políticas tradicionais na zona rural capazes de fazer valer a candidatura de alguém oposto a Arraes. Porém, as reformas de base, incluindo a agrária, não eram tão relevantes nas eleições de 1958. As Ligas Camponesas também não possuíam tanta força e nem haviam promovido tantos progressos na emancipação dos camponeses para decidir eleições. Já na de 1960, ambos ganharam importância e às vésperas do pleito de 1962, acabaram ganhando notoriedade sobretudo após Jango ser mais incisivo quanto ao desejo por reformas. A reforma agrária era uma das mais discutidas, tanto pelos legisladores quanto pela esquerda tributária à revolução cubana. Era um debate frequente entre os camponeses.

A APP surgia como questão importante para a corrida. Atacada pela esquerda, era pretensamente uma forma de destruir as possibilidades de o chamado “ultranacionalismo demagógico”, na linguagem diplomática estadunidense, ganhar terreno no país. Por isso, as críticas vindas deste lado do espectro político. Para esta ala, a campanha eleitoral deveria ser voltada a uma crítica ao programa, o que, pensava Harry A. Quinn, seria a ruína da esquerda visto que a necessidade de desenvolvimento do país parecia evidente. Porém, em áreas onde “grandes expectativas em torno do progresso e mudança” vinham sendo criadas, “particularmente na região Nordeste - um fracasso da APP em produzir

¹⁵⁴ GORDON, Lincoln. *Cid Sampaio endorses Gilberto Freyre...*, telegrama de 11 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 250. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

resultados poderia, até outubro (...), resultar em uma distinta vantagem aos candidatos anti-EUA da extrema-esquerda"¹⁵⁵ naquela corrida eleitoral.

João Cleofas, que até meados de agosto estava desacreditado, voltou para a campanha governamental com força total. Sem razões precisas, segundo o exame de Arias (que possuía poucas informações sobre a questão), teria conquistado terreno onde Arraes parecia mais forte. Seus partidários estavam plenamente convencidos de sua vitória em outubro. Arraes, por sua vez, estaria surpreendentemente atolado na campanha. Isto seria resultado de um acordo entre UDN e PSD, tradicionalmente os dois partidos mais fortes no estado. Arraes, com o PTB, PSB e PST, perdia força pela pouca atração que estes partidos exerciam no interior, onde a disputa se tornou mais acirrada¹⁵⁶.

Apesar de todo este esforço em torno de Cleofas, o candidato saiu derrotado do pleito pelo seu adversário que, aparentemente, havia conquistado uma inacreditável propulsão na reta final. Cleofas angariou um maior número de votos no interior – além das camadas urbanas médias e altas, o que já era previsto -, enquanto Arraes teve o apoio da população pobre de Recife, seu maior reduto eleitoral, e de núcleos de trabalhadores rurais (BARROS, 1965). O resultado apontava o que se previa: o primeiro teria predominância onde o controle de forças políticas tradicionais privadas era mais efetivo; o segundo, onde a população desejava mais vorazmente modificar isto.

Ao mesmo tempo, apontava algo completamente novo e surpreendente:

A vitória de Arraes não é menos significativa do que espetacular. Lutando contra o poder combinado entre a igreja, o governo do estado e os mais importantes interesses agrícolas e industriais, Arraes não apenas obteve sucesso em angariar a maioria dos votos em Recife (cerca de 35.000 votos), mas também barrar a liderança de Cleofas no interior, limitando-o a meros 27.000 votos. Portanto, pela primeira vez na história de Pernambuco, um candidato cujo principal apoio popular derivava das massas urbanas conseguiu derrotar o candidato da base econômica rural, das elites agrárias e da sociedade baseada na economia tradicional comandada pelas elites do interior. A vitória de Arraes possivelmente significa o fim do feudalismo político em Pernambuco e deve abrir passagem para o fim deste sistema em todo o Nordeste¹⁵⁷.

¹⁵⁵ QUINN, Harry A. *Brazilian elections – Political issues*, relatório de 28 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 406, p. 09. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁵⁶ DELGADO-ARIAS, E. *Elections in Pernambuco – weekly report*, relatório de 06 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 807. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁵⁷ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly Summary n. 17*, relatório de 22 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0255,

É interessante notar que, apesar das críticas e do medo em relação a Arraes, os diplomatas estadunidenses sabiam que o “feudalismo político” era um problema, algo teoricamente a ser combatido pela APP em nome da modernização. O problema era quem faria isso e qual sistema colocaria no lugar daquele a ser abolido. A derrota das elites acabava nem sendo o maior dos problemas, afinal eram forças políticas tributárias a um sistema social e de trabalho considerado ultrapassado pelos EUA. A razão de toda a preocupação era que estas forças, mesmo naquelas condições, eram preferíveis a qualquer outra que esboçasse uma aproximação com o socialismo, como Arraes parecia fazer.

A surpresa desse resultado suscitou especulações sobre Arraes possivelmente ter recebido ajuda de Cuba, da Tchecoslováquia e da URSS. De todo modo, a análise de Delgado-Arias, feita acima, vê com certo pessimismo o fim do que chama de “feudalismo político” pernambucano, pelas razões que acabamos de mencionar. Pensava nos termos da APP, com certeza entendendo o lado positivo disso. Contudo, combinado à benevolência do programa, os estadunidenses não acreditavam em qualquer medida ou político progressista que não fosse aliado explícito dos EUA, de seus modelos políticos e econômicos. Do que a APP necessitava era de políticos conservadores que pudessem convencer seus pares do latifúndio a aceitarem uma reforma agrária controlada, mesmo que eventualmente estes as deixassem de lado. O que poderia vir de um governador eleito como Arraes? As respostas a este questionamento assombravam os estadunidenses, de forma bastante semelhante à qual assombrava as forças políticas tradicionais do Nordeste.

Apesar de ser ilustrado como radical, muitos apostavam que a postura de Arraes como governador seria muito diferente da que assumiu em campanha. O sistema político brasileiro, especificamente o nordestino, impunha isso e naquele contexto de fervura era ainda mais recomendado haver cautela. Muitos lembravam que mesmo Goulart havia sido impedido de tomar posse como presidente por supostamente ser adepto a um radicalismo político, o mesmo poderia ocorrer a Arraes. Este fato acabou provocando uma ansiedade por parte das forças políticas contrárias a Arraes, que viam qualquer passo seu como algo a se criticar, a ser checado e colocado em suspeição. Naquele momento, parecia a estas forças que Arraes era um perigo iminente. Suas medidas polêmicas poderiam servir para a opinião pública mostrar-lhe como um homem verdadeiramente perigoso, já que na campanha não havia conseguido fazer isso a ponto de impedir sua eleição.

p. 02. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Em sua primeira reunião com a imprensa após vencer o pleito eleitoral, o futuro governador de Pernambuco, Miguel Arraes, derrubou as expectativas dos que acreditavam em uma postura conciliatória de sua parte. Preferiu seguir uma linha mais agressiva, que, segundo os EUA, ultrapassava os limites do “ultranacionalismo e se aproximava com veemência do comunismo”. Quanto à presença de empresas estrangeiras no estado, o recém-eleito governador disse que elas eram bem-vindas contanto que não chegassem para explorar a região e remeter suntuosos lucros para fora, se apresentando como afinado aos discursos do já criticado Brizola. Quanto à reforma agrária, Arraes afirmou que era urgente, além de ser necessário eliminar qualquer intermediário e deixar esta tarefa com Estado.

Na educação, afirmou que expandiria o que Delgado-Arias chamou de "front comunista" do governador, o MCP. A respeito da APP, Arraes teria sido categórico ao dizer que negociaria apenas com a Sudene, pois entendia que os governos estaduais não possuíam qualquer autonomia para lidar com forças externas sobre políticas de ajuda. Com isso, conversaria com a Sudene no sentido de revisar ou encerrar o projeto definido por Cid Sampaio, tratado por Arraes como demagógico e fruto da constante necessidade de o ex-governador requerer fundos para a manutenção de um grupo político específico no poder. Dessa forma, romperia com a comunicação entre estado e APP, priorizando o papel moderador da Sudene.

A afirmação de Arraes sobre Sampaio não parece infundada. Na realidade, ela nos direciona ao ponto chave de nossa pesquisa até aqui: como a ajuda externa estadunidense serviu para a manutenção das forças políticas tradicionais nordestinas, por meio de uma relação paternalista que vinha sendo deslocada da original relação governo federal-poderes regionais. O próprio Arraes parecia já saber dessa relação, ou amos de fragmentos dela, como a recepção de recursos por lideranças políticas de forma inadequada. Após receber um empréstimo de um bilhão de cruzeiros do governo federal, Cid Sampaio exigia, às vésperas das eleições, mais dinheiro do Banco do Brasil, um montante no valor de quatro milhões de cruzeiros, a serem investidos em um projeto de construção de moradias a custos módicos que ele descreveu vagamente. O argumento de Sampaio para contrair o empréstimo foi afirmar que sem isso, Miguel Arraes provavelmente seria eleito governador de Pernambuco. W. S. Smith, que relatou ao *Department of State* tal situação, disse:

Sampaio tomou de forma consistente a narrativa de que ele é o detentor da democracia e Arraes segue o comunismo, que os dois estão trancados em um embate inevitável e as forças comunistas podem tomar o Nordeste. Sampaio tem sido bastante impaciente tanto com o governo federal brasileiro, quanto com o governo dos Estados Unidos em relação ao que ele acredita serem respostas simples às suas súplicas. Ele considera a assistência estadunidense intermediada pela Sudene como ameaçada, já que considera a Sudene como órgão tomado por forças comunistas¹⁵⁸.

Por que Sampaio se comportava como se fosse um forte elemento na luta contra Arraes e, conseqüentemente, contra o comunismo no Nordeste? Por que tanta impaciência com o governo federal brasileiro e, mais ainda, com os EUA na busca por recursos financeiros para o desenvolvimento de seus projetos? Por que insistir na ideia de que a Sudene estava tomada por comunistas que barrariam seus projetos para defenderem os seus próprios? Desde que a APP surgiu, Sampaio e outros políticos ligados às forças tradicionais nordestinas, que reconheciam a região como muito pobre e propensa a levantes populares, buscaram a ajuda externa como forma de impedir o avanço comunista por meio de um pretense desenvolvimento. Buscaram essa ajuda insistindo, por um lado, que a Sudene atrapalhava a entrada de recursos em dinheiro – o que, cedo ou tarde, culminaria em ganhos para a esquerda -, e, por outro, que o governo federal brasileiro, comandado por uma figura questionada, já não mais se preocupava em investir financeiramente na luta contra o comunismo no Nordeste.

3.2. – O panorama político nordestino no início dos anos 1960: o que a APP encontrou?

Uma série de ocorrências, como as já dissecadas até aqui, comprovam o peso que os problemas do Nordeste tiveram nas relações entre Brasil e EUA desde aproximadamente 1960, seja em termos locais, nacionais ou internacionais. Naquele ano, uma considerável parte da população brasileira residia na região e os severos limites econômicos nordestinos não eram capazes de suprir as necessidades deste contingente populacional. Nas regiões predominantemente áridas, onde os poucos centímetros anuais de chuva falhavam em cair, ocorria o intenso processo de evasão dos sertanejos em

¹⁵⁸ SMITH. W. S. *Weeka n. 9*, relatório de 18 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1075, p. 03. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

direção à faixa verde da indústria canavieira. Ali, encontravam limitadas e sazonais oportunidades de emprego, o que muitas vezes fazia com que os sertanejos fossem mais adiante e migrassem para as cidades, onde viviam nas ruas ou em condições residenciais precárias.

Quando as secas não ocorriam, os sertanejos podiam ser devastados pelas grandes cheias, como ocorreu em 1960, sem possuírem qualquer estrutura para lidar com o fenômeno climático. Havia ainda outros fatores a serem notados: as altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, epidemias, entre outros. Os EUA, em conjunto com a Sudene, possuíam estudos e estratégias para conter e resolver o problema, estudos consonantes com a necessidade estadunidense de fazer sua influência penetrar nesta região tão problemática. Cabia aos estadunidenses convencerem seus chefes de Estado de que o investimento financeiro ali precisava ser decisivo, impactante, para assim entravar qualquer chance de infiltração socialista¹⁵⁹.

Além da preocupação quanto a possíveis tendências socialistas entre os políticos nordestinos, os EUA se interessavam pela conjuntura política brasileira pós-renúncia de Quadros para saber o que a APP encontraria na região. Pernambuco era o alvo central deste interesse, sendo visto como estado definitivo para que o projeto desse certo, haja vista o papel protagonista das Ligas Camponesas nas zonas rurais, que estavam carentes de uma reforma agrária que apaziguasse o clima explosivo¹⁶⁰. Para que a APP desse certo, os EUA estavam convictos de que eram necessárias gestões governamentais e municipais mais à direita, de preferência conservadoras, visto que havia poucos políticos e partidos “liberais como a América”, ao menos na concepção que os estadunidenses conheciam.

Em 1962, já próximo às eleições, as tensões aumentavam com a possível candidatura de Arraes. Isto ocorria porque entre os nomes-chave da política institucional pernambucana, inclusive na prefeitura comandada pelo próprio Arraes, estavam pessoas como Germano Coelho – “reconhecido como comunista” -, Gilberto Azevedo, Claudio Braga – “membro do PCB” -, Anita Paes Barreto – “do MCP” -, Paulo Freire – “que apoiava Arraes” -, Sérgio Murilo – “um declarado antiestadunidense e defensor de Cuba” -, Almany Sampaio – “crítico ferrenho de Cid Sampaio” -, entre outros¹⁶¹. Embora alguns

¹⁵⁹ WALTERS, E. T. *The Brazilian Northeast: the necessity for U.S. decision*, relatório de 11 de março de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 744. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁶⁰ Somente mais tarde, depois da eleição de Arraes, o foco será transferido para o Rio Grande do Norte.

¹⁶¹ DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections 1962: key political personalities in Pernambuco*, relatório de 22 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-

destes nomes não fossem propriamente comunistas, a maioria apoiava Arraes e criticava Sampaio, o bastante para serem vistos pelos cônsules estadunidenses como figuras perigosas.

Alguns jornais locais como o Diário de Pernambuco eram frequentemente acusados pelos EUA de possuírem tendências comunistas e defenderem personagens como os acima citados. Bastava que reportassem qualquer notícia sobre a grave situação dos camponeses nas zonas rurais para que assim fossem classificados. Ora, ao que parece apenas os EUA, a APP e as forças políticas tradicionais brasileiras, em parte, estavam autorizados a tratar do assunto, como se qualquer outra abordagem fosse demasiadamente subversiva ou imprudente. Para os oficiais de Washington, era importante manter esta perspectiva para que a APP continuasse a funcionar como um canal de conexão entre os EUA e as forças políticas tradicionais em meio às tensões da Guerra Fria.

Os EUA, por vezes, entendiam que as afiliações partidárias dos candidatos a cargos políticos eram meras formalidades, importando apenas como eles projetavam-se diante do contexto conturbado que se vivia à época. A atenção era mais exigida quando os partidos eram tradicionalmente ligados à esquerda, ou soassem, de alguma forma, como excessivamente progressistas, nacionalistas, populistas. A vastidão de partidos era algo com o que os *policy makers* estavam pouco habituados, suscetíveis a confusões. Francisco Pessoa de Queiroz, candidato do PTB ao senado, foi vigiado pelos EUA como possível ameaça no Planalto por sua filiação partidária. W. S. Smith tratou de acalmar seus colegas dizendo que, apesar disso, Queiroz era o candidato do Partido Rural Trabalhista (PRT), do Partido Republicano, do Partido Republicano Progressista, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e da UDN, aliança conservadora que rejeitava projetos como os estimulados por Jango, como as reformas de base, ou ao menos viam a necessidade de moderá-los¹⁶².

Com o desenrolar da APP, tornou-se importante para os EUA verificarem com precisão os políticos que seriam amigáveis ao programa. Geralmente, estes eram os que mais abertamente o desejavam, como Cid Sampaio, principalmente. Outros necessitavam de uma investigação maior, pois a afiliação partidária nem sempre correspondia às

732.00/9-1962, record group 59, slide 330. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁶² DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 10*, relatório de 11 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1154. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

aspirações do político. Por exemplo, havia dois candidatos principais para o pleito governamental em Sergipe no ano de 1962: João de Seixas Dória e Leandro Maciel, ambos da UDN. O primeiro era supostamente um integralista, nacionalista, por vezes simpático a ideias comunistas e retratado pela Gazeta de Sergipe (jornal considerado pelos analistas estadunidenses como inclinado à esquerda) como um bom candidato. De modo geral, as forças políticas locais não enxergavam muitas distinções entre ambos os candidatos¹⁶³.

Havia nesta análise algum problema ou este problema estava nas posições de Seixas Dória – tanto quanto na dos que o descreviam publicamente. Como seria possível um integralista simpático a ideias comunistas, visto que o cerne do movimento integralista, junto ao nacionalismo corporativista, era o anticomunismo? Ou Dória não sabia o que era integralismo, ou a análise dos estadunidenses foi precária: esqueceu de considerar que, talvez, Dória tenha abandonado uma perspectiva política em detrimento de outra, e como isso ocorreu. Se aceitou facilmente a descrição da opinião pública, cometeu outro equívoco. Isto nos serve como exemplo sobre algumas frágeis investigações e interpretações estadunidenses sobre a política nordestina, o que dificultaria sua visão em torno do pleito de 1962.

Muitas vezes, a análise dos EUA sobre o cenário político do Brasil, mais ainda do Nordeste, acabava sendo reduzida a destrinchar as tendências partidárias ou personalistas, por vezes deixando de lado as alianças que engendraram o sistema democrático nacional, as especificidades regionais, entre outras coisas. O próprio regionalismo era uma barreira a um panorama mais acurado dos EUA sobre o país naquele momento, importando, até certo ponto, quem encabeçava o governo federal mais do que quem comandava os estados, exceto se fossem francos comunistas, situação que não estava ocorrendo. Nas eleições governamentais de 1958, houve uma predominância de governadores eleitos filiados à UDN no Nordeste, sendo eles cinco de nove. Piauí e Ceará elegeram candidatos do PTB, mas sem vínculos aparentes com alas menos moderadas da esquerda.

Nas eleições de 1962, a UDN manteve cinco governadores eleitos, enquanto PST, PSD e PSB disputavam espaço. Todos os eleitos possuíam suas particularidades, mas nenhum se apresentava como uma real ameaça de guinada à radicalização, exceto Arraes,

¹⁶³ KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962: Sergipe*, relatório de 17 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 502. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

segundo os EUA. O que se verificou nos documentos analisados foi que a primazia dada aos governos dos estados, verificando menos as preferências ideológicas de prefeitos, deputados e senadores, exceto quando eram excessivamente “esquerdistas”, aponta para uma visão republicana estadunidense pouco cuidadosa com as especificidades brasileiras. Entendia a autonomia republicana, bastante fugaz, como suficiente para permitir uma aproximação independente do governo federal, mas esquecia como o bloco político regional funcionava. Esta percepção deu aos EUA a sensação de que por meio dos governadores, suas ações se espalhariam para o restante do território sem considerar que as forças municipais poderiam desequilibrar a força dos estados.

Contudo, não foi o que ocorreu em relação à APP. Se olharmos com cautela, veremos que estados-chave do Nordeste como Maranhão possuíam uma estrutura institucional fortalecida por membros das forças políticas tradicionais posicionados à direita. Vitorino Freire, por exemplo, foi relatado por analistas estadunidenses como sendo um político que por vinte anos influenciou a administração do estado de forma violenta e utilizando recursos opressivos em situações de crise durante sua atuação como deputado. Teria ameaçado de morte Francisco Julião, quando ele esteve no Maranhão. Era anticomunista e pró-EUA, tido como um homem de extrema-direita, conforme presumido por T. E. Walters¹⁶⁴.

Na gestão de Newton Belo, havia dezenas de administradores considerados pelos EUA como conservadores ou centristas. Entre os que se candidatariam às eleições de 1962, para o legislativo ou executivo, a gigantesca maioria era composta por indivíduos inclinados a ambos os campos políticos acima citados, além de alguns liberais como Henrique de Laroque Almeida¹⁶⁵. Este tipo de tendência era visto em todos os estados do Nordeste. A única exceção era mesmo Arraes, inclusive não sendo bem quisto entre os governadores dos outros estados, fossem eles eleitos em 1958 ou em 1962, ano em que ele mesmo foi eleito.

Na Paraíba, segundo exame dos EUA, os candidatos às eleições de 1962 se equilibravam entre “esquerdistas” e conservadores moderados, sem grandes sobressaltos ao extremo de qualquer um dos lados. Não havia entre eles um só candidato comunista. Entre os conservadores, dez. Pedro Godim, governador do estado que seria sucedido por

¹⁶⁴ WALTERS, E. T. *Brazilian elections 1962: report n. 02 – Maranhão*, relatório de 15 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 017. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁶⁵ Idem.

João Agripino (UDN) em 1962, se via diante de toda a situação como alguém que não desejava ofender os proprietários de terra, mas, no final de seu mandato, parecia incapaz de ignorar o potencial revolucionário das Ligas Camponesas que cresciam no território. Por isso, os latifundiários vinham se enfurecendo com Godim, por ele não ter tomado medidas repressivas contra os camponeses insurgentes¹⁶⁶.

Na Paraíba, os usineiros e grandes proprietários de terra pertenciam à UDN, ao menos em sua grande maioria ou retoricamente. O Grupo Fernandes de Lima, dono da Usina Monte Alegre, era uma exceção à regra, sendo filiado ao PSD. Já os Ribeiro Coutinho, família mais poderosa do estado, eram udenistas convictos. Parte da família chegou a compor o Congresso Nacional e defendia interesses dos latifundiários de modo geral, não apenas familiares. Outras famílias, como a Veloso Borges, possuíam também grande influência na vida política paraibana. Um de seus mais importantes membros, Aguinaldo Veloso Borges, proferiu, na presença do governador Godim, a seguinte sentença: “Reforma agrária na Paraíba, vamos receber à bala!”. A declaração, diante de tal autoridade, era sintomática. Revelava a força que estes grupos possuíam junto ou mesmo à revelia do poder institucional e a rejeição profunda a qualquer alteração no sistema socioeconômico rural. Não era à toa que Godim não desejava se indispor com estes grupos (LEMOS, 1996).

Francisco de Assis Lemos (1996, p. 92) relata a criação da Liga dos Latifundiários, como foi batizada pela imprensa, em referência contraposta às Ligas Camponesas, a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba. O manifesto que fundou a associação em 1962 reconhecia problemas estruturais, a necessidade de mudanças e de suaves transformações, que, ao ver dos latifundiários, existiam mais por “vícios de instituições caducas e superadas do que da maldade do homem”, argumentando que tais instituições poderiam ser exemplificadas pelo Exército Nacional, bem como pelo governo federal. Havia, ao mesmo tempo, “o afrontoso desembarque de armas proibidas e o adestramento de grupos para guerrilhas”, diziam os membros da associação. Era parte do imaginário coletivo latifundiário a ideia de que, a qualquer momento, suas propriedades seriam tomadas por camponeses revolucionários armados, ecoando o que pensavam os EUA sobre as Ligas Camponesas no Nordeste.

¹⁶⁶ DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections: Paraíba*, relatório de 05 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 471. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Delgado-Arias entendia que, naquela ocasião, a Paraíba disputava com Pernambuco:

o topo da lista de locais problemáticos no Nordeste. Enquanto os problemas da Paraíba parecem ser os mesmos que os do resto do Nordeste, alguns observadores, incluindo a inteligência do IV exército brasileiro, acreditam que a Paraíba é um dos principais alvos dos esforços comunistas na região, tornando-se agora o estado de maior agitação provocado pelas Ligas Camponesas¹⁶⁷

Segundo estimativas estadunidenses, a esquerda deveria sofrer intensas derrotas em candidaturas para cargos executivos, mas ampliaria posições no legislativo, no congresso e no senado. Sairiam de 20% das cadeiras para cerca de 25-30%. Porém, tenderiam a reforçar o poder onde já o possuíam. Assim, este aumento de força ocorreria de forma acentuada no Rio Grande do Sul, onde Brizola se destacava. No Nordeste, Pernambuco e Maranhão chegariam a 20%, número considerado alto o bastante para ser ignorado. Isto seria decorrente do entusiasmo dos camponeses pernambucanos com Arraes e da acentuada participação dos camponeses paraibanos diante da passividade de Godim¹⁶⁸.

Existia alguma preocupação com a candidatura de Adahil Barreto ao governo do Ceará, considerado um esquerdista mesmo sendo da UDN. Outra confusão por parte dos analistas estadunidenses: Barreto era um nacionalista fervoroso e possivelmente seu envolvimento passado com a Liga de Emancipação Nacional (da qual alguns membros do PSB participavam) pode ter contribuído para esta imagem, já que ele não poupava esforços em defesa da nacionalização de empresas, o que normalmente se apresentava aos EUA como comunismo ou um caminho até ele. Ao mesmo tempo, ele teria sido escolhido por partidos mais à esquerda como possível candidato após a própria UDN rejeitá-lo. Em Sergipe, Seixas Dória aparecia em considerável vantagem sobre Leandro Maciel. Considerado esquerdista também pelo seu nacionalismo, Dória não era visto pelos sergipanos como candidato da esquerda sobretudo pelos seus laços familiares politicamente conservadores. Waldir Pires, na Bahia, estaria também sendo alvo dos

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ WALTERS, E. T. *Elections in the Northeast, 1962*, relatório de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

olhares estadunidenses por supostamente flertar com a esquerda¹⁶⁹. Lomanto Jr. (UDN) acabaria sendo eleito.

Por mais que houvesse essa tensão geral em torno dos candidatos para 1962, Arraes era o centro principal das atenções estadunidenses. Assim o era por ser Pernambuco o carro-chefe do surgimento das Ligas; por ser o estado onde as Ligas Camponesas inauguraram uma era de agitação nas zonas rurais; e, sobretudo, por ser considerado um comunista. Era, sim, mais um nacionalista com projetos progressistas do que propriamente um comunista, mas isso bastava aos EUA e aos detratores do candidato. Se fizesse os movimentos certos, poderia provocar uma inflamação irremediável no Nordeste e levá-lo a uma revolução. Pensar isso hoje parece exagero, mas naquele contexto parecia razoável.

Além do mais, a vastidão documental sobre a qual nos debruçamos indica uma dedicação maior por parte dos analistas estadunidenses a três estados: Pernambuco, Paraíba e Bahia. 54% dos documentos investigados tratam do primeiro, enquanto 29% se referem ao segundo e 11% ao último, ficando os outros estados dividindo 06% do total. Isto revela a hierarquia dada pelos estadunidenses em termos de importância aos estados nordestinos, sendo Pernambuco o mais visado, por isso o mais importante para a diplomacia estadunidense. É certo que a intensa mobilização das Ligas Camponesas, a presença de Francisco Julião em suas frentes e a existência de Miguel Arraes motivaram isso, pois tratava-se não apenas de um estado-chave para a região, mas também de um estado permeado por forças políticas consideradas “subversivas”. Estes três estados, principalmente, teriam papel proeminente na aproximação com a APP para projetos que, na aparência, buscavam remediar problemas verificados pelos estadunidenses, mas, na essência, vinham para manter as estruturas que garantiam a existência do bloco político tradicional nordestino.

Em entrevista à imprensa pernambucana, João Goulart disse que estava dando prioridade às necessidades do Nordeste no tocante ao seu desenvolvimento estrutural, meses antes da corrida eleitoral. A declaração de Goulart vinha para amenizar a preocupação dos poderes políticos nordestinos quanto à divulgação dos quadros de emergência da APP, que estariam priorizando regiões já economicamente privilegiadas, como São Paulo e Rio de Janeiro¹⁷⁰. Naquele momento, as notícias exteriores sobre

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka no. 02*, relatório de 28 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 860. Records of

discussões em torno do auxílio estadunidense ao Nordeste agradaram a imprensa e acalmaram aqueles que viam com desconfiança as relações do governo federal com os EUA, suspeito de estar investindo demasiadamente no Centro-Sul. A confiança na Sudene também cresceu, passando este a ser visto como um órgão que intermediaria satisfatoriamente o repasse das verbas¹⁷¹. Isso comprova como era oscilante a relação entre as forças políticas tradicionais do Nordeste, o governo federal e a Sudene. Tudo dependia de como estes dois últimos aceleravam ou retraíam a entrada de ajuda externa no país.

É possível perceber que a ânsia por ajuda externa simboliza uma forte desconfiança dos poderes locais nordestinos quanto ao governo federal e à Sudene. Quando governadores dos estados recorriam aos EUA para buscar apoio, o argumento para tanto era o mesmo: a ingerência da Sudene e o descaso do governo federal, discurso nada distante do que era usado nas décadas de 1920-30 para acusar o poder central de faltar com apoio para o combate às secas. Agora, era necessário sanar os problemas da seca, sobretudo a pobreza, para evitar a fertilização do socialismo. Jango e Furtado, ambos acusados de serem comunistas, serviam de calço para os argumentos dos chefes de estado, os quais tiravam proveito, conscientemente ou não, da visão dos diplomatas estadunidenses sobre o Nordeste no contexto da Guerra Fria. Eis o pilar pernicioso das relações entre estes poderes e a APP.

3.3. – Desequilibrando o pêndulo: a transferência da dinâmica paternalistas para as relações entre as forças políticas tradicionais nordestinas e os EUA

Esse tipo de relação foi muito requerido pelo antecessor de Miguel Arraes no governo de Pernambuco, Cid Sampaio. Uma significativa quantidade de documentos diplomáticos menciona o nome dele e relatam sua aflição quanto à ajuda externa dos EUA, insistindo que o governo federal brasileiro vinha sendo pouco zeloso com o estado e com o Nordeste como um todo. Durante uma visita ao governador em junho de 1961, Albert A. Rabida relatou que Sampaio estava inquieto com o fato de que, embora diversos

the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁷¹ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 03*, relatório de 06 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 851. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

técnicos estadunidenses tivessem passado por Pernambuco e avaliado suas precárias situações estruturais, ele continuava aguardando pelo “primeiro dólar” chegar. Da mesma forma, o governador se mostrou insatisfeito com a concentração de autoridade nas mãos da Sudene e de Celso Furtado e quanto à liberação de verbas para auxílio financeiro às custas da autonomia do estado.

A conversa, relatada por Rabida como muito amistosa, foi conduzida por Sampaio até chegar em sua preocupação maior: o receio de que, caso esta ajuda externa não fosse imediatamente recebida, era possível que as Ligas Camponesas perdessem o controle, o governo tivesse seu poder minado e o comunismo entrasse a golpes de enxada no estado. O governador estava certo de que a efetividade de seu governo estava em jogo com esse atraso, sobretudo porque o governo federal, que historicamente parecia ignorar as súplicas do Nordeste, estava agora sob a direção de forças questionáveis, segundo sua retórica. Reforçou ainda que era mister cuidar do Nordeste, que há muito vinha sofrendo com a preferência dos EUA a estados como Rio de Janeiro e São Paulo¹⁷². Fazia três meses desde o discurso fundante da APP proferido por JFK.

Sampaio estava certo quanto à priorização da ajuda econômica estadunidense, que desde os anos 1960, como vimos no memorando de Leonard G. Wolf no início deste capítulo, se destinava em grande parte – maior do que o necessário – ao Centro-Sul. Afinal, como expusemos anteriormente, Jango havia se manifestado às intenções de redirecionar a entrada de recursos da APP no Brasil¹⁷³. Às vésperas da renúncia de Jânio Quadros, a equipe do presidente solicitou aos EUA a análise de uma planilha referente ao Plano de Emergência para a recuperação da economia brasileira, novamente sinalizando para o problema da distribuição econômica por regiões. Lincoln Gordon foi o mediador deste pedido em Punta del Este, considerando a situação uma oportunidade para barganhar um apoio mais declarado por parte do Brasil em relação aos EUA. Do montante solicitado pelo Brasil, um total de 2.661.240 dólares divididos em cinco anos, uma parte considerável, quase equiparável à solicitada para o desenvolvimento do Sul, se destinaria

¹⁷² RABIDA, A. A. *Quarteback Sampaio tries end-run for aid funds*, memorando de 09 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁷³ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 02*, relatório de 28 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 860. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

a programas de desenvolvimento no Nordeste¹⁷⁴. O estabelecimento da Sudene em 1960, por meio da lei 3.692, vinha também para renovar os meios de estruturação do Nordeste, mediando o financiamento do Estado fornecido à região¹⁷⁵.

O que podemos compreender disso é que Sampaio, como outros governadores, não desejava exatamente que o governo federal implementasse formas de sanar os problemas da região, mas que mantivesse uma relação equilibrada de poder com estas forças por meio da manutenção delas e de seus projetos políticos tradicionais com subsídios financeiros. Nesse contexto, a existência da Sudene por vezes soava muito mais como um empecilho do que como uma solução, pois qualquer controle da verba destinada ao Nordeste parecia, por um lado, desejo das forças políticas de outras regiões em subalternizar o Nordeste e, por outro, que o governo federal não estava interessado em barrar efetivamente o socialismo, como no passado teria se mostrado incompetente em resolver o problema das secas. Numa fase em que o Brasil se regulava internacionalmente pela PEI e acabaria sendo governado por Jango, em suspeição, existia o cenário perfeito para que as forças políticas tradicionais do Nordeste fossem correndo aos EUA encontrar meios de furarem todas as possíveis barreiras.

Por isso, Celso Furtado e a Sudene foram tão visados pelas forças políticas tradicionais do Nordeste. Mesmo em um momento de grande crise, como dezembro de 1962, em uma conferência ocorrida em Natal, Furtado declarou seu apoio e otimismo em relação à APP e afirmou que, então mais do que em qualquer outro momento, o projeto possuía boas chances de ajudar no desenvolvimento do Nordeste. Seu discurso veio após críticas feitas por alas da Sudene ao programa. Evidentemente, Furtado desejava pôr panos quentes na situação, causando nos EUA certo alívio. Sua fala garantiu que o desenvolvimento de projetos para a captação de recursos seria mais efetivo e que a articulação entre a *USAID* e o órgão que dirigia seria muito mais fluida a partir daquele momento¹⁷⁶.

¹⁷⁴ MAY, Herbert K. *Brazilian government request for foreign financial aid*, memorando de 22 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 695. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁷⁵ WALTER, R. G. *Stabishment of the Superintendency for the Development of the Northeast*, telegrama de 04 de janeiro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 890. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁷⁶ KILDAY, Lowell C. Weekly Summary n. 24 [Celso Furtado comments favorable on Alliance for Progress], relatório de 13 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0597. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Porém, o fato de Furtado ter se aproximado de ideias marxistas no passado e estar na posição de chefe de um órgão regulador, destinado a cuidar de uma região cuja força do patrimonialismo estava profundamente enraizada, eram um problema. O endosso de Goulart a ele tornava as coisas ainda mais difíceis. Assim, aquilo que parecia ser a salvação do Nordeste, a Sudene, se apresentava aos chefes políticos tradicionais como um erro. Talvez porque o desejo da maioria deles não fosse o encerramento completo da penúria na região – algo que, pensamos, mesmo a Sudene jamais conseguiria fazer -, mas garantir subsídios que, controlados pelos próprios governos, transformassem sua região apenas o bastante para que não comprometesse as estruturas sobre as quais suas forças estavam alicerçadas.

Quando pela primeira vez Furtado negociou diretamente com os EUA em busca de ajuda financeira, preterindo momentaneamente seus tradicionais redutos de ajuda externa, como a França, sua ação foi vista com desconfiança. Isso porque era tido como um nacionalista inveterado, embora tenha defendido diversas vezes que a ajuda externa faria bem para a economia nacional, sobretudo para o desenvolvimento do Nordeste. O que afetava sua imagem para os EUA, além de suas marcas “esquerdistas”, era seu perfil interventor¹⁷⁷. Com isso, era mais fácil os EUA pensarem a estabelecer com os poderes locais as tais “ilhas de sanidade”, de Lincoln Gordon. Contudo, podemos contestar: havia mesmo forças políticas conservadoras tão reduzidas ao ponto de serem comparadas com ilhas? Pensamos que não. Ao contrário: a grande maioria dos representantes estaduais do Nordeste apertaram a mão estendida dos EUA com seus dólares sobre ela.

No Congresso, Furtado encontrou desafios robustos à aprovação do Plano Diretor da Sudene, um projeto que acreditava ser o passo mais largo em direção à renovação do Nordeste, à redução da fome e da pobreza, catapultada por reformas pontuais sobretudo no campo. A maioria dos parlamentares nordestinos, ferozmente críticos em relação à Sudene e ao seu chefe, ameaçaram barrar o projeto. Furtado, inconformado, ameaçou pedir demissão do cargo caso o Plano fosse retido pelos deputados que, liderados pelos nordestinos, rejeitavam agressivamente a proposta. Parfaisal Barroso, governador do Ceará, ficou encarregado de dialogar com os parlamentares e outros governadores da região, na tentativa de reduzir a impopularidade da Sudene, o que não ocorreu sem a

¹⁷⁷ GREMILLION, M. J. *Sudene interest in US assistance*, telegrama de 27 de junho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 931. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

devida retribuição da força-tarefa da APP¹⁷⁸. Por que as forças políticas tradicionais nordestinas rejeitariam um plano para a melhoria de sua região – ou que era, ao menos, apresentado como tal?

Antonio Callado (1960) disserta de forma pungente sobre como autoridades parlamentares nordestinas do final dos anos 1950, donas de propriedades rurais e fortemente contrárias a movimentos sociais camponeses, usavam de sua posição política para encontrar formas de reduzir a intervenção federal no interior do Nordeste para sanar de vez os problemas lá encontrados. Ao mesmo tempo, buscavam no Congresso e no Senado formas de defender o bloco unísono dos representantes estaduais da região e proteger os interesses dos que, como eles, detinham boa parte do território rural nordestino.

Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, via a APP como um efetivo instrumento de transformação do Nordeste, mais ainda do que a Sudene, pois não enxergava no projeto estadunidense limitações desproporcionais. De acordo com os oficiais estadunidenses que conversaram com ele, Alves teria mudado vez ou outra de opinião em torno do programa por não se sentir devidamente contemplado pelo financiamento. Geralmente, esse era o motivo pelo qual um líder político ligado às forças políticas tradicionais criticava a APP. Não teria conseguido administrar os projetos de financiamento exigidos pela APP e, então, decidiu se opor a ela. Declarou que a APP era ingênua e completamente incoerente com a realidade nordestina.

Ao ler a reportagem final da Missão Bohan, o governador chegou à conclusão de que o programa era insignificante e não chegava próximo de resolver os problemas da região, pois estava muito distante dela. O projeto demandaria demais dos governos brasileiros e a demora nos investimentos seria um grave problema, pois os comunistas não estavam poupando tempo em se espalhar pelos estados da região. O político teria recomendado à Sudene não receber qualquer proposta de financiamento dos EUA¹⁷⁹. Estas declarações significam uma mudança surpreendente na postura de Alves sobre a APP.

¹⁷⁸ RABIDA, Albert A. *Sudene's Celso Furtado considering resignation*, telegrama de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1231. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁷⁹ DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 02*, relatório de 14 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 874. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Mais tarde, em setembro, Alves parecia menos crítico à APP, mas não perdeu a oportunidade de provocar os EUA:

Discursando em um massivo comício político em Natal na semana passada, o governador Aluísio Alves listou as conquistas de sua administração e depois seguiu descrevendo os projetos em desenvolvimento para o futuro. Alves se referiu à Aliança Para o Progresso em termos positivos, citando especialmente a projeção de um acordo para a melhoria na educação. Surpreendentemente, no entanto, ele também mencionou um acordo aparentemente recém firmado entre o estado do Rio Grande do Norte e a Hungria, sob o qual o segundo assistirá o primeiro por meio de um projeto de irrigação para fazendas utilizando poços perfurados. De acordo com o governador Alves, o acordo está aguardando aprovação do Itamaraty e do Banco do Brasil para a vinda dos técnicos e do maquinário necessário¹⁸⁰.

O discurso e os acenos de Alves ao bloco soviético devem ser interpretados cautelosamente. Suas declarações polêmicas foram muito mais uma forma de chantagear os EUA, especialmente porque conforme os dólares foram entrando no estado, o governador reconsiderou muito do que disse anteriormente. Isto se comprova porque em 1963 ele enfatizou em uma reunião de dois dias ocorrida em Recife, a importância da APP no desenvolvimento do seu estado e do Nordeste. Ele declarou ainda que a crise dos minérios pela qual seu estado passava era decorrente do fornecimento excessivo destes minérios pela União Soviética à China, Coréia do Norte e Europa, prejudicando as negociações brasileiras¹⁸¹. Pela ausência de um número mais consistente de camponeses organizados em torno das Ligas, as críticas anteriores de Alves surgem como ameaça alternativa. É possível vermos também uma frustração quanto à menor remessa de verbas destinadas ao Rio Grande do Norte, justamente por ser um estado menor e onde levantes camponeses pareciam menos prováveis. Somente depois, quando Arraes foi eleito em Pernambuco, este quadro mudaria.

O posicionamento de Seixas Dória, governador eleito de Sergipe, parece também ter mudado em relação à APP, tendo ele dito anteriormente que estava inclinado a bem receber o "bom capital" e não o "mal capital", representado por companhias

¹⁸⁰ DELGADO-ARIAS, Eugene. Weekle summary n. 13 [Hungarian agreement with Rio Grande do Norte], relatório de 24 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0033, p. 04. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁸¹ ROWELL, E. J. *Aluísio Alves Stresses AFP*, telegrama de 14 de novembro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353509/>>.

multinacionais como a *Coca-Cola Company*. Sua retórica pouco moderada pode ter sido causada por recente viagem ao Sul em busca de captação de verba. Este tipo de declaração em muito se assemelhava a declarações de Leonel Brizola – com quem Dória teve contato - sobre o capital estrangeiro. Depois, parafraseado pela imprensa sergipana, disse que o capital estrangeiro era essencial para o desenvolvimento social e econômico do estado, completando que Sergipe estava “de portas abertas para todos os honestos colaboradores que não possuem vínculos com formas políticas dadas à alienação ideológica”¹⁸². As idas e vindas nas opiniões sobre a APP sugerem que a rejeição aos EUA parecia, em algum sentido, contagiar mesmo as forças políticas mais tradicionais, ao passo em que também eram influenciadas pelo *lobby* estadunidense, pela chance de forçar um paternalismo estadunidense e estimular um investimento direcionado aos governos conforme isso se mostrava possível.

Esse investimento, como vimos no exemplo de Aluísio Alves, geralmente era exigido de forma exagerada e, quando não correspondido, gerava frustração entre os líderes políticos. O mesmo ocorreu quando uma equipe da *USAID* foi ao Ceará conversar com o governador José Parsifal Barroso (eleito em 1958 por uma legenda das Oposições Coligadas, da qual faziam parte PSD, PTB e PRP) a respeito de medidas econômicas para o desenvolvimento do estado, dentre elas uma junta cooperativa com empresas privadas que permitiria o financiamento de obras. Porém, a proposta foi recusada pelo governo. Ao que parece, segundo oficiais estadunidenses, as exigências por parte do estado foram maiores e menos focadas no desenvolvimento a longo prazo, não encontrando respaldo na articulação feita pela *USAID*¹⁸³. O que o governador desejava era mais do que o necessário para reformas pontuais e menos do que o essencial para reformas estruturais profundas¹⁸⁴.

¹⁸² MIDKIFF, Harold M. Weekly Summary [Seixas Dória muda de posição], relatório de 23 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0447, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁸³ DELGADO-ARIAS, Eugene. Weekly summary n. 12 [USAID no Ceará], relatório de 17 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1213. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁸⁴ Virgílio Távora, sucessor de Barroso, parece ter apresentado aos EUA projetos mais completos para a captação de recursos. Embora crítico de alguns pontos da APP, era geralmente favorável ao programa e apresentou à *USAID*, em viagem aos EUA, planilhas com a descrição detalhada dos projetos que pretendia desenvolver. Sobre isso, ver: BRUBECK, W. H. *Call on the President by the Governor-elect of Ceará, Virgilio Tavora*, memorando de 28 de fevereiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:352662/>>

Algo semelhante aconteceu quando, em visita aos EUA, Petrônio Portela, governador do Piauí, reclamou que a Sudene estava obstruindo os planos de desenvolvimento preparados pelo governo do “estado mais pobre da região Nordeste”. Disse que, se necessário, procuraria alternativas que pudessem furar os trâmites impostos pelo órgão chefiado por Celso Furtado, alguém que o governador via com suspeita. Novamente, os estadunidenses reforçaram que era fundamental trabalhar com a Sudene pois o dinheiro investido necessitava acompanhar prazos e planos específicos, para que não houvesse desperdício ou gastos indevidos. Apenas com a Sudene, o desenvolvimento a longo prazo parecia ter chances de funcionar¹⁸⁵.

Quando vemos os diplomatas estadunidenses defendendo o papel da Sudene na tramitação dos recursos da APP, foi possível acompanharmos, com o passar do tempo, a mudança no olhar dos EUA sobre o órgão. Em determinado momento, a Sudene deixa de ser descrita como importante para o processo, mas necessária para a garantia de transações democráticas. Ao mesmo tempo, os documentos registram essa opinião para que o ar de ilegalidade das transações diretas, sem a mediação da Sudene, seja amenizado. Acaba surgindo como último recurso diante das dificuldades impostas pelo órgão ao desenvolvimento, dificuldades estas que eram, tão somente, questões burocráticas. Os EUA, assim como os líderes políticos nordestinos, queriam estimular o descrédito à Sudene ao menos em certa medida, o suficiente para garantir a entrada de recursos de outra maneira.

As expectativas em torno deste desenvolvimento cresceram significativamente com as eleições governamentais de 1962, pois este problema foi pautado decisivamente sob pressão dos EUA e visto entre os candidatos como ferramenta para se extrair recursos, fossem destinados às campanhas, fosse aos governos. Os apoiadores de Lomanto Jr., na Bahia, explicaram sua fé no candidato por seu poder para superar o quadro rural, argumentando que ele era um homem do sertão, que como presidente da Liga Municipal Brasileira ele se posicionava favoravelmente aos governos locais e por maior apoio financeiro para governos municipais, o que o faria gozar de profunda satisfação geral¹⁸⁶.

¹⁸⁵ BRUBECK, W. H. *Call on Mr. Ralph Dungan by the Governor of Piauí, Petronio Portela*, memorando de 03 de abril de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:352577/>>

¹⁸⁶ KEYSER, D. *Elections in Bahia*, relatório de 08 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 823. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Contudo, ao assinar uma declaração de apoio junto a outros governadores do Nordeste em 1963, fez ressalvas à necessidade de taxaço das propriedades rurais, temendo a represália de boa parte do seu eleitorado: os latifundiários¹⁸⁷.

Um ano antes, em discurso feito em São Paulo quando de uma tentativa do governador Ademar de Barros se pôs a difundir um projeto de ajuda financeira interna entre os estados (que ele chamou de Aliança Para o Progresso brasileira), Lomanto Jr. disse que, naquele momento, a Bahia encontrava-se de portas abertas para receber e estimular a livre iniciativa, o capital nacional e estrangeiro que realmente desejassem promover o desenvolvimento e cooperar com o estado. Barros acreditava que, com isso, Lomanto unir-se-ia à sua aliança nacional de conservadores, mas, a bem da verdade, ele desejava apenas a entrada de recursos para o seu estado, recursos estes que beneficiassem as elites.

Lomanto Jr. não tardou a solicitar recursos vindos do Centro-Sul para serem aplicados em indústrias locais. Havia uma dupla intencionalidade na iniciativa de Barros: por um lado, reforçar a posição do Centro-Sul no jogo político brasileiro e, por outro, efetivar focos de pressão conservadores contra Goulart, fortalecendo a incapacidade de o governo central negociar com as forças políticas do Nordeste. Com isso, os EUA reafirmaram a necessidade de colaborar com o projeto de Adhemar de Barros visto que isso poderia contornar a fiscalização do governo federal e da Sudene, levando ajuda financeira mais rapidamente ao Nordeste. A APP deveria, segundo os oficiais estadunidenses, aliar-se à Aliança Brasileira¹⁸⁸.

O governador eleito da Bahia, ao visitar os EUA em janeiro de 1963, foi descrito pelos oficiais estadunidenses como um jovem ambicioso. Embora declarasse que sua eleição ao governo havia sido o ponto alto de sua carreira, estava claro que as aspirações de Lomanto não se restringiam ao estado da Bahia. A base de seu projeto político era permeada por objetivos comuns aos da APP, à qual ele fez repetidas saudações em apoio. Por isso, o consulado estadunidense em Salvador, ao reportar esta biografia do político, reforçou a necessidade em apoiá-lo com toda a disposição possível. Acreditava que a Bahia “estava necessitada. Precisava de recursos. Era capaz de se tornar um exemplo da

¹⁸⁷ GORDON, Lincoln. *Declaration of Northeast governors*, memorando de 08 de agosto de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>>.

¹⁸⁸ BRADDOCK, Daniel M. *Weekly Summary n. 46*, relatório de 15 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0416. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

Aliança Para o Progresso como Lomanto desejava que fosse. Ele estava contando com essa viagem para receber assistência e encontrar meios para atingir este objetivo”¹⁸⁹.

Este jovem ambicioso era filho de imigrantes italianos e desde cedo estabeleceu-se na Bahia como político proeminente, após formar-se odontólogo. Criou sua base política em Jequié, no interior do estado, e tornou seu filho, Leur Lomanto e seu neto Leur Lomanto Jr. herdeiros políticos de seu legado, como costumeiramente ocorre entre as forças políticas nordestinas. Sua esposa, Hildete, era de família rica que se orgulhava de ter se estabelecido no Brasil ainda durante o período colonial, construindo uma vasta propriedade rural¹⁹⁰. Não há surpresas quanto ao fato de que Lomanto Jr. possuía grande apoio por parte dos latifundiários baianos, motores de sua campanha no interior.

Desde 1959, a Bahia vinha sendo estudada pelos EUA como local essencial para o investimento de ajuda externa, em decorrência de suas necessidades no campo e de concorrer com outros estados como sendo um dos mais problemáticos do Nordeste. Compreendendo que a Bahia necessitava de ajuda ainda maior do que a fornecida pelo governo federal brasileiro, oficiais estadunidenses recomendaram ao *Department of State* realizar aproximações amigáveis com o estado para fornecer-lhe qualquer demanda possível de ser suprida, essencialmente as de natureza estrutural para que, com isso, o estado pudesse ajudar a si mesmo¹⁹¹. Ao alvorecer da APP, a eleição de Lomanto Jr. surgiu como oportunidade para facilitar este processo. Ao governador, a situação se desenhava como oportunidade de defender as estruturas que favoreciam os seus coligados. Juracy Magalhães, seu antecessor, já operava nesse sentido.

O diretor de planejamento econômico do estado da Bahia em 1960, Rômulo de Almeida, foi incisivo ao informar aos EUA que a prioridade máxima nas regiões rurais da Bahia era a operacionalização de meios para fornecer água e distribuição de comida, de modo que ambos amenizassem a penúria das secas periódicas. Este fornecimento,

¹⁸⁹ MIDKIFF, H. M. *Visit of governor-elect Lomanto to the United States*, memorando de 25 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1056. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁹⁰ MIDKIFF, H. M. *Family of governor Lomanto's wife established in Bahia colonial times...*, telegrama de 24 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 980. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁹¹ COTTAN, H. R. *Bahian economy as seen by a visitor*, relatório de 13 de janeiro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 446. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

contudo, deveria ser feito em duas partes: uma técnica, outra financeira¹⁹². O governo de Juracy Magalhães insistia na narrativa das secas para angariar formas de receber recursos, não importava se do governo federal brasileiro ou dos EUA. Como o movimento camponês na Bahia era menos significativo, a narrativa do “terror vermelho” parecia, nos primeiros meses pós-Revolução Cubana, menos apelativo.

Na Paraíba, tanto Pedro Godim como João Agripino não representavam perigo significativo. Estavam mais próximos da direita do que da esquerda e os problemas lá correntes, como já mencionamos, estavam centrados na presença das Ligas Camponesas em grande número. A morte de João Pedro Teixeira, líder das Ligas locais, tornou a situação relativamente grave no campo, mas os registros de pedido de socorro dos governadores do estado aos EUA são escassos. Novamente, sublinhamos o fator Miguel Arraes como determinante para a maior cautela dispendida pelos EUA a Pernambuco, inclusive deixando a Bahia de lado. Como sabemos, e como alguns militantes do campo disseram, um líder político que representa as demandas de um grupo social acaba legitimando, por meio de seus discursos e ações, o comportamento dos que busca defender.

No Maranhão, Newton Belo era um anticomunista declarado. Em Alagoas, Muniz Falcão não dava sinais de que pudesse sequer se aproximar do espectro esquerdo da política, mas ambos mantinham fortes laços com os interesses privados e rurais. A pouca significância destes estados no desenrolar da Guerra Fria fez com que os EUA se dedicassem menos a investigarem seus políticos. A grande exceção parece realmente ser Pernambuco, cuja importância é ressaltada a todo momento pelos documentos diplomáticos e pela situação eleitoral que se deu em 1962.

Havia ainda outros personagens distintos que merecem destaque. Dijalma Maranhão, prefeito de Natal a partir de 1960, teria demonstrado publicamente seu “antiamericanismo” quando da vinda do comissário para o desenvolvimento econômico do Brasil, Merwin Bohan, ao Rio Grande do Norte em 1961. Na ocasião, ele declarou que a ajuda estadunidense por meio de trustes e do investimento de capitais privados não deveria ser aplicada ao Brasil, que corria o risco de ter sua autonomia prejudicada. O prefeito declarara ainda que embora tivesse simpatia pelo povo estadunidense, assim

¹⁹² CRANE, R. H. *Mr. Romulo de Almeida, director of Bahia state economic planing comission*, memorando de 02 de dezembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 567. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

como a maioria dos brasileiros, sabia que o país vinha sendo controlado por algumas poucas, mas enormes, entidades corporativas, o que influenciaria sobremaneira a relação dos EUA com outros países.

Maranhão teria dito que a compulsiva tentativa dos EUA em classificar diversos políticos como ele e Miguel Arraes como comunistas levaria a maioria deles ao comunismo. Disse que no Brasil basicamente havia dois partidos: a direita e a esquerda, e ele, por seu compromisso com as causas populares, teria escolhido a esquerda. Segundo ele, a fraqueza do Partido Comunista em Natal se dava pela liderança que Djalma Maranhão exercia, angariando militantes para a sua causa ao invés da causa comunista. Ou seja, sinalizava para pautas que, na dinâmica política brasileira, representavam mais ao progressismo que poderia, a depender de como se desenvolvia, encaixar-se numa toada mais liberal ou social-democrata¹⁹³.

Esse tipo de conduta era rara entre os representantes do poder executivo das cidades, somando-se a ela a de Arraes enquanto prefeito de Recife. Tratava-se de um poder ainda mais próximo aos latifundiários, talvez o mais próximo do executivo. No entanto, apesar de importantes, os prefeitos aparecem em segundo plano nas ambições diplomáticas dos EUA quando o assunto é a APP e o desenvolvimentismo contra o socialismo. Era necessário tê-los sob tutela, mas era ainda mais importante ter proximidade com os governadores, aqueles que mantinham uma articulação maior com todos os fragmentos das forças políticas regionais, no caso do Nordeste.

Por isso, em 1963, os representantes estaduais assinaram uma declaração emitida aos EUA a respeito da posição destes líderes em relação à APP, pois os governadores entendiam, segundo o próprio registro, sua relevância na implementação do projeto que pouco mais de dois anos após seu início penetrava timidamente no Nordeste. A declaração foi rubricada por todos os governadores dos estados nordestinos, resumindo o que eles esperavam da APP e dos esforços estadunidenses para fazer o programa funcionar na região. Também declaravam sua posição dentro daquele contexto.

O primeiro ponto da declaração diz que o Nordeste possuía um sistema social subversivo, algo que os políticos reconheciam como um problema a ser resolvido, pois não advogavam a favor da violência revolucionária. Afirmaram que o sistema, da forma

¹⁹³ RABIDA, A. A. *Plitical leaders: a day with Dijalma Maranhão*, relatório de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 481. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

que existia, era subversivo porque se tratava de um convite permanente à sublevação. Ora, se algo é permanente é provável que torná-lo efêmero demande tempo e, neste caso, dinheiro. A narrativa do problema das secas quase sempre apresentava essa questão como um mal natural, permanente, contra o qual era difícil de lutar, mas passível de ser amenizado. Se o sistema social do Nordeste, onde havia uma insatisfação popular crescente – sobretudo no campo -, estava em permanente situação de efervescência, era um argumento perfeito para deixar os EUA em alerta.

Mais adiante, os governadores atestam que rejeitam a falsa imagem projetada no restante do país sobre o Nordeste, louvando o que estavam eles mesmos “criando por lá”, algo diferente da impressão difundida nas outras regiões, onde o Nordeste aparecia como estagnado e resignado, pronto para se tornar uma nova Cuba. Alertavam também que não possuíam compromisso com “sistemas feudais”, tampouco com o sistema capitalista. Esse meio termo surgia como uma forma de apresentar as forças políticas do Nordeste como um bloco que representava uma novidade; porém, sua preocupação em não ser uma ou outra coisa demonstrava muito mais uma atuação dentro das estruturas existentes, a fim de conservá-las, do que o contrário. Ao enfatizarem a situação no campo como demonstrativo de que era possível se distanciar do socialismo e evitar os erros do capitalismo, acabavam assumindo seu potencial conservador ao dizerem que o nacionalismo que defendiam é derivado dos esforços capitalistas mundiais, devendo o cooperativismo e a reforma agrária seguirem sua dinâmica, sem, contudo, ferir a profundidade das características locais.

Ao mesmo tempo, os governadores enfatizaram a necessidade de desenvolver no campo um tipo de mercado que não fosse fechado ao capitalismo ou ao socialismo, mas que fosse suficientemente adequado às peculiaridades do interior do Nordeste. Que isso queria dizer? Em um momento como aquele, já vimos, estar aberto a possibilidades múltiplas, mais ainda às de tendência socialista, era aterrorizante aos EUA e mesmo a estas forças políticas regionais. Que sentido, então, faria declarar tais possibilidades de abertura, especialmente quando Cid Sampaio era tão enfático em seu medo do “comunista” Miguel Arraes e outros? As forças políticas nordestinas narravam intensamente o medo do socialismo se espalhar pelo Nordeste, criticavam incisivamente o governo federal por sua PEI e a suposta infiltração socialista no poder central e na Sudene, então por que sugerir aproximar-se do mercado soviético?

É curioso notarmos que os proponentes da declaração reivindicaram uma reforma agrária que executasse expropriações em locais onde a indústria e o capital tiveram mais

efeito. Isto se contrapõe a toda a lógica estrutural das forças políticas latifundiárias, sinalizando para uma possível ruptura entre estas e os governadores, mas logo assumindo outras feições quando observamos o seguinte: tal reestruturação deveria, segundo os governadores, ser administrada por cada estado autonomamente visto que o governo federal pouco havia se interessado por isso e, naquele momento, encontrava-se incapaz de realizá-la sem radicalismos. A palavra radicalismos foi usada intencionalmente.

Lincoln Gordon notou sérios problemas nessa declaração. A via como sendo de natureza cooperativa e participativa, tendo os governadores em muito desconsiderado a carta de Punta del Este. De acordo com o embaixador, a APP havia mudado para uma rotina de implementação de relações bilaterais entre os EUA e seus beneficiários, para que somente depois de desenvolvidos esses países pudessem estabelecer relações econômicas multilaterais. Reconhecia, contudo, que as dificuldades de penetração da APP no Nordeste, devido à complexidade da região, impediam a exigência de que as forças políticas regionais negociassem apenas com os EUA. Mais ainda: a complexidade do Brasil parecia dificultar a entrada do capital estrangeiro no país devido a longas mediações, triangulações, burocracias e problemas ideológicos. Percebendo a unificação do Bloco Nordestino, Gordon entendeu que todos estes entraves precisavam ser superados mesmo que seu respeito à autoridade do Estado brasileiro fosse enorme¹⁹⁴, ao menos na aparência. Suas “ilhas de sanidade” demonstrariam o contrário. Gordon sincronizou a visão dos diplomatas estadunidenses à das forças políticas tradicionais do Nordeste, remetendo ao *Department of State* uma conjugação de ambas.

Soma-se a isso o interesse crescente das forças políticas nordestinas em negociarem diretamente com os EUA as condições de captação do auxílio externo. Em fins de 1963, este desejo havia se consolidado e causou problemas à Sudene que via nas declarações dos governadores Aluísio Alves (RN), Virgílio Távora (CE) e João Agripino (PB) um ataque feroz ao governo federal, quando, em reunião com o alto escalão da superintendência, disseram ser plenamente favoráveis à autonomia dos estados na busca por dinheiro do exterior. Endossados por Ademar de Barros, que destacou a importância

¹⁹⁴ GORDON, Lincoln. *Declaration of Northeast governors*, memorando de 08 de agosto de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>>.

de o republicanismo brasileiro ser levado a sério, estes governadores foram as chaves para a abertura forçada entre os EUA e as forças políticas tradicionais do Nordeste¹⁹⁵.

Apesar deste esforço por coesão - inclusive estabelecendo Aluísio Alves como porta-voz dos governadores do Nordeste para dialogar com a força-tarefa da APP¹⁹⁶ -, por que eleger um porta-voz entre nove chefes políticos, se não fosse necessária uma organização em bloco regional? Existia ainda o “problema Arraes”. Antes dele, havia o engajamento de Cid Sampaio em receber ajuda externa dos EUA em sua cruzada contra o comunismo, como se este estivesse prestes a se apossar do estado de Pernambuco que, já discutimos, aparentava ser um barril de pólvora naquele momento. Tendo Arraes dito que restringiria a penetração da APP em Pernambuco e Sampaio reafirmado seu compromisso com os EUA, temos uma situação que certamente mudou os rumos da ajuda externa estadunidense e de sua relação com as forças políticas nordestinas. Naquelas circunstâncias, não parecia mais seguro confiar em qualquer mediação: fazer recursos entrarem no Nordeste era, para os EUA, uma questão de emergência para a sua segurança nacional.

3.4. – A força gravitacional de Pernambuco entre a permanência e a mudança na transição do governo estadual

Em sua tese de doutorado, Henrique Alonso Pereira (2005) defende que, em 1962, a prioridade da APP no Brasil era o Rio Grande do Norte. Podemos concordar que havia intenção por parte da força-tarefa do projeto em transformar o estado em vitrine da APP, aproveitando-se da figura política moderada de Aluísio Alves para tanto. Não é à toa que os *policy makers* estadunidenses o reconheciam como porta-voz do bloco político nordestino. O Rio Grande do Norte ganhou status de prioridade mais por sua situação política relativamente contida do que por qualquer outra coisa. As idas e vindas do governador quanto ao que pensava sobre a APP, já debatemos, não o colocava como privilegiado naquele contexto. Continuamos a perceber Pernambuco como o alvo central da APP e dos EUA. Contudo, concordamos com o autor que se “Pernambuco foi

¹⁹⁵ GORDON, Lincoln. *Direct negotiation for foreign AID*, telegrama de 12 de julho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679477/>>

¹⁹⁶ DELGADO-ARIAS, Eugene. *Aluiso Alves Bids for Regional Leadership*, telegrama de 02 de setembro de 1963. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353600/>>

considerado pelo governo norte-americano como uma espécie de centro da ‘subversão’ no Nordeste, o Rio Grande do Norte deveria ser o seu contraponto” (Idem, p. 399). Passou a ser o foco da APP somente após a eleição de Arraes.

Pernambuco, ao contrário do seu vizinho, tinha o diferencial de ser um estado problemático no qual as Ligas Camponesas poderiam ganhar ainda mais presença com a chegada de Arraes ao governo. Este fato nos impede de ver outro estado como prioritário para a APP e para a urgência de se criar “ilhas de sanidade” o que, ao contrário de Alonso Pereira (2005), não entendemos como vitrines para o que o programa poderia fazer no Nordeste ou mesmo na América Latina, mas como pontos de contensão da “subversão” nos quais a ajuda estadunidense havia chegado independentemente dos seus meios, inclusive sabotando a autoridade do governo federal, como nos mostra Carlos Fico (2008).

Isto só foi possível devido ao frágil avanço da APP no Brasil, assim como em toda a América Latina. Enquanto o número de desempregados na região aumentava, os números da produção agrícola por pessoa caíam bruscamente até fins de 1962. As conquistas da APP em termos de educação, saúde e moradia eram quase imperceptíveis. Por quê? Para onde estariam indo os milhões de dólares fornecidos pelos EUA? Podemos dizer que seria necessário muito mais do que o fornecido para que o Nordeste se desenvolvesse o suficiente, mas as próprias estatísticas do programa apontavam para o caminho contrário na região. Os EUA sabiam, a partir daí, que não poderiam replicar o sucesso do Plano Marshall pois a América Latina não era a Europa, e o Nordeste era um caso ainda mais complicado (GIGLIO; RABE, 2008). Não havendo no Brasil as características necessárias para a refundação de suas estruturas, acabou sendo necessário negociar com as forças que delas se beneficiavam em nome da luta anticomunista.

A efetividade da APP, segundo os analistas estadunidenses, estava afetada pela forma como operava a política externa do Brasil, como as elites olhavam para o programa e como o governo federal lidava com a ajuda remetida pelos EUA. No primeiro caso, havia grande ressentimento por parte dos estadunidenses quanto à PEI, perigosa diante do forte “antiamericanismo” latino-americano da época e das investidas soviéticas no desenvolvimento econômico de regiões precárias. Negociar com o bloco socialista era sinal de que ele poderia aproveitar as brechas disso e ampliar seu espaço no globo. No segundo caso, era entendido que as elites nacionais viam na APP elementos que mais atrasariam do que desenvolveriam o país, pois consideravam os investimentos em moradia, saúde e educação desnecessários, exigindo maior verba destinada à estrutura

industrial, desvelando o pouco interesse destas forças políticas com o projeto humanitário do programa. No terceiro caso, os estadunidenses eram categóricos em afirmar que o governo federal brasileiro impunha burocracias indevidas que paralisavam o programa; as razões para isso, diziam, eram suspeitas.

Hubert H. Humphrey, em conversa com Dean Rusk, já observava esses problemas de forma bastante acurada ainda em 1962. Em carta, afirmou que “nenhum crédito estava sendo dado” pelas forças políticas tradicionais brasileiras “ao aspecto humano da Aliança, que busca aprimorar os setores da educação para alcançar melhorias nos padrões de vida”. Humphrey relatou a Rusk ainda que embora essas críticas ignorassem por completo o sofrimento dos mais necessitados, “elas [as forças políticas tradicionais] declaravam que no longo prazo somente os investimentos rápidos e pesados na industrialização do Brasil poderiam melhorar os padrões de vida das massas”¹⁹⁷. Ou seja, estas elites – e as do Nordeste estavam inclusas – estavam mais inclinadas a aceitar aquilo que beneficiaria empresas privadas ou a própria máquina estatal em detrimento do que efetivamente definiria transformações sociais.

Neste panorama, Humphrey entendia que:

O longo tempo entre o planejamento e a execução de projetos é inevitável e, especialmente no Brasil, é um problema grande por conta de sua tradicional e lenta burocracia e falta de experiência na coordenação de projetos de captação de ajuda externa. Acima de tudo isso, o país vive um momento de virtual abstenção da autoridade do governo federal, (...) e se não fosse pelos governadores dos estados, haveria anarquia em várias partes do Brasil.

E propunha:

Nesse contexto, tenho uma proposta que, acredito, teria grande impacto psicológico (...). Seria de grande valor se o presidente [JFK], antes de sua viagem até aqui embaixo [à América Latina], pudesse autorizar o envio de tratores e equipamentos que auxiliassem em implementações nas regiões agrárias do Nordeste brasileiro (...). Contudo, mais efetivo do que isso seria a possibilidade de negociarmos diretamente com o governo do estado de Pernambuco, ainda existe um governo pró-EUA e disposto a reduzir as burocracias deste processo¹⁹⁸.

¹⁹⁷ HUMPHREY, H. H. *Letter to Dean Rusk*, memorando de 09 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁹⁸ HUMPHREY, H. H. *Letter to Dean Rusk*, memorando de 09 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849, p. 04.

A burocracia do governo federal e a lentidão que proporcionava, além da possibilidade de negociação com os governos dos estados, sempre estiveram às vistas dos EUA quando da implementação da APP. Havia esta barreira consistente à ajuda externa que poderia ser reduzida com uma negociação direta com os estados. Por isso era interessante aos EUA que o Nordeste se constituísse como bloco relativamente autônomo em relação ao governo federal. Este, por sua vez, era historicamente criticado pelo bloco nordestino por não cumprir seu papel de interventor nos problemas regionais. Curioso como as forças políticas tradicionais do Nordeste reivindicavam sua autonomia para negociar com os EUA sem a Sudene, mas detestavam sentir-se preteridas em relação às forças políticas de outras regiões do país.

Mais curioso ainda é que, apesar disso, a “APP brasileira” esboçada por Ademar de Barros, governador de São Paulo, conquistou aderentes do Nordeste que criticavam o chamado “imperialismo paulista”. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, se dirigindo ao Segundo Congresso das Assembleias Legislativas de Porto Alegre, acusou São Paulo de agravar o atraso do Nordeste por monopolizar todos os recursos do país. Dois dias antes, em 26 de outubro de 1961, pequenas inserções em jornais locais anunciaram que o presidente do Banco do Estado de São Paulo viajaria à Bahia e a Pernambuco para inaugurar filiais nas capitais destes estados a convite de seus governadores. A intenção do banco seria financiar pequenos fazendeiros e ajudar no desenvolvimento industrial dos estados¹⁹⁹.

O regionalismo nordestino e sua revolta em relação ao Centro-Sul parece haver passado por altos e baixos, por processos que inflavam ou acalmavam este sentimento, mas é essencial identificarmos nisso a volatilidade deste posicionamento quando o assunto era a entrada de recursos financeiros. É necessário salientar também que, fosse do Centro-Sul ou dos EUA, a entrada de recursos parecia algo imprescindível para desenvolver a região por meio do incentivo às empresas privadas, de uma excessivamente cautelosa redução das diferenças sociais no campo e de investimentos na indústria mais do que nas necessidades básicas da sociedade mais pobre do Nordeste. Ou isso, ou o

Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

¹⁹⁹ LYON, S. C. *Paulista Imperialism*, telegrama de 31 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 385. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

comunismo poderia ampliar seu espaço de domínio no mundo. Esta era a situação que as forças políticas tradicionais do Nordeste impunham à APP.

Volta à cena um dos protagonistas de nossa trama, o governador de Pernambuco desde 1958, Cid Sampaio. Ainda em abril de 1960, quando a APP ainda não havia sido planejada, o governador se reuniu com o cônsul George R. Phelan Jr., em Recife, em um jantar no qual discutiram a força e o perigo do Partido Comunista no estado. Ele necessitava de ações positivas que, acreditava, Phelan ajudaria a fornecer para o combate à influência das Ligas Camponesas e das lideranças de esquerda entre os camponeses. Estas ações requeridas seriam majoritariamente financeiras, cuja aplicação no campo amorteceria as temerárias angústias dos latifundiários com a reforma e suplantaria a penúria por esperança. Ao menos na retórica, era assim que Sampaio desejava discutir a ajuda externa dos EUA.

Desde 1961, dois anos antes do término de seu mandato, o governador de Pernambuco insistia na necessidade de formação de um bloco de governadores da região para fazer frente ao comunismo, bloco este que ele desejava liderar, conforme comentário de Rabida:

Antecipando o desenvolvimento de uma base popular de poder que deve resultar em uma disposição dos grupos reacionários identificados com a exploração, e temendo que este movimento popular seja dominado por esquerdistas totalitários ao invés de reformistas democráticos, o governador Cid Sampaio está ativo em forçar a organização de um grupo de governadores estaduais que veem a “democracia de base popular ao invés do totalitarismo popular como a rota que o Brasil deveria seguir”, e que constitui, em seu ponto de vista, “a única força no país que tem qualquer chance de retirar o Brasil da direção que segue rumo a um governo do tipo comunista totalitário sob a liderança de esquerdistas demagogos”²⁰⁰

Notemos três aspectos do discurso de Sampaio. Primeiro, a ideia de que o bloco que pretendia criar seria o único capaz de retirar o Brasil da rota do comunismo internacional. Segundo, que isto seria feito tirando Pernambuco da mira do “esquerdista totalitário” Miguel Arraes, o que fica claro quando ele defende seu receio de que as forças políticas tradicionais no poder perdessem espaço para seus antagonistas, prevendo a candidatura de seu adversário. Terceiro, que a forma como este discurso se organiza é a

²⁰⁰ RABIDA, A. A. *Governor Sampaio active in organizing bloc of governors as political force*, telegrama de 09 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 312, p. 01. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

base da gigantesca maioria dos discursos de Sampaio ao apelar por ajuda externa estadunidense. O trecho do documento acima nos mostra como o governador pernambucano consubstanciou sua retórica anticomunista para criar um forte vínculo com os EUA, ao ponto de ser uma das estratégias mais concretas para redefinir a relação paternalista antes existente com o governo central brasileiro. Em grande medida, ela passaria a ser executada entre EUA e as forças políticas defendidas por Sampaio e o governador teve papel importante nisso.

O mote do “terror comunista” regeu as relações de Sampaio com a APP. Trata-se de uma contradição, pois o mesmo Partido Comunista que ele rechaçava havia colaborado com sua eleição. Disse que a aliança com o PCB foi meramente pragmática, uma vez que também havia se aliado à direita, pois antes de qualquer disputa ideológica sua prioridade era o combate à corrupção. Sampaio, quando das eleições de 1958, asseverou que aqueles que acreditavam em sua vitória sem apoio dos comunistas estavam enganados, sendo necessário o sacrifício em nome do estado. Ao que parece, seu temor ao socialismo não era tão intenso, ao menos não se comparado ao fato de alguém como Arraes, abertamente mais progressista, fosse eleito mais tarde e redesenhasse o perfil do bloco nordestino. Talvez, seu medo não fosse necessariamente dos comunistas, mas de perder seu poder e comprometer as estruturas favoráveis às elites com as quais estava aliado mais organicamente.

Trata-se de um exemplo sobre as dificuldades que os EUA tinham para interpretar a tradição política brasileira. A postura suavemente favorável ao desenvolvimento adotada por Sampaio, voltada vigorosamente mais às estruturas industriais do que a questões sociais, acabava por distingui-lo da maioria dos candidatos de seu partido, gerenciado por famílias da elite rural (SARZYNSKI, 2018). Essa perspectiva, contudo, foi decisiva para sua permanência dentro de uma aliança consolidada pelos interesses destes grupos. Seu envolvimento estratégico com a esquerda, algo não muito incomum na política brasileira, era estranho à leitura estadunidense do contexto. Dentro do Brasil, em diferentes setores, não era incomum.

Em sua campanha ao governo, Sampaio foi aconselhado pelo arcebispo de Pernambuco, Antônio de Almeida Morais Jr., a não formar alianças com os comunistas. Morais Jr., a exemplo de muitos clérigos católicos, defendia os direitos dos trabalhadores do campo e, seguindo uma tradição comum no interior do Nordeste, se aliava a eles em suas lutas por igualdade. Contudo, era um ferrenho anticomunista e crítico das Ligas

Camponesas²⁰¹. Apesar disso, Sampaio se manteve próximo dos comunistas e da esquerda em geral para assegurar sua vitória, o que de fato acabou sendo uma atitude astuta de sua parte. Seu medo de Arraes seria por seu suposto conluio com o comunismo ou por seu potencial em desarticular o bloco tradicional nordestino estabelecido a partir de 1958?

Segundo Sampaio, seu apoio a Arraes para as eleições municipais, da qual saiu vitorioso, foi um erro decorrente de laços familiares. Arraes era cunhado de Sampaio. Desde antes da corrida governamental de 1962, Sampaio sabia que Arraes pretendia concorrer e declarou a Phelan se tratar ele de um comunista, de um nacionalista cuja marca era completamente diferente da sua. Disse que se eleito governador, Arraes seria capaz de ensinar algumas lições a Fidel Castro, tamanho seu envolvimento com o comunismo. Encerrou a conversa sobre seu cunhado dizendo que o gabinete da prefeitura havia se tornado uma sala de reuniões do PCB.

Ao ser questionado sobre a reforma agrária, disse estar travando uma batalha consigo mesmo, indo de porta em porta, inclusive à da embaixada do EUA, para pedir apoio. Suas palavras sobre este assunto foram categóricas e assustadoras, segundo Phelan: Sampaio agia assim “para aprimorar as condições das massas para que elas não necessitem se voltar ao comunismo”. Evitar isso seria encontrar apoio econômico para um plano de reforma agrária que sequer foi descrito por Sampaio, mas que afundaria as chances de o comunismo prosperar em Pernambuco. Por fim, disse com todas as letras que esta ajuda constituiria um legítimo programa estadunidense para a região e que “ajuda vinda através do governo federal é fútil”²⁰². Outra vez, o poder central é representado como incapaz de solucionar os problemas do Nordeste.

Nos meses que sucederam a conversa entre os dois acima sumarizada, há indícios de que Sampaio tenha vislumbrado uma oportunidade única de conseguir dos EUA os montantes que, para seu gosto, vinham de forma esmigalhada do governo federal brasileiro, à época ainda comandado por JK. E. T. Walters relatou mais tarde estar preocupado tanto com o desenvolvimento do Nordeste, quanto com as investidas

²⁰¹ PHELAN JR., G. R. *Statements by ex-archbishop of Olinda and Recife regarding the Ligas Camponesas*, telegrama de 05 de Agosto de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 915. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁰² WALTERS, E. T. *Political views of Pernambuco governor Cid Sampaio*, relatório de 01 de abril de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 946, p. 02. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

agressivas de Sampaio para obter recursos financeiros. Isto porque sua insistência causava receio entre os oficiais, que acreditavam no desejo do governador em lutar contra o comunismo, mas desconfiavam de seus projetos²⁰³. Tal fato gerou também atrasos no repasse financeiro dos EUA ao seu estado, o que viria a se modificar em meados de 1963.

Em agosto de 1961, Sampaio novamente expressa sua crescente insatisfação com o suposto autoritarismo e a contenção de fundos por parte da Sudene, com o respaldo financeiro dado por Jânio Quadros a Miguel Arraes quando prefeito de Recife – demonstrando que suas frustrações não eram apenas causadas por JK – e com o que ele considerava um esforço por parte do governo federal em reter os poderes dos estados. Nesse quesito em específico, ele não estava satisfeito com o desenvolvimento de uma associação cada vez maior entre o governo federal, a Sudene e Celso Furtado, bem como os programas de modernização estadunidenses. Não se continha quanto ao ímpeto de comentar que estes últimos possuíam métodos problemáticos de execução, e que gostaria de ver, ao invés daquilo, um mecanismo que permitisse os estados, ao invés do governo federal, receber empréstimos dos EUA.

Na análise dos oficiais estadunidenses, Sampaio vinha forçando o interesse dos EUA nessa manobra insistindo que estava cercado por inimigos comunistas e que lutava por sua vida política em Pernambuco. Daí a sua necessidade de frequentes alianças com o PCB, com militantes comunistas e referências ao mundo soviético, como a fundação da escola Yuri Gagarin em uma favela da capital. Inclusive, Sampaio enviou uma foto sua na inauguração da escola para provar que o comunismo sondava o estado. Apesar disso, considerando que ele não largaria a arena política institucional após seu mandato expirar no ano seguinte, os EUA entendiam que ele era uma peça-chave para o combate ao comunismo no executivo e certamente faria frente a Arraes. Com isso, foi recomendado pelos oficiais em solo brasileiro que o *Department of State* o recebesse e ouvisse suas ideias sempre que possível²⁰⁴.

A situação se tornou crítica quando, em agosto de 1962, Francisco Julião, cabeça da articulação política das Ligas Camponesas, não foi a uma importante viagem a Cuba

²⁰³ WALTERS, E. T. *Embassy telegrama 689*, telegrama 06 de dezembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 954. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁰⁴ RABIDA, A. A. *Souring outlook of governor Cid Sampaio*, memorando de 16 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 973. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

para celebrar o 26 de julho, data na qual surgiu o movimento revolucionário que cinco anos após sua fundação derrubaria Fulgêncio Batista. A abstenção de Julião levou as autoridades estadunidenses a crerem que se tratava de um plano para desviar sua atenção; Julião, que supostamente tinha dado entrada em um hospital no Rio de Janeiro para cuidar de dores de cabeça, deveria, na verdade, ter ido secretamente a Moscou sem o conhecimento de seus adversários²⁰⁵.

A possibilidade de Julião ter ido à URSS buscar recursos para o que se acreditava ser uma guerrilha armada – o que, no final das contas, ficou comprovado não ser o caso – surgiu como oportunidade a Sampaio. Desesperadamente, ele acionou oficiais estadunidenses para dizer que necessitava de urgente ajuda financeira, a ser fornecida em no máximo 30 dias, pois do contrário sua posição como governador e o controle do estado estariam ameaçados. Os oficiais, segundo relatado por A. A. Rabida, nunca haviam visto Sampaio tão consternado e desesperado, mas sabiam que grande parte disso decorria de problemas particulares de seu governo, que vinha perdendo grande apoio, muito mais do que uma ameaça significativa de seus opositores, embora naquele momento as Ligas estivessem seguindo em grande escalada. Rabida, por sua posição, reafirmou a Sampaio que a ajuda financeira da APP perpassava por conceitos e caminhos que não poderiam ser ignorados, devendo ser respeitada a autoridade do Estado brasileiro²⁰⁶.

A insistência dos EUA em explicar a necessidade do respeito ao governo federal pode ter sido uma forma de forçar Sampaio e outros líderes políticos do Nordeste no sentido de um confronto maior com Brasília. Ressaltar incessantemente a importância do governo federal na mediação do recebimento de recursos era lembrar a existência daquele “entrave”, o que poderia adensar o ressentimento e a impaciência das forças políticas tradicionais em relação a ele. De certa forma, esta manobra nos leva a pensar que, de forma proposital, os EUA jogavam estas forças políticas contra a burocracia do Estado.

É interessante observarmos que até 1963, o discurso de que as remessas de recursos da APP precisavam ser mediadas pelo governo federal, por meio da Sudene, foi insistentemente reforçada pelos EUA para responder a pedidos de ajuda externa dos

²⁰⁵ RABIDA, A. A. *The strange absence of Francisco Julião, Peasant League leader*, telegrama de 27 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 1236. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁰⁶ RABIDA, A. A. *Urgent: governor Cid Sampaio claims financial aid needed within 30 days to forestall communist orientation of Pernambuco and Northeast Brasil*, telegrama de 13 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 981. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

governadores de estados nordestinos. Após 1963, isto deixou de ser uma preocupação, mas até lá nos parece que reforçar a importância da triangulação APP-Sudene-estados era uma forma de alimentar a insatisfação dos representantes políticos, desejando assim criar garantias de que uma relação efetivamente paternalista poderia se confirmar. A guinada conservadora do Nordeste entre 1958 e 1964 acabou motorizando esta relação e fertilizando o terreno para negociações que superassem a mencionada triangulação.

Ora, pois como reformas efetivas, que de fato reduzissem a pobreza da região e desfizesse as estruturas arcaicas, seriam implantadas se as forças políticas tradicionais do Nordeste nadavam contra esta corrente? Sabemos que, desde os anos 1960, não há sempre uma homogeneização dos interesses entre os poderes executivos e legislativos, mas podemos dizer que em diversos momentos estes interesses estiveram em plena sintonia. Alguns casos se apresentam como termômetros desta homogeneização, pois como seria possível os poderes executivos do Nordeste desejarem a aplicação de verba estrangeira para o desenvolvimento regional se, na Câmara, representantes do mesmo bloco caminhavam na direção contrária?

Naquele período, no Congresso Nacional, havia se solidificado a presença de:

Um coeso e resistente grupo de representantes das velhas oligarquias que, a despeito das pressões, tornou inoperantes os inúmeros projetos de reformulação da estrutura agrária, seja através da recusa frontal, seja recorrendo a artifícios legais como a inviolabilidade da Constituição que garantia o direito inalienável à propriedade privada da terra. Como acréscimo a essas dificuldades, a heterogeneidade de propostas reformistas tornava ainda mais difícil a constituição de uma força política capaz de fazer frente à hostilidade da maioria dos congressistas (RANGEL, 2000, p. 30).

Trava-se das consequências não naturais, mas culturais e políticas de um processo colonizador que desde cedo estimulou o paternalismo e o patrimonialismo em torno da propriedade privada, na qual deveria florescer o engenho, a monocultura açucareira e as relações escravistas. Evidentemente que estas características haviam arrefecido no Nordeste dos anos 1960, mas seus ecos impediam que transformações mais profundas ocorressem. Causado o estrago, se sabia que resolvê-lo era mexer na pedra fundamental das estruturas sociais da região: promover a reforma agrária. Porém, se isso ocorresse, como ficava o principal recurso do bloco político nordestino para pedir socorro ao governo federal? O anticomunismo surgia como forma de transferir, em parte, o peso das

secas e da pobreza para a tutela da APP quando, ao que parecia, a torneira do Estado estava se fechando – ou sendo mais bem fiscalizada.

Por isso a força-tarefa da APP tanto se preocupou com as atitudes dos grandes senhores do açúcar em Pernambuco após a eleição de Miguel Arraes, que propunha reformas mais incisivas. Estes reagiram, em linhas gerais, de três formas. A grande maioria ameaçou vender tudo o que tinha e deixar o estado, temendo a radicalização do movimento camponês e mesmo do governo. Outros, depositaram toda confiança nos bancos internacionais para resolver a questão via pressões sobre Arraes, financiando robustamente os fazendeiros. Por fim, alguns decidiram apenas esperar as ações objetivas do governo e somente depois tomarem providências. Porém, era certo que as empresas privadas estrangeiras preferiam não investir em Pernambuco, o que afetaria tanto a cidade quanto o campo, que necessitava ao menos de alguma entrada de recursos para que se amenizassem as tensões, sem radicalismos²⁰⁷.

3.5. – Um novo paternalismo: a APP como propulsora da aproximação entre forças políticas tradicionais nordestinas e o papel tutelar do governo estadunidense

O que vemos é que tanto os governadores quanto os congressistas e lideranças das elites agrárias – parte considerável do que chamamos aqui de forças políticas tradicionais nordestinas - não desejavam profundas e consistentes mudanças nas estruturas sociais vigentes, mas mudanças que permitissem a manutenção de seus privilégios de forma conciliada com a luta contra o comunismo. Este comunismo, confuso e incerto, era visto pelas forças políticas tradicionais do Nordeste principalmente nas Ligas Camponesas. Pelos EUA, variava entre estas e líderes políticos que iam de uma mera postura progressista ao comunismo mais radical. Contudo, a incompreensão dos EUA sobre o que de fato era, no Brasil, comunismo ou não, sinalizava para uma visão cristalizada de suas autoridades sobre isso, resultante dos esforços do combate ideológico da Guerra Fria.

Essa interpretação permeou o trabalho de pesquisadores do tema, como é o caso de Sarah Sarszynski (2018), no qual ela opõe conservadores e esquerda para lidar com as forças políticas antagônicas no Brasil. Embora a autora compreenda os problemas dessa

²⁰⁷ SMITH, W. S. *Probable immediate impact of Arraes victory in Pernambuco economy*, relatório de 29 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1040. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

generalização, encontra nela – muito pela forma como os documentos estadunidenses analisam a situação – um meio de facilitar seu procedimento metodológico. Assim, os níveis de adesão a um projeto político ou não ficam obscurecidos. As alianças improváveis, também.

Quando se voltavam ao campo, a confusão dos oficiais estadunidenses era ainda maior, sobretudo se pensarmos que se concentravam majoritariamente nas cidades e o que ouviam sobre as zonas rurais eram quase sempre relatos distantes. Em boa parte dos casos, esses relatos geravam confusões e preocupações. Quando eram feitos por autoridades mais próximas da situação camponesa e, aparentemente, menos tendenciosas aos objetivos estadunidenses, o receio era maior. Foi o que ocorreu quando os oficiais analisaram um exame feito por Celso Furtado a respeito do interior do Nordeste, no qual disse:

Encaremos agora o problema brasileiro de frente. À luz da experiência histórica, não há dificuldade em explicar porque as classes camponesas do Brasil são muito mais suscetíveis à influência do pensamento marxista-leninista e de suas técnicas revolucionárias do que as classes operárias, embora do ponto de vista do marxismo ortodoxo estas últimas deveriam estar na vanguarda da revolução por ele proposta. O fato é que nossa sociedade é bastante aberta ao operariado, mas não aos camponeses. Nosso sistema político permite que os operários se sindicalizem para fazer reivindicações efetivas, sob as regras do jogo democrático. Mas a situação dos camponeses é bem diferente. Sendo que estes não possuem direitos, não podem fazer reivindicações legais. Se eles se organizam, a inferência que emerge é de que eles assim o fazem por causas subversivas. A conclusão mais sensata à qual podemos chegar é que a sociedade brasileira é largamente rígida, tanto quanto os setores preocupados com a situação campesina²⁰⁸.

Chegamos assim a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de uma dualidade no interior de um incipiente processo revolucionário brasileiro. Para Furtado, uma sociedade fechada, como a brasileira, possuía uma maior propensão ao pensamento revolucionário marxista-leninista. Ficava assim claro a necessidade de abri-la, de modificar a situação no campo, de abrandar a rigidez das forças políticas tradicionais das zonas rurais pois, do contrário, seria inevitável que o marxismo-leninismo se tornasse tentador entre os camponeses. A crítica de Furtado a essa narrativa

²⁰⁸ FURTADO, Celso. Dualidade do sistema sócio-político brasileiro, carta de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 393. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

ideológica servia como fonte para impulsionar a reforma agrária, uma necessidade reconhecida pelos EUA, temida pelos latifundiários e tratada com cautela por seus representantes no poder executivo e legislativo. Partindo de alguém como Furtado, a crítica aliviava as críticas feitas à sua suposta aliança com movimentos radicais.

Por isso, a reforma agrária era um entrave à penetração da APP. Era desejada pelo programa, mas barrada pela rigidez das estruturas agrárias do país e pelas relações que elas possuíam com as forças políticas tradicionais do Nordeste. Isso motivava disputas pela própria reforma entre a esquerda e as forças tradicionais, cada uma narrando, à sua forma, como ela deveria ser implementada. Para as forças tradicionais, estava claro que se não fosse feita por elas, a reforma agrária certamente cairia nas mãos de revolucionários tributários ao regime cubano. Cid Sampaio, um dos maiores representantes das forças políticas tradicionais, foi sucessivas vezes à imprensa enfatizar isso. Em 1961, quando já havia planos de cooperação financeira entre EUA e o Nordeste, mesmo sem a existência da APP, sua intervenção feita na imprensa pernambucana causou forte agitação.

Francisco Julião, que segundo Ernst S. Guaderrama possuía vínculos com a China Vermelha, revogando a frequente associação do deputado a Cuba, respondeu ao governador e suas críticas à reforma agrária desejada pelas Ligas Camponesas. Julião disse ao governador que "a reforma agrária limitada é inaceitável; que uma total redistribuição das grandes propriedades é inevitável; que a propriedade privada não possui qualquer status de legalidade quando confrontada às necessidades dos famintos". A declaração é lida por Guaderrama como uma ameaça. Pois, como é visto no prosseguir de seu relato, Julião não excluía a possibilidade de atentados violentos quando os proprietários ou o Estado defendiam a propriedade privada. O cônsul estava convencido de que as Ligas Camponesas estavam organizadas em forças efetivas dentro de suas localidades, e possuíam "a organização necessária para formar uma frente ampla. Estas forças podem e vão ser amalgamadas em instrumentos efetivos por Julião se o estado (...) não encontrar um remédio para o futuro imediato e a contínua e desesperançosa fome dos habitantes do Nordeste", disse.

A esta ocorrência, sucedeu o seguinte: Sampaio disse ter feito um empréstimo de um montante estimado entre 35 e 44 milhões, efetivado em um acordo com uma empresa estrangeira, para realizar uma pequena reforma agrária e desenvolver alguns projetos públicos. Ele chegou a publicitar o fato de ter conseguido parte desse dinheiro, quando na verdade não havia conseguido, revoltando os oficiais estadunidenses quando estes

descobriram o blefe. A descoberta desta mentira poderia levá-lo ao seu enfraquecimento político, um problema para os EUA que contavam com sua administração como líder do Nordeste e possível candidato à presidência em 1965. Segundo o relatório, Sampaio "se colocou em uma situação extremamente precária politicamente", sendo necessário aos EUA reconsiderarem seriamente se valia ou não a pena salvá-lo.

O perigo era que caso este problema se tornasse público, a oposição certamente ganharia força. Inclusive as forças mais radicais, supostamente lideradas por Julião e Arraes, que se aproveitariam da situação para inflamar agitações sociais por reforma agrária e faziam aberta oposição à situação do governo. Em outras palavras, se Sampaio fosse derrotado politicamente, Pernambuco perderia um forte líder da direita, e talvez, segundo análise dos estadunidenses, o Brasil perderia "uma figura política de potencial nacional (talvez com timbre presidencial)", e os Estados Unidos perderiam o Brasil²⁰⁹.

O assombro em relação a Miguel Arraes, um político de maior evidência no país, impulsionou uma forte reação de seus antagonistas após 1964, quando os militares tomaram o poder e políticos progressistas se tornaram alvo das medidas restritivas estabelecidas sob a justificativa da defesa nacional. Arraes foi preso logo depois do golpe, enviado à ilha de Fernando de Noronha onde permaneceu encarcerado até conseguir um *habeas corpus*. Tentou exílio na França, mas foi rejeitado. Foi ao Chile, mas novamente não conseguiu se estabelecer, tendo a Argélia como destino final em 1965. Ainda no exílio, Arraes foi condenado por um tribunal militar a 26 anos de prisão por crime de "subversão". Sua casa chegou a ser invadida por civis armados, à procura de documentos que comprovassem seus supostos crimes (ABREU, 2001). Este era o nível de rejeição ao político entre seus detratores, naquele momento catapultados pelo clima proporcionado pelo regime militar.

Leonard J. Saccio, embaixador dos EUA na Colômbia, fez considerações a respeito de sua visita ao Nordeste brasileiro naquele período a fim de prestar consultoria técnica sobre a região, para que fossem definidas algumas medidas estratégicas inclusive contra políticos de esquerda, como Arraes. O embaixador lembrou o longo "problema Nordeste" e as infrutíferas tentativas de amenizá-lo, tanto dos poderes locais quanto por parte do governo federal. Neste sentido, ele argumentou que os investimentos privados

²⁰⁹ GUADERRAMA, E. S. *The brazilian Northeast; State of Pernambuco; the politic-social-economic problem*, relatório de 06 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 582, p. 02. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

na região, como os que Sampaio teria requisitado, deveriam ser cautelosos e destinados à ajuda, ou ao esforço de deixar as coisas como estavam, sinalizando para o fato de que qualquer estratégia para mudanças radicais poderia ser problemática. Assim, os EUA poderiam auxiliar com programas mais restritos e se solidarizar com a situação, mas sem se envolver profundamente com a questão.

Guaderrama argumentou em favor da manutenção de Sampaio como dirigente representativo, apesar de sua manobra mentirosa e arriscada, visto que os isolados, mas significativos protestos e ações diretas dos chamados “subversivos” no Nordeste estariam caminhando num sentido perigoso. O tom era de que, contraditoriamente às muitas análises, poucos indícios mostravam o potencial revolucionário da região, ao contrário do que Sampaio desenhava, mas era necessário precaução. Guaderrama entendia que, ao contrário dos anseios dos latifundiários, o uso da força policial ou militar para subjugar a violência dos famintos não resolveria o problema básico e nem faria mais do que postergar a possibilidade de uma revolução armada.

Por isso era necessário aos EUA apoiar o governador Sampaio, porque a perda dele seria “ganho dos comunistas”, pois o PCB já estava articulando seus candidatos para tomar o gabinete do governo em 1962, iniciando então um cenário efetivamente mais tenso. O apoio seria utilitário, pois sem Sampaio as portas estariam abertas para a influência de Francisco Julião e de suas ideias radicais de reforma agrária. Ignorava o apoio do PCB a Sampaio e tornava notável como esse tipo de articulação política com líderes locais era conveniente. Julião era mais uma vez associado ao castrismo e visto como adepto do perfil de reformas agrárias cubano.

Sampaio, por sua vez, era visto como bem-sucedido herdeiro de uma família de latifundiários, tendo vencido os comunistas nas campanhas governamentais e feito frente a eles em seu governo, sendo assim um aliado em potencial com o qual era preciso ser cauteloso. Sua importância nesse cenário se tornou grande, mesmo ele estando encurralado financeiramente e tendo suas negociações com empresas privadas para a arrecadação de verba entrado em colapso. Ainda assim, parecia necessário considerá-lo um aliado e dar-lhe um suporte político até o fim, pensavam os estadunidenses²¹⁰.

A insistência de Sampaio por recursos de ajuda externa foi um dos esforços que precipitaram a procura direta dos governadores estaduais pelos EUA, num contexto em

²¹⁰ Idem.

que eles eram majoritariamente aliados das elites agrárias. Hubert H. Humphrey, ainda em 1962, declarava que:

Qualquer avaliação dos possíveis efeitos da Aliança Para o Progresso precisa levar em conta a possibilidade de tremendos desperdícios de tempo e recursos. Tendo em vista evitar tais desperdícios, meu conselho é que ultrapassemos o governo federal do Brasil de qualquer forma que for possível e administremos o auxílio diretamente com os governadores estaduais que vejam os EUA de forma amigável. Isso já vem sendo feito, mas não suficientemente²¹¹.

Era notado pelos *policy makers* que desde o momento em que Goulart assumiu a presidência em 1961, quando certamente consolidou sua posição; e se não se deixasse ser pressionado pelas forças políticas da extrema-esquerda, acabaria por preservar seu prestígio. Sob o sistema parlamentarista não era esperado que ele pudesse estar no controle, o que facilitaria uma maior articulação dos EUA com os governadores do Nordeste pela APP, algo que não se efetivou tão intensamente ainda naquele momento porque a APP ainda engatinhava e a Sudene era um órgão bastante respeitado pela força-tarefa do programa. O avanço dos movimentos camponeses e a agudização da crise política em Brasília reverteria o quadro.

A relação que se estabeleceu entre os EUA e as forças políticas tradicionais do Nordeste por volta de 1963, havendo entre elas o intermédio da Sudene representando o governo federal, em muito se assemelha às relações que a coroa portuguesa estabeleceu com os poderes coloniais locais e, posteriormente, o poder central com os coronéis durante o início da República. Em todos os casos, havia um poder maior que buscava impor sua política sobre um menor, que por sua posição diminuta buscava meios de definir sua prática de poder. Esta prática, um recurso para o ganho de autonomia, acabava por definir a importância deste poder menor em um território tão vasto e complexo. Sem este poder, que por vezes era fracamente fiscalizado pelo governo central – vide a necessidade de Quadros criar subgabinetes presidenciais nos estados e municípios -, o poder central perde em amplitude e, para tê-la, necessita em muito ceder aos intentos das forças regionais para a formação de alianças ou blocos conjugados a seu favor.

²¹¹ HUMPHREY, H. H. *Political situation of Alliance for Progress in Brazil*, relatório de 06 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849, p. 05. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

Isso facilitou que as forças políticas regionais buscassem um laço paternalista com o poder central para que suas demandas fossem atendidas, desejando, por um lado, que elas se convertessem em ajuda financeira e, por outro, que elas não fossem atendidas por completo. Sem a moeda de troca certa, a relação paternalista se desfaria. Desde o início do século XX, essa moeda de troca tem sido, para o poder regional nordestino, as secas e a pobreza. No início dos anos 1960, soma-se a ela o medo do comunismo e a paranoia generalizada dos EUA de que o apelo soviético poderia ter chegado com força ao hemisfério.

Não obstante os planos da APP sugerissem isso – ao exigirem que os governos nordestinos submetessem projetos de capitação de recursos que contemplassem restritamente os objetivos do programa -, a atenção dada pelos EUA à região se fez diante de uma forçosa busca das autoridades regionais por um financiamento que, diziam, não chegava via governo federal. Por mais que houvesse no Nordeste uma situação efervescente – ou, como disse Ernst S. Guaderrama, “uma situação tão inflamável que poderia entrar em combustão ao mínimo sinal de fagulhas”²¹² -, não se tratava de uma situação tão grave ao ponto de desequilibrar o poder das forças políticas tradicionais. Os próprios oficiais estadunidenses entendiam isso, embora esse discurso tenha se modificado ao passo em que Arraes parecia cada vez mais próximo de chegar ao governo de Pernambuco.

A iminência de sua eleição levou A. A. Rabida à seguinte reflexão:

Em 3 de outubro de 1962, os eleitores de Pernambuco devem eleger um novo governador e uma legislatura de estado unicameral. Em vista da fluida situação política brasileira e da posição peculiar ocupada pelo Nordeste, estas eleições provavelmente colocarão à prova significativos interesses políticos dos EUA, pois a decisão a ser tomada pelo eleitorado será importante para ajudar a determinar a orientação política de Pernambuco, o estado mais populoso e influente do Nordeste, durante um futuro crítico²¹³.

²¹² GUADERRAMA, E. S. *The brazilian Northeast; State of Pernambuco; the politic-social-economic problem*, relatório de 06 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 582, p. 02. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²¹³ RABIDA, A. A. *Political characteristics of the Pernambuco state legislature as related to basic transitional problems*, relatório de 17 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 342. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

De fato, as eleições colocaram à prova os interesses estadunidenses e significaram uma mudança brusca em suas relações com as forças políticas nordestinas por meio da APP. Se até abril de 1962 a força-tarefa da APP via como imprescindível a mediação da Sudene, inclusive apoiando a decisão de Furtado em não aceitar um comitê em conjunto para avaliar projetos de captação de recursos estrangeiros²¹⁴, após a eleição de Arraes essa relação muda drasticamente. A somatória de alguns fatores, como o apoio de Jango, a constante reivindicação do presidente por apoio popular e a sensível radicalização de seu discurso reformista; a reputação de Arraes e o crescimento das Ligas Camponesas, ajudaram nessa mudança. Logo, o clamor dos chefes de estado para que a Sudene - supostamente cooptada por “esquerdistas” aliados de Jango, que era aliado de Arraes - fosse ignorada ganhou substância e prioridade por parte dos EUA.

A isto se juntou o próprio *modus operandi* do programa em relação ao papel da Sudene. A percepção dos EUA sobre a força desenfreada da esquerda na região, sintonizava-se com o interesse pela formação de um bloco político conservador em manter seus interesses estruturais e a preservação de suas elites. Em certo ponto, isso se tornou preferível, mesmo que o programa abrisse mão de suas pautas humanitárias. Afinal, a fiscalização dos projetos submetidos à APP era uma forma de controlar as atitudes dos estados, garantindo que se mantivessem fiéis à hegemonia de um projeto regional conservador. A Sudene, para as forças políticas tradicionais, inviabilizava esta dinâmica e tinha a reputação de desejar reverter o quadro, apoiando a agenda da esquerda. Ainda que Furtado negasse isso, os governadores estavam descrentes quanto à sua imparcialidade.

O fator Jango, nesse caso, era acrescentado à dita ineficiência da Sudene. O plebiscito pela volta do presidencialismo em 1963 foi um importante medidor de popularidade para Jango no Nordeste. Os líderes locais propositalmente não fizeram campanhas sérias pela causa de Goulart, sobretudo por não terem recompensas em vistas. Não houve uma mobilização em torno da questão, novamente reforçando o desejo das forças políticas regionais por autonomia, exceto, como vimos, quando o assunto era o auxílio à calamidade²¹⁵.

²¹⁴ TURNAGE, W. V. *Northeast Brazil agreement*, memorando de 03 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, record group 59, slide 734. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²¹⁵ KILDAY, L. C. *Weekly summary n. 24*, relatório de 13 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 597. Records of

Nos estados nordestinos, entre 1945 e 1987, predominaram entre os deputados federais profissionais liberais e principalmente empresários, sendo menos expressivos os trabalhadores e militares. Entre os empresários, se encontravam majoritariamente os profissionais das atividades rurais. Estando estas mais próximas das questões rurais – mesmo que esta proximidade fosse suficiente apenas para entender que era no campo onde a pobreza e o exaurimento da natureza produziam mais miséria, dando substância ao velho jogo político da “ajuda aos pobres” -, acabavam salientando de forma mais vigorosa a necessidade de investimentos que, em décadas, não sanaram os problemas da seca e nem reduziram diferenças sociais.

Claro que a culpa foi atribuída sempre ao poder central e seu descaso. O predomínio de empresários e profissionais liberais entre os deputados federais do Nordeste no período estudado por Iná Elias de Castro (1992), é importante para compreendermos por qual razão as forças políticas nordestinas desejavam a manutenção da ordem social ali vigente. Afinal, tratavam-se de integrantes de uma classe social específica cujos interesses se expõem frente aos seus pedidos por auxílio ao governo federal. Logo, uma maioria de profissionais liberais, latifundiários, empresários, etc. não viam na mediação estatal algo positivo. Certamente eram mais simpáticos às iniciativas privadas que os EUA ofereciam com o respaldo da APP. Portanto, além dos governadores havia uma rede de interessados na perspectiva voltada ao apoio privado do programa e, mais do que qualquer coisa, o descarte da interferência federal neste processo.

Gilberto Freyre, um dos pais do regionalismo nordestino e importante formador de opinião, se referiu ao papel da APP como fundamental para as mudanças necessárias para o Nordeste. Para ele, estas mudanças deveriam ser em estruturas produtivas, como irrigação, fertilização do solo e a condução de pessoas das zonas áridas às zonas rurais mais aptas ao plantio, fornecendo assim condições para o desenvolvimento agrário. De forma alguma sugeriu a necessidade de implantar reformas e transformações mais profundas nas estruturas sociais. Segundo Freyre, a “agitação comunista” no campo era um problema a ser remediado pela reorganização dos planos da APP, devendo financiar diretamente, por meio de organizações públicas dos estados e empresas privadas e não “através da lenta burocracia federal de Brasília e do Rio”²¹⁶

the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²¹⁶ FOREIGN Affairs. *Excerpt from misconceptions of Brazil, by Gilberto Freyre*, reportagem de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-

Aos poucos, a força-tarefa da APP foi descobrindo isso e se dedicando menos a aceitar a mediação da Sudene. Interessante observar que a promessa de grandes montantes econômicos para o desenvolvimento do Brasil fez emergir o desejo do bloco político nordestino de se apropriar destas finanças, sobretudo por julgar sua região mais deteriorada do que outras, algo com que os EUA pareciam concordar (RIBEIRO, 2008). O discurso paternalista em relação ao poder central ia, dessa forma, pouco a pouco sendo transferido para os EUA. O desenvolvimento de 2,5% ao ano prometido pelo programa nunca aconteceu de forma concreta, assim como o dinheiro providenciado pelo governo federal nunca sanou o problema das secas.

A situação crítica da economia brasileira, com a inflação crescendo, reduziu a disposição dos investidores internacionais em olhar para o Nordeste do Brasil, onde a antiquada indústria rural prevalecia. As “ilhas de sanidade” articuladas por Lincoln Gordon deveriam resolver esta questão, pois os governos estaduais e deputados poderiam colaborar com a entrada de empresas privadas estrangeiras e aceitar auxílio financeiro sem pudores de não reconhecer a autoridade federal, algo que estas forças políticas já ensinavam. Para isso, era necessário que a APP fosse, cada vez mais, algo capaz de ampliar o espaço para o “americanismo” no Brasil, inclusive barganhando a redução dos limites à remessa de lucros ao exterior por empresas com filiais no país²¹⁷.

Deste 1961, essa preocupação afligia os empresários da indústria estadunidenses instalados no interior do Brasil, como E. G. Frowley, dono de uma empresa mineradora alocada na Bahia, que se viu temeroso quanto à situação política nacional. Ele escreveu a Edward R. Murrow, então diretor do *Office of Information* em Washington, questionando-o sobre bancos estadunidenses dispostos a emprestarem dinheiro a empresas instaladas fora do país. Uma simples leitura de sua carta nos mostra que ele era bastante leigo quanto a estas questões, algo que ele ressalta no decorrer da epístola. Mais adiante, ele diz ter interesse em conhecer seguros ou leis que garantissem a contenção de perdas econômicas de sua empresa caso o Brasil mudasse de regime, revogasse sua Constituição e seguisse um caminho que nacionalizasse as indústrias estadunidenses no país²¹⁸.

Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:671817/>>

²¹⁷ GORDON, Lincoln. *Participation of private enterprise in Alliance for Progress program*, telegrama de 05 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:684214/>>

²¹⁸ FRAWLE, E. G. *Letter to Mr. Edward R. Murrow*, carta de 13 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 054.

Miguel Arraes, de Pernambuco, parecia nadar a favor da corrente que ampliava os limites aos empresários dos EUA no Nordeste, confirmando suspeitas estadunidenses. Sentiu-se pressionado por volta de 1963, já como governador, ao relatar ao governo federal a denúncia de que os Corpos da Paz e a APP vinham se aproximando do prefeito de Recife, Pelópidas da Silveira, para oferecer-lhe financiamento. Este viria sob a forma de recompensa a acordos fechados com os EUA e empresas privadas ligadas à APP, às quais o prefeito deveria facilitar acesso e conceder menores restrições à permanência. Para os EUA, a denúncia de Arraes era uma quebra na dinâmica entre a APP e as forças políticas do Nordeste, geralmente abertas ao capital internacional privado e à ajuda financeira dos EUA.²¹⁹

A frustração estadunidense naquele momento se explica pela manobra que buscava realizar por meio da APP, já abrindo caminho para as tais “ilhas de sanidade” existirem. Lincoln Gordon sabia que os outros estados do Nordeste eram seguramente aliados dos EUA, mesmo que oscilassem quanto às suas opiniões em torno da APP. Com isso, a estratégia deveria ser usar toda a força possível para mantê-los cada vez mais abertos, usando o programa para isso. O embaixador sabia que o interesse por parte dos governos estaduais existia, pois estes e as forças políticas aliadas acreditavam em um esgotamento das relações com o poder central, especialmente na questão financeira. Por isso, a APP deveria chegar a Pernambuco através dos outros estados - sobretudo dos menores, onde a eficácia das frágeis mudanças poderia ser notada. Apesar da efervescência dos movimentos sociais do campo em Pernambuco fosse tensa demais para os EUA, em um determinado momento (ao menos até que não houvesse outra solução) a ideia era isolar Pernambuco para que o respingar das ações camponesas fosse mais suave²²⁰.

Isto se tornou mais fácil quando a Sudene, ferozmente defendida por Arraes, foi acusada incisivamente de dificultar as articulações da *USAID* para o financiamento externo. Segundo o relato, sem provas, de um jornalista que haveria conversado com um

Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²¹⁹ DOLGADO-ARIAS, E. *Newspapers Report that Complaints Made Against Alliance for Progress and Peace Corps*, telegrama de 22 de junho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679506/>>

²²⁰ GORDON, Lincoln. *Radicalism in the Northeast*, telegrama de 15 de abril de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668915/>>

membro da ala “comunista” da superintendência, haveria a criação deliberada de empecilhos para a aprovação de projetos visando a captação de recursos por meio da APP, como forma de retaliação pelo descaso quanto à autoridade federal. Ao mesmo tempo, a Sudene estaria apta a facilitar a aprovação de projetos vindos do bloco soviético²²¹. Sendo isto verdade ou não²²², devemos observar como os EUA levaram tal suposição a sério e como isto foi usado para tornar mais urgente ainda a relação direta com as forças políticas nordestinas.

Além disso, havia a desgastada relação dos EUA com o governo do Brasil que por volta de 1963 ganhava contornos ainda mais graves. Evitá-lo para garantir a entrada de recursos no Brasil, especialmente no Nordeste, era, para os diplomatas estadunidenses, imprescindível e deveria ser algo feito por meio de:

Pressões diplomáticas para reduzir a influência comunista e de outros tipos de extremismo dentro do governo, para buscar políticas favoráveis ao desenvolvimento democrático, fortalecimento dos setores privados da economia brasileira (tanto doméstica quanto externa), e progressivamente alterar o caminho da “política externa independente” em direção a um caminho mais favorável a uma colaboração com os EUA e o mundo livre²²³.

Paralela a essa relação com o governo brasileiro, era recomendado pelos seus oficiais que os EUA:

Buscasse manter esforços para fortalecer e encorajar forças políticas democráticas e anticomunistas fora do governo federal. As principais forças políticas a serem encorajadas e fortalecidas seriam o Congresso, a vasta maioria dos governadores dos estados (...), as mídias de massa e os meios públicos de comunicação e movimentos trabalhistas e de estudantes. Este esforço deve ter em vista a contenção de possíveis manobras nacionalistas-esquerdistas por parte de Goulart e, se isso se

²²¹ DELGADO-ARIAS, E. *Report on Sudene Policy of Non-cooperation with USAID*, relatório de 01 de julho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:356411/>>

²²² A visão inicial dos oficiais estadunidenses sobre Miguel Arraes muitas vezes também partia de suposições. Neste caso, as supostas afiliações de Arraes no passado davam o tom da retórica estadunidense de que ele era um comunista. Por isso, era visto como um antiestadunidense contrário à APP. Sobre isso, ver: DEPARTMENT of State. *USAID Program and Policy in Pernambuco*, relatório de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:672568/>>

²²³ MAY, Herbert K. *Political meeting on Brazil assistance*, memorando de 05 de março de 1963, p. 03. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668870/>>

tornar impossível, tornar o ambiente mais promissor para sua substituição em troca de um regime mais desejável (...) ²²⁴.

Essas forças políticas acabariam sendo, entre tantas, as mais tradicionais do Nordeste que, embora tivessem pouco de democráticas – como tinham as de outras regiões, visto a particularidade e precariedade deste sistema no Brasil sobretudo em relação ao dos EUA -, eram, para o *Department of State*, preferíveis ao “nacionalismo comunista”. Fortalecer essas forças era dar a elas condições de sobrepujar um governo federal supostamente apoiado pelos comunistas e inclinado à narrativa ideológica soviética. Fazer isso era, por exemplo, dar a essas forças políticas o acesso à ajuda externa que garantisse, mesmo com concessões breves, o funcionamento das estruturas sociais vigentes e torná-las menos interessadas em buscar apoio do governo federal que, como era dito, parecia oposto demais aos interesses das forças políticas tradicionais.

3.6. – A persistente negociação: tornando o fluxo de capital da APP uma corrente sinuosa

Como já dissemos, estas forças políticas eram compostas por empresários liberais do setor privado, latifundiários, membros das classes superiores interessados no investimento internacional, sem que este promovesse mudanças capazes de alterar a sociedade profundamente. Discutimos como a zona rural do Nordeste brasileiro parecia preservar características de um sistema análogo ao feudalismo, mas com grande presença capitalista que, embora modificasse a dinâmica econômica entre os possuidores, restaurava a dinâmica social destes sobre os pobres, os camponeses, os despossuídos. A partir de 1963, a APP ganha novo vigor com a entrada massiva de empresários que, em sintonia com os empresários rurais do Nordeste, buscarão fortalecer a presença da iniciativa privada e o distanciamento entre as forças políticas tradicionais da região e o governo central.

Esse afastamento foi em muito incentivado pela formação do *Commerce Committee for Alliance for Progress (COMAP)*, que mais tarde se dissolveria e daria lugar ao *Business Group for Latin America (BGLA)* liderado por David Rockefeller. Ambas organizações civis entraram de maneira incisiva no jogo político internacional, com grande respaldo de JFK e seu *staff*, a fim de potencializar a entrada de capital privado e

²²⁴ Idem, p. 04.

empresas estadunidenses no Nordeste, da mesma forma que em toda a América Latina. Era um movimento que participava das ações do Estado para diminuir o poder dos governos federais e intervir nos estados, onde as forças políticas tradicionais, fortalecidas também por empresários, aguardavam ansiosas por isso (SPOHR, 2015).

O interesse das forças políticas tradicionais nordestinas na entrada de capital privado estadunidense, em substituição ao dito insuficiente capital federal, foi um dos motores da convergência destas forças políticas em direção aos EUA por meio da APP, abandonando a eterna busca pelo paternalismo federal. A existência da *COMAP* e da *BGLA* forçou isso, gerando maior pressão para que a APP negociasse diretamente com os estados, não mais respeitando a Sudene enquanto a popularidade de Jango se diluía. Os empresários nordestinos, sensivelmente próximos do poder dos governadores – quando não parte dele -, responderam ao desejo estadunidense de forma acalorada, esperançosos de que o investimento internacional lhes beneficiasse.

Era notável como estas forças políticas reverenciavam mais o desejo dos EUA desenvolverem as regiões pobres fornecendo grandes quantidades de dinheiro, do que sua efetiva presença para impedir o crescimento do comunismo. Os analistas estadunidenses reconheciam não haver, nos primeiros anos da década de 1960, a presença de políticos simpáticos ao mundo soviético, portanto a ameaça comunista era frágil (SEWELL, 2016). Com a posse de Jango em Brasília e de Arraes em Pernambuco, essa percepção mudou. Foi quando a estratégia de financiamento estadunidense se modificou facilitando o paternalismo entre estes e as forças políticas nordestinas. Estas últimas perceberam, na agudização da crise, maiores chances de barganhar a defesa do país contra os “vermelhos”.

O próprio comportamento das forças políticas tradicionais do Nordeste diante da APP foi calculado para gerar esta dinâmica. Com o pouco interesse em elaborar projetos efetivos para a captação de recursos, enfatizando o desprezo pela Sudene e insistindo em pedir ajuda externa diretamente, empurraram os EUA e os grupos capitalistas interessados no programa no caminho de relações menos triangulares. A insatisfação generalizada da sociedade estadunidense com a emissão de recursos públicos para o exterior também contribuiu para que antes da metade da década, a administração JFK retornasse a um modelo intervencionista, protagonizado pelas empresas de capital privado, da época de Eisenhower (SEWELL, 2016). Quando a fé inicial dos EUA na APP começou a erodir, emergiu a necessidade de entrar para o tudo ou nada com as forças políticas distanciadas de um gabinete presidencial cada vez mais descrito como subversivo.

Antes mesmo disso, Aluísio Alves, que mais tarde seria nomeado porta-voz do bloco político nordestino, demonstrou franca reprovação quanto à PEI pois acreditava que nenhuma política desta natureza favoreceria relações entre o Brasil e os EUA. Sua opinião era, como a de muitos, afetada por uma atmosfera antiestadunidense que se fazia presente em toda a América Latina; oscilante, por vezes utilitária, mas de certa forma modal (PEREIRA, 2005). A chegada de Jango ao poder fez crescerem as críticas dos governadores, deputados e demais grupos que compunham as forças políticas tradicionais nordestinas, fazendo cessar boa parte das reprovações às intervenções dos EUA, mais aceitáveis por estes grupos do que o presidente. As supostas tendências “esquerdistas” do chefe do executivo favoreceriam um afastamento em relação a Washington, preferindo um conluio com o bloco soviético, pensavam seus antagonistas. Era conveniente construir a ideia de que receber dinheiro estadunidense pela APP sem respeitar o governo federal era lutar contra as tendências comunistas do presidente, ao mesmo tempo que desafiar os movimentos “revolucionários” do campo que desejavam “cubanizar” o Brasil a partir do Nordeste.

Essa perspectiva casou com os esforços para implementar políticas de criação das “ilhas de sanidade” por parte dos estadunidenses, o que passava pela criação de órgão direcionados à disseminação de uma boa imagem dos EUA na América Latina, bem como no Nordeste. Nesta região, a atuação da *United States Information Agency (USIS)* foi de extrema importância. Uma das principais metas era trabalhar com governadores estaduais conservadores ou amigos dos EUA, que barganhariam com prefeitos, empresários e fazendeiros, facilitando a entrada de capital estadunidense em seus estados (PEREIRA, 2005). O impacto imediato disso seria crucial para acelerar a “revolução pacífica”²²⁵ de Kennedy, mas dependeria da disposição das forças políticas locais em aceitar tal proposta. A ausência de uma boa relação com o governo federal, emissor da base paternalista da relação que mantinham – e da qual as forças políticas regionais do Nordeste em muito dependiam -, facilitaria esta aceitação.

De acordo com o que assinala Alonso Pereira (2005, p. 353):

²²⁵ Esta noção era bastante volátil e conveniente. O movimento liderado por Rómulo Betancourt na Venezuela derrubou uma ditadura não de forma pacífica, mas utilizando elementos que, para alguns, poderiam ser considerados revolucionários, ao menos em termos de ação. Contudo, não houve qualquer crítica por parte de JFK, ao contrário: Betancourt foi aplaudido e seu movimento endossado pelos EUA. Os revolucionários cubanos, por sua vez, receberam tratamento contrário. O primeiro caso, por ter instaurado uma democracia liberal tributária ao modelo estadunidense; o segundo, por ter instaurado um regime que se tornaria socialista e que, pouco depois de iniciado, aliou-se à URSS.

Ainda antes do lançamento oficial da Aliança para o Progresso, a embaixada norte-americana no Brasil já alertava o Departamento de Estado para a necessidade de “encontrar meios para fortalecer governadores amistosos em relação aos Estados Unidos através da assistência econômica e técnica a fim de preservar o equilíbrio de poder entre o governo federal e os estaduais”. (...) tornou-se necessário para os Estados Unidos cooptar economicamente as elites políticas visto que era imperioso conter a “ameaça” comunista.

Para preservar esse equilíbrio foi necessário substituir a articulação dos governadores nordestinos com o poder federal pela articulação mais direta com os EUA, tendo a APP se tornando uma ponte para isso. Uma aproximação que não sofresse vigilância do governo federal brasileiro. Estando este sendo vitimado pela desconfiança dos governadores nordestinos, a ajuda externa estadunidense que precisava adentrar o Nordeste servia aos propósitos políticos dos governadores, representantes de suas forças políticas. Esse processo foi facilmente aceito e criou a possibilidade de as forças políticas tradicionais do Nordeste transferirem o papel paternalista do Estado brasileiro para os EUA, conjugando o já conhecido discurso de combate às secas – e de toda a miséria que a acompanhava – ao discurso de combate ao comunismo. Este parecia assegurar de forma mais eficaz a entrada de recursos na região não necessariamente para este objetivo, mas para manter estruturas sociais intactas sob o manto do desenvolvimento.

Logo após ser eleito governador da Bahia, Antonio Lomanto Jr. frustrou-se com o adiamento da visita de Jango à cidade de Jequié, em seu estado, para analisar a situação das estruturas do local, tendo ele prometido averiguá-la para conhecer um pouco mais o problema da pobreza dos pequenos municípios. Além de ter declarado que não deixaria qualquer obstáculo atrapalhar seu governo, ressaltou sua indignação com o governo federal e salientou a necessidade de os estados nordestinos encontrarem novos meios de resolver seus problemas internos. Para os EUA, tratava-se de uma manobra de Jango para fragilizar o recém-eleito governador, deixando clara sua preferência por líderes como Arraes. Com isso, era fundamental recorrer a novas medidas para garantir a primazia a políticos como Lomanto Jr., mais interessados no que os EUA propunham em termos econômicos²²⁶.

Lomanto Jr. viu-se também prejudicado pela atuação de Antônio Balbino, ex-governador do estado e recém empossado procurador geral da república por Jango, que

²²⁶ MIDKIFF, H. M. *Weekle summary, Salvador*, relatório de 11 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 832.00/10-1162-832.05111/12560, record group 59, slide 243. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

vinha limitando, supostamente por discrepâncias ideológicas, as medidas previamente tomadas pelo governador eleito. Este duelo estaria travando o prestígio nacional de Lomanto Jr. e sua capacidade de articulação, soando como algo conspiratório que, mais uma vez, tornava questionável o governo federal e seus diversos braços²²⁷. Isto reforçou a necessidade de buscar ajuda internacional, impulsionada pela importância de reduzir a influência dos inimigos aptos a flertarem com atividades progressistas demais. Em um mundo onde tudo que não soava como o liberalismo tradicional parecia comunismo, o aviso do governador quanto a esta questão motivou novas investidas dos EUA em recuperarem seu papel interventor.

Contudo, nesse caso específico, a fórmula modernizante estadunidense, que apertava e modelava de forma forçosa sua teoria para que as regiões subdesenvolvidas se encaixassem nela, encontrou dificuldades. A intenção das teorias do desenvolvimento de suplantar as teorias marxistas se chocavam com a realidade da postura menos passiva das forças políticas nordestinas, ao contrário do que poderiam esperar os oficiais estadunidenses. Acabaram se tornando uma planta para uma possível forma de fazer política, mas com uma frágil efetividade. Criou uma forma particular de pensar os países subdesenvolvidos da América Latina e suas regiões mais pobres, como o Nordeste do Brasil (SEWELL, 2016). Ao se chocar com diversas paredes, os EUA retornaram ao relacionamento que já conheciam, mais ainda quando a situação na região começou a dar sinais de que os movimentos sociais ganhariam força.

Este papel tutelar dos EUA combinava com seu histórico paternalismo em relação à América Latina, intensificado após a Doutrina Monroe e desde as guerras de independência das colônias latino-americanas em relação às suas metrópoles europeias. Tratava-se de uma tendência comum por parte dos EUA desde fins do século XIX e a partir do fervor da busca por transpassar a “última fronteira”. A relação paternalista que acabou sendo forçada por parte das forças políticas tradicionais nordestinas nada mais era do que uma versão em escala reduzida do que os EUA já faziam na região. Dizemos que esta relação foi intensificada por aquelas forças porque apesar do desejo de tutela dos EUA, frequentemente interessado em manter sua hegemonia na América Latina, as forças políticas às quais nos referimos tiveram papel decisivo na definição da dinâmica que se

²²⁷ MIDKIFF, H. M. *Weekly summary, Salvador*, relatório de 25 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 832.00/10-1162-832.05111/12560, record group 59, slide 306. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

estabeleceu, extraindo máximo proveito – financeiro e político – dos estadunidenses tanto quanto permitia a APP e seus desdobramentos.

Por volta de 1959, antes mesmo de JFK assumir o poder, os EUA entendiam que o apoio sólido a ditadores anticomunistas na América Latina dos anos 1950 havia inflamado as populações contra os estadunidenses, facilitado a efervescência de movimentos nacionalistas como o cubano e dado às correntes comunistas meios para ganhar espaço como uma reação ao imperialismo. Desde Eisenhower, se tornava cristalina de forma relativamente consensual entre os oficiais dos EUA os problemas que este tipo de apoio acarretou. De certa forma, a APP era resultado disso, um esforço para buscar novos meios de manter influência sobre os países e regiões latino-americanos (SCHOULTZ, 2000). O empenho das forças políticas tradicionais nordestinas em transgredir as barreiras do governo federal, a fim de receber recursos da APP; as “ilhas de sanidade”, que deveriam ser pontos de convergência à política estadunidense sem produzir ditadores; e mesmo a dificuldade dos EUA em dialogar com o poder central brasileiro criaram novas formas de repetir uma prática antiga. Qual seja, a de ajudar a colocar no poder ou reforçar o governo de políticos necessários à manutenção dos interesses estadunidenses.

É desta forma que as forças políticas tradicionais do Nordeste aproveitaram privilégios e ascensão política como resultado de sua colaboração na defesa dos interesses dos EUA. Uma dependência em relação aos EUA – como em outros tempos era em relação ao governo federal - era interessante para estas forças porque, de forma ampla no Ocidente, elas compartilham o desejo de manutenção de seus privilégios e posses. Seja no Brasil ou nos EUA, lucraram com o desenvolvimento dessas relações a ponto de sequer acharem necessário a contração de qualquer soberania internacional. Bastava criar um equilíbrio que mantivesse as forças antagônicas enfraquecidas e o povo recebendo o mínimo para que tal relação permanecesse interessante. Assim funcionou a “indústria da seca”, funcionou com a APP.

Essa indústria em muito pode ser sintetizada pelo episódio que envolveu a execração pública promovida pelo governo estadual do Ceará à chamada Lei de Irrigação, promulgada antes do início da década. A lei encerrava o que Antonio Callado (1960, p. 06) chamou de “a mais fantástica e injusta loteria do mundo”, ou seja, as inundações provocadas pelos açudes construídos pelo governo que, para uns, significava a desgraça da perda de propriedades, pela qual recebiam uma pequena indenização; para outros, significava o aprimoramento de sua produção, a oportunidade de submeter os primeiros

a trabalhos pouco dignos e o crescimento de suas fortunas. A Lei de Irrigação, a ser aplicada por meio da Codeno, desfazia essa situação e organizava, de forma mais justa, a distribuição de açudes e outros meios de irrigação para evitar o prejuízo aos mais pobres. Sem isso, os latifundiários perderiam sua próspera “indústria”. Por isso, manter as coisas como estavam era mais interessante. Afinal, o “Ceará oficial”, como nos diz Callado (1960, p. 09), tendia a ver a mencionada lei como uma reforma nociva. Se esse “mal” ocorresse, deveria sacrificar os “minifúndios” e não os latifúndios. No entanto, o Ceará representava pouco perigo para a segurança nacional estadunidense, conforme constatamos até aqui, por isso recebia uma atenção menor.

O fato de Cid Sampaio haver sido, segundo os registros aos quais tivemos acesso, o maior entusiasta quanto ao recebimento de ajuda financeira externa dos EUA é significativo nesse processo. Pernambuco era o estado visto com maior cuidado pelos EUA, considerado o mais importante da região e ameaçado por um personagem observado como simpático ao presidente Goulart – Miguel Arraes. Tamanha importância pesou para a intensa requisição de verba por parte do governador para impedir a ascensão do “comunismo”, de Arraes, das forças políticas antagônicas que, assim como em Cuba, se aproveitariam da pobreza e da miséria para se alastrar. Decidido a investir na redução da pobreza, Sampaio agia como sugeria a história pregressa: reivindicava tutela, ajuda, como um filho pede ao pai, sem contudo revelar suas manobras escusas para a manutenção de suas estruturas de poder, das quais os EUA sabiam, mas, em determinado momento, parece haver preferido fazer vista grossa. A diferença era que este pai não era mais o governo federal brasileiro como outrora.

Estava claro para os EUA que os trabalhadores rurais precisavam de uma alternativa entre o comunismo e o campo reacionário, representado pelas forças políticas tradicionais do Nordeste, que não desejava mudanças substanciais. A princípio, acreditavam que esta alternativa seria a sindicalização dos trabalhadores por organizações católicas, amigáveis aos EUA, já que o Estado brasileiro parecia comandado por um indivíduo pouco previsível. Depois, pensaram que a solução seria a aproximação entre os políticos locais que, como mediadores, assegurariam a pacificação do campo garantindo aos proprietários de terra a segurança que desejavam, ao mesmo tempo que concediam aos camponeses o mínimo necessário²²⁸. Esta alternativa acabou permitindo a subversão

²²⁸ DELGADO-ARIAS, E. *Rural labors union*, telegrama de 13 de julho de 1962. . Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 447. Records of

desta dinâmica em uma que mantivesse intactos, tanto quanto fosse possível, os interesses comuns entre a elite política e agrária da região Nordeste.

Fazer isso era, por exemplo, pedir aos EUA ajuda financeira para a construção de pequenas casas como pretexto para barrar as Ligas Camponesas, como fez Cid Sampaio no início de 1961 ao solicitar o suficiente para edificações que abrigassem em torno de dez mil famílias. Os oficiais estadunidenses buscaram com o recém-criado *Budget Bureau* meios para facilitar o empréstimo, embora estivessem certos de que Sampaio preferia uma concessão²²⁹. Como um projeto supostamente tão ameaçador e profundamente tomado pela “doutrinação socialista”, sobre o qual recaía tanta desconfiança – inclusive a de que se tratava de um movimento armado e respaldado por forças militares cubanas -, seria barrado simplesmente pela construção de casas? Os EUA realmente acreditavam nesta possibilidade ou preferiam assegurar, acortinados pela legalidade, a tutela de Sampaio para garantir apoio? Este, por sua vez, realmente acreditava ser possível conter o “comunismo internacional” construindo casas? Acreditando que a ingenuidade é algo pouco aceitável na política, pensamos se tratar de uma barganha que, do lado de Sampaio, reforçaria sua base e seus aliados políticos. Apesar de ter seu pedido aceito²³⁰, Sampaio voltou a insistir em empréstimos no futuro, mais ainda quando Goulart tornou-se presidente e a APP ampliou suas atividades.

A necessidade de liberar os recursos para seu plano de contenção do “perigo vermelho” fez Sampaio visitar Brasília poucos meses depois para conversar com ministros e antecipar o pagamento da quantia destinada a Pernambuco, aprovada por Jânio Quadros. Essa iniciativa teve como motivação a imagem da Sudene segundo o governador pernambucano: a de um monstro controlador que, além de barrar a verba destinada ao seu estado a mando do poder central, estava travancando a verba enviada pelos EUA a seu pedido. Colocava-se, de acordo com oficiais estadunidenses que com ele conversaram, como um contraponto a Furtado e agente em nome da negociação direta

the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²²⁹ CABOT, J. M. *Governor Cid Sampaio of Pernambuco called me yesterday to...*, telegrama de 10 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 047. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²³⁰ GUADERRAMA, E. *Talked with Reed april 7...*, telegrama de 28 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 100. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

entre EUA e os estados nordestinos, que não poderia mais prescindir de ajuda financeira²³¹.

O que as forças políticas tradicionais do Nordeste pareciam esquecer era que o Brasil passava, naquele período, por uma profunda crise financeira. França, Japão, Alemanha e outros países, além, é claro, dos EUA, foram acionados pelo governo brasileiro, primeiro por Quadros e depois por Goulart, para realizarem empréstimos e investirem no Brasil para colaborarem com a redução da inflação, o que acabava sendo interessante a todos esses países que desejavam trazer empresas até o Brasil. Os EUA discutiram em muito as possibilidades de reduzir a dívida brasileira para equilibrar a economia do país. Planos de estabilização econômica do Brasil foram acompanhados de perto pelos estadunidenses²³². Com tudo isso, era no mínimo difícil que as remessas exigidas pelos governadores nordestinos fossem satisfatórias, e a presença da Sudene como órgão regulador visava a evitar gastos que o Estado não podia fazer.

Celso Furtado, ao conversar com oficiais estadunidenses, reforçou isso dizendo que os problemas econômicos brasileiros eram decorrentes da severa crise política e da ausência de firmes e consistentes políticas econômicas. Afirmou que o próprio Goulart o havia intimado a definir planos de emergência financeira que pudesse, mais tarde, tornarem-se planos de salvaguarda a longo prazo de conquistas estabelecidas²³³. Naquele momento, a Lei de Remessa de Lucros já havia sido sancionada Goulart e sua imagem de comunista ganhava contornos cada vez mais graves aos olhos de seus detratores. Assim, a Sudene – chefiada por outro acusado de ser de comunista – aparecia como órgão federal antidemocrático, por seu caráter nacionalista.

Apesar da desconfiança, a CIA chegou a relatar que em abril de 1963 Jango conversou com o embaixador Lincoln Gordon e lhe informou que sua maior preocupação em relação ao contexto político brasileiro não era com os embates entre alas militares, que naquela ocasião estavam envoltos por tensões tempestivas; seu receio maior era com

²³¹ RABIDA, A. A. *Finance and economic development: Sampaio still hunting for financing*, telegrama de 20 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 293. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²³² GORDON, Lincoln. *Stabilization program and assistance*, relatório de 07 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 820. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²³³ GORDON, Lincoln. *Ambassador, Kubish and Korp met with Celso Furtado...*, telegrama de 18 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 622. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

a agitação social no interior do Nordeste, onde as Ligas Camponesas cresciam a passos largos. Ele acrescentou que enviou o ministro das finanças, San Tiago Dantas, para Pernambuco a fim de garantir o apoio do poder federal a Miguel Arraes no combate à influência de Francisco Julião. Jango disse se preocupar com a força do comunismo, mas que Arrais não se interessava por ampliá-lo e confiava na postura moderada do governador diante das responsabilidades administrativas²³⁴. É difícil acreditarmos que os EUA aceitaram o depoimento de Jango, pois os documentos que até aqui investigamos mostra o contrário. Porém, registrado em memorando como foi, podemos atestar que o interesse de Jango em barrar o comunismo passava por um esforço que agradava aos EUA, mesmo que na prática os estadunidenses tenham achado insuficiente.

Evidentemente que a crença dos EUA no distanciamento de Jango em relação às forças comunistas não se consolidou. Do contrário, não teriam apoiado as forças militares na deposição do presidente e não teriam financiado iniciativas como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que, juntos e financiados pela CIA, por empresas estadunidenses e brasileiras abriram espaço para que crescesse na opinião pública a rejeição a Jango e sua associação à esquerda radical. O chamado complexo IPES/IBAD foi fundamental para a mobilização de parte da sociedade brasileira em um sentido contrário ao de Jango e a favor dos militares de direita (LARA, 2019).

Precisamos lembrar também que na fase parlamentarista, o PCB distanciou-se de Jango e depois disso, até 1963, o partido declarou oposição formal ao presidente, em aberta recusa à possível aliança entre PTB e PSD por fortalecimento no Congresso Nacional. Somente quando Jango resolveu radicalizar seu discurso em torno das Reformas de Base, encurralado pelos seus opositores, e romper com o PSD o PCB resolveu apoiá-lo, em um momento no qual, debilitado pela crise, Jango buscou de fato apoio político com as esquerdas (FERREIRA, 2014).

Os muitos exemplos de insistência por parte de Sampaio por apoio estadunidense evidenciam dois problemas relevantes. O primeiro, era que seu apelo geralmente era ocasionado por uma “ameaça comunista”, que oscilava entre as Ligas Camponesas e Miguel Arraes. Com isso, sobretudo após o final de 1961, era mais fácil encontrar respaldo dos EUA para o financiamento via APP de projetos para combater a pobreza e,

²³⁴ CENTRAL Intelligence Agency. *Brazil: president Goulart's conversation with US Ambassador*, relatório 11 de abril de 1963. Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification R, Group 01, REPORT.

assim, reduzir o poderio comunista. Seu interesse primário não era o combate à pobreza propriamente dito, como se vê em outros relatos já apresentados aqui. Se assim fosse, talvez o apoio estadunidense tivesse sido menor. O segundo problema está justamente aí: com isso, seus projetos de redução da pobreza eram diminutos, de curto prazo, imediatistas em demasia. Muito semelhante aos projetos de recuperação do interior do Nordeste diante das secas. Nenhum de seus pedidos, bem como nenhum dos pedidos de seus colegas governadores da região, incidiam de forma impactante nas estruturas socioeconômicas e políticas tendo em vista o combate ao comunismo pelo desenvolvimento, não pelas armas.

O caráter vago e pouco comprometido com o longo prazo dos pedidos de empréstimo por Sampaio é reconhecido pelos oficiais estadunidenses, como foi ressaltado por Albert A. Rabida ao saber que o governador buscou o legislativo para que este ajudasse na liberação de pedidos de ajuda financeira externa assim que a APP foi lançada. Esse caráter fez com que o legislativo retirasse o rótulo de urgente de seu pedido, que de forma alguma discorria de forma detalhada o que Sampaio planejava. Até mesmo à PL-480, lei estadunidense desenvolvida para socorrer países em déficit alimentar, por meio do projeto *Food for Peace*, ele recorreu em viagem aos EUA²³⁵.

Mais tarde, após todos esses processos, o embaixador brasileiro nos EUA Roberto de Oliveira Campos mostrou-se profundamente preocupado com a postura estadunidense diante das exigências dos governadores brasileiros, sobretudo no Nordeste, nas negociações por fundos da APP. Ele exigiu dos oficiais estadunidenses alguns esclarecimentos sobre o fato de a APP não vinha mais prevendo o fornecimento de verbas que não fossem destinadas a entidades privadas e governos estaduais, evitando todo tipo de fornecimento ao governo federal. Ele argumentou que era necessário escolher a prioridade da APP: assegurar reformas financeiras ou a manutenção das estruturas democráticas e barrar soluções extremistas aos problemas²³⁶. Se representantes das forças políticas tradicionais nordestinas não tivessem interesse em manter essa relação, argumentando serem elas barreiras às ameaças antidemocráticas, tal dinâmica

²³⁵ RABIDA, A. A. *Governor Cid Sampaio request authority to borrow \$Cr. 10 billion*, telegrama de 28 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 486. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²³⁶ MARTIN, E. M. *U.S. aid and loan polic toward Brazil*, telegrama de 12 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 114. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

difícilmente existiria. Isto pode ser reconhecido também na rejeição destas forças ao governo federal e na incessante necessidade de requisitar recursos, por meio da qual se fortalece a posição de tais forças como desprivilegiadas em um contexto de pobreza intrínseca.

O reforço à ideia de que o Nordeste era pobre demais para permanecer sem os recursos necessários ao combate engajado na derrota do comunismo, usado pelas forças políticas tradicionais da região para manter seu poder da mesma forma que o faziam em relação às secas, causou impacto nos estadunidenses quando os esforços da APP esbarravam no poder executivo federal. Ficou exposto para alguns oficiais que no ínterim entre as negociações com o governo brasileiro, era imprescindível fornecer ajuda econômica aos interessados em trabalhar por políticas do interesse estadunidense. Negar essa assistência enfraqueceria estes grupos, dentre eles os governadores, mudando o panorama a um mais favorável às forças apoiadoras do governo federal e anti-APP, o que não era desejável²³⁷.

Podemos ilustrar isso da seguinte forma: se no âmbito internacional, as forças políticas dominantes²³⁸ do Brasil – aquelas que entre 1961 e 1964 fizeram franca oposição a João Goulart e seu perfil progressista – não desejavam necessariamente a proeminência do país, mas a manutenção do seu poder, as forças políticas tradicionais do Nordeste faziam o mesmo em nível nacional. Tentava, a princípio, requerendo do governo federal o que fosse necessário para manter coesa a força instrumental de seu bloco, sem perder o elemento que desse ao poder central o seu caráter paternalista, o qual as forças políticas referenciadas não desejavam abolir. Contudo, quando o governo brasileiro parecia menos efetivo em manter o paternalismo tradicional e secular dessa relação, a APP surgiu como novo foco pois incorporava o interesse dos EUA em investir na região brasileira. Assim, os governadores nordestinos e todo o apoio político que possuíam dos mais diversos setores da sociedade, buscavam manter essa coesão estimulando um paternalismo com os EUA que substituísse o paternalismo do governo brasileiro, supostamente tomado pelas mesmas forças antagonistas que os estadunidenses desejavam combater.

²³⁷ GORDON, Lincoln. *I was shown DEPTTEL 1308...*, telegrama de 02 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 648. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²³⁸ Aqui não nos referimos apenas aos políticos, mas a empresários, aristocratas e latifundiários que, de forma mais ou menos intensa, interferem na política institucional ou a influenciam para defender seus interesses.

Em larga medida, o documento de Leonard Wolf que referenciamos no início deste capítulo representa o ganho obtido pelas forças políticas tradicionais do Nordeste em anos de apelo por recursos ao poder central, sem com esta verba eliminar as estruturas sociais que mantinham a desigualdade, ou mesmo as secas. A manutenção da pobreza foi profícua ao recebimento de vastos investimentos estadunidenses na região, agora sendo usada como algo a ser destruído para se evitar o comunismo, não mais a miséria dos pobres. Levar os EUA ao Nordeste era, por um lado, se aproximar dessas lideranças e, por outro, aceitar o discurso delas, para além da análise oficial dos *policy makers*, de que aquele era o centro de efervescência do comunismo brasileiro. Esta conclusão está longe de haver sido decorrente da mera análise estadunidense, pois também o foi das pressões as forças políticas regionais do Nordeste.

Tomemos como exemplo disso a comum ofensiva dessas forças sobre a Sudene. Alguns estados entendiam que a superintendência privilegiava excessivamente o estado de Pernambuco e que isso aumentaria com a chegada de Miguel Arraes ao poder, visto que a chefia do órgão estava sendo controlada por pessoas com orientações políticas antidemocráticas, segundo a retórica conservadora. Quando os EUA forneceram um carregamento de trigo a pedido da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) da Bahia, a Sudene, responsável pelo repasse, acabou por redistribuir o carregamento segundo a análise técnica que comprovava quem necessitava do produto com maior urgência. A CPE baiana, sentindo-se lesada, argumentou que a Sudene negligenciava os outros estados e privilegiava Pernambuco porque sabia do potencial político do estado. Segundo funcionários da CPE da Bahia, Celso Furtado concentrava poderes que iam para além de suas funções, de modo que mesmo a perfuração de um poço somente poderia ser autorizada por ele, que não delegava autoridade a outros funcionários da Sudene. Essa concentração foi vista como perigosa e como um exemplo de que o órgão agia distante dos interesses regionais e seguia a lógica de um governo federal desinteressado em resolver questões urgentes no Nordeste²³⁹.

Há um fator que se soma à ideia de que Goulart facilitava a desordem política no Brasil por andar de mãos dadas com a esquerda. Em alguns momentos, as forças políticas tradicionais nordestinas, em forte consonância com as preocupações estadunidenses,

²³⁹ KEYSER, C. D. *Sudene and the Northeast's states government*, telegrama de 03 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 16, 832.131/1-2661-832.16/3-2262, record group 59, slide 369. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

insistiam na ideia de que o governo federal vinha boicotando deliberadamente o repasse financeiro ao Nordeste, para desta maneira elevar o quadro de fervura dos levantes no campo e dos movimentos sociais na região, ampliando as possibilidades de revoltas socialistas²⁴⁰. Seria uma manobra proposital para dar ímpeto à força soviética, mesmo que este boicote por parte de Jango não ocorresse.

Porém, o próprio governo federal já se defendeu de sua culpa integral quanto aos problemas que afligiam o Nordeste. Jânio Quadros chegou a dizer que a situação na região – a qual ele descreveu como “pré-revolucionária” – era resultado de anos de negligência, corrupção e mal administração por parte das forças políticas locais, o que teria facilitado a presença de ideias socialistas no interior. Disse que o uso de recursos estrangeiros, como os advindos da PL 480 estadunidense, não foi poupado por ele para resolver questões referentes a estes problemas, embora soubesse que tais investimentos de nada adiantariam se o comportamento político local não fosse modificado²⁴¹.

Outros depoimentos, como o do cônsul francês em Recife Marcel Morin, que esteve no Nordeste em 1961, revelam fatos curiosos e que em muito corroboram com nossa tese. Segundo ele, o Nordeste era um palco onde estava sendo encenado um teatro político para atrair dinheiro estadunidense. O cônsul acreditava que Francisco Julião, as Ligas Camponesas e Jânio Quadros eram próximos e estavam engajados em criar um problema cuja solução seria a entrada de recursos dos EUA na região. Afirma que os EUA deveriam negociar com estas forças políticas, “colocando-as no seu bolso”²⁴². Disse ainda que os latino-americanos não eram confiáveis e que, ao contrário do que vinham fazendo, os EUA deveriam se afastar dos políticos tradicionais de direita. Contudo, diz que se os estadunidenses precisavam fazer parte disso e se envolverem com blocos políticos

²⁴⁰ McCARTY, P. B. *Drough conditions in the states of Bahia and Sergipe*, relatório de 04 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59 slide 760. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁴¹ BOND, J. N. *President Quadros first brought northeast into our conversation...*, telegrama de 12 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 20, 832.424/9-2662-932.30/2-2862, record group 59. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

²⁴² Alguns líderes políticos acenavam para a possibilidade desta prática. Chagas Rodrigues, governador do Piauí em 1961, se aproximou de Francisco Julião e das Ligas Camponesas e se dizia um simpático ao regime cubano, na análise dos estadunidenses. Este tipo de ação em muito se parecia com as que muitas vezes Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, fazia: mostrar proximidade com a esquerda para acelerar a entrada de recursos estadunidenses no seu estado. Ao contrário do que pode parecer, nenhum dos dois estava de fato comprometido com pautas de esquerda. Sobre isso, ver: RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*, relatório de 19 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 770. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

tradicionais, certamente interessados no financiamento de campanhas e na captação de recursos financeiros para projetos que resolvessem parcialmente a situação do interior, deveria fazer isso de forma pragmática. Era fundamental ter em vista a já emergente ânsia destes políticos nos dólares que poderiam entrar no Nordeste para remediar seus problemas. Trata-se, é claro, de uma declaração que ultrapassa a crítica ao comportamento dos políticos e se conjuga a um preconceito eurocêntrico. Embora o comentário seja infeliz, destaca um movimento particular do grupo político em disputa com os EUA.

Cid Sampaio seria o melhor exemplo desse tipo de político: considerado por Morin um herdeiro familiar da indústria do açúcar sem grandes pretensões reformistas, sua feroz insistência por recursos tinha como objetivo soerguer empresas açucareiras por toda a região. Por isso, se fazia necessário ampliar a forças destes indivíduos e estimular empresas privadas que fornecessem o mínimo aos camponeses revoltados. Isto evitaria uma reforma agrária muito ampla e nociva aos interesses latifundiários, pois, segundo ele, imbuído de uma visão bastante preconceituosa, aos camponeses bastava meros 100 metros quadrados de terra e dinheiro suficiente para encher seus estômagos e permiti-los comprar cachaça, para que desistissem de alçar voos revolucionários no sentido de expropriar grandes hectares de terra²⁴³.

Fica claro em análises consistentes como os EUA entendiam que as lideranças das forças políticas tradicionais do Nordeste, herdeiras das benesses decorrentes da indústria açucareira, compreendiam que a situação crítica da região era consequência, por um lado, da ascensão do “imperialismo paulista” e da queda do Norte como ponto principal de referência nacional e, por outro, da franca decadência da indústria açucareira. Sem sua força, não seria possível, segundo a visão dos seus beneficiários, resolver os problemas da pobreza e das secas, pois havia menos dinheiro direcionado a ela. O governo federal era o principal responsabilizado pela ausência dos recursos que a reforçariam. Este estaria reduzindo cada vez mais o fornecimento de crédito, fixando os preços do açúcar em níveis inacreditavelmente baixos, falhando em providenciar recursos técnicos e científicos, além de fracassar na busca por arranjos para a exportação de maiores quotas de cana.

Essas forças também apontavam que não havia facilitação por parte do governo federal em fornecer serviços adequados para o transporte da cana nas vias marítimas e

²⁴³ RABIDA, A. A. *French's consul opinions about the Northeast*, memorando de 14 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 764. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

rodoviárias aos seus cuidados. Para que a moribunda indústria da cana voltasse a crescer, diziam ser necessário que o governo federal incentivasse a produção de diferentes tipos de cana, ampliar as linhas de crédito e pelo menos dobrar o valor fixado para o produto. Embora os estadunidenses concordassem que a ausência de crédito era um estorvo e o governo federal tinha condições de providenciá-lo, a culpa para o problema vivido pelos beneficiários da indústria não era unilateral.

Analistas econômicos que estudaram a fundo a situação, bem como parte desta força política à qual temos nos referido, admitem que a situação problemática da região, especialmente de sua zona agrária, é de responsabilidade dos usineiros e fazendeiros. Os latifundiários do Nordeste estavam acostumados a minar recursos, extrair o máximo de lucro que podiam sem devolver nada, sem criar meios para que este extrativismo compulsório continuasse ocorrendo. Eles dispunham de pouquíssimo ímpeto para investir em melhorias, pois embora os instrumentos necessários para isso fossem de suma importância, estas forças políticas se aborreciam com a necessidade de utilizá-las devido ao seu custo.

A maioria destes indivíduos depositavam suas esperanças em uma solução federal, que pudesse cobrir os danos sem que os beneficiários precisassem gastar demais. Com isso, pressionavam os governos, sobretudo aqueles eleitos por ampla maioria na zona rural, para estes pressionarem o poder central pelos recursos que fortaleceriam ambos na rede de relações que temos discutido desde o primeiro capítulo²⁴⁴. Por essa razão, a APP e o interesse estadunidense em desenvolver a região soaram como a oportunidade que estas forças tinham de manterem as estruturas que lhes davam vida diante de um governo federal não mais apenas disposto ao paternalismo costumeiro, mas supostamente enviesado, com feições progressistas demais.

Que pesem as nuances das relações estabelecidas entre as forças políticas tradicionais nordestinas, cujas bases eram uma elite agrária retrógrada amparada por aliados nos Três Poderes, sobretudo no executivo, devemos concordar com José Victor de Lara (2019) quando ele defende a tese de que o Nordeste brasileiro, sobretudo a Zona da Mata, o agraste e o sertão, eram zonas fundamentais de erupção aos olhos dos EUA. Como bem investigado pelo autor, o fator determinante para o movimento golpista que

²⁴⁴ SMITH, W. S. *The sugar industry of the Northeast*, relatório de 27 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 1040. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963. <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>

deflagraria a retirada de Jango do poder em 1964 era aquela região e os desdobramentos do que se dava ali, fosse o movimento camponês, fosse mais ainda as pressões das elites políticas locais. A tese do autor em muito contribui para a defesa da nossa: sendo o Nordeste uma região tão explosiva, nenhuma medida por parte dos EUA – inclusive ignorar um poder federal supostamente consumido pelo comunismo – deveria ser poupada. Destas, o fornecimento de ajuda externa às forças políticas tradicionais era apenas uma. Para nós, esse caminho é essencial na compreensão das relações entre o poder político nordestino e os EUA.

Costumeiramente falamos da intervenção política e mesmo militar empreendida pelos EUA desde o início dos anos 1960 no Brasil, até o golpe civil-militar de 1964. Contudo, esquecemos de falar sobre como este processo não foi homogêneo e não ocorreu simplesmente entre os poderes centrais de cada um destes países. No caso do Brasil, cuja história está intimamente ligada ao seu processo colonizador e às consequências dele, formou-se uma teia de poderes que disputavam a atenção do centro, da mesma forma que o centro necessitava de suas extremidades para sobreviver. Este fator, junto com a consolidação de blocos políticos regionais como no Nordeste, oscilando entre nortes mais progressistas ou mais tradicionais, tornou particular as relações dos EUA com o país no contexto da Guerra Fria e foi decisivo para definir como esta relação se deu.

Concordamos com Antonio Callado (1960, p. 12) quando ele diz que aquilo que chamamos a todo tempo de forças políticas tradicionais nordestinas, recebiam verbas federais para “servir à política nordestina e não ao Nordeste”. Serviam, com estas verbas, às famílias importantes da região, não aos que decisivamente necessitavam, aqueles que conviviam diariamente e de forma mais próxima com as calamidades da seca, na aridez, do trabalho quase servil e dos problemas de saúde decorrentes de tudo isso.

É fato reconhecido que desde o período colonial, as elites nordestinas – que muito se beneficiaram da herança do sistema açucareiro – dependeram “da proteção do Estado e sempre recebeu incentivos”, embora esta intervenção fosse feita “ao sabor das vicissitudes de cada momento histórico e dependia do grupo que ocupava o poder nas escalas federal e estadual” (ANDRADE, 1994, p. 108). Nos primeiros anos da década de 1960, esta proteção passou a ser requerida a outro Estado: um mais ao Norte, que desde tempos passados buscava tutelar, de forma imperativa e patriarcal, regiões mais ao Sul. Sem o estabelecimento desta relação, em muito forçada pelas forças políticas as quais analisamos até aqui, a história das relações entre Brasil e EUA poderia passar, como frequentemente tem passado, como a história do Golias que submeteu David.

O que podemos perceber até aqui foi como esta relação de dependência ou, mais especificamente, paternalista, cuja existência ora dependeu das necessidades do poder central, ora das necessidades das forças políticas regionais, é uma constante na história do Brasil. Desde o início da colonização até o surgimento da República, esta relação é um traço propiciado tanto pelas proporções geográficas brasileiras, quanto pelas particularidades políticas do país, cuja estruturação também dependeu de fatores relacionados às amplas dimensões nacionais. Nos anos 1960, essa relação sofreu alterações diante de dois fatos principais: da incompatibilidade de interesses entre as forças políticas à frente do bloco político regional nordestino e a orientação do governo federal; também, pelo surgimento dos EUA como personagem interessado na transformação desta dinâmica em uma outra que colocasse a potência como privilegiada, em detrimento do poder central brasileiro. Esta oportunidade foi acolhida pelas lideranças tradicionais nordestinas.

Se até os anos 1960 tivemos diversos exemplos de intervenção dos EUA na América Latina e uma busca por ampliar sua aproximação com o Brasil, movimentações ocorridas por diferentes razões, naquela década vimos um exemplo de como uma força exterior aos EUA, composta por políticos brasileiros, trabalhou de forma intensa para atrair sua presença. Desta vez não um Estado específico, mas um bloco político dentro de um Estado maior. Nesse caso, as forças políticas tradicionais do Nordeste que historicamente edificaram estruturas que as mantinham, de forma mais ou menos intensa, no poder. Forças que se organizaram em bloco contraposto ao governo federal, o qual foi abandonado como fornecedor de recursos em detrimento de um outro.

O surgimento da APP não apenas facilitou o distanciamento entre as forças políticas tradicionais do Nordeste e o governo federal, comandado por João Goulart, como a partir de um determinado momento funcionou como meio para criar um abismo entre ambos. A entrada de recursos estadunidenses, que, a princípio, deveriam ser mediados pela Sudene, surgia como alternativa ao descaso histórico do poder central em relação ao Nordeste, permanente desde a época das grandes secas, segundo a retórica das forças tradicionais. As secas, que permitiam às forças políticas tradicionais nordestinas acessar o governo federal em busca de recursos, sendo utilizada como objeto de barganha, era substituída pela luta contra o comunismo no contexto da Guerra Fria.

As “ilhas de sanidade” de Lincoln Gordon expõem a concretização da transferência do canal de solicitação e recebimento de recursos para os EUA. Não apenas por pura vontade da potência, mas em grande parte por pressão dos políticos nordestinos

que conseguiram galvanizar o sentimento anticomunista estadunidense, aliá-lo ao brasileiro e criar narrativas que expusessem o Nordeste como zona ameaçada, para então conseguirem os recursos necessários à manutenção do poder destas forças. Assim, a APP acabou se tornando um forte sustentáculo ao poder tradicional nordestino.

Embora a APP tivesse planos muito mais irrestritos, era do interesse dos EUA que políticos que se opusessem à esquerda fossem mantidos no poder. Por isso, o projeto acabou se convertendo em meio para barrar a esquerda e, com isso, o socialismo que supostamente rondava a região. Por mais que os EUA compreendessem que o exagero das lideranças nordestinas quanto à presença socialista na região fosse um ato de desespero na busca por recursos, sendo estes requisitados para suprir interesses particulares e muito pouco aos públicos, a APP facilitou uma negociação que seria interessante aos dois lados. Contudo, crer que o programa suplantou a autonomia das forças políticas nordestinas por um controle irrestrito dos estadunidenses é um equívoco.

As forças políticas tradicionais nordestinas souberam, no momento certo, usar o interesse dos EUA no combate ao comunismo a seu favor. Não que fossem contrárias às premissas ideológicas estadunidenses, mas sem dúvidas aproveitaram a APP para solidificar as estruturas necessárias à manutenção de seu poder, bem como o daqueles que se apoiavam em seus ganhos. Vendo o governo federal sendo comandado por um adversário, considerado simpatizante do “inimigo maior”, encontraram uma ótima justificativa para forçar os EUA a praticar o paternalismo antes existente apenas dentro dos limites territoriais brasileiros.

Considerações finais

A maior parte dos documentos que relata os processos por nós narrados, traduzem artigos publicados ou descrevem episódios políticos de personagens considerados antagonistas. Normalmente, o faz induzindo o leitor à desconfiança, ao rechaço, à reprovação das atitudes destes indivíduos. Por vezes, adjetivações não são poupadas e descrições irônicas frequentemente são usadas para detratar os inimigos dos EUA, algo comum à Guerra Fria e que resulta de uma leitura específica sobre o conflito.

Com isso, os documentos não se importam em apresentar provas sobre o que é relatado. Em alguns casos há recortes de jornais ou outros documentos que dão suporte, em parte, ao que é apresentado nos memorandos, telegramas, relatórios ou qualquer outro tipo de registro diplomático com os quais nos deparamos. Muitas vezes, os relatos estimulam uma leitura do conteúdo, reforçando a necessidade de intervenção ou, ao menos, o alerta sobre o contexto perigoso vivido no Nordeste brasileiro. As descrições quase sempre soam imperativas, como se não pudessem escapar à certeza da objetividade, do testemunho ocular, o que grande parte das vezes não é o caso.

O testemunho ocular, por sua vez, está em xeque: como era possível os diplomatas estadunidenses lotados no Brasil terem tanta certeza sobre a situação dos camponeses e da pobreza no Nordeste, sem de fato penetrar no sertão e na zona da mata? Que visão unilateral era aquela, que somente acompanhava a leitura das elites sobre o contexto? Os documentos por nós analisados representam a visão dos órgãos estadunidenses voltados à busca por modernizar a região, antes que os soviéticos conseguissem fazê-lo. São relatos embebidos pelas concepções de homens ligados a Washington somadas às concepções das elites, majoritariamente agrárias, do Nordeste brasileiro. Por isso, eles representam o resultado desta soma: visões cercadas por limitações impostas por estes problemas.

Além do pensamento político dos estadunidenses sobre o Brasil, é interessante observarmos como eles interpretam o pensamento político e o ideário presente e estimulado pelos meios de comunicação sobre o próprio país. Esta interpretação foi fundamental para nosso trabalho, onde buscamos mostrar muito mais a imagem que os EUA construíram sobre a região Nordeste do que a certeza de que sabiam do que se tratava. A narrativa dos EUA sobre o Nordeste foi interpelada pelas condições políticas regionais, sobre as quais os estadunidenses acreditavam ter certo controle a partir de informes e relatos partidos do Brasil.

O Nordeste do Brasil é, como outras do país, uma região cuja identidade foi construída historicamente e com propósitos específicos. Neste caso, uma região onde se iniciou a colonização e que sofre secularmente com as consequências desse processo: o esgotamento de recursos naturais no interior, a pobreza estrutural e a permanência das marcas de um passado em que a autoridade fornecida pelo patrimônio era, por vezes, mais importante do que qualquer instituição nacional ou colonial de poder. Esses elementos, que compõem até hoje a identidade do povo nordestino como motor de luta para seu reconhecimento, também foram utilizados por forças políticas historicamente assentadas no poder para manterem a sua influência, bem como para conservar o Nordeste empobrecido. Assim, jamais perderiam a justificativa para recorrer ao poder central em busca de recursos que raramente foram utilizados para resolver esses problemas.

Queremos com isso dizer que toda a história do Nordeste está sujeitada a este fato? De forma alguma. A cultura nordestina se fez valer desse cenário para reivindicar o seu lugar na feitura da história; para retirar daquelas forças políticas, engajadas em seus próprios interesses, o poder de tornar utilitária aquela miséria. A cultura do Nordeste, em suas múltiplas facetas, ultrapassa esses limites e expõe como, apesar de séculos sob processos penosos, há ali algo que, como a flor de mandacaru, consegue crescer no mais árido dos climas – e apesar da ação humana.

Contudo, para chegarmos aos objetivos propostos no início desta tese, se fez necessário buscarmos aporte na imagem do Nordeste construída e defendida por aqueles que tinham interesse na construção de uma identidade que beneficiasse as estruturas já existentes. Por essa razão, nosso primeiro capítulo se dedicou a fazer, tanto quanto fosse possível, uma anatomia do regionalismo nordestino e seus meandros. Talvez a principal constatação por nós alcançada nesta etapa do trabalho tenha sido evidenciar como os poderes políticos nordestinos têm buscado, em diferentes momentos e de distintas formas, se constituírem em bloco de poder catapultado pelo regionalismo. Ao nos debruçarmos sobre o regionalismo, foi possível chegarmos às suas raízes ao ponto de localizarmos ali algum substrato pertinente ao nosso exame.

Que substrato seria este? Ora, a linha de continuidade do paternalismo que rege parte das relações políticas da região, bem como a edificação de um patrimonialismo centrado na grande propriedade agrária. A partir disso é que analisamos a atuação de movimentos sociais camponeses, especialmente as Ligas Camponesas, naquele território. Partimos da concepção de que o Nordeste era uma região circunscrita por uma identidade, um território e uma disseminação cultural intencionalmente desenvolvidos para, em

primeiro lugar, permitir que as forças políticas tradicionais instigassem uma forte relação paternalista com o governo central e, depois, para reagir à crescente força econômica do Centro-Sul nos anos 1920-30. Já nos anos 1960, como vimos, esta relação seria estabelecida com os EUA por meio da APP tendo como justificativa o combate às Ligas Camponesas, síntese do socialismo na visão dos analistas estadunidenses. Assim, ao invés do Estado brasileiro, os EUA praticaram, em parte, a função paternalista desejada pelas forças políticas tradicionais do Nordeste.

Buscamos, por meio desta análise, compreender o desenvolvimento dos processos políticos regionais levando em conta essas especificidades. Assim, tratamos de diversas práticas políticas profundamente conectadas às regiões rurais do Nordeste, como o mandonismo, o clientelismo, o coronelismo, entre outras. Além disso, mostramos como o isolamento dessas regiões, em termos geográficos e políticos, dificultou uma fiscalização mais ampla do poder central e permitiu relativa autonomia às forças políticas dominantes, tributárias de um sistema agrário fincado na cultura dos engenhos.

De modo geral, nosso objetivo neste capítulo foi averiguar como o interesse dos EUA em investir no Nordeste por meio da APP se lastreava em diferenciados fatores que ultrapassavam a miséria alarmante da região rural nordestina, fosse nas zonas açucareiras, fosse nas zonas algodoeiras, mas principalmente onde a subnutrição dos nordestinos chegava a limitar a expectativa de vida a vinte e cinco anos. Por isso, a formação histórica do Nordeste, a existência do regionalismo, de uma sociedade paternalista e clientelista resistente às transformações modernas, a presença de movimentos populares rurais como as Ligas Camponesas e a explosão da Revolução Cubana em 1959 foram importantíssimos para pensar o envolvimento da APP no Nordeste.

Já num momento posterior, tratamos do contexto externo que propiciou o surgimento da APP: a Guerra Fria e a Revolução Cubana, um de seus principais desdobramentos no hemisfério ocidental. O tensionamento das forças provocado pela Revolução Cubana praticamente jogou o Brasil e o Nordeste na Guerra Fria de forma mais intensa, embora, por um lado, o governo federal não desejasse tomar partido e, por outro, as forças políticas regionais já tivessem algum interesse na barganha que se tornava viável com a promoção da APP. O programa encontrou obstáculos não apenas na Política Externa Independente, mas na crise política que exalava medo e preocupação na sociedade, além de uma profunda incerteza entre os grupos políticos. A restauração do presidencialismo colocou lenha na fogueira de ânimos exaltados dentro e fora do Brasil.

Foi esse o cenário encontrado pela APP quando pretendia se estabelecer no país para bloquear uma possível aproximação com a URSS.

Em 1961, ano de gestação da APP, os EUA estavam convictos de que URSS e China haviam priorizado sobremaneira a América Latina. No entendimento dos analistas da administração Kennedy, a rejeição aos EUA a se propagar com força na região era uma evidência clara do sucesso marxista disseminado pelas duas potências entre os países latino-americanos. A Revolução Cubana havia sido a prova mais cristalina de que as revoluções locais eram uma afronta à visão de mundo estadunidense, assim como aos princípios democráticos que o país defendia no contexto da Guerra Fria. Isto denotava também a ausência da disseminação de uma filosofia clara e definida que defendesse os EUA e fizesse frente ao marxismo até à ponta mais extrema do Cone Sul.

A eleição de Jânio Quadros e a implementação da PEI, sua renúncia com menos de um ano de governo, a ascensão de João Goulart à presidência, o regime parlamentarista ao qual foi submetido e o fim deste, fatores aliados à incessante busca dos EUA em manter firmes os controles sobre os seus aliados, também são tratados em nosso segundo capítulo. São essenciais para compreendermos o contexto no qual vivíamos e o espaço que as forças políticas tradicionais do Nordeste ocupavam nesta dinâmica.

Estas forças foram decisivas para ajustar o comportamento da APP à realidade brasileira e, mais especificamente, à nordestina. Se pensarmos bem, o programa estadunidense estava, em certa medida, mais próximo a Jango e à igreja católica do que às referidas forças políticas. Ambos eram favoráveis ao reformismo, inclusive sublinhando a necessidade de uma reforma agrária, assim como a APP. Por que, então, as reformas propostas pela APP não se consolidam? Dentre tantas outras coisas, pelo alarde empreendido pelas forças políticas tradicionais e de sua aproximação com diplomatas estadunidenses.

Nosso último capítulo se debruçou mais especificamente sobre as forças políticas tradicionais do Nordeste, representadas sobremaneira pelos governos dos estados, que viram na APP uma oportunidade não apenas de manter sua força, mas de assim fazê-lo por meio de uma mudança de relação paternalista, que deixava de ser mantida com o poder central brasileiro e, em larga medida, passava a ser realizada com os EUA. É neste capítulo que buscamos de maneira mais incisiva defender a nossa tese, a de que esta dinâmica foi propiciada pela APP, pelos interesses dos EUA na região diante do contexto da Guerra Fria e dos interesses destas forças políticas em manter seus projetos em voga,

bem como defender dos seus interesse e a manutenção do controle geopolítico sobre a região.

As forças políticas tradicionais do Nordeste souberam tirar proveito disso. A elas era interessante diminuir o poder do governo federal, a quem culpavam historicamente por seu esquecimento. Adicionalmente, a estratégia possibilitava a criação das condições para viabilizar a entrada de recursos dos EUA para preservar sua coesão como bloco, manter as suas estruturas e a garantir a proteção dos interesses das elites nordestinas. Claro que em grande medida, os pedidos de socorro dessas forças aos EUA eram muito mais para garantir a relação paternalista com os EUA e, em sua própria dependência, os meios para manter o *status quo*. Porém, em se tratando de forças políticas representadas principalmente por partidos considerados de direita, como a UDN, havia considerável desejo de impedir levantes de esquerda. Para elas, combinação melhor não poderia haver. Suspendiam a dinâmica da indústria da seca para priorizar a dinâmica do combate ao comunismo.

O discurso da indústria da seca sempre esteve presente, pois a miséria que este problema trazia consigo era uma das razões pelas quais a APP foi tão difundida no Nordeste. Combiná-lo à fórmula do combate ao comunismo era funcional aos intentos das forças políticas tradicionais nordestinas, pois a seca levava à fome, à penúria e poderia gerar revolta se bem instrumentalizada. Assim, o receio dos estadunidenses de que a pobreza da região atrairia o comunismo era estimulado por aqueles que desejavam tirar proveito disso, medindo forças com a potência.

A APP foi forjada como um mecanismo para a penetração de algo apresentado como ajuda externa na América Latina em um contexto de expansão do socialismo soviético. Seu propósito era desenvolver os países latino-americanos para que o socialismo não se tornasse tentador, ao mesmo tempo em que ampliava a influência dos EUA em um período de profunda rejeição à sua histórica tutela na região. A existência do Nordeste brasileiro e de suas peculiaridades, como a permanência de relações clientelistas e de práticas sociais muito arcaicas, fez com que o projeto desse mais atenção a este território.

O Nordeste era visto pelos analistas estadunidenses como o epicentro da convulsão social que poderia fazer a Revolução Cubana se espalhar pela América Latina, dado o atraso socioeconômico e as desigualdades nas zonas rurais, onde relações que alguns autores veem como análogas ao feudalismo persistiam e as Ligas Camponesas atuavam no sentido de ressaltá-las para confrontá-las. A saída de Jânio Quadros do poder,

menos de sete meses após a sua posse e a transferência da administração do país a João Goulart, percebido como um nacionalista inclinado ao comunismo, por intermédio de uma visão cristalizada dos EUA sobre a Guerra Fria estimulada pela direita brasileira enfaticamente antipática a ele -, agudizou o problema. Naquele momento, as forças políticas tradicionais do Nordeste organizadas em bloco se esforçaram para garantir recursos da APP independentemente do suposto intervencionismo do governo federal.

Os EUA desejavam investir na região e o discurso dos poderes locais de que o combate ao socialismo era fundamental, sobretudo em uma região efervescente, substituiu o discurso apelativo para combater a seca. Ao mesmo tempo, essas forças políticas fragilizavam João Goulart e minavam seu poder negociando diretamente com os EUA os recursos da APP, sem a triangulação necessária com a Sudene. Isto se intensificou conforme a crise política e a radicalização de Jango se ampliavam.

Nesse sentido, a PEI acabou por se tornar um obstáculo ao exclusivismo pretendido pela APP, mesmo que no papel não fosse o interesse central do projeto. Sublinha-se que o projeto havia surgido de um esforço com o intuito de barrar a expansão das ideias vinculadas ao campo do socialismo e, desse modo, por meio do desenvolvimentismo, conter a aproximação de seus beneficiários com a URSS. Nesse cenário, a PEI acabou, de modo inadvertido, forçando as forças políticas tradicionais do Nordeste a uma relação particular com os EUA por meio da APP, relação essa que alterava a tradicional dinâmica poderes locais-poder central.

A tese apresentada no parágrafo anterior é fundamental para a compreensão do que os EUA encontraram no Nordeste do Brasil desde que ele se tornou um dos alvos centrais da APP. Mais do que isso, é nodal para a compreensão dos desafios que a perspectiva da rápida intensificação dos conflitos rurais colocava para a diplomacia e para o governo dos EUA. Tamanha dissonância com as experiências anteriores, sobretudo a do Plano Marshall, levaria os EUA a uma teia de relações extremamente complexas, sobre as quais acabaram utilizando visões e análises bastante engessadas. Por mais que consulados e embaixadas, além de responsáveis analistas políticos, estivessem no Brasil acompanhando o que estava acontecendo nos primeiros anos após a Revolução Cubana, era difícil compreender os meandros da política nacional em poucos anos. Menos ainda quando esse tipo de reconhecimento tomava ares de urgência depois de 1959.

Ulterior à Revolução Cubana veio a providência criada pelos EUA, concretizada nos esforços da APP. Este projeto, que interessava sobremaneira às forças políticas alinhadas tradicionais do Nordeste alinhadas aos seus interesses, veio de um choque, de

uma surpresa, representada pela Revolução Cubana. Aquilo poderia se repetir, indagavam os estrategistas estadunidenses. Quando conheceram o Nordeste, mesmo insistindo em obscurecer suas especificidades com comparações a Cuba, pensaram que a resposta era sim. Sem o desenrolar da Guerra Fria e o alerta que soava no hemisfério, a APP provavelmente jamais haveria sido forjada.

A APP, embora tenha se prolongado para além do corte temporal por nós estabelecido, foi um fator de transformação da política tradicional nordestina. Aproximou suas forças políticas dos EUA e os obrigaram a também modificar a sua forma de agir em um panorama marcado pela Guerra Fria. É evidente que o poder estadunidense como potência global impelia as regiões periféricas a uma aproximação. Contudo, nem sempre o resultado era obtido sem barganhas ou negociações e, nesse contexto, muitas vezes as ações e reações das populações e dos governos da região escapavam ao controle dos EUA.

Pensando mais especificamente sobre a APP, fomos levados a crer que sua característica paternalista se apresenta por meio de seus princípios modernizadores e regidos pelo desenvolvimento. De forma muito parecida com a qual as forças políticas tradicionais do Nordeste agiram em relação à APP, o programa se comportou em relação a estas forças emulando a antiga relação delas com o governo central, criando assim uma vida de mão dupla que cimentava esta dinâmica. A APP não conseguiu desenvolver a América Latina e o Nordeste conforme suas pretensões iniciais, ou ao menos de acordo com o que estava no papel. Acabou sendo transformada em aparato de estabelecimento de uma relação paternalista com estas forças políticas, primeiro, porque a partir de um determinado momento se esforçou para mantê-las no poder e, depois, porque ao não cumprir com sua meta de colocar o Nordeste no caminho do desenvolvimento estrutural, reforçou a dependência dos governadores nordestinos em relação ao projeto.

Se a APP planejava desenvolver e modernizar o Nordeste, não conseguiu. E não conseguiu porque esbarrou nos interesses das forças políticas tradicionais locais, mas também porque a dependência destas em relação ao programa poderia ser interessante para os EUA. Assim, reproduzia, em parte, aquilo que a chamada “indústria da seca” promovia: insistia na perenidade do problema para que aquela dinâmica permanecesse ativa, beneficiando ambos os lados. Salvas as devidas proporções, e a nível de ilustração, os EUA contavam com o apoio dos governadores nordestinos como a coroa portuguesa contava com os colonizadores para efetivar a defesa de seus interesses.

Assim, temos a ilustração de como a APP foi transformada em um meio para fazer com que os EUA exercessem uma espécie de paternalismo antes próprio das relações

entre as forças políticas regionais e o Estado brasileiro. O momento no qual a Guerra Fria incorporou aos seus desenlaces uma região pouco lembrada até mesmo no Brasil, até mesmo por seus líderes políticos, cujos discursos insistiam, durante tanto tempo, em ressaltar a importância de lembrá-la. Estes cinco anos nos quais o Nordeste se tornou a “desinquietação” da vida, como dito por Guimarães Rosa, quando tudo parecia sossegado.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*, vol. 04. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ALBUQUERQUE JR. D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALMEIDA, Rômulo. *Nordeste: desenvolvimento social e industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Brasília: CNPq, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Espaço Alameda, 2007.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Mundos do trabalho*, vol. 02, n. 04, Rio de Janeiro, 2010, p. 12-22.
- BASTOS, Ellide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BELMONTE, Laura A. *Selling the American way: U.S. propaganda and the Cold War*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- BERNARDES, D. de M. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, v. 71, n. 1, p. 41-79, São Paulo, 2007.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Albert (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BROWN, Seyom. *The Faces of Power: constancy and change in United States Foreign Policy from Truman to Clinton*. New York: Columbia University Press, 1994.

- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Cultura*, n. 05, nov. 1995, p. 05-31.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.
- CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, n. 5, p. 01-20, 1979.
- CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano - sociedade e política (1930-1964)*. Tomo III, vol. 03. São Paulo: Difel, 1986, p. 121-224.
- CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede de Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.
- CARVALHO, João Carlos M. de. *Camponeses no Braisl*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, vol. 40, n. 2, 1997, p. 229-250. Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J.M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- CHOMSKY, Noam. *Uma nova geração decide o limite: os verdadeiros critérios das potências ocidentais para suas intervenções militares*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CORVER, Don M. Alliance for Progress. In: TUCKER, Spencer C (Org.). *The encyclopedia of Cold War - vol. 1*. Santa Barbara: ABC Clio, 2008, p. 111-113.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

- CUNHA, P. R. da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- CUNHA, P. R. da. *O campesinato, a Teoria da Organização e a questão agrária*. São Paulo: Expressão Popular/Marília: Oficina Universitária, 2012.
- DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Brasília: Funag, 2011.
- DIAS, Reginaldo B. *Histórias da AP: estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular*. Paraná: Prismas, 2017.
- DREIFFUS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- DWARKIN, Gerald. Paternalism. In: ZALTA, E. N. (Org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2010.
- EKBLADH, David. *The great American mission: modernization and the construction of the American world order*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 7 ed. São Paulo: Global, 2010.
- GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- GIGLIO, James N.; RABE, Stephen G. *Debating the Kennedy Presidency*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- GIL DA SILVA, Vicente. *A Aliança Para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- GORDON, Lincoln. *O progresso pela Aliança*. São Paulo: Record Edições, 1962.
- GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Universidade/Contraponto, 2001.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GUIMARÃES, César. O Nordeste e a Aliança para o Progresso: algumas perguntas. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 01, n. 01, p. 75-82, set. 1962.
- HELY SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. Tese de doutorado – Campinas: UNESP, 2008.
- HENTZ, James J. Africa. In: TUCKER, Spencer C (Org.). *The encyclopedia of Cold War* - vol. 1. Santa Barbara: ABC Clio, 2008, p. 66-74.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Nova Fronteira, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. *A Cartilha do Camponês, o documento “Bença, mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia*. Dissertação de Mestrado - Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- JULIÃO, Francisco. *Cadernos do Povo Brasileiro: o que são as Ligas Camponesas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Edições Bagaço, 2013.
- JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos: a consolidação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande: imaginando a América Latina em Seleções – Oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista: EDUSP, 2000.
- KLEIN, H. S.; LUNA, Francisco Vidal. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.
- LARA, José Victor de. *Revolução às margens do capitalismo: a Aliança Para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964*. Dissertação de mestrado - Maringá: UEM, 2019.

- LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: American social science and Nation Building in the Kennedy Era*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2000.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEMOS, Francisco de Assis. *O Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 1964*. Londrina: Editora UEL, 1996.
- LINHARES, Maria Yedda L.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Terra prometida: uma questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- McCANN, F. D. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. In: MUNHOZ, S.J.; TEIXEIRA DA SILVA, F.C. (Orgs.) *Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 25-63.
- McMAHON, Robert J. The study of American foreign relations: national history or international history? In: HOGAN, Michael J.; PATERSON, Thomas G. (Orgs.) *Explaining the history of American foreign relations*. New York: Cambridge University Press, 1991, p. 11-23.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1995.
- MELLO E SILVA, Alexandra. Desenvolvimento e Multilateralismo: um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da política externa de JK. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, jul/dez 1992.

MOLINA, Rodrigo S. *Ditadura, agricultura e educação: a USP/ESALQ e a “modernização conservadora” no campo brasileiro (1964-1985)*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2016.

MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Proj. História*, n. 29, tomo 02, p. 391-416, São Paulo, dez. 2004.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 241-272.

MORAIS, Clodomir S. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STÉDILE, João P. (Org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: História de uma luta (des)conhecida. In MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 243-257.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência, visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 243-257.

MUNHOZ, Sidnei J. *Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX*. Curitiba: Editora CRV, 2015.

MUNHOZ, Sidnei J. Imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo durante a Guerra Fria. *Revista Esboços*, vol. 23, n. 36, Florianópolis, 2017, p. 452-469.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.). *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004, p. 261-281.

NETO, Hélio Franchini. A Política Externa Independente em ação: a conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, n. 02, São Paulo, 2005, p. 129-151.

NEUMAN, Caryn E. Acheson, Dean Gooderhan. In: TUCKER, Spencer C (Org.). *The encyclopedia of Cold War* - vol. 1. Santa Barbara: ABC Clío, 2008, p. 54-56.

- NOVAES, Regina R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphic, 1997.
- OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PACKENHAM, Robert A. *Liberal America and the Third World: political development ideas in foreign aid and Social Science*. Princeton: Princeton University Press, 1973.
- PAGE, Joseph. *The revolution that never was: Northeast Brazil, 1955-1964*. USA: Grossman, 1972.
- PALLARES-BURKE, M.L.; BURKE, P. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. de A. (Orgs.) *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16-143.
- PASSOS, Juliana. Operação Aliança: entre a Operação Pan-Americana e a Aliança Para o Progresso. *XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p. 01-09.
- PEREIRA, Henrique A. de A. R. *Criar ilhas de sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese de doutorado - São Paulo: PUC, 2005.
- PERKINGS, Dexter. *The United States and Latin América*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1961.
- PICHARDO, Hortensia. *Documentos para la historia de Cuba*. Havana: Editora de Ciencias Sociales, 1973.
- PICKELS, John. *Phenomenology, science and geography: spatiality and the human sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- POERNER, Arthur J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PORFÍRIO, Pablo. *Francisco Julião: em luta com seu mito*. Pernambuco: Paco Editorial, 2016.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Pequenos produtores rurais latino-americanos. *Cadernos*, vol. 02, n. 01, São Paulo, 1969, p. 195-210.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte; esperança de vida: a história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2000.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. As origens da Aliança Para o Progresso. In: SERAINE, Ana Beatriz dos Santos et al (Orgs.). *Estado, desenvolvimento e políticas públicas*. Ijuí: Ed Unijuí/Teresina: Ed. Universitária da UFPI, 2008, p. 319-362.
- ROGERS, Thomas D. *The deepest wounds: a labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2010.
- RUBIM, A. A. C. Salvador nos anos 50 e 60: encontros e desencontros com a cultura. *Revista de urbanismo e arquitetura*, vol. 03, n. 01, 1990, p. 30-38.
- RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- SALIS, Carmen L. G. de. *Estatuto da Terra: origem e (des) caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares*. Tese de doutorado – Assis: Unesp, 2008.
- SANTIAGO, Vandek. *Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964*. Recife: Cepe Editora, 2016.
- SARZYNSKI, Sarah. *Revolution in the Terra do Sol: the Cold War in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2018.
- SCHLESINGER JR., Arthur M. *A thousand days: John F. Kennedy in the White House*. Boston: Mariner Books, 2002.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder submissão*. Florianópolis: EDUSC, 2000.
- SECCO, L.; PERICÁS, L. B. (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SEWELL, Bevan. *The U.S. and Latin America: Eisenhower, Kennedy and economic diplomacy*. Nova Iorque: I.B. Tauris & Co., 2016.
- SINGER, J. D; SMALL, M. *The wages of war, 1816-1965*. Nova York: Willey Books, 1974.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Trad. Ismênia Tundes Dantas. 14 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SPOHR, Martina. Aliança Para o Progresso e elite orgânica: o papel da empresa privada no governo John F. Kennedy (1961-1963). *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, p. 01-18.

TAFFET, Jeffrey F. *Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

TAGINO, Ivan et al. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. *Ruris*, vol. 05, n. 01, mar. 2011, p. 83-117.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

THEBERGE, James D. *The soviet presence in Latin America*. New York: National Strategy Information Center, Inc./Crane, Russak & Company, Inc., 1974.

THOMSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e os sentidos do sertão. *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 2, UFG, 2007.

VILLAÇA, Mariana. Estados Unidos: "farol" e "polícia" da América Latina. In: MUNHOZ, S.J.; TEIXEIRA DA SILVA, F.C. (Orgs.) *Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 65-101.

VISENTINI, Paulo F. *A Revolução Vietnamita*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VISENTINI, Paulo G. O populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, S.J.; TEIXEIRA DA SILVA, F.C. (Orgs.) *Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 211-243.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

WELCH, Clifford A. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964)*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WELCH, Clifford A. Movimentos sociais no campo até o golpe de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, v. 01, n. 01, Londrina, set. 2006, p. 60-75.

Documentos

ARIAS, Eugene D. *Child slain in fracas following meet of Ligas Camponesas*, telegrama de 29 de outubro de 1962, Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, record group 59, slide 887. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BALGOOYEN, H. W. *Letter to Edwin McC. Martin*, carta de 27 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 310. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BOND, J. N. *President Quadros first brought northeast into our conversation...*, telegrama de 12 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 20, 832.424/9-2662-932.30/2-2862, record group 59. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BRADDOCK, Daniel M. *Weekly Summary n. 43*, relatório de 26 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0265. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BRADDOCK, Daniel M. *Weekly Summary n. 46*, relatório de 15 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0416. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BRASILIA Embassy. *The Northeast seeing from Brasilia*, memorando de 10 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1240. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

BRUBECK, W. H. *Call on Mr. Ralph Dungan by the Governor of Piauí, Petronio Portela*, memorando de 03 de abril de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:352577/>>

BRUBECK, W. H. *Call on the President by the Governor-elect of Ceará, Virgilio Tavora*, memorando de 28 de fevereiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:352662/>>

BRUBECK, William H. *Ambassador Gordon defends US against misconceptions in meeting with university students in Brazil's Amazon*, memorando de 05 de outubro de 1962, p. 04. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives

Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>>.

CABOT, J. M. *Governor Cid Sampaio of Pernambuco called me yesterday to...*, telegrama de 10 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 047. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CABOT, J. M. *Non-violent pro-Cuban demonstration in Recife*, telegrama de 18 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 511. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CABOT, J. M. *Small pro-Castro anti-US public demonstration*, telegram de 19 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 521. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CABOT, J.M. *It is reported that president Jânio Quadros has decided...*, telegrama de 06 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 765. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CABOT, *Share concern on possible dramatic Soviet offer...*, telegram de 01 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0647. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CARNEIRO, Glauco. Nordeste: sinal vermelho. *O Cruzeiro*, 07 jul. 1962, p. 35.

CENTRAL Intelligence Agency. *How communists sabotage agrarian reform* (1961). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, General CIA Records, classification K, 4 p. 09, REPORT. <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-03061a000300010014-4>

CENTRAL Intelligence Agency. *Brazil: president Goulart's conversation with US Ambassador*, relatório 11 de abril de 1963. Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification R, Group 01, REPORT.

CENTRAL Intelligence Agency. *CIA Special Report of Political, Military, and Economic Trends in Brazil*, Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT, p. 03.

CENTRAL Intelligence Agency. *Soviet bloc interests in Brazil*, relatório de 20 de agosto de 1961). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT.

CENTRAL Intelligence Agency. *The economic-military strengthening of Brazil, a factor of main importance for the security of the U.S.A. and of the democratic world* (1959). Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification K, 35, REPORT.

CENTRAL Intelligence Agency. *The Sino-Soviet disput in L. A*, relatório de 15 de junho de 1967. Central Intelligence Agency. CIA Digital Library. CREST, general CIA records, classification R, ESAU XXVIII, REPORT.

CHANEL, Roger. *Concerns over Miguel Arraes election*, telegrama de 05 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-

732.00/9-1962, record group 59, slide 784. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

COCHRAN JR, William P. *São Paulo weekly summary n. 90, week ending march 18, 1961*, relatório de 21 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 438, p. 07. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

COCHRAN JR. W. P. *São Paulo summary n. 07, week ending august 12, 1961*, relatório de 16 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 035. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

COCHRAN JR., W. P. *São Paulo weekly summary No. 85, week ending february 11, 1961*, relatório de 15 de fevereiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 680. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

COTTAN, H. R. *Bahian economy as seen by a visitor*, relatório de 13 de janeiro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 446. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

CRANE, R. H. *Mr. Romulo de Almeida, director of Bahia state economic planing comission*, memorando de 02 de dezembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 567. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

DEAN, Robert W. *A Brazilian report on the Northeast political situation*, relatório de 29 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 105. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections 1962: key political personalities in Pernambuco*, relatório de 22 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 330. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Brazilian elections: Paraíba*, relatório de 05 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 471. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Elections in Pernambuco – weekly report*, relatório de 06 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 807. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Military commanders of Fourth Army district and Second Air...*, telegrama de 09 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 418. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Movimento de Cultura Popular enters gubernatorial campaign*, relatório de 27 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 1100, p.01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Newspapers Report that Complaints Made Against Alliance for Progress and Peace Corps*, telegrama de 22 de junho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679506/>>

DELGADO-ARIAS, E. *Recife mayor, Miguel Arraes gets stronger in gubernatorial campaign*, memorando de 05 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 1006. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Report on Sudene Policy of Non-cooperation with USAID*, relatório de 01 de julho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:356411/>>

DELGADO-ARIAS, E. *Rural labors union*, telegrama de 13 de julho de 1962. . Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 447. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *State PTB yesterday nominated Miguel Arraes for governor...*, telegrama de 21 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 649. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *The political scene in Pernambuco*, relatório de 30 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 978. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 01*, relatório de 21 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 809. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 02*, relatório de 14 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 874. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 02*, relatório de 28 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 860. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 03*, relatório de 06 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group

59, slide 851. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weeka n. 12*, relatório de 09 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1233. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 05*, relatório de 30 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 740. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963

DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 06*, relatório de 28 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEML rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 952. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 10*, relatório de 11 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1154. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, E. *Weekly summary n. 7*, relatório de 14 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 920. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *Aluiso Alves Bids for Regional Leadership*, telegram de 02 de setembro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353600/>>.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *João Cleofas calls for US help*, telegrama de 24 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 990. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly summary n. 13*, relatório de 24 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0033, p. 04. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly summary n. 12*, relatório de 17 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1213. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly Summary n. 17*, relatório de 22 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0255. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DELGADO-ARIAS, Eugene. *Weekly Summary n. 18*, relatório de 01 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-

732.001/5-561, record group 59, slide 0331, p. 02. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

DEPARTMENT of State. *Policy Considerations Relating to United States Assistance for Brazil*, relatório de 10 de julho de 1962, p. 01. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:671865/>>.

DEPARTMENT of State. *President Quadros' attitude on neutralism and Cuba*, relatório de 14 de maio de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668790/>>.

DEPARTMENT of State. *USAID Program and Policy in Pernambuco*, relatório de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:672568/>>

ENKINS, Walter. *A Latin American Program, Reflecting on America's Political and Cultural Role in Latin America*, memorando de 22 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:663297/>>

FELDMAN, Arthur W. *Jango visits Paraíba*, relatório de 30 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 740. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

FLORENCE, A. S. *Possible Brazilian revolution: how can we plan it?*, memorando de 29 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1176. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

FOREIGN Affairs. *Excerpt from misconceptions of Brazil, by Gilberto Freyre*, reportagem de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:671817/>>

FRAWLE, E. G. *Letter to Mr. Edward R. Murrow*, carta de 13 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 054. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

FURTADO, Celso. *Dualidade do sistema sócio-político brasileiro*, carta de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 393. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

G1 RS. Vereadora de Farroupilha diz que nordestinos sabem “roubar que é uma maravilha”. *G1 RS*, 23 mai. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/vereadora-de-farroupilha-diz-que-nordestinos-sabem-roubar-que-e-uma-maravilha-video.ghtml>>. Acesso em 16 jul. 2019.

GLOBO, O. Jânio prega atualização da política externa. *O Globo*, 31 mai. 1960, p. 07.

GORDON, Lincoln. *Ambassador delivered copy note and discussed with...*, telegrama de 14 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group 59, slide 361. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GORDON, Lincoln. *Ambassador, Kubish and Korp met with Celso Furtado...*, telegrama de 18 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 622. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GORDON, Lincoln. *Cid Sampaio endorses Gilberto Freyre...*, telegrama de 11 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 250. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GORDON, Lincoln. *Declaration of Northeast governors*, memorando de 08 de agosto de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>>.

GORDON, Lincoln. *Direct negotiation for foreign AID*, telegrama de 12 de julho de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679477/>>

GORDON, Lincoln. *I was shown DEPTTEL 1308...*, telegrama de 02 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 648. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GORDON, Lincoln. *Participation of private enterprise in Alliance for Progress program*, telegrama de 05 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:684214/>>

GORDON, Lincoln. *Radicalism in the Northeast*, telegrama de 15 de abril de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668915/>>

GORDON, Lincoln. *Stabilization program and assistance*, relatório de 07 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 820. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GREMILLION, M. J. *Sudene interest in US assistance*, telegrama de 27 de junho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 931. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GUADERRAMA, E. S. *The brazilian Northeast; State of Pernambuco; the politic-social-economic problem*, relatório de 06 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59,

slide 582. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GUADERRAMA, E. *Talked with Reed april 7...*, telegrama de 28 de abril de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 100. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

GUADERRAMA, Ernst S. *Monthly political summary (Pernambuco)*, telegram de 22 de outubro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 190. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

HOWAY JR., Edward J. *Armed clash in the state of Maranhão*, telegram de 04 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 137. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

HUMPHREY, H. H. *Letter to Dean Rusk*, memorando de 09 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

HUMPHREY, H. H. *Political situation of Alliance for Progress in Brazil*, relatório de 06 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 849, p. 05. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962, Sergipe situation*, telegram de 05 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1059. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KEYSER, C. D. *Brazilian elections 1962: Sergipe*, relatório de 17 de julho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 502. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KEYSER, C. D. *Peasant Leagues in Bahia and the occupation of Instituto do Açúcar e do Alcool*, telegram de 11 de março de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 870. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KEYSER, C. D. *Sudene and the Northeast's states government*, telegrama de 03 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 16, 832.131/1-2661-832.16/3-2262, record group 59, slide 369. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KEYSER, D. *Elections in Bahia*, relatório de 08 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 823. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KILDAY, L. C. *Weekly summary n. 24*, relatório de 13 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record

group 59, slide 597. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

KILDAY, Lowell C. *Violence in federal deputy José Lopes de Siqueira's sugar mill*, telegrama de 09 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0805. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KILDAY, Lowell C. *Weekly Summary n. 24*, relatório de 13 de dezembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0597. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KILDAY, Lowell C. *Weekly summary n. 29*, relatório de de 16 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0853. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KILDAY, Lowell C. *Weekly summary n. 30*, relatório de de 24 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0904. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

KILLDAY, Lowell C. *Weekly Summary n. 19*, relatório de 05 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0362. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

LYON, S. C. *Paulista Imperialism*, telegramaa de 31 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 385. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

MARTIN, E. M. *U.S. aid and loan polic toward Brazil*, telegrama de 12 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 15, 832.10/7-1262-832.131/1-1961, record group 59, slide 114. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MARTIN, Edwin E. *The Alliance for Progress and U.S. Brazil Relations*, memorando de 29 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1027, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MAY, Harbert K. *Alliance for Progress I*, memorando de 14 de dezembro de 1962, p. 01. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:843272/>>.

MAY, Herbert K. *Brazilian government request for foreign financial aid*, memorando de 22 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 695. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MAY, Herbert K. *Political meeting on Brazil assistance*, memorando de 05 de março de 1963, p. 03. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository.

Brown University Library.
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668870/>>

MCCARTY, P. B. *Drough conditions in the states of Bahia and Sergipe*, relatório de 04 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 760. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MEIRA, Mauritônio. Nordeste - A Revolução de Cirsto. *O Cruzeiro*, 12 dez. 1961, p. 30.

MELLO, Patrícia Campos. Nordeste vira palco de guerra fria tecnológica entre EUA e China. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/nordeste-vira-palco-de-guerra-fria-tecnologica-entre-eua-e-china.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2019.

MICELOTTA, Frank. *Foreign Minister Dantas's defense of foreign policy during may 1962 visit to Europe*, relatório de 12 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1170, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MIDKIFF, H. M. *Family of governor Lomanto's wife stablished in Bahia colonial times...*, telegrama de 24 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 980. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

MIDKIFF, H. M. *Visit of governor-elect Lomanto to the United States*, memorando de 25 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1056. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

MIDKIFF, H. M. *Weekle summary, Salvador*, relatório de 11 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 832.00/10-1162-832.05111/12560, record group 59, slide 243. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

MIDKIFF, H. M. *Weekly summary, Salvador*, relatório de 25 de janeiro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 832.00/10-1162-832.05111/12560, record group 59, slide 306. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

MIDKIFF, Harold M. *Weekly Summary*, relatório de 23 de novembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 05, 732.00/9-2062-732.001/5-561, record group 59, slide 0447, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

MOSCOSO, Teodoro. *Agenda for Brazil Strategy Review Session*, memorando de 06 de fevereiro de 1963, p. 09. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:669002/>>.

PHELAN JR., G. R. *Statements by ex-archbishop of Olinda and Recife regarding the Ligas Camponesas*, telegramaa de 05 de Agosto de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 12, 832.05111/2-1061-832.062/8-3160, record group

59, slide 915. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

QUINN, Harry A. *Brazilian elections – Political issues*, relatório de 28 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 406, p. 09. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *A private view of current conditions*, memorando de 24 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 446. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Catholic priest leads new passive resistance movement near Recife*, memorando de 06 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 411. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Cid Sampaio declares himself in favor of constitutional regime*, memorando de 04 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 822. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*, memorando de 11 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, , 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Declaration on Cuba published in Recife*, telegram de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 465. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Finance and economic development: Sampaio still hunting for financing*, telegrama de 20 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 293. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *French's consul opinions about the Northeast*, memorando de 14 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 764. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Governor Cid Sampaio request authority to borrow \$Cr. 10 billion*, telegrama de 28 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 14, 832.10/2-2361-832.10/7-1162, record group 59, slide 486. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Governor Sampaio active in organizing bloc of governors as political force*, telegrama de 09 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 312, p. 01. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Pernambuco political pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the Touristas (Cuba)*, relatório de 23 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-

UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 083. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Political leaders: a day with Dijalma Maranhão*, relatório de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 481. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Political aspects of brazilian agricultural extension service*, relatório de 20 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287, p. 04. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Political characteristics of the Pernambuco state legislature as related to basic transitional problemas*, relatório de 17 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 342. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Public opinion on João Goulart*, memorando de 02 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 769. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Quarteback Sampaio tries end-run for aid funds*, memorando de 09 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Situation in Recife after Quadros resignation*, telegram de 28 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 154. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Souring outlook of governor Cid Sampaio*, memorando de 16 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 973. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *The catholic clergy: voice for progress in the Northeast?*, relatório de 15 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 541. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *The strange absence of Francisco Julião, Peasant League leader*, telegrama de 27 de julho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 1236. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, A. A. *Urgent: governor Cid Sampaio claims financial aid needed within 30 days to forestall communist orientation of Pernambuco and Northeast Brasil*, telegrama de 13 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 981. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, Albert A. *Excerpts from Mao Tsé-Tung's "Tactics of Guerrilla Fighters"*, relatório de 09 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 21, 932.30/3-162-932.84/4-1962, record group 59, slide 415. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, Albert A. *Military estimate of the Peasant Leagues*, memorando de 03 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 570. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RABIDA, Albert A. *Sudene's Celso Furtado considering resignation*, telegrama de 28 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1231. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RAINE, P. *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*, relatório de 19 de dezembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 770. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

RAINE, Phillip. *The Goulart regime; Alliance for Progress*, memorando de 18 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1223, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

ROSEWELL, E. M. *Inter-American affairs: the Alliance for Progress (Paraná)*, memorando de 29 de setembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 987. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

ROWELL, E. J. *Aluísio Alves Stresses AFP*, telegrama de 14 de novembro de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353509/>>.

SCHLESINGER JR., Arthur. *Historical genesis of the Alliance for Progress*, memorando de 25 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:662114/>>.

SHIELDS, Robert H. *Quadros defines his domestic and international political positions*, relatório de 28 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 73200/92060-73200/702861, record group 59, slide 0089, p. 02. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963

SHIELDS, Robert H. *Transmitting text of president Kubitschek's speech on foreign affairs at Fortaleza, July 15, 1960*, relatório de 21 de julho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 0213. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

SKOFIELD, H. T. *Letter from congressman Hardy*, memorando de 26 de junho de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0525. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

SMITH, W. S. Increasing criticism of Celso Furtado, relatório de 03 de novembro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 379. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

SMITH, W. S. *Probable immediate impact of Arraes victory in Pernambuco economy*, relatório de 29 de outubro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 1040. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

SMITH, W. S. *The sugar industry of the Northeast*, relatório de 27 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 1040. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

SMITH, W. S. *Weeka n. 9*, relatório de 18 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1075. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

SMITHIES, J. T. Pelo Brasil, pelo seu progresso e pela felicidade do seu povo: contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia. *O Globo*, 27 mar. 1962, s/p.

SZULC, Tad. *Northeast Brazil poverty breeds threat of a revolt*. *The New York Times*, 31 out. 1960.

SZULC, Tad. *U.S. Hope on Cuba suffers setback*. *The New York Times*, 14 mai. 1961, p. 04.

TOMKIN, T. M. *Decrees creating means of increasing Federal power on the state and local level*, memorando de 20 de março de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 429. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

TURNAGE, W. V. *Northeast Brazil agreement*, memorando de 03 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 10, 832.00/10-1361-832.00/10-962, record group 59, slide 734. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTER, R. G. *Stablishment of the Superintendency for the Development of the Northeast*, telegrama de 04 de janeiro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 08, 732.563/8-1662-832.00/10-1060, record group 59, slide 890. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *1962 elections in the Northeast*, relatório de 26 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Brazilian elections 1962: report n. 02 – Maranhão*, relatório de 15 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 017. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Brazilian elections 1962: report n. 28, elections developments - Alagoas*, memorando de 04 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 1051. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Elections in the Northeast, 1962*, relatório de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Embassy telegram 689*, telegrama de 06 de dezembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 954. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Humphrey's report on Alliance for Progress*, relatório de 08 de agosto de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 836. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *Political views of Pernambuco governor Cid Sampaio*, relatório de 01 de abril de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 06, 732.001/5-1261-732.13/5-3162, record group 59, slide 946, p. 02. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *The Brazilian Northeast: the necessity for U.S. decision*, relatório de 11 de março de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 17, 832.16/4-662-832.24/1-2263, record group 59, slide 744. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, E. T. *The Ligas Camponesas of Pernambuco and Brazil*, relatório de 07 de setembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 13, 832.062/9-160-832.10/2-2161, record group 59, slide 013, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, Edward T. *Political summary: october 16, november 30, 1960*, relatório de 16 de novembro de 1960. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 02, 732.00/9-2060-732.00/7-2861, record group 59, slide 287. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WALTERS, Edward T. *Visit of Associated Press analyst to Recife*, telegrama de 20 de janeiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 21, 932.30/3-162-932.84/4-1962, record group 59, slide 511. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WEINER, H. *First Farmers and Country workers of North and Northeast*, relatório de 25 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 062. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WEINER, H. *Week n. 07*, relatório de 04 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, record group 59, slide 1008. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WILSON, J. W. *Brazilian foreign policy and Goulart visit*, memorando de 04 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, record group 59, slide 1007, p. 01. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WILSON, J. W. *Your request for information on our assistance to Northeast Brazil*, relatório de 13 de junho de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 615. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WOLF, Leonard G. *New Ambassador to Brazil*, memorando de 25 de fevereiro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 11, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, record group 59, slide 721. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

WOODWARD, Robert F. *Call of Celso Furtado on the President*, memorando de 06 de agosto de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 07, 732.13/6-262-732.563/8-362, record group 59, slide 0634. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

ANEXOS

1475 MAIL CONFIDENTIAL

HANDLING INDICATOR

FOREIGN SERVICE DESPATCH

For Department Use Only
832 20/5-1062
KR 732.00
872-062

FROM: Embassy BRASILIA Office 878 NO.

TO: THE DEPARTMENT OF STATE, WASHINGTON. -2 DATE: May 10, 1962

REF: 1682

55 For Dept. Use Only	AAA-4	IN GO	REV	RUMR	REP	AF	ARA	EUR	PK	SEA	CU	NES	E	K	IO	SCA
				1	1											
				10	16			6		2			5	3		
				3	5	10	3	3		8	3					

SUBJECT: THE NORTHEAST SEEN FROM BRASILIA

SUMMARY

With violence from drought - caused unemployment threatening in the Northeast, although as yet largely unmaterialized, the Council of Ministers has sent the Minister of Agriculture on a pacification and fact-finding mission to the area. He is scheduled to report to the regular meeting of the Council to be held May 16. Remedial action is more likely to be along the lines of emergency public works and possibly granting permission for rural workers to unionize than in any far-reaching agrarian reform. A Congressional committee investigating the Ligas Camponesas has been hearing witnesses in Brasilia, one of whom, an anti-Communist priest, Antonio Melo, predicted bloodshed in two months if reforms are not enacted.

--0--

Since the killing at Sapé, Paraíba on April 2 of José Pedro Teixeira, a Ligas Camponesas official, allegedly by gunmen hired by latifundários, the national press has carried frequent and lengthy descriptions of famine conditions in the Northeast, and a Congressional committee investigating the Ligas has visited the area and returned to Brasilia to publicize its findings.

Hweiner:svh CONFIDENTIAL

FORM 8-53 8-53 11288 For Department Use Only - To be Filled in on Yellow Original ONLY

ACTION ASSIGNED TO	ACTION TAKEN	DIRECTIONS TO SW/R
NAME OF OFFICER	DATE OF ACTION	
OFFICE SYMBOL		

Reprodução parcial de um documento no qual são relatadas leituras sobre o Nordeste.

BRASILIA Embassy. The Northeast seeing from Brasilia, memorando de 10 de maio de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, slide 1240. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

~~CONFIDENTIAL~~

For Department Use Only
 732.00/2-2162
~~FEB 25 1962~~
fw

HANDLING INDICATOR

FOREIGN SERVICE DESPATCH

FROM : Amcongen RECIFE 159 NO.

TO : THE DEPARTMENT OF STATE, WASHINGTON. February 21, 1962

REF : *file ARA/EST/6* DATE *Jan 31/62*

20 For Dept. Use Only	ACT TION	ARA-4	INFO	DEPT	2	RNR	REP	ARA	EUR	FE	NEA	CU	INR	E	ID	11
	REC'D	3-2-62	AIR	ARMY	CIA	NAVY	OSD	OCB	URIA	NSA	NSC	CURITIBA	SAO PAULO	BELEM		
			3	5	10	3	3	8	3	2	1					

SUBJECT: Weeka No. 1 PORTO ALEGRE-1
BELO HORIZONTE-1

TABLE OF CONTENTS

POLITICAL

1. New Student Crisis at Law School
2. Cid Sampaio Publicly Supports João Cleofas for Governor
3. PTB Nominates Barros Carvalho
4. Foreign Minister San Thiago Dantas Visits Recife
5. Move to Suspend Mandate of Francisco Julião Cancelled
6. SUDENE and Celso Furtado Attacked Again
7. American Newsmen Attends Meeting of Ligas Camponesas

ECONOMIC

1. Public Opinion Apprehensive over Exclusion from Alliance for Progress Emergency Projects
2. Wheat Shortage in Recife
3. Possible Nationalization of Japanese Fishing Boats
4. Latest Developments in Federal Loan to Pernambuco

PSYCHOLOGICAL

1. Janio Quadros and the October Elections

FS
RC
BS
HE

Aspecto de um dos muitos Relatórios Semanais produzidos pelo consulado dos EUA em Recife. Neste, podemos ver tópicos que examinam as movimentações políticas locais, mencionam importantes nomes como Cid Sampaio e Francisco Julião e relatam atividades das Ligas Camponesas.

DELGADO-ARIAS, E. Weeka n. 01, relatório de 21 de fevereiro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/5-1262, slide 809. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

CONFIDENTIAL

For Department Use Only
732.00/4-2262
19732.521

HANDLING INDICATOR
FOREIGN SERVICE DESPATCH

FROM : American Consulate General, RBCIFH 192 NO.

TO : THE DEPARTMENT OF STATE, WASHINGTON. June 22, 1962 DATE

REF : Embassy Despatch 891 JUN 25 1962

19 For Dept. Use Only	A C T I O N	R E C D 6-30	DEPT	RM/R	REP	AP	ARA	EUR	FE	MEM	CU	INR	E	P	IO	ICA
			AGR	COM	FRS	INT	LAB	WAR	YR	XMB						
			OT	AIR	ARMY	CIA	NAVY	OSD	OCB	USIA	NSA					

SUBJECT: BRAZILIAN ELECTIONS, 1962: Key Political Personalities in Pernambuco.

In response to a request from the Embassy, Brasilia, the enclosed partial list of key political personalities in Pernambuco is submitted as part of the series of pre-election reports. The list represents the initial effort of the Consulate General, in cooperation with other agencies represented at the post, to identify and classify, under the Embassy's set of defined categories (see referenced despatch), those persons who wield considerable political power and influence in Pernambuco.

The list includes persons who are directly involved in politics, such as President of the State Assembly PAULO GUERRA, and others who do not enter directly into the game of politics but who have a substantial indirect influence, such as GILBERTO FREYRE and ANITA PAES BARRETO. For the most part, federal deputies and senators were not included in the list since they were all covered in Consulate General's despatch 176. The list obviously is not all inclusive, and the Consulate General has already started to prepare a second report covering other personalities.

While this report covers only a handful of the most important political figures in Pernambuco, it is thought to be fairly representative of the whole state in its proportional breakdown into the given categories. It will be noticed immediately that of the thirty seven persons included, only three fall into Class IV and only four into Class V. This points up what is probably the most serious malady in the Northeastern political picture: the absence of a strong, balanced, numerically influential, democratic left and center. Political instability will probably reign in this area until the moderate left and center are strengthened by the infusion of new blood. The disturbing

Distribution: Ambassies Rio de Janeiro, Brasilia; ARA/EST/B: INR/RAR/

CONFIDENTIAL

FORM 6-61 FS-439

REPORTER: *Delgado*

For Department Use Only-To be Filled In on Yellow Original ONLY.

ACTION ASSIGNED TO	ACTION TAKEN
NAME OF OFFICER OFFICE SYMBOL	DATE OF ACTION
DIRECTIONS TO RM/R	

U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE: 1960 O-512185 (17)

Reprodução parcial de um relatório que examina os principais candidatos ao pleito eleitoral de 1962 em Pernambuco

DELGADO-ARIAS, E. Brazilian elections 1962: key political personalities in Pernambuco, relatório de 22 de junho de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 04, 732.00/5-1462-732.00/9-1962, slide 330. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

March 14, 1962

MEMORANDUM TO THE PRESIDENT

Subject: Historical Genesis of the Alliance
for Progress

The statement of the N.Y. Times that the Eisenhower Administration thought of the Alliance for Progress and you merely named it is wholly inaccurate and will certainly come as a surprise to those Latin American leaders -- such as Kubitschek -- who desperately tried to get previous administrations to adopt some such policy without success.

1. For the first seven years of the previous administration there was no policy toward Latin America -- merely a continuation of old practices, policies and attitudes.

2. In 1960 -- alarmed by the growing deterioration of the situation in Latin America and under the prodding of Doug Dillon -- we supported the Act of Bogota and asked Congress for \$500,000,000 to implement it. This Act was a step forward, but a limited step. It was restricted to U.S. assistance in the field of social progress--the construction of schools, homes, waterworks, public health facilities, etc., and it said that Latin American nations must help themselves in these fields. It was a program of social development, and social development only, on a limited scale with the \$500 million to be spent over a period of two years and the fund to be mostly administered (\$400 million worth) by the Inter-American Bank.

3. The Alliance for Progress, it is true, incorporated the principles of the Act of Bogota, but went far beyond this Act to a new concept of Inter-American cooperation. A few specifics will serve to illustrate this.

a. The Alianza was based on a long-term program of economic development, a program to increase productive capacity, accelerate rates

Parte de um memorando que trata sobre a gênese da Aliança Para o Progresso

SCHLESINGER JR., Arthur. Historical genesis of the Alliance for Progress, memorando de 25 de setembro de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening The Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:662114/>>.

~~CONFIDENTIAL~~

U.S. A.I.D. PROGRAM AND POLICY IN THE STATE OF PERNAMBUCO, BRAZIL

The Importance of Pernambuco

Pernambuco is perhaps the key state in northeast Brazil, owing to its geographic location (see attached map Tab A) and to the fact that its capital Recife, the third largest city in Brazil, has traditionally been the focus of commerce and industry and an important center of cultural and political activity in the Northeast. It is comparable in size to Kentucky, with a population of about 4 million or 20 per cent of the total Northeast population. The headquarters of SUDENE, the organization responsible for coordinating economic and social development activities in the Northeast, is located at Recife. The economy of the state is still basically agricultural, with sugar and cotton being the principal crops. Industrial activity, which has in the past been centered around those crops, has in recent years become much more diversified with a wide range of manufacturing enterprises being established in the state.

Governor Arraes

Miguel Arraes was elected governor of Pernambuco in October, 1962 with the support of President Goulart's Brazilian Labor Party and the Brazilian Communist Party.

Arraes' previous political posts were state deputy, state finance secretary (under two governors) and mayor of Recife. Both as state finance secretary and as mayor, Arraes proved himself to be an able administrator.

Most evidence to date indicates Arraes is antagonistic to the American presence in Brazil and to the Alliance for Progress. This evidence includes Arraes' past and present association with Communists and with extreme leftist-nationalists; his pro-Cuba declarations; derogatory insinuations against the Alliance for Progress in his pre-inaugural press conferences and inaugural speech; the rejection of American capital investment in Brazil expressed in his inaugural speech; and the appointment of communists, filo-communists, and extreme leftist-nationalists to key positions in the state government.

On the other hand, Arraes is not believed to be controlled by Communists even though he does cooperate with them. It is not uncommon for Brazilian politicians of diverse political convictions to play along with communists and extreme leftists for political support. Where this happens the motivation often is political opportunism without appreciation of or ability to understand the dangers of communism.

~~CONFIDENTIAL~~

Reprodução parcial de um relatório que examina a necessidade de envio de recursos para Pernambuco

DEPARTMENT of State. USAID Program and Policy in Pernambuco, relatório de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:672568/>

AIRGRAM		DEPARTMENT OF STATE	
UNCLASSIFIED		CLASSIFICATION	
For each address check one ACTION			
TO - AID/Washington	TOAID A- 323	INFO	DATE REC'D.
		<input checked="" type="checkbox"/> CHASE	
		<input type="checkbox"/> DINGEMAN	
		<input type="checkbox"/> DINGAN	
		<input type="checkbox"/> FORRESTAL	
		<input type="checkbox"/> JOHNSON	20
		<input type="checkbox"/> KILDUFF	
		<input type="checkbox"/> KLEIN	
		<input type="checkbox"/> CABLE AND TELETYPE SECTION	
		<input type="checkbox"/> PAID BY SENT	
		<input type="checkbox"/> SAILED	08-11-63
		<input type="checkbox"/> SCHLESINGER	
		<input type="checkbox"/> SMITH, WM. Y.	

3	DISTRIBUTION	FROM - Rio de Janeiro
	ACTION	SUBJECT - Declaration of Northeast Governors -
	INFO.	REFERENCE -
	<p>LA</p> <p>PCS</p> <p>EXACC</p> <p>HPSD</p> <p>IS</p> <p>amp</p> <p>SD</p> <p>ops</p> <p>gc</p> <p>WC</p>	<p>The following summarizes the 5,500 word Declaration of Northeast Governors, issued on the occasion of their meeting on July 29 with Pres. Coultart in Recife. The document was drafted by Aluisio Alves, Governor of Rio Grande do Norte. It was signed by all the Governors except Governor Miguel Arrais, of Pernambuco. Governor Lomanto, of Bahia, signed it but noted he had reservations on the point having to do with the Declaration's recommendation on the rural property tax. Governor Seizas Doria, of Sergipe, despite signing it, endorsed the reservations expressed by Gov. Arrais on the concept of nationalism and the importance of foreign assistance and investment.</p> <p>The Declaration's treatment of the Alliance for Progress is translated in full.</p> <p>- We state that the NE social system is subversive and we say this, not to make political capital - and we are not advocating violence or revolution. We consider it subversive because it is in itself a permanent invitation to violence and revolution;</p>
	OTHER AGENCY	

Reprodução parcial do documento que registra uma declaração conjunta de governadores do Nordeste em defesa da Aliança Para o Progresso e do bloco político nordestino

GORDON, Lincoln. Declaration of Northeast governors, memorando de 08 de agosto de 1963. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM/Opening the Archives Project: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679097/>>.

III. We are not reaching the ordinary citizens of Brazil.

After making a study of our entire program for Brazil, it is clear to me that we are not reaching the ordinary citizens of Brazil. Our programs generally are geared to a higher level, both financially and intellectually, yet the communist penetration in Brazil, and elsewhere, has always begun with the peasants. I am convinced it is not how much we spend, it is how and where we make our impact. We must reach the ordinary folks who make up the great mass of the population with a real impact program---NOW!

IV. Our Program Personnel Are Too Concentrated in Rio.

The northeast of Brazil must be identified separately from the rest of Brazil. The present dramatic area of communist penetration is in the northeast, yet out of an I.C.A. team of 180 in Brazil, we have only three men effectively working in the northeast, an area containing 1/3 of the population of Brazil (approximately 25-30 million people).

Our staff must be greatly increased, our contributions must be greatly increased, and a Deputy Director with a complete power of decision must be stationed in Recife, the central population center in Northeast Brazil.

V. Brazilian Request for an Oil Shale Project.

We apparently dropped the ball tragically on the Brazilian request for an oil shale project. Here again we lost the initiative on a tremendously valuable propaganda tool. The hard currency cash outlay of Brazil for oil alone is more than \$150 million a year. Our sluggish response to this request has resulted in a Brazilian team being sent to Moscow where they are now making this same request. I don't know whether it is too late expedite consideration of this request, but this is exactly the kind of mistake which has produced the present relationships with the Brazilian government, and particularly with Mr. Cuadros.

Parte do documento redigido por Leonard G. Wolf, no qual ele declara preocupação quanto ao descaso dos EUA em relação ao Nordeste

INCOMING TELEGRAM

Department of State

ACTION COPY

PERMANENT RECORD COPY

COPIES REC'D ARA

47
Action

CONFIDENTIAL

NUMBERED

Control: 2677

Rec'd: April 5, 1962
1:02 AM

ARA
Info

FROM: RECIFE

SS
SR
G

TO: Secretary of State

SP
L

NO: 300, APRIL 4, 9 AM

CAP
P

ACTION RIO-DE-JANEIRO 273, INFORMATION DEPARTMENT 300.

USIA
INR

WEEKLY TELEGRAPHIC SUMMARY ONE.

CIA
NSA
OSD
ARMY
NAVY
AIR

RECIFE MAYOR MIGUEN ARRAES CONTINUES GAIN STRENGTH WITH HIGHLY EFFECTIVE CAMPAIGN FOR GOVERNOR WHILE CLEIFAS, UDN CANDIDATE, NOT YET AIRBORNE. "MODERATE-CONSERVATIVES IN AREA ARE VOICING INCREASING APPREHENSION OVER POSSIBILITY ARRAES WILL WITHDRAW OR BE FORCED OUT IN FAVOR MORE ATTRACTIVE COMPROMISE CANDIDATE ACCEPTABLE UDN, PSD AND POSSIBLY PTB."

RMR

GOVERNOR CEARA GAVE CONGEN PRIVATE ASSURANCE COMMUNISM WILL NOT BE ISSUE GUBERNATORIAL RACE THAT STATE, ALL THREE CANDIDATES CLEARLY ANTI-COMMUNIST.

DELGADO-ARIAS

DMJ

RECIFE 300

732.00/4-452

Telegraph from says cannot receive since what they received nearly OK.

Interfiled by 244

*FILED
APR 27 5 53 AM '62*

Telegrama no qual o consule estadunidense em Recife E. Delgado-Arias se mostra preocupado com o avanço da popularidade de Miguel Arrais em Pernambuco

DELGADO-ARIAS, E. Recife mayor, Miguel Arraes gets stronger in gubernatorial campaign, memorando de 05 de abril de 1962. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, slide 1006. Records of the U. S. Department of State relating to internal affairs of Brazil, 1960-1963.

Air Pouch		Official Use Only		For Department Use Only									
HANDLING INDICATOR		732.00/10-961		OCT 10 1961									
FOREIGN SERVICE DESPATCH		76											
FROM :	Amcon Recife		NO.										
TO :	THE DEPARTMENT OF STATE, WASHINGTON.		DATE		October 9, 1961								
REF :	D-75 of October 6, 1961		7 file. to section - 13718: J. W. Wilson - since 11/25-61										
19 Fed Dept. Mac Only	A R I A - 4	REP	AF	AMR	EUR	PE	NEA	CU	INR	E	P	IO	ICA
		AGR	COM	FNB	INT	LAD	TAR	TR	XMB				
REC'D	10-17	AIR	ARMY	CIA	NAVY	OSD	OCB	USIA	NSA				
SUBJECT:		Governor Sampaio Active in Organizing Bloc of Governors as Political Force											

Anticipating the development of a popular base of power that will result in the overthrow of reactionary groups identified with gross exploitation, and fearful that the popular movement may be dominated by totalitarian leftists rather than by democratic reformists, Governor Cid Sampaio is active in pushing the organization of a group of state governors who see "the popular democratic base rather than the popular totalitarian base as the route by which Brazil should develop" and who constitute in their view "the only force in the country that has any chance of heading off the movement of Brazil to a totalitarian communist type of government under the leadership of leftist demagogues". (See D-75)

The press has reported that Governor Sampaio has discussed his ideas along these lines, during a recent trip south, with Governors Carvalho Pinto of Sao Paulo and Ney Braga of Parana, as well as Aluisio Alves of Rio Grande do Norte who was met at Rio de Janeiro. On his return, he reportedly met briefly, in some cases while transiting at airports, Governors Luis Cavalcanti of Alagoas, Luis Garcia of Sergipe, Juracy Magalhaes of Bahia, and Magalhaes Pinto of Minas Gerais. Governor Carvalho Pinto reportedly met with Fernando Correia of Mato Grosso. These nine plan to meet together this month according to the Recife press, under the leadership of Carvalho Pinto and Sampaio, "to consider means to defend a democratic regime against both rightist and leftist groups".

If the meeting is held and results in unanimity, the bloc might emerge as a significant political factor. Sampaio would find this comforting in his efforts to revitalize his political position (see D-62). However, it is still not certain that the meeting will be held, or that unanimity will emerge.

oct Anemb Rio de Janeiro (2)

DEPARTMENT OF STATE
BUREAU OF
INTER-AMERICAN AFFAIRS
OCT 19 1961
Albert A. Rabida
American Consul

FILED
LWS

Parte de um documento no qual Cid Sampaio é descrito como sujeito engajado na organização de um bloco político nordestino

RABIDA, A. A. Governor Sampaio active in organizing bloc of governors as political force, telegrama de 09 de outubro de 1961. Opening the Archives Project/NARA/CDO-UEM, rolo 03, 732.00/8-161-732.00/9-1962, slide 312, p. 01. Records of the U.S. Department of State relating to international affairs of Brazil, 1960-1963.